



RELATÓRIO ANUAL 1994

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

A instituição financeira da União Europeia

A MISSÃO DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

A missão do BEI consiste em promover a consecução dos objectivos da União Europeia, concedendo financiamentos a longo prazo para a realização de investimentos viáveis.

- **O BEI está ao serviço da União**

O BEI foi criado pelo Tratado de Roma. Os seus accionistas são os Estados-membros, cujos Ministros das Finanças integram o Conselho de Governadores.

- **O BEI oferece serviços com um «valor acrescentado»**

- Na apreciação e no acompanhamento de projectos e programas de investimento.

Para poderem beneficiar de financiamentos do BEI, os projectos e programas têm de ser viáveis em quatro domínios fundamentais: económico, técnico, ambiental e financeiro.

Cada projecto de investimento é cuidadosamente apreciado e acompanhado até à sua conclusão.

- Nos seus financiamentos.

Concedendo empréstimos e mobilizando financiamentos de outras fontes, o Banco contribui para alargar as possibilidades de financiamento. Com as suas emissões, também contribui para desenvolver os mercados financeiros em toda a União.

- **O BEI oferece termos e condições de primeira ordem**

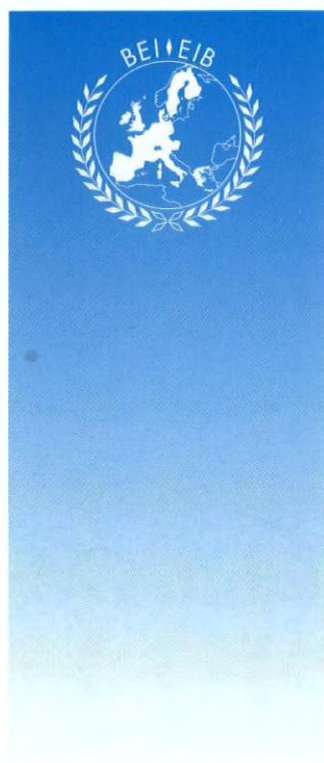
A solidez financeira do BEI, que advém da força e empenhamento dos seus accionistas, da sua independência profissional e do êxito das suas actividades, permite que o Banco obtenha fundos nas melhores condições, das quais beneficiam os destinatários dos seus empréstimos.

- **O BEI trabalha em colaboração com outras entidades**

As linhas de orientação do BEI são definidas em estreita colaboração com os Estados-membros e com as restantes instituições da União Europeia. Além disso, o BEI coopera com os sectores de negócios e bancário, assim como com as grandes organizações internacionais que exercem actividades no mesmo domínio.

- **O BEI recruta pessoal qualificado e pluricultural de todos os Estados-membros**

O BEI é motivado pela sua participação directa na construção da Europa.



RELATÓRIO ANUAL 1994

O presente relatório é igualmente publicado nas seguintes línguas:

DA	ISBN	92-826-9995-1
DE	ISBN	92-826-9996-X
EN	ISBN	92-826-9998-6
ES	ISBN	92-826-9994-3
FR	ISBN	92-826-9999-4
GR	ISBN	92-826-9997-8
IT	ISBN	92-827-0000-3
NL	ISBN	92-827-0001-1
FI	ISBN	92-827-0003-8
SV	ISBN	92-827-0004-6

ISBN 92-827-0002-X
Redacção concluída em 4 de Abril de 1995

ÍNDICE



Capa: Comboio "Eurostar"
Paris-Londres-Bruxelas na
nova estação de Bruxelas-Midi.

	Página
A missão do BEI	
Mensagem do Presidente	5
O BEI, instituição financeira da União Europeia	7
O BEI em 1994: resultados	7
O exercício de 1994: perspectiva global	8
O BEI ao serviço dos objectivos da União Europeia	11
Financiamentos na União Europeia	21
Apresentação por objectivos de política comunitária	25
Apresentação por países	35
Financiamentos no exterior da União Europeia	45
Estados ACP e PTU	45
Países da Bacia Mediterrânica	49
Países da Europa Central e Oriental	51
Países da América Latina e da Ásia	53
Recursos obtidos	55
Evolução do mercado de capitais	55
Operações lançadas nos mercados financeiros	56
Gestão das disponibilidades de tesouraria	63
Resultado da carteira de obrigações	63
Reanálise da política de gestão das disponibilidades	64
Órgãos de decisão e funcionamento do BEI	65
Órgãos de decisão	65
Funcionamento do BEI	69
Resultados de gestão e contas anuais	75
Balanço e demonstrações financeiras	76
Relatório dos auditores independentes	92
Declaração do Comité de Fiscalização	93
Anexos	97
Contexto económico	97
Lista dos financiamentos	99
Quadros estatísticos	112
Notas ao Leitor	129

MENSAGEM DO PRESIDENTE



A principal característica das actividades do Banco Europeu de Investimento em 1994 foi o seu maior contributo para os objectivos económicos da União Europeia, tanto no seio desta, como num número crescente de países terceiros. Os financiamentos na União cifraram-se em perto de 18 000 milhões de ecus - destinando-se 75% das verbas a zonas de desenvolvimento regional ou em fase de reconversão industrial - e contribuíram para cerca de 4,5% da formação bruta de capital fixo na União a Doze.

Durante o exercício, o BEI cumpriu as tarefas específicas que lhe tinham sido cometidas pelo Conselho Europeu no quadro da Iniciativa de Crescimento da União. Comprometeu totalmente os 7 000 milhões de ecus da vertente infra-estrutural do Instrumento de Crédito de Edimburgo, instituído para acelerar o financiamento de mais de 140 grandes projectos ou programas de investimento regionais; em conjunto com a Comissão Europeia, lançou o sistema de bonificação de juros para um volume de empréstimos de 1 000 milhões de ecus, destinado a promover o investimento por parte de pequenas e médias empresas criadoras de emprego e, em associação com a Comissão e cerca de 60 bancos de todos os Estados-membros, criou o Fundo Europeu de Investimento, novo instrumento de concessão de garantias, que já está totalmente operacional.

Todas estas realizações demonstram a participação cada vez maior do BEI na promoção dos objectivos económicos prioritários da União.

Um outro aspecto importante da acção do BEI em 1994 foi o seu contributo para o financiamento de redes transeuropeias (RTE). Tendo uma longa experiência no financiamento de grandes infra-estruturas, tal como ilustram os cerca de 23 000 milhões de ecus concedidos desde 1990 para infra-estruturas de dimensão europeia, o Banco comprometeu-se a dar um grande apoio neste domínio e criou uma "linha de crédito especial", cujas condições de financiamento se adaptam às necessidades específicas dos projectos prioritários de RTE considerados pelo Conselho Europeu de Essen de Dezembro de 1994. Este compromisso é uma evolução e não uma revolução, na medida em que o Banco já efectuou a apreciação económica, técnica e financeira da maioria dos quatorze projectos de RTE prioritárias no sector dos transportes e já comprometeu cerca de 5% do custo estimado de nove componentes das mesmas já em fase de construção. Também já apreciou cinco projectos e mobilizou mais de 1 500 milhões de ecus para RTE prioritárias no sector da energia. Uma das grandes prioridades do Banco para 1995 será contribuir para o financiamento de RTE e em particular, procurar mobilizar o sector privado e obter a maior comparticipação possível deste neste domínio.

No exterior da União Europeia, o BEI reforçou as suas actividades, concedendo quase 2 250 milhões de ecus em cerca de 60 países. Os financiamentos em África, nas Caraíbas e no Pacífico mais que duplicaram, e na Europa Central e Oriental atingiram os mil milhões de ecus. O Banco manteve um nível elevado de actividades (que se centraram nos domínios da cooperação regional e do ambiente) nos países terceiros mediterrânicos, e prosseguiu as suas novas actividades na Ásia e na América Latina.

O papel do Banco na promoção da cooperação da União com países terceiros deverá continuar a desenvolver-se, especialmente nos países que pretendem aderir à União. O BEI aceitou também alargar os seus financiamentos à Faixa de Gaza e à Cisjordânia, para apoiar o processo de consolidação da paz nestas regiões. Por último, na sequência do estabelecimento de novas relações entre a África do Sul e a União Europeia, também alargará as suas operações a este país.

O Comité Executivo numa das suas reuniões semanais com os quadros do Banco (da esquerda para a direita: Luis Martí, Panagiotis-Loukas Gennimatas, Wolfgang Roth, Sir Brian Unwin, Corneille Brück, Massimo Ponzellini e Ariane Obolensky).



O volume e a diversidade das suas operações, assim como o papel cada vez mais importante que desempenha no apoio aos objectivos prioritários da União, conferem grandes responsabilidades ao BEI. Não tenho dúvidas de que o Banco está apto a aceitar este repto, mantendo a qualidade das suas operações e o seu elevado rating no mercado de capitais internacional, em virtude do grande sentido profissional e do empenhamento do seu pessoal. Aproveito, pois, esta oportunidade para, juntamente com os meus colegas do Comité Execu-

tivo, exprimir os nossos profundos agradecimentos aos Conselhos de Governadores e de Administração pelo apoio que nos têm conferido, e também ao pessoal, graças ao qual o BEI continua a dar um contributo valioso para a construção da Europa de amanhã.

Sir Brian Unwin
Presidente do BEI e Presidente do Conselho de Administração

O BEI EM 1994 : Resultados

Em 1994, embora o contexto económico se mantivesse difícil, o BEI consolidou globalmente as suas actividades, tendo assinado contratos de financiamento cujo valor rondou os 20 000 milhões de ecus. Durante o exercício, financiou sobretudo projectos que se coadunavam com os objectivos prioritários da União, e preparou-se para acolher a Áustria, a Finlândia e a Suécia como novos Estados-membros.

APOIO AO INVESTIMENTO NA UNIÃO EUROPEIA:

No ano em apreço, os financiamentos do BEI nos Estados-membros cifraram-se em 17 682 milhões, tendo contribuído para a realização de investimentos que orçaram em cerca de 45 000 milhões e representaram cerca de 4,2% da formação bruta de capital fixo na União.

PRIORIDADE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

Cerca de 72% dos financiamentos do exercício contribuíram para o desenvolvimento regional e para o reforço da coesão económica e social da União, destinando-se a projectos situados em todas as zonas de acção dos Fundos Estruturais comunitários, especialmente as abrangidas pelo objectivo 1.

APOIO SUSTENTADO ÀS REDES TRANSEUROPEIAS:

O BEI participou na identificação dos projectos prioritários de redes transeuropeias (RTE) e criou uma "linha de crédito especial", para melhor corresponder às necessidades específicas das infra-estruturas de interesse comunitário. Em 1994, os empréstimos neste domínio ascenderam a 7 200 milhões.

IMPLEMENTAÇÃO RÁPIDA DA INICIATIVA DE CRESCIMENTO:

O BEI concluiu a afectação das verbas do instrumento financeiro para infra-estruturas (7 000 milhões), tendo também iniciado a concessão de empréstimos bonificados para PME criadoras de emprego. Em conjunto com a Comissão Europeia e o sector bancário, criou o Fundo Europeu de Investimento (FEI), que tem como objectivo prestar garantias para o financiamento de infra-estruturas europeias e de investimentos de PME.

PROTEGER O AMBIENTE PARA GARANTIR UM DESENVOLVIMENTO DURADOURO:

A vertente ambiental em todos os sectores da economia absorveu cerca de 5 000 milhões, sendo dada uma atenção particular à melhoria da qualidade de vida em meio urbano, por meio do financiamento dos transportes públicos.

CRESCIMENTO SUSTENTADO DOS FINANCIAMENTOS NOS PAÍSES PARCEIROS:

O BEI concedeu mais de 2 200 milhões nos países da Europa Central e Oriental, da Bacia Mediterrânica, de África, das Caraíbas e do Pacífico e da América Latina e da Ásia com os quais celebrou acordos.

PRESENÇA CONSTANTE E MUITO PROCURADA NOS MERCADOS DE CAPITAIS:

Captando fundos para conceder financiamentos, o BEI oferece aos investidores das principais praças financeiras, emissões obrigacionistas que beneficiam do mais alto *rating*. Em 1994, angariou mais de 14 000 milhões de ecus nas melhores condições do momento, os quais reemprestou, sem fins lucrativos, para promover a realização de projectos que concretizavam os objectivos da União.

O BEI: INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO EUROPEIA ...

1994: Perspectiva geral

O Banco Europeu de Investimento, a instituição financeira da União Europeia, tem como missão contribuir para a consecução das políticas da União, sobretudo as que visam o desenvolvimento equili-

brado, a integração e a coesão económica e social dos Estados-membros. Nesse sentido, angaria fundos vultosos nos mercados para promover, como banco, o financiamento de projectos.

No exterior da União, o BEI implementa em diversas regiões geográficas as vertentes financeiras dos acordos concluídos no quadro da política europeia de co-
operação para o desenvolvimento.

Em 1994, o montante total dos contratos assinados ascendeu a 19 928 milhões⁽¹⁾ (19 611 milhões em 1993): 19 660 milhões a cargo de recursos próprios (ver nota 1b pág. 129) e 267 milhões a cargo de outros recursos. 17 682 milhões destinaram-se a projectos na União Europeia (incluindo uma garantia no valor de 26 milhões) e 2 246 milhões a projectos no exterior da União.

Em 1994, o BEI **aprovou a concessão** de 23 000 milhões (soma idêntica à de 1993) para o financiamento de projectos previamente apreciados pelos seus serviços.

Os desembolsos a cargo de recursos próprios, cujo valor se estabilizou desde 1990, ascenderam a 15 400 milhões, 14 800 milhões dos quais foram concedidos nos Estados-membros.

As operações em curso a cargo de recursos próprios cifraram-se em 106 500 milhões (98 000 milhões em 1993), que representaram 185% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 1994. As garantias prestadas para os empréstimos figuram nas demonstrações financeiras (pág. 85).

O Banco angariou 14 148 milhões (14 224 milhões em 1993) a médio e a longo prazo **no mercado de capitais**. Para melhor adaptar os seus recursos às necessidades dos operadores, procedeu a operações de swap (três quartos das verbas para taxa fixa e um quarto para taxa variável).

Cerca de 80% dos recursos foram captados em moedas comunitárias, sendo mais de metade do montante destas composto por liras italianas, marcos

alemães, libras esterlinas e francos franceses.

Em finais de 1994, o balanço do BEI ultrapassou o nível dos 100 mil milhões (102 800 milhões). Este valor, tal como o da actividade do exercício, ilustra o empenho do BEI enquanto instituição financeira da União Europeia. A sua capacidade de mobilizar grandes volumes de fundos nas melhores condições disponíveis e o seu *know-how* na identificação de investimentos produtivos, permitem-lhe propor condições de financiamento adaptadas às necessidades específicas dos promotores, as quais evoluem constantemente.

(1) Salvo indicação em contrário, todos os valores indicados neste relatório são expressos em ecus e foram arredondados ao milhão.

Quadro 1: Montante dos contratos assinados em 1994, de 1990 a 1994 e de 1973 a 1994

Distribuição segundo a origem dos recursos e a localização dos projectos

(montantes em milhões de ecus)

	1994		1990-1994		1973-1994	
	montante	%	montante	%	montante	%
Empréstimos por conta de recursos próprios e garantias	19 660,4	98,7	84 587,0	99,2	157 550,1	94,8
na União Europeia	17 681,9	88,7	78 586,3	92,1	146 152,5	87,9
dos quais empréstimos	17 656,0	88,6	78 382,7	91,9	145 252,1	87,4
dos quais garantias	25,8		203,6	0,2	900,4	0,5
no exterior da União Europeia	1 978,5	9,9	6 000,7	7,0	11 397,6	6,9
Financiamentos por conta de outros recursos	267,1	1,3	719,6	0,8	8 635,3	5,2
na União Europeia			62,8	0,1	6 399,1	3,9
no exterior da União Europeia	267,1	1,3	656,8	0,8	2 236,2	1,3
Total geral	19 927,5	100,0	85 306,6	100,0	166 185,4	100,0
na União Europeia	17 681,9	88,7	78 649,0	92,2	152 551,6	91,8
no exterior da União Europeia	2 245,6	11,3	6 657,5	7,8	13 633,8	8,2

Em 1994, os financiamentos concedidos para projectos na União Europeia ascenderam a 16 624 milhões. Este montante é a soma dos empréstimos individuais assinados em 1994 (lista pág. 99) com os créditos afectados no âmbito de empréstimos globais em curso, não incluindo o saldo dos empréstimos globais ainda por afectar (ver nota pág. 129).

Os projectos financiados cobrem uma vasta gama de sectores em todos os países da União, incluindo os novos Estados-membros.

O volume total de financiamentos não variou, mas verificou-se um acréscimo no Reino Unido, na Alemanha (principalmente nos *Länder* orientais), na França e, embora de uma forma menos significativa, na Grécia e nos países do Benelux. Foram também financiados projectos de interesse comum na

Noruega e em Marrocos (ver nota ao leitor 5d) pág. 130).

A actividade centrou-se em quatro eixos principais, que se sobrepõem nalgumas áreas. Certos financiamentos podem, portanto, ser contabilizados em mais de uma rubrica.

- Desenvolvimento das regiões menos favorecidas.

Os projectos nestas regiões beneficiaram de mais de 12 000 milhões, que representaram 72% da actividade nos Estados-membros, concentrando-se especialmente nas regiões menos favorecidas - sobretudo nos países abrangidos pelo objectivo de coesão e nos *Länder* orientais da Alemanha -, as quais reúnem mais de um quarto da população da União.

De 1990 a 1994, em sinergia com as subvenções dos Fundos Estruturais comunitários, o BEI concedeu mais de 47 000 milhões para projectos nas zonas de desenvolvimento regional, representando o investimento total correspondente um contributo de cerca de 150 000 milhões para a formação bruta de capital fixo.

- Realização das redes de transportes e de energia.

O BEI prosseguiu o financiamento de infra-estruturas que contribuem para melhorar as trocas intra-comunitárias e o acesso às diferentes regiões da União.

Foram concedidos mais de 7 000 milhões para projectos nos domínios dos transportes, das telecomunicações e das redes de transporte de electricidade e de gás.

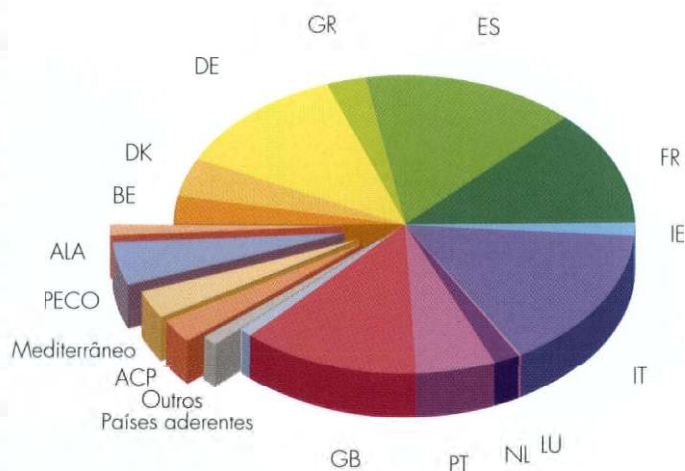
Montante dos contratos assinados⁽¹⁾
(milhões de ecus)

1994: 19 927,5			1993: 19 611,4	
montante	%		montante	%
615,3	3,5	Bélgica	371,6	2,1
849,7	4,8	Dinamarca	875,5	4,9
2 407,9	13,6	Alemanha	2 096,6	11,8
534,7	3,0	Grécia	511,1	2,9
3 011,5	17,0	Espanha	4 005,1	22,6
2 477,4	14,0	França	2 205,5	12,4
291,1	1,6	Irlanda	388,2	2,2
3 099,5	17,5	Itália	3 362,0	19,0
5,1	0,0	Luxemburgo		
399,5	2,3	Países Baixos	379,7	2,1
1 109,7	6,3	Portugal	1 488,8	8,4
2 454,7	13,9	Reino Unido	1 929,1	10,9
89,5	0,5	Áustria	72,5	0,4
60,2	0,3	Finlândia		
15,3	0,1	Suécia		
260,8	1,5	Outros ⁽²⁾	38,5	0,2
17 681,9	100,0	União	17 724,2	100,0
461,6	20,6	ACP-PTU	225,7	12,0
607,0	27,0	Mediterrâneo	680,5	36,1
957,0	42,6	PECO	882,0	46,7
220,0	9,8	ALA	99,0	5,2
2 245,6	100,0	Fora da União	1 887,2	100,0

(1) Ver abreviaturas pág. 130.

(2) Projectos de interesse comunitário situados no exterior do território dos Estados-membros (nota 5d) pág. 130).

Distribuição geográfica - 1994



O BEI participou na preparação dos projectos de redes transeuropeias de grande prioridade e, tendo em conta a excepcional dimensão de alguns deles, decidiu criar uma “**linha de crédito especial**”, que permite adaptar, se for caso disso, as suas condições de financiamento às características específicas dos projectos.

- Apoio à retoma do crescimento económico.

Em 1994, os financiamentos do BEI contribuíram para a realização de projectos cujo montante total orçou em cerca de 45 000 milhões.

No domínio das infra-estruturas, foi concluída a afectação dos 7 000 milhões previstos no âmbito do Instrumento de Edimburgo, que foram canalizados para 140 projectos de grande dimensão e programas de investimento nos domínios das comunicações, da energia e do ambiente.

O Banco instituiu também o instrumento de bonificação de juros para PME criadoras de empregos, comprometendo a primeira *tranche* de empréstimos globais no valor de 650 milhões.

- Uma atenção especial ao ambiente e às PME.

O BEI concedeu 4 900 milhões para projectos de gestão da água e dos resíduos, especialmente de iniciativa das autarquias locais, de desenvolvimento dos transportes públicos em meio urbano e de redução da poluição atmosférica provocada pela indústria e pela produção de energia.

Foram também concedidos 3 500 milhões para a racionalização da utilização e a diversificação dos recursos energéticos.

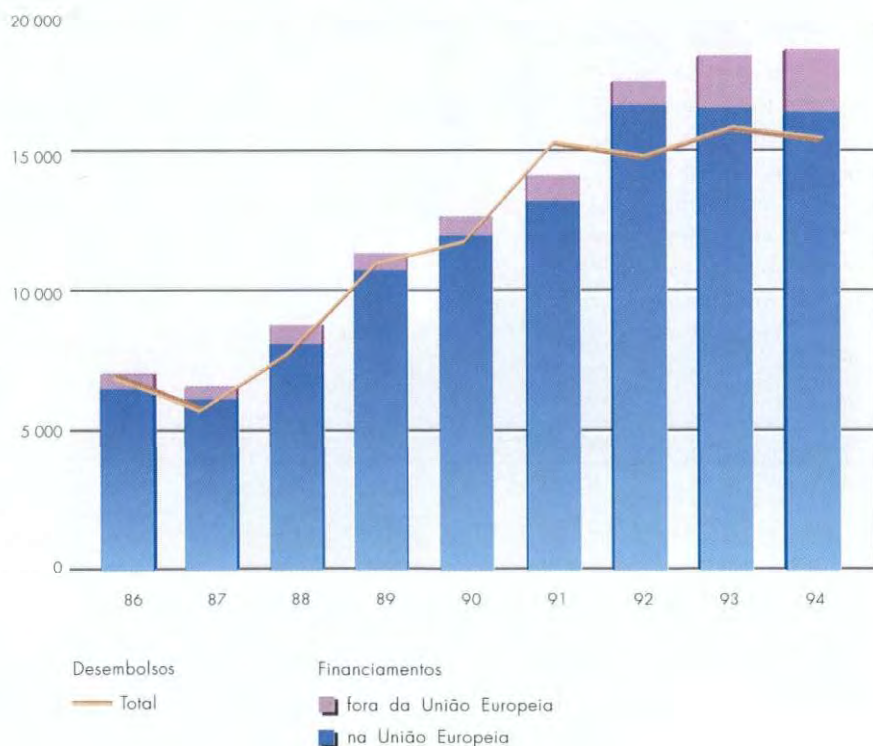
Num contexto económico pouco favorável, o BEI empenhou-se em apoiar projectos da indústria e dos serviços,

em particular os realizados por pequenas e médias empresas (3 600 milhões).

No exterior da União, os financiamentos no quadro da cooperação comunitária com países terceiros voltaram a aumentar, elevando-se a 2 246 milhões (1 887 milhões em 1993), dos quais 1 979 milhões a cargo de recursos próprios e 267 milhões a cargo de recursos orçamentais (lista pág. 107).

Este aumento decorre da duplicação dos financiamentos nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP e PTU) e do alargamento das operações na América Latina e na Ásia. O BEI intensificou também a sua acção na Europa Central e Oriental (PECO), e manteve-se activo nos países do sul do Mediterrâneo, no quadro da política Mediterrânica Renovada.

Desembolsos e financiamentos de 1986 a 1994
(milhões de ecus correntes)



Após um período de recessão económica, surgiram sinais de retoma em 1994, sem que aparecessem tendências inflacionistas notáveis. Em contrapartida, o combate ao desemprego não deu os resultados esperados e continua a ser a tarefa prioritária da União Europeia e dos seus Estados-membros, tal como sublinhado pelo Conselho Europeu de Essen.

Neste contexto, a realização das redes transeuropeias, a implementação da nova fase dos Fundos Estruturais, a conclusão do Mercado Único e o reforço da competitividade industrial, constituem alguns dos pilares de uma estratégia europeia que visa o crescimento e o emprego.

1994 foi também marcado pela entrada em vigor da segunda fase da União Económica e Monetária, que estreitou a coordenação das políticas económicas dos Estados-membros, cujas grandes orientações foram traçadas pelo Conselho Europeu de Corfu.

Por último, foi o ano da abertura. Em 1 de Janeiro de 1995, três países aderiram à União Europeia, cujos horizontes foram alargados através de uma associação mais estreita com os países da Europa Central e Oriental e de uma maior colaboração com os países da Bacia Mediterrânica.

EM 1994, A UNIÃO EUROPEIA
DESENVOLVEU UMA ESTRATÉGIA
DE CRESCIMENTO ECONÓMICO E
PREPAROU-SE PARA ACOLHER OS
NOVOS ESTADOS-MEMBROS

Intervindo activamente na construção europeia, o BEI participa cada vez mais na preparação e execução de diversas decisões relativas às políticas comunitárias. Nesta conformidade, nas últimas cimeiras, o Conselho Europeu convidou o BEI a participar na realização de objectivos fundamentais da União, tanto no que respeita a países terceiros, como aos Estados-membros: a implementação do Instrumento Financeiro de Edimburgo para infra-estruturas e investimentos de PME, a criação do Fundo Europeu de Investimento, a cooperação com o Fundo de Coesão, a gestão do instrumento de ajuda financeira dos países da EFTA e o financiamento das redes transeuropeias, constituem exemplos de iniciativas directamente cometidas ao BEI ou nas quais este participa activamente.

Nos últimos tempos, a colaboração com a Comissão Europeia e os seus serviços, assim como com as diferentes instâncias do Conselho de Ministros intensificou-se, e o Presidente do Banco foi chamado a participar em diversas sessões do Conselho. O Banco procurou também estabelecer um contacto mais directo com o Parlamento

Europeu, respondendo ao convite das comissões parlamentares ligadas às suas actividades. O mesmo se passou com o Comité Económico e Social e com o Comité das Regiões.

O BEI, PARCEIRO ACTIVO DA
CONSTRUÇÃO EUROPEIA...

Participando deste modo no processo de decisão e na informação dos deputados europeus, o BEI mostra o seu empenho em cumprir a missão que lhe foi cometida ao serviço da União Europeia, mantendo, contudo, a sua autonomia. Os serviços do Banco empenham-se, a todos os níveis, em desenvolver a sua acção, a fim de responder a solicitações que ultrapassam o âmbito das suas actividades usuais.

... CONTRIBUI PARA A DEFINIÇÃO
E A REALIZAÇÃO DE DIVERSOS
OBJECTIVOS COMUNITÁRIOS

O BEI coloca assim a sua experiência e o seu profissionalismo ao serviço das políticas comunitárias, tanto no que respeita aos Estados-membros, como a países terceiros seus parceiros. Apoiando a realização de projectos que contribuem para a integração e o desenvolvimento equilibrado da União Europeia, bem como para um crescimento sustentado e criador de empregos, o BEI contribui para o progresso e o bem-estar dos cidadãos europeus.

LINHA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA REDES TRANSEUROPEIAS: CONDIÇÕES ESPECIALMENTE ADAPTADAS A PROJECTOS EXCEPCIONAIS

As grandes redes europeias de transportes do terceiro milénio são preparadas na Europa de hoje. A sua construção, que em geral se estende a diversos países e implica em certos casos a realização de obras de arte de uma envergadura excepcional, exige que sejam encontradas soluções adequadas para os inúmeros e difíceis problemas de ordem administrativa e técnica que se apresentam. Para que sejam levados a bom termo, estes projectos exigem também a conjugação de diferentes apoios financeiros, públicos e privados, nacionais e comunitários, incluindo empréstimos do BEI e subvenções.

O BEI, que é a principal fonte de financiamento bancária de grandes infra-estruturas em metade dos Estados-membros, tem apoiado desde há longos anos a realização de infra-estruturas de transportes de interesse comunitário, concedendo verbas elevadas para inúmeros projectos, entre os quais os comboios de alta velocidade, o Túnel da Mancha, a ligação fixa no Grande Belt e alguns dos grandes eixos de auto-estradas.

O Banco também tem financiado em diversos países redes de telecomunicações, grandes gasodutos de transporte do gás natural proveniente do Mar do Norte, da Rússia e da Argélia, e a interligação de redes de transporte de gás e de electricidade, para facilitar as trocas de energia na União Europeia.

Tendo estabelecido a lista de projectos de redes transeuropeias de grande prioridade (ver mapa pág. 28), o Conselho Europeu de Essen convidou o BEI a reforçar a sua acção neste domínio. Este último adoptou um certo número de medidas, tendo em conta que cada projecto tem as suas características próprias e deve ser estudado individualmente, para se poder ajuizar das suas qualidades económicas, técnicas e financeiras. Estas medidas consistem na adaptação, quando necessário, das características dos financiamentos às necessidades específicas dos projectos. São abrangidos os domínios dos transportes, das telecomunicações e da energia (sector público e privado), e também da protecção do ambiente, quando o projecto tiver um carácter transeuropeu.

Foi criada uma **"linha de crédito especial"**, que se pode aplicar a projectos que se integrem em redes, na União ou na periferia desta (Europa Central e Oriental, Bacia Mediterrânica e Alpes).

Por conseguinte, para apoiar estes projectos de interesse vital para a União Europeia, mas que têm necessidades específicas de financiamento por força das suas grandes dimensões, dos seus períodos de construção particularmente longos e do facto de não gerarem receitas a curto prazo, o Banco está disposto a:

- prolongar para além dos períodos habituais os prazos de vencimento dos empréstimos e os períodos de diferimento do reembolso do capital e até mesmo dos juros, de forma a obter prazos de reembolso mais adequados às características destes investimentos e às receitas previstas;

- oferecer uma engenharia financeira que contribua para reduzir os riscos incorridos pelos bancos e promotores, em particular os privados, nomeadamente através de facilidades de refinanciamento (que permitem que os bancos refinanciem os seus compromissos em função dos prazos de vencimento dos empréstimos disponíveis nos mercados), através da concessão de pré-financiamentos (que "congelam" as taxas de juro entre o momento do contrato de financiamento e a data efectiva de colocação à disposição dos fundos) e através da assinatura prévia de acordos-quadro de financiamento (cuja utilização está ligada a condições dependentes do avanço do projecto);

- alargar os seus financiamentos a componentes de redes que respondam aos objectivos visados, independentemente do facto de as mesmas se situarem ou não em regiões assistidas;

- participar desde o início na preparação dos projectos, a fim de permitir definir previamente, em articulação com a acção do Fundo Europeu de Investimento (FEI) e em colaboração com o sector bancário europeu, as estruturas contratuais e financeiras que melhor se adaptam às características de cada projecto, desempenhando plenamente o seu papel de catalisador e promovendo a efectivação de acordos financeiros sólidos.

Esta resolução do Banco de adaptar as características dos seus empréstimos está na linha da acção empreendida em favor das redes de transportes e de energia de interesse comunitário, em articulação com os promotores e todas as partes interessadas. O BEI procedeu à avaliação económica, técnica e financeira da maior parte dos catorze projectos de RTE de transportes considerados em Essen, e comprometeu até finais de Fevereiro de 1994 cerca de 4 300 milhões para o financiamento de alguns destes projectos, ou de algumas das suas componentes, já em fase de realização. Foram financiados: obras na secção italiana do eixo ferroviário de alta velocidade do Brenner; o TGV Paris-Bruxelas-Colónia-Amsterdão-Londres; a principal linha ferroviária da Irlanda (Cork-Dublin-Belfast); melhoria da ligação Irlanda - Reino Unido - Benelux; ampliação do aeroporto de Milão-Malpensa; e diversos lanços da rede de auto-estradas na Grécia, em Espanha, em Portugal e na Finlândia. Em finais de Fevereiro de 1995, já tinham sido assinados contratos de financiamento no valor de 3 300 milhões para diversas fases destes projectos.

No domínio das RTE de energia, o BEI já comprometeu mais de 1 500 milhões para o gasoduto Magrebe-Espanha, incluindo as secções argelina e marroquina, assim como para o desenvolvimento das redes de gás da Grécia e de Portugal, que já beneficiaram de empréstimos, e para a interligação das redes de electricidade de Espanha e Portugal.

Em Dezembro de 1994, o Conselho Europeu, reunido em Essen, confirmou o seu apoio, já manifestado em Junho em Corfu, à constituição de redes transeuropeias (RTE) e aprovou uma lista de projectos prioritários nos domínios dos transportes e da energia.

Além de preconizar o rápido arranque de projectos de grande prioridade no domínio dos transportes, o Conselho Europeu assinalou a importância dos sistemas de gestão dos transportes, quer se trate da rede multimodal, quer de sistemas de controlo e de segurança do tráfego aéreo.

Durante todo o ano, o BEI participou activamente na preparação do relatório confiado aos representantes pessoais dos Chefes de Estado e do Governo (dito "Grupo Christophersen") sobre a identificação das RTE e as possibilidades de financiamento dos grandes investimentos necessários, em particular para a realização de projectos prioritários (ver mapa pág. 28).

No Conselho de Essen, o BEI teve a oportunidade de confirmar o seu empenho nesta iniciativa, comprometendo-se a mobilizar importantes meios financeiros, seguindo a linha da sua acção em favor de infra-estruturas de interesse comum e reforçando-a.

De 1990 a 1994, o BEI concedeu mais de 23 000 milhões para a realização de infra-estruturas de comunicação de inte-

resse para todos os Estados-membros, contribuindo para um investimento global de cerca de 87 000 milhões.

À luz da experiência, o BEI crê poder assegurar as necessidades de financiamento dos projectos no que toca a empréstimos, na medida em que estes satisfaçam os seus critérios em termos de justificação económica, de montagem financeira e de garantias. Tendo presente as grandes dimensões de alguns destes projectos de RTE e as correspondentes necessidades de financiamento, o Banco propôs implementar modalidades de financiamento adequadas, reunidas sob a designação de "linha de crédito especial", que é descrita na página anterior.

Neste domínio, o BEI também tomou em conta, numa perspectiva de interesse recíproco, as ligações com países parceiros, sobretudo com a Europa Central e Oriental e a Bacia Mediterrânica, assim como iniciativas de protecção do ambiente, na medida em que se inscrevam no quadro de projectos de carácter transeuropeu.

Além disso, o Fundo Europeu de Investimento (FEI), instituído em Junho de 1994 pelo BEI, a Comissão e o sector bancário (ver pág. 14), dedicar-se-á essencialmente à prestação de garantias, com vista a facilitar o financiamento destas redes e a dar uma maior segurança aos parceiros financeiros.

O crescente apoio dado à realização das redes transeuropeias advém também do empenho do BEI em contribuir para o ordenamento e o desenvolvimento equilibrado das diferentes regiões da União Europeia, com vista a reforçar a sua coesão económica e social.

Uma grande parte da acção em favor do desenvolvimento regional, uma missão prio-

ritária que foi cometida ao BEI nos termos do artigo 198º-E do Tratado da União Europeia, complementado pelo Protocolo relativo à coesão, é realizada em sinergia com as subvenções dos Fundos Estruturais comunitários.

PARTICIPANDO DIRECTAMENTE NA IDENTIFICAÇÃO DAS REDES TRANSEUROPEIAS ...

... O BEI APLICA A SUA EXPERIÊNCIA NA CONCRETIZAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS NECESSÁRIOS ...

... E ADAPTA AS SUAS CONDIÇÕES À ESPECIFICIDADE DE CERTOS PROJECTOS

FUNDO EUROPEU DE INVESTIMENTO

O Fundo Europeu de Investimento (FEI), que iniciou as suas actividades em Junho de 1994, tem como objectivo apoiar, prestando garantias, a realização de grandes projectos de infra-estruturas, particularmente as integradas nas redes transeuropeias, e de investimentos de pequenas e médias empresas.

O FEI constitui **uma estrutura original** no que toca à composição dos seus membros, na medida em que associa entidades públicas e privadas, comunitárias e nacionais, com vista a apoiar com novos meios a realização de investimentos relevantes para o relançamento económico e o desenvolvimento equilibrado da União Europeia.

O FEI, cuja criação foi acordada quando do Conselho Europeu de Edimburgo, no quadro da iniciativa de crescimento, realizou em 14 de Junho no Luxemburgo a sua Assembleia Geral constitutiva, composta por representantes do BEI, da Comissão Europeia e de 58 instituições financeiras que participam no seu capital, sediadas nos doze Estados-membros da União Europeia.

Na Conferência intergovernamental de 25 de Março de 1993, foi aprovado, após parecer favorável do Parlamento Europeu, um acto que alterou o protocolo relativo aos Estatutos do BEI e autorizou o Conselho de Governadores do Banco a criar o FEI. Após ratificação pelos Estados-membros, o Conselho de Governadores criou formalmente o Fundo em 25 de Maio de 1994.

O FEI é um instrumento **autónomo**, dotado de personalidade jurídica própria e com uma contabilidade distinta da do BEI.

O **capital** inicial autorizado é de 2 000 milhões de ecus. Em 14 de Junho de 1994, tinham sido subscritos 1 700 milhões, dos quais: 800 milhões pelo BEI, 600 milhões pela Comissão Europeia em nome da União Europeia, e 300 milhões por 58 Bancos e instituições financeiras. Ainda se encontra disponível o montante de 300 milhões, que possibilitará a participação de outras instituições financeiras.

O FEI pauta-se por critérios bancários e a sua actividade actual consiste na prestação de **garantias financeiras**. As comissões cobradas destinam-se a cobrir as despesas administrativas e a constituir reservas e, no futuro, a remunerar os accionistas. Numa fase ulterior, estão previstas participações directas no capital de empresas

que contribuam para a realização de redes transeuropeias, ou o financiamento indirecto de pequenas e médias empresas.

Em 31 de Dezembro de 1994, o FEI tinha assinado seis operações de garantia no montante total de 513 milhões de ecus, em favor de projectos de investimento situados em quatro Estados-membros da União Europeia.

Estas garantias cobriam cinco empréstimos do BEI destinados ao financiamento de grandes projectos de infra-estruturas, dois dos quais foram considerados prioritários no quadro das redes transeuropeias (RTE): o aeroporto de Malpensa, na Itália, e um gasoduto em Portugal. Os restantes projectos consistiam na rede de telecomunicações e em gasodutos na Itália, e num sistema de telemóveis na Grécia. A sexta garantia foi concedida para um empréstimo do grupo Banco Popular, para a promoção de pequenas e médias empresas.

Em virtude da adesão à União Europeia da Áustria, da Finlândia e da Suécia, o FEI prevê alargar em breve as suas actividades a estes países, cujas instituições financeiras poderão tornar-se seus accionistas.



European Investment Fund
FEI · EIF

O FEI tem a sua sede no Luxemburgo, e é gerido por um Comité Financeiro composto por três membros: Eugenio Greppi (Presidente), François Lagrange e David McGlue. Este Comité é responsável perante o Conselho de Fiscalização presidido por Sir Brian Unwin, Presidente do Banco, o qual reúne representantes do BEI, da Comissão e das instituições financeiras accionistas.

As actividades do FEI são apresentadas de uma forma mais detalhada no seu relatório anual, disponível na sua sede provisória:

c/o Banco Europeu de Investimento

100, boulevard Konrad Adenauer - L-2950 Luxemburgo

Neste contexto, o BEI participou na programação da segunda fase da reforma dos Fundos Estruturais (a qual cobre o período 1994-1999), continuando a procurar otimizar o impacto da articulação dos seus empréstimos com as subvenções comunitárias.

Vivendo-se um período de crescimento ainda bastante hesitante, de endividamento público de um modo geral demasiado elevado, e de persistência de um grande desemprego, esta optimização é particularmente importante e inscreve-se naturalmente numa perspectiva plurianual.

Em 1994, o BEI canalizou cerca de três quartos dos seus financiamentos para projectos que promoviam o desenvolvimento regional, muitos dos quais beneficiavam de outras intervenções comunitárias. Também contribuiu para a avaliação de diversos projectos nos domínios do ambiente e dos transportes, nos quatro países que beneficiam prioritariamente da acção do Fundo de Coesão.

Nestes países, o Banco implementou progressivamente o instrumento de ajuda fi-

nanceira previsto no quadro do Espaço Económico Europeu (EEE).

Este instrumento destina-se a apoiar projectos nos domínios do ambiente, dos transportes, da educação e da formação, assim como projectos de iniciativa de PME, na Grécia, em Portugal, na Irlanda e nas regiões desfavorecidas da Espanha. Durante o período 1994-1998, deverão ser concedidos 500 milhões na forma de subvenções, sendo também facultadas bonificações de juro de 2% para um volume de empréstimos do BEI de 1 500 milhões. No ano em apreço, o BEI administrou, por conta do EEE, a concessão de subvenções e de bonificações em Portugal, em Espanha, na Grécia e na Irlanda.

Além disso, o BEI acolheu com interesse a decisão tomada pelo Conselho Europeu de Essen, no sentido de apoiar o processo de paz empreendido na Irlanda do Norte. Será instaurado um programa plurianual de ajuda ao desenvolvimento, que além de ajudas comunitárias, prevê financiamentos do BEI, para garantir um apoio adicional na Irlanda do Norte e nas zonas fronteiriças da República da Irlanda.

Em 1994, o BEI concluiu as iniciativas de apoio à actividade económica preconizadas pelo Conselho Europeu de Edimburgo em Dezembro de 1992, e implementadas a partir de 1993.

- O Fundo Europeu de Investimento, que se destina a facilitar, por meio da prestação de garantias, o financiamento de redes de infra-estruturas transeuropeias e de investimentos de PME, realizou a sua assembleia constitutiva em 14 de Junho de 1994 (ver caixa pág. anterior). Em finais de 1994, tinha já sido aprovada a concessão de garantias no valor de 711 milhões.

- No que toca ao Instrumento Financeiro de Edimburgo, que permite acelerar o fi-

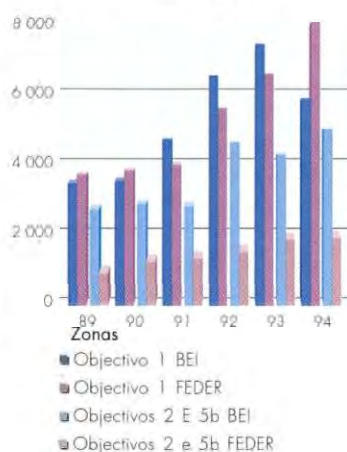
nanciamento de infra-estruturas, foram comprometidos os 7 000 milhões previstos, que se destinaram a 140 projectos (ver caixa pág. 22).

A implementação deste instrumento mostrou o interesse que estas iniciativas apresentam para os promotores, especialmente nos dois principais domínios de intervenção do BEI: o desenvolvimento regional e as redes de comunicação.

Em finais de 1994, o Conselho de Administração decidiu suavizar as regras a observar na acumulação de empréstimos/subvenções nas regiões prioritárias e permitir o financiamento de infra-estruturas de acesso às redes nas regiões não assistidas.

O APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EQUILIBRADO DA UNIÃO CONTINUA A SER O OBJECTIVO PRIORITÁRIO DO BEI

Localização dos projectos financiados pelo BEI ou pelo FEDER



CONCLUSÃO DAS INICIATIVAS DE APOIO À RETOMA DO CRESCIMENTO

O BEI E O ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA

Em 1 de Janeiro de 1995, a União Europeia acolheu mais três Estados-membros: a Áustria, a Finlândia e a Suécia. Consequentemente, o BEI passou a ter quinze accionistas.

Uma vez mais, o domínio geográfico de actividades do BEI foi ampliado, depois dos alargamentos à Dinamarca, à Irlanda e ao Reino Unido em 1973, à Grécia em 1981, e à Espanha e a Portugal em 1986, e da reunificação alemã em 1990.

Este novo alargamento é a conclusão do processo iniciado em finais de 1992, altura em que o Conselho Europeu de Edimburgo tomou a decisão de encetar negociações com os países candidatos no início de 1993. A conclusão dos debates em Março de 1994 permitiu que o Parlamento Europeu aprovasse os Tratados de Adesão em 4 de Maio do mesmo ano.

A Áustria, a Finlândia e a Suécia confirmaram por referendo a aceitação das condições de adesão, e subsequentemente, os respectivos parlamentos nacionais e os dos Doze ratificaram os Tratados.

A rapidez com que o processo de adesão se desenrolou deveu-se essencialmente às estruturas económicas e sociais dos Estados candidatos, próximas das dos Doze, à sua aceitação do acervo comunitário e à conclusão, em 1992, do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que já tinha permitido resolver muitas questões.

A União Europeia passou a abranger uma superfície de 3,24 milhões de km², com uma população de 366 milhões de habitantes, e a sua riqueza em termos de PIB registou um acréscimo de cerca de 7%.

A adesão destes três países tem repercussões na estrutura, no capital e nas actividades do BEI.

No que se refere às **estruturas**, cada um dos novos Estados-membros designou um ministro para o Conselho de Governadores, assim como um membro titular para o Conselho de Administração, repartindo com os outros dois um posto de membro su-

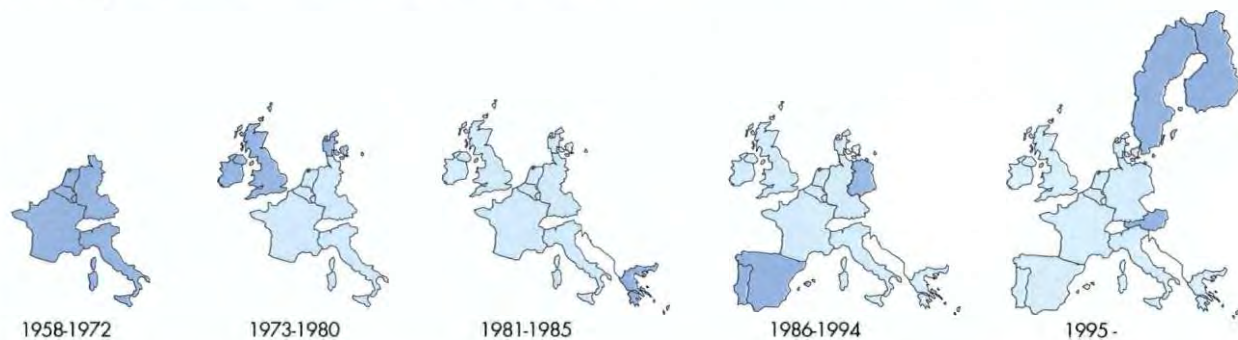
plente. No início de 1995, o Conselho de Governadores do BEI decidiu aumentar de seis para sete o número de Vice-Presidentes do Comité Executivo do Banco. No início do ano, o pessoal do Banco passou a integrar os primeiros nacionais dos novos Estados-membros.

A contribuição destes para o **capital** do Banco eleva-se a 7,1%, baseando-se o cálculo essencialmente no respectivo produto interno bruto. O capital subscrito foi elevado para 62 mil milhões, o que representa um aumento do limite máximo dos empréstimos concedidos pelo Banco de 144 mil milhões para 155 mil milhões. A ponderação por Estados das subscrições de capital foi alterada, tornando-se a Suécia o oitavo accionista pelo valor da sua contribuição, e a Áustria e a Finlândia, o décimo e o décimo primeiro (ver demonstração das subscrições de capital pág. 96 das demonstrações financeiras). A percentagem de capital subscrito e a subscrever manteve-se inalterada (7,5%), e os pagamentos dos novos Estados-membros serão efectuados em oito *tranches* iguais até Outubro de 1998. Os novos Estados-membros contribuem nos mesmos termos para as reservas e as provisões.

No domínio das **actividades**, os financiamentos não apresentam dificuldades, na medida em que no quadro das relações com os países da EFTA, o Conselho de Governadores do BEI já tinha aprovado em 8 de Abril de 1994 a concessão de empréstimos e garantias nestes países, até um limite máximo de 500 milhões ao ano, durante dois anos.

Deste modo, o BEI teve a oportunidade de desenvolver os seus laços com as instituições económicas e financeiras destes países e de efectuar a instrução de diversos projectos. Em finais de 1994, já tinham sido concedidos 165 milhões para projectos na Áustria, na Finlândia e na Suécia.

Por outro lado, o BEI já está presente nos mercados financeiros austríaco e sueco, e os contactos estabelecidos com as administrações, a banca e a indústria, vão ser aproveitados para reforçar rapidamente a concessão e a contracção de empréstimos nos três novos Estados-membros.



O Conselho Europeu de Copenhaga decidiu alargar o Instrumento Financeiro de Edimburgo às pequenas e médias empresas criadoras de empregos. Em Abril de 1994, após exame das modalidades pelo Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros encarregou o BEI da respectiva administração. Em Junho de 1994, foi assinado um acordo de cooperação com a Comissão, que permitiu lançar esta vertente do instrumento.

Esta acção prevê a concessão de bonificações de juros a cargo de recursos orçamentais da União Europeia para um volume de empréstimos globais do BEI de 1 000 milhões. As PME criadoras de empregos podem beneficiar de créditos com bonificação de juros de 2% durante 5 anos, não devendo o respectivo montante exceder os 30 000 ecus por posto de trabalho criado.

Em finais de 1994, já tinha sido concedida a primeira *tranche* de empréstimos globais no valor de 650 milhões, em colaboração com instituições de todos os países da União, e em finais de Fevereiro de 1995, já tinham sido recebidos pedidos de financiamento no valor de 324 milhões. Prevê-se que a segunda *tranche* de 350 milhões, à qual terão também acesso os três novos Estados-membros, seja afectada no decurso de 1995.

A realização do Mercado Único constitui uma das chaves da competitividade da in-

dústria europeia, tal como a promoção do investimento incorpóreo, o reforço da investigação e do desenvolvimento tecnológico, e a melhoria da educação e da formação profissional, quer se trate de PME, quer de empresas de maior dimensão.

O BEI tem em conta estas vertentes quando procede à análise dos projectos que lhe são apresentados, e as mesmas estão presentes em muitos dos projectos já financiados.

O papel das PME na vida económica local e a sua contribuição para a criação de postos de trabalho são essenciais. No entanto, embora a sua capacidade de reacção e de adaptação seja notável, as PME são também as empresas mais vulneráveis em épocas difíceis, e não dispõem de facilidades de acesso às diferentes fontes de financiamento.

Por esta razão, o BEI empenhou-se em satisfazer o aumento de pedidos de crédito constatado em 1994, sobretudo da parte de PME de menores dimensões, nomeadamente nas regiões assistidas, podendo esse aumento significar uma melhoria da situação destas.

O BEI participará também na ajuda comunitária prevista para facilitar a adaptação da indústria têxtil portuguesa às novas normas do GATT; esta inclui a concessão de subvenções comunitárias, uma parte das quais se destinará à bonificação de juros de empréstimos do BEI.

AS PME SÃO UM ALVO ESPECIAL DA ACÇÃO DE PROMOÇÃO DO EMPREGO E DA COMPETITIVIDADE



A integração da vertente ambiental nas diferentes políticas comunitárias, preconizada pelo Tratado da União Europeia, foi reforçada no quinto programa de acção em favor do ambiente. Entre outros aspectos normativos, este prevê o apoio a acções de natureza económica.

A adesão de novos Estados-membros que praticam políticas ambientais muito avan-

çadas deverá imprimir um novo dinamismo à acção neste domínio. Esta abordagem, que visa apoiar o desenvolvimento sustentado, é patente na reforma dos Fundos Estruturais e nos domínios de intervenção definidos para o Fundo de Coesão.

A UNIÃO BENEFICIARÁ DO KNOW-HOW EM MATÉRIA DE AMBIENTE DOS SEUS NOVOS ESTADOS-MEMBROS

A ACÇÃO EM FAVOR
DA PROTECÇÃO DO
AMBIENTE ABRANGE
UMA GAMA CADA VEZ
MAIOR DE PROJECTOS

O Conselho Europeu de Essen manifestou o seu interesse numa abordagem de tipo rede em áreas específicas da protecção ambiental, e o BEI tomou em consideração os projectos de carácter transeuropeu que poderiam ser financiados através da sua linha de crédito especial (ver pág. 12).

Esta orientação corresponde à prática usual do Banco, o qual não só verifica o impacte ambiental de todos os projectos que lhe são apresentados, como integra a componente ambiental na análise económica dos mesmos.

O aumento dos investimentos neste domínio, especialmente de iniciativa das colectividades locais, e a integração da vertente ambiental noutros sectores, como a indústria e a energia, ilustram a efectiva integração do ambiente no conjunto das actividades económicas.

Esta abordagem também se verifica no exterior da União. A protecção do ambiente é uma das prioridades da acção na Bacia Mediterrânica, e constitui uma das componentes essenciais das actividades do BEI nos países da Europa Central e Oriental, onde as carências neste domínio são enormes.

Por natureza, o ambiente é um domínio privilegiado da cooperação internacional, em que o BEI participa activamente, nomeadamente, no Programa de Assistência Técnica para o Ambiente no Mediterrâneo (METAP), lançado em 1988, nas iniciativas desenvolvidas desde 1992 para reabilitar o Mar Báltico e, mais recentemente, para sanear a bacia do Elba e para garantir a protecção e a melhor utilização do Danúbio (ver Relatório Anual 1993 pág. 24).

1995, ADESÃO
DA ÁUSTRIA, DA
FINLÂNDIA E DA SUÉCIA

A 1 de Janeiro de 1995, a adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia à União Europeia marcou uma nova etapa da integração europeia.

Simultaneamente, os três novos Estados-membros tornaram-se membros do BEI; no ano em apreço, este tomou as disposições necessárias para integrar estes países e reforçou os contactos com os respectivos operadores, para desenvolver a sua acção (ver caixa pág. 16).

A perspectiva de adesão destes países já tinha sido tomada em conta aquando da criação do Espaço Económico Europeu (EEE), que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1994. O EEE, constituído pelos países da União Europeia e da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), é a

maior zona económica integrada do mundo.

Reunidos em Dezembro de 1993, os representantes dos Estados-membros da União Europeia e da EFTA preconizaram o reforço das actividades do BEI (sobretudo nos domínios das infra-estruturas e das redes transeuropeias) nos países candidatos, que então incluíam a Noruega, assim como nos restantes países da EFTA.

Em Abril de 1994, o Conselho de Governadores autorizou a concessão de um montante máximo de 500 milhões na forma de empréstimos ou de garantias, durante um período de tempo de dois anos, tendo sido comprometidos 265 milhões no ano em apreço.

Em 1994, o aprofundamento das relações entre a União Europeia e os países seus parceiros foi objecto de uma análise que se repercutiu nas conclusões do Conselho Europeu de Essen, reunido no final do ano.

Confirmando tomadas de posição anteriores, o Conselho Europeu precisou que depois do seu alargamento aos três novos Estados-membros, "a União Europeia iniciará a execução do seu programa para preparar a adesão de todos os países europeus com os quais concluiu Acordos Europeus".

Por conseguinte, os países associados da **Europa Central e Oriental** que o desejem, poderão tornar-se membros da União Europeia logo que estejam aptos a cumprir os requisitos prévios correspondentes. Os Estados Bálticos e a Eslovénia serão associados rapidamente a esta estratégia de aproximação, que visa preparar a integração no Mercado Único. O apoio dado pela União Europeia ao desenvolvimento económico dos países interessados constitui uma das chaves da integração. O BEI contribui para esse objectivo, tendo sido autorizado pelo Conselho de Governadores, em 2 de Maio de 1994, a conceder empréstimos no valor máximo de 3 000 milhões até finais de 1996, os quais beneficiarão da garantia comunitária.

É dada uma atenção especial aos projectos que apresentam um carácter transfronteiriço, os quais, nos domínios das infra-estruturas e da indústria, contribuem para a reconversão e a integração das economias destes países. Os projectos infra-estruturais poderão beneficiar das condições previstas no âmbito da linha de crédito especial lançada para o financiamento das redes transeuropeias.

A acção do BEI nestes países é realizada em colaboração com outras entidades, no-

meadamente, o programa comunitário PHARE, o BERD e o Banco Mundial.

No que se refere à actividade Euratom, área em que compete à Comissão Europeia decidir da angariação e de concessão de fundos, o Conselho conferiu ao BEI um mandato (que este aceitou em 19 de Julho de 1994) para efectuar a apreciação dos aspectos estritamente financeiros e económicos de medidas de segurança nuclear em certos países da Europa Central e Oriental, assim como na Rússia, na Ucrânia e na Arménia.

Na **Bacia Mediterrânica**, a União Europeia pretende estabelecer uma parceria euro-mediterrânica susceptível de conduzir à criação de uma zona de livre intercâmbio, factor de prosperidade e de paz. O BEI participará activamente nesta parceria, desempenhando um papel essencial na implementação da vertente financeira da cooperação com os países da região.

Em 30 de Novembro de 1994, o Conselho de Governadores autorizou o Banco a financiar projectos nos Territórios de Gaza e da Cisjordânia, apoiando deste modo o processo de paz no Próximo Oriente e os esforços de cooperação na região.

Nos **Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico**, o BEI participa há muito tempo na política de ajuda ao desenvolvimento, centrando a sua acção na emergência de um sector industrial activo. Esta acção deve ser reforçada no quadro da cooperação financeira prevista após a revisão (a meio curso) da Quarta Convenção de Lomé, iniciada em 1994. Um dos pontos principais consiste na definição do nível da cooperação financeira, a qual inclui vultosas ajudas não reembolsáveis, empréstimos do BEI a cargo de recursos próprios e financiamentos em capitais de risco a cargo de recursos orçamentais.

NO EXTERIOR DA UNIÃO,
A ACÇÃO DO BEI ESTENDE-SE
A DIVERSAS ÁREAS
GEOGRÁFICAS ...

... APOIA PROJECTOS
REALIZADOS EM
COOPERAÇÃO A
NÍVEL REGIONAL ...

... E PROMOVE
A REALIZAÇÃO DE PROJECTOS
DE INTERESSE COMUM E DE
PROTECÇÃO DO AMBIENTE

As relações estabelecidas entre a União e a África do Sul desde que esta encetou uma via democrática poderão conduzir a que o BEI inicie a concessão de financiamentos a cargo de recursos próprios, no quadro do acordo provisório celebrado em Novembro de 1994.

Por último, na América Latina e na Ásia, os financiamentos do BEI, iniciados em 1993, desenvolveram-se muito após a cele-

bração de acordos-quadro com diversos países. Os projectos devem obedecer a um critério de interesse recíproco, que pode consistir na sua coadunação com certos grandes objectivos identificados pelos países interessados e pela União Europeia, como por exemplo, a protecção do ambiente, ou na associação de operadores dos Estados-membros na respectiva realização.

EM 1994, ESTABILIDADE DO
MECANISMO DE CÂMBIO E
SUBIDA DAS TAXAS
DE LONGO PRAZO

Com a entrada em vigor em 1 de Janeiro de 1994 da segunda fase da União Económica e Monetária, iniciou-se o reforço da convergência das políticas económicas dos Estados-membros e da fiscalização das políticas orçamentais, nos termos das disposições do Tratado da União Europeia.

O Instituto Monetário Europeu (IME), que foi criado na mesma data, participou na coordenação das políticas monetárias dos bancos centrais e iniciou estudos preparatórios com vista à criação do sistema europeu de bancos centrais (SEBC).

Em contraste com as perturbações verificadas em 1993 e com as pressões que conduziram à desvalorização da peseta e do escudo no início de Março de 1995, em 1994, o mecanismo de câmbio do sistema monetário Europeu não sofreu grandes tensões, embora algumas moedas fossem temporariamente afectadas.

O ECU CONTINUA A SER UMA
DAS PRINCIPAIS MOEDAS
DESEMBOLSADAS PELO BEI

Na sequência das turbulências verificadas nos mercados obrigacionistas e do aumento do interesse de inúmeros operadores pelos mercados nacionais, as emissões

internacionais públicas em ecus apenas atingiram globalmente 5 800 milhões, contra cerca de 7 000 milhões em 1993, 19 000 milhões em 1992, 27 000 milhões em 1991 e 15 000 milhões em 1990.

Em 1994, verificou-se uma retoma dos pedidos de desembolso em ecus, tendo esta moeda ocupado a quarta posição, com uma percentagem de 10% do total desembolsado.

Em contrapartida, tendo grandes disponibilidades em ecus, numa altura em que o *cash-flow* era muito excedentário e em que se verificou o reembolso antecipado de empréstimos, o BEI apenas lançou uma emissão em ecus de 300 milhões (contra 650 milhões em 1993 e 1 450 milhões em 1992), continuando, no entanto, activo no mercado de curto prazo, através dos seus programas de papel comercial e de títulos.

Em finais de 1994, os empréstimos contraídos pelo BEI em ecus ainda em curso rondavam os 10 000 milhões, representando cerca de 12% do total da carteira.



Financiamentos concedidos: O volume de financiamentos do BEI nos países da

União Europeia elevou-se a 16 624 milhões, contra 16 779 milhões em 1993. Este montante inclui os **empréstimos individuais** assinados durante o ano (13 861

milhões para 190 projectos) e os 7 712 **créditos concedidos no âmbito de empréstimos globais em curso** (2 763 milhões), cuja distribuição por sectores e por objectivos de política comunitária só é conhecida aquando da respectiva afectação final.

Esta apresentação mais operacional das

actividades do exercício distingue-se da apresentação dos **contratos de financiamento assinados** (17 682 milhões em 1994, contra 17 724 milhões em 1993), que inclui os empréstimos individuais (13 861 milhões) e os empréstimos globais celebrados durante o ano com bancos e instituições financeiras (3 821 milhões).
DISTRIBUIÇÃO POR SECTORES

A manutenção do mesmo nível de financiamentos nos últimos três anos deve-se à evolução diferente nos vários sectores, tendo-se verificado um franco aumento nos dos transportes e da energia, uma manutenção do mesmo nível no das telecomunicações, um certo abrandamento no do tratamento de águas residuais e de resíduos, e uma nova retracção no da indústria e dos serviços.

Em 1994, os financiamentos para infra-estruturas representaram 78% da actividade total.

Os financiamentos para **infra-estruturas de comunicação** ascenderam a 7 792 milhões, valor superior ao de 1993 (7 168 milhões) e que representou 47% do montante total.

Os financiamentos para os **transportes** (5 637 milhões) destinaram-se a algumas obras de envergadura excepcional (o Túnel da Mancha e a ligação fixa do Grande Belt), a redes de estradas e auto-estradas, a vias férreas, a transportes urbanos e a infra-estruturas portuárias e aeroportuárias. No domínio das **telecomunicações**, foram concedidos 2 155 milhões para redes telefónicas e ligações por satélite.

Os financiamentos para a **gestão da água e dos resíduos** cifraram-se em 1 432 milhões, 462 milhões dos quais se destinaram a instalações de pequena e média dimensão, não tendo

registado qualquer aumento após dois anos de crescimento particularmente sustentado.

Por fim, as **infra-estruturas diversas**, sobretudo de carácter urbano, realizadas por autarquias locais, absorveram cerca de 422 milhões.

No sector da **energia**, foram concedidos 3 384 milhões (20% da actividade), contra 2 576 milhões em 1993. Este crescimento notável deveu-se ao financiamento de importantes projectos

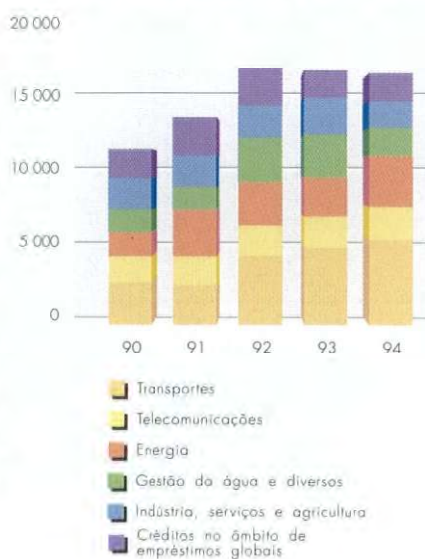
de produção de electricidade (1 112 milhões) e de hidrocarbonetos (565 milhões), assim como ao prosseguimento do reforço das redes de transporte de electricidade e de transporte e distribuição de gás natural (1 707 milhões).

Na **indústria, serviços e agricultura**, foram concedidos 3 594 milhões (4 224 milhões em 1993), ou seja, 22% do total, o que reflecte o abrandamento das actividades nestes sectores nos últimos anos.

Os empréstimos individuais absorveram metade do total (1 798 milhões), destinando-se a uma vasta gama de projectos, principalmente nos sectores da indústria automóvel, da química e petroquímica, do papel e da tipografia. Grande parte dos projectos financiados comportava uma vertente ambiental significativa.

Em contrapartida, verificou-se uma ligeira retoma dos financiamentos para projectos de pequena e média dimensão, essencialmente de iniciativa de PME. Durante o ano, no âmbito de empréstimos globais em curso, foram concedidos 6 822 créditos no valor de 1 797 milhões (dos quais 19 milhões a cargo de recursos do NIC), sobretudo na indústria (3 819 créditos no valor de 1 336 milhões) e nos serviços (2 990 créditos no valor de 458 milhões) e em menor grau, na agricultura (13 créditos no valor de 2 milhões).

Distribuição dos financiamentos por sectores:
75 819 milhões de 1990 a 1994



O INSTRUMENTO DE EDIMBURGO PARA O FINANCIAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS: BALANÇO

Pretendendo acelerar o financiamento de projectos de infra-estruturas que favoreçam a retoma económica, em finais de 1992, o Conselho Europeu de Edimburgo pediu ao BEI que implementasse uma linha de crédito temporária de 5 000 milhões ao longo de dois anos.

Em Junho de 1993, em Copenhaga, o Conselho elevou esse montante para 7 000 milhões, prolongando o prazo de aplicação.

No domínio das infra-estruturas, este instrumento poderá contribuir para o financiamento de:

- projectos de redes transeuropeias nos domínios dos transportes, das telecomunicações e da energia, assim como equipamento no sector dos transportes e da produção de energia;
- outros projectos nestes sectores (transportes, telecomunicações e energia), que permitam melhorar o acesso das regiões em causa às redes transeuropeias;
- projectos no sector do ambiente, incluindo a renovação urbana.

Em finais de 1994, já tinham sido aprovados cerca de 140 projectos no quadro desta linha de crédito (4 400 milhões em 1993 e 2 600 milhões em 1994), esgotando assim o montante total previsto.

Se se tiver também em conta os restantes empréstimos do BEI, foram canalizados cerca de 22 mil milhões para estes projectos, cujo custo foi estimado em cerca de 48 mil milhões. Estes investimentos correspondem a cerca de 2,5% do investimento global realizado nos países da União em 1993 e 1994.

Este instrumento, nos termos do qual o BEI pode elevar o limite máximo dos seus empréstimos em relação ao custo do investimento de 50 para 75%, obteve uma boa recepção por parte dos promotores e permitiu acelerar o financiamento de uma vasta gama de projectos de infra-estruturas, que de outro modo não poderiam beneficiar de um apoio tão significativo do Banco.

Além disso, a elevação de 70 para 90% do limite máximo da combinação de empréstimos com subvenções comunitárias permitiu que o Banco reforçasse a sua cooperação com outras acções estruturais da União Europeia.

Em finais de 1994, já tinham sido assinados contratos de financiamento no valor de 4 800 milhões para 100 projectos. Os projectos submetidos ao Banco foram aprovados e assinados com grande rapidez, em conformidade com o objectivo de aceleração da retoma das economias europeias.

Empréstimos para infra-estruturas no âmbito do instrumento financeiro de Edimburgo

(milhões de ecus)

	1994			1993-1994				
	Aprovados	Assinados	Aprovados Total	Assinados				
				Total	Transportes	Telecomunicações	Ambiente	Energia
Bélgica	133,4	50,7	327,5	202,0	150,0	—	52,0	—
Dinamarca	93,6	247,6	432,5	435,6	423,3	—	—	12,3
Alemanha	359,8	139,5	854,0	427,3	102,6	153,4	51,9	119,4
Grécia	51,8	81,8	218,3	168,3	103,0	45,0	—	20,3
Espanha	755,6	815,5	1460,1	1159,9	671,7	—	252,6	235,6
França	320,2	249,8	829,6	549,8	139,6	—	410,2	—
Irlanda	—	62,1	179,3	111,8	—	—	—	111,8
Itália	262,4	240,8	737,4	686,9	47,3	204,6	197,1	237,9
Países Baixos	180,7	116,7	345,1	140,0	—	—	89,0	51,0
Portugal	180,2	96,6	398,5	282,8	53,6	76,3	20,4	132,5
Reino Unido	290,9	364,7	1142,0	664,7	517,2	96,5	31,8	19,2
Total	2628,6	2465,8	6924,3	4829,1	2208,3	575,8	1105,0	940,0
%				100,0	45,7	11,9	22,9	19,5

CONTRIBUTO DOS FINANCIAMENTOS DO BEI

Tendo como missão o financiamento a longo prazo de projectos, o BEI contribui para o impacte estrutural e conjuntural destes.

Se é muito difícil quantificar, em todos os países da União e no conjunto dos sectores de actividade, o impacte dos investimentos financiados sobre a actividade económica e o emprego, sobretudo sobre este último, que varia muito com os sectores, as regiões e as épocas, é possível formular alguns comentários e estimativas.

Podemos, pois, considerar que os projectos financiados pelo BEI contribuem directa ou indirectamente para **apoiar o emprego**. Embora seja impossível avaliar com exactidão o seu efeito, pode-se calcular que contribuem directamente para a criação de dezenas de milhares de postos de trabalho ao ano, principalmente na indústria e nos serviços. Além disso, há que ter em conta os inúmeros empregos cuja criação ou manutenção se deve indirectamente ao

financiamento de infra-estruturas ou de equipamento nos sectores dos transportes, das telecomunicações, do ambiente e da energia, sectores esses que absorvem cerca de três quartos dos financiamentos do BEI.

O BEI avalia o montante dos projectos financiados com base nos dados constantes da documentação apresentada pelos promotores. O cálculo do volume financiado em cada ano tem em conta o ritmo de compromisso dos empréstimos.

Nesta conformidade, **em 1994, o total de investimentos** para cuja realização o BEI contribuiu pode ser calculado em 45 000 milhões, o que corresponde a mais de 4,2% do investimento global, medido pela formação bruta de capital fixo (FBCF) nos doze Estados-membros, a qual inclui sectores tais como a habitação privada, que não são financiados pelo BEI.

De assinalar que os empréstimos do BEI, que são uma fonte complementar de financiamento, representaram em média um pouco mais de 37% do custo

total dos projectos, uma percentagem superior à dos anos anteriores, certamente devido às maiores possibilidades de intervenção por força da implementação do instrumento de Edimburgo.

De 1990 a 1994, o BEI contribuiu para a realização de investimentos no valor de 250 000 milhões, que representaram cerca de 5% da FBCF comunitária.

Durante este período, foram concedidos 108 000 milhões para infra-estruturas de comunicação, 26 000 milhões para as de ambiente, 51 000 milhões para equipamento energético e 65 000 milhões para projectos da indústria e dos serviços. Estes investimentos representam uma parcela muito significativa da FBCF em certos países: 20% em Portugal e 11% na Grécia, na Espanha e na Irlanda.

Do mesmo modo, as estimativas indicam que o montante cumulado dos empréstimos individuais e dos créditos no âmbito de empréstimos globais correspondeu a cerca 1,5% da FBCF dos "Doze".

Quadro 2: Distribuição por países e por sectores dos financiamentos concedidos em 1994
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(milhões de ecus)

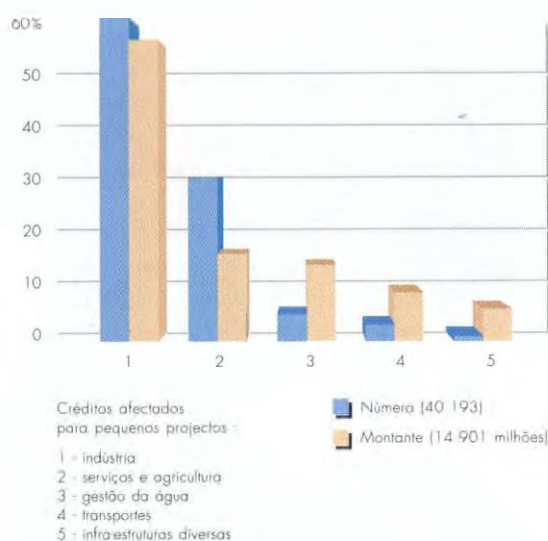
	Total	Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais	Infra-estruturas				Indústria, serviços e agricultura
				Transportes	Telecomunicações	Gestão da água e diversos	Energia	
Bélgica	504,3	388,2	116,1	25,3	—	170,0	142,3	166,7
Dinamarca	819,5	776,2	43,3	674,1	49,9	9,3	42,9	43,3
Alemanha	2 301,2	1 608,0	693,2	182,7	520,7	462,8	265,3	869,7
Grécia	632,1	478,2	153,9	196,6	237,0	140,2	40,4	17,9
Espanha	2 749,1	2 657,4	91,7	1 658,9	5,5	273,3	341,4	470,0
França	2 198,3	1 428,1	770,2	1 289,1	—	138,3	0,8	770,2
Irlanda	237,7	190,3	47,4	57,0	31,5	32,2	62,7	54,3
Itália	2 965,9	2 261,3	704,6	134,5	627,8	120,1	1 151,7	931,8
Luxemburgo	—	—	—	—	—	—	—	—
Países Baixos	332,4	283,3	49,1	—	—	234,6	51,0	46,8
Portugal	1 127,1	1 084,2	42,9	709,5	—	52,0	326,9	38,7
Reino Unido	2 346,5	2 295,5	51,0	648,7	608,6	221,9	682,4	184,9
Austria	74,0	74,0	—	—	74,0	—	—	—
Finlândia	60,2	60,2	—	60,2	—	—	—	—
Suécia	15,3	15,3	—	—	—	—	15,3	—
Outros (1)	260,8	260,8	—	—	—	—	260,8	—
Total	16 624,4	13 861,0	2 763,4	5 636,6	2 155,0	1 854,7	3 383,9	3 594,3
%	100,0	83,4	16,6	33,9	13,0	11,2	20,4	21,6

(1) Financiamentos equiparados a operações na União Europeia (ver nota ao leitor 5d) pág. 130).

EMPRÉSTIMOS GLOBAIS NOS ESTADOS-MEMBROS

O BEI recorre a um sistema descentralizado, melhor adaptado às necessidades dos investidores, para apoiar a realização de projectos de pequena e média dimensão que, por razões de eficácia de gestão, não poderiam ser financiados por meio de empréstimos individuais. É o sistema dos empréstimos globais, acordados com intermediários financeiros de âmbito nacional, regional ou mesmo local, que os afectam de acordo com o Banco e segundo os seus critérios económicos, técnicos e financeiros. A colaboração com a banca tem vindo a ser constantemente intensificada e o Banco conta actualmente com cerca de 130 parceiros, entre instituições financeiras e bancos comerciais.

Distribuição por sectores dos créditos no âmbito de empréstimos globais (1990-1994)



Uma vasta gama de financiamentos...

O campo de aplicação dos empréstimos globais tem vindo a alargar-se, para acompanhar a evolução das necessidades e a diversificação das políticas comunitárias (¹).

Os empréstimos globais destinam-se:

- a projectos de PME da indústria, dos serviços (sobretudo do turismo) e da agricultura;
- a pequenas infra-estruturas que contribuam para os objectivos comunitários nos domínios do desenvolvimento regional, da protecção do ambiente, da energia e dos transportes.

O limite mínimo do custo do projecto é 40 000 ecus, e do montante do crédito 20 000 ecus, sendo os limites máximos correspondentes, respectivamente, 25 milhões e 12,5 milhões.

Em 1994, o BEI concluiu empréstimos globais no valor total de 3 821 milhões (3 598 milhões em 1993 e 3 258 milhões em 1992).

No ano em apreço, foram outorgados, no âmbito dos empréstimos globais em curso (²), 7 712 créditos no valor global de 2 763

milhões, o que representa um ligeiro aumento em relação a 1993 (6 094 créditos no valor de 2 653 milhões).

Entre 1990 e 1994, o montante dos empréstimos globais elevou-se a 17 700 milhões e o dos créditos afectados a 14 900 milhões.

... para PME...

Tal como indicado na pág. 17, o Banco lançou em finais de 1994 um instrumento de bonificação de juros em favor de PME criadoras de empregos. Em finais de Fevereiro de 1995, 1 400 empresas tinham apresentado pedidos de empréstimo bonificado no valor de 324 milhões, que representavam a criação de mais de 15 000 postos de trabalho.

Em 1994, foram concedidos créditos no valor de 1 693 milhões para 6 776 investimentos de PME.

Globalmente, desde 1990, mais de 35 000 PME beneficiaram de créditos que totalizaram mais de 9 300 milhões, destinando-se cerca de metade das verbas à indústria e aos serviços. Foram apoiados investimentos que orçavam em cerca de 24 000 milhões. Cerca de 60% das verbas concedidas destinaram-se a pequenas e médias empresas distribuídas por quase todos os países, mas concentradas nas regiões menos desenvolvidas. O desdobramento das PME em função do número de empregados revela uma concentração nas pequenas empresas: 83% das mesmas tinham menos de 50 empregados e 97% menos de 250 (ver pág. 33).

... e também para pequenas infra-estruturas

Em 1994, os investimentos de pequena e média dimensão no sector das infra-estruturas, na maioria dos casos de iniciativa de autoridades locais, beneficiaram de 890 créditos no valor de 967 milhões (922 milhões em 1993), que representaram 35% das verbas afectadas no âmbito de empréstimos globais.

Foram ainda concedidos cerca de 100 milhões para perto de 50 projectos que visavam a utilização racional da energia e a protecção do ambiente.

De 1990 a 1994, foram concedidos 3 920 créditos (4 465 milhões), que correspondem a um investimento global de cerca de 11 000 milhões; mais de metade das verbas (2 100 milhões) destinou-se a projectos de gestão da água e dos resíduos, 30% ao sector dos transportes, sobretudo rodoviários e urbanos e o restante, a infra-estruturas diversas e a pequenas unidades de produção de electricidade e de distribuição de gás natural.

(¹) O período de afectação dos empréstimos globais pode escalonar-se por vários exercícios, facto que explica a diferença existente entre o valor dos empréstimos globais assinados em 1994 e os dos créditos afectados no mesmo ano. Além disso, dado que diversos empréstimos globais têm um carácter multisectorial e multi-objectivo, só a análise das afectações finais permite determinar o sector em que se inscrevem os projectos e o objectivo por estes visado.

(²) Apresenta-se nos quadros E, F, H, I e J (pág. 113 e seguintes) a distribuição dos créditos por países, regiões, sectores e objectivos.

Apresentação por objectivos de política comunitária

Sendo a instituição financeira da União Europeia, o BEI está vocacionado para financiar projectos que contribuam para um ou mais dos objectivos visados pelas

políticas e decisões comunitárias específicas que têm vindo a ser adoptadas. Alguns dos projectos financiados visam mais do que um objectivo, pelo que os

valores apresentados, especialmente nos quadros deste capítulo, não podem ser cumulados.

OS OBJECTIVOS COMUNITÁRIOS: UMA ESPECIFICIDADE DO BEI

O BEI tem como missão contribuir para o desenvolvimento equilibrado da União, financiando projectos de qualidade segundo as regras de uma gestão bancária rigorosa, pelo que adapta constantemente a sua acção à evolução do contexto e das políticas comunitárias. Nesta perspectiva, e facto que constitui uma especificidade em relação às restantes instituições financeiras, somente os projectos que contribuem para um objectivo comunitário podem ser considerados "admissíveis" e beneficiar de financiamentos do BEI. Por conseguinte, os projectos devem contribuir para o **desenvolvimento regional**, [...] ou apresentar um **interesse comum** (Artigo 198º-E do Tratado CE).

Desenvolvimento regional

O Tratado da União Europeia especifica que o BEI "deve continuar a consagrar a maior parte dos seus recursos à promoção da coesão económica e social". Neste sentido, além da acção de promoção da actividade económica no conjunto do território, o BEI considera como uma prioridade constante o financiamento de projectos situados nas regiões menos desenvolvidas - zonas abrangidas pelo objectivo 1 da acção dos Fundos Estruturais comunitários - ou em reconversão industrial ou agrícola - zonas abrangidas pelos objectivos 2 e 5b. Assim, canaliza para elas cerca de dois terços dos seus empréstimos, em articulação com as iniciativas dos Fundos Estruturais e dos instrumentos financeiros comunitários.

Interesse comum

A noção de interesse comum corresponde à prossecução de objectivos definidos pelas políticas comunitárias ou por decisões, como as que visam promover o relançamento económico. Neste contexto, o BEI alargou a sua gama de intervenções em favor de projectos que contribuem para o rápido desenvolvimento das trocas entre os Estados-membros e com o exterior (como por exemplo, as redes transeuropeias de transportes e de telecomunicações), que promovem a redução da dependência energética da União Europeia e que respondem ao objectivo de protecção do ambiente ou à necessidade de reforço da competitividade da indústria europeia e em particular, das pequenas e médias empresas.

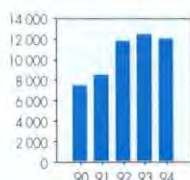
Quadro 3: Distribuição por países e por objectivos de política comunitária dos financiamentos concedidos em 1994⁽¹⁾
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(milhões de ecus)

	Desenvolvimento regional	Infra-estruturas comunitárias de comunicação	Ambiente e qualidade de vida	Objectivos energéticos	Competitividade internacional	Pequenas e médias empresas
Bélgica	178,6	25,3	220,6	142,3	—	116,1
Dinamarca	506,9	724,0	191,0	42,9	—	43,3
Alemanha	1 801,6	624,1	609,7	285,5	75,5	341,8
Grécia	632,1	436,8	140,2	40,0	—	17,9
Espanha	2 659,2	860,7	1 242,3	341,1	—	90,9
França	1 571,7	761,9	606,8	51,2	15,2	346,6
Irlanda	237,7	42,2	32,2	62,1	—	46,8
Itália	2 159,2	766,0	763,9	1 019,5	7,4	595,2
Luxemburgo	—	—	—	—	—	—
Países Baixos	17,7	—	248,0	235,3	—	33,4
Portugal	1 127,1	206,8	371,9	328,0	—	11,4
Reino Unido	1 143,3	1 116,3	439,4	701,6	—	50,0
Áustria	—	74,0	—	—	—	—
Finlândia	—	60,2	—	—	—	—
Suécia	—	—	—	15,3	—	—
Outros ⁽²⁾	—	—	—	260,8	—	—
Total	12 035,1	5 698,3	4 866,0	3 525,6	98,1	1 693,4

(1) Certos financiamentos correspondem a vários objectivos, pelo que os totais das diferentes rubricas não são cumuláveis.

(2) Ver nota 5d) pág. 130.



Desenvolvimento regional: Os empréstimos individuais e os créditos no âmbito de

empréstimos globais em curso concedidos para projectos que contribuíam para o desenvolvimento regional da União Europeia ascenderam a 12 035 milhões, contra 12 462 milhões em 1993, representando 72% da actividade total, contra 74% em 1993 e 70% em 1992.

Estes financiamentos apoiaram a realização de projectos cujo custo total orçou em 31 000 milhões.

1994 marcou o início da segunda fase de implementação da reforma dos Fundos Estruturais comunitários (1994-1999). Tal como na primeira fase (1989-1993), o BEI concentrou a sua acção no apoio às regiões abrangidas pela acção dos fundos. Com vista a garantir uma complementaridade eficaz dos seus empréstimos com as subvenções comunitárias, o Banco participou na elaboração e na programação da acção estrutural da Comissão Europeia, em parceria com os Estados-membros, as regiões e as empresas, tendo dado as primeiras indicações quanto a financiamentos, quando da preparação dos quadros comunitários de apoio (QCA) e dos documentos únicos de programação (Docup).

Na linha destas acções comunitárias, o Conselho de Administração decidiu em Outubro de 1994 que todos os "países da coesão", assim como as zonas abrangidas pelo objectivo 1 dos Fundos Estruturais, poderiam beneficiar do limite máximo para a combinação de empréstimos e subvenções, de 90% do custo do investimento, quando se tratasse de projectos de grandes infra-estruturas e no domínio do ambiente.

Em 1994, os projectos situados nas regiões abrangidas pela acção dos Fundos Estruturais comunitários absorve-

Quadro 4: Desenvolvimento regional : distribuição por sectores

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais	
	montante	%	montante	montante	número
Energia	2 104,4	17,5	2 066,5	37,9	39
Transportes	4 209,8	35,0	3 910,5	299,3	285
Telecomunicações	1 925,2	16,0	1 925,2	—	—
Água e saneamento	766,2	6,4	497,9	268,3	409
Outras infra-estruturas	404,0	3,4	277,2	126,8	19
Indústria e agricultura	2 092,9	17,4	1 207,4	885,5	2 313
Serviços	532,6	4,4	222,2	310,4	2 030
Total	12 035,1	100,0	10 106,9	1 928,2	5 095

ram de 90% das verbas concedidas para o desenvolvimento regional, ou seja, 10 623 milhões. 31% do montante total destinaram-se a projectos que beneficiavam conjuntamente de subvenções dos Fundos Estruturais.

Nas regiões desfavorecidas (objectivo 1), os financiamentos cifraram-se em 5 748 milhões (7 228 milhões em 1993), que representaram 35% da actividade global na União Europeia e

48% da actividade em favor do desenvolvimento regional. Nas zonas afectadas pelo declínio industrial (objectivo 2) e nas zonas rurais em fase de reconversão estrutural (objectivo 5b), os financiamentos ascenderam a 4 875 milhões (4 179 milhões em 1993).

Foram também concedidos 1 352 milhões para projectos que se estendiam a diversas regiões como, por exemplo, certas redes de telecomunicações.

O BEI E OS FUNDOS ESTRUTURAIS 1994-1999

Na sequência das decisões tomadas em finais de 1992 pelo Conselho Europeu de Edimburgo, de 1994 a 1999, deverão ser atribuídos 155 mil milhões de ecus para acções de carácter estrutural (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão, Fundo Social e FEOGA), principalmente em favor das regiões desfavorecidas. Mais de dois terços deste montante (110 mil milhões) destinam-se a regiões abrangidas pelo objectivo 1, que concentram 26,6% da população comunitária.

A dotação do FEDER para este período eleva-se a cerca de 56 mil milhões e a do Fundo de Coesão a cerca de 14 500 milhões.

O BEI, que entre 1989 e 1993 já concedeu 25 mil milhões nestas regiões, mani-

festou, aquando da elaboração dos programas de intervenção, o seu desejo de reforçar os seus financiamentos nas mesmas, para corresponder aos pedidos dos promotores que apresentam projectos económica e financeiramente rentáveis. O Banco pretende também desenvolver a sua acção nas áreas abrangidas pelos objectivos 2 e 5b, nas quais concedeu no mesmo período 17 mil milhões.

Estão também previstos financiamentos nos novos Estados-membros: no Burgenland austríaco, abrangido pelo objectivo 1, e nas regiões abrangidas pelos objectivos 2 e 5b, assim como nas regiões árticas pouco povoadas dos dois países escandinavos, no âmbito do novo objectivo 6, criado quando das negociações de adesão.

Os financiamentos para o desenvolvimento regional registaram uma ligeira quebra, apesar de se verificar um aumento sensível das verbas concedidas nos *Länder* orientais da Alemanha (1 547 milhões, contra 1 202 milhões em 1993), assim como nas regiões abrangidas pelos objectivos 2 e 5b.

Este abrandamento deve-se em grande parte à redução das actividades no Mezzogiorno italiano e em Espanha e Portugal, países em que se tinha observado um grande aumento dos financiamentos nos últimos anos.

Os países considerados "da coesão" (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda), na medida em que o respectivo PNB *per capita* é inferior a 90% da média comunitária, podem beneficiar das intervenções no âmbito do objectivo 1 e de um instrumento adicional, o Fundo de Coesão, destinado a apoiar a realização de projectos no domínio do ambiente e integrados nas redes transeuropeias de transportes.

Estes países, cuja dívida pública é elevada, beneficiaram de uma concentra-

Quadro 5: Desenvolvimento regional e acção dos Fundos Estruturais

	1989-1993	1994
Financiamentos a cargo de recursos próprios (milhões de ecus)	70 008,5	16 605,2
dos quais desenvolvimento regional (milhões de ecus)	47 128,3	12 035,1
%	67	72
Desdobramento do desenvolvimento regional em %		
Zonas de acção comunitária	92	88
Zonas de acção dos fundos estruturais	89	88
objectivo 1	53	48
objectivos 2 e 5b	36	40
Zonas de acções específicas	3	—
Outros (zonas de ajuda nacional adicional e projectos relativos a várias regiões)	8	12

ção especial das subvenções comunitárias, que conduziu ao adiamento, ou até à redução temporária do recurso aos empréstimos do BEI. Esta tendência foi acentuada pelo efeito da depreciação das moedas de alguns deles em relação ao ecu.

Os financiamentos nos "países da coesão" cifraram-se em 4 746 milhões (6 142 milhões em 1993), o que representa 29% da actividade global e 39% da actividade no domínio do desenvolvimento regional. Em 1994, nos termos do acordo-quadro concluído com a Comissão Europeia, o BEI apreciou o interesse económico e a viabilidade técnica de uma trintena de projectos nestes países, sobretudo na Grécia e em Espanha, no âmbito do Fundo de Coesão e do instrumento financeiro temporário que o antecedeu.

Além disso, o BEI administra, por conta dos países da EFTA, o instrumento de ajuda financeira instituído para apoiar o desenvolvimento estrutural das regiões abrangidas pelo objectivo 1. No âmbito deste instrumento, criado no quadro do acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE), três empréstimos do BEI para projectos em Espanha e em Portugal, no valor de 180 milhões, beneficiaram de bonificações de juros; foram também concedidas subvenções no montante de 71 mi-

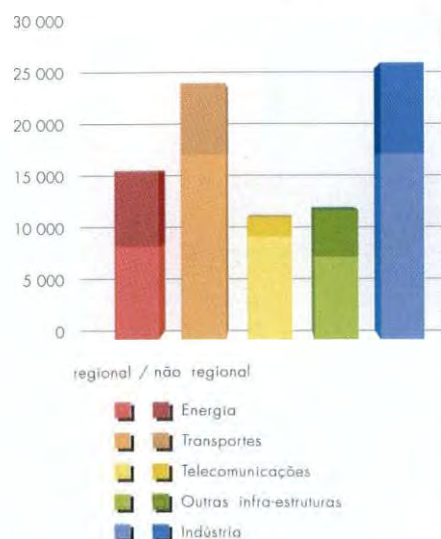
lhões para três projectos em Espanha, em Portugal e na Grécia.

Desde a implementação da reforma dos Fundos Estruturais em 1989, os financiamentos para o desenvolvimento regional ascenderam a um total de 59 200 milhões, contribuindo para a realização de projectos cujo custo total se cifrou em cerca 177 000 milhões. Neste período, 49% das verbas destinaram-se a infra-estruturas de transportes e telecomunicações, 13% a equipamento energético e 28% a projectos industriais. A alta percentagem dos financiamentos para infra-estruturas de base é explicada pela necessidade de suprir as carências das regiões desfavorecidas.

39% dos financiamentos de interesse regional apoiaram também a realização de infra-estruturas de comunicação de interesse comunitário, e 35% satisfizeram objectivos de política energética ou no domínio do ambiente.

O reforço dos financiamentos para o desenvolvimento regional acompanhou deste modo o alargamento das políticas comunitárias, com vista a obter uma acção coerente, tendente ao reforço da coesão económica e social da União Europeia.

Quota-parte dos financiamentos de interesse regional por sectores (1989-1994)



AS REDES EUROPEIAS DE TRANSPORTES: 14 PROJECTOS PRIORITÁRIOS

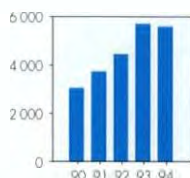
Apresentam-se no mapa a seguir os 14 projectos de grande prioridade no domínio dos transportes, considerados em Dezembro de 1994 pelos Chefes de Estado e de Governo reunidos em Essen.

A importância fundamental destes projectos, seleccionados para completar a rede de infra-estruturas europeias e facilitar o

acesso às diferentes regiões, especialmente as mais periféricas, é claramente evidenciada se tivermos em conta as restantes grandes estruturas já existentes ou em vias de realização: o Túnel da Mancha, a ligação fixa no Grande Belt, os comboios de alta velocidade e clássicos, sem esquecer as diferentes redes de auto-estradas.

O grande interesse destas infra-estruturas para a Europa, a sua dimensão e a especificidade dos investimentos necessários, justificam que o BEL proponha condições de financiamento particulares no quadro da sua "linha de crédito especial", as quais são descritas na pág. 12.





Infra-estruturas europeias de comunicação :

O mercado interno europeu, que

passou a abranger quinze países, necessita cada vez mais de redes integradas de transportes e de telecomunicações que abranjam toda a Europa, para atingir os objectivos desejados de competitividade económica e de ordenamento equilibrado do território.

O Conselho Europeu de Essen de 9 a 10 de Dezembro de 1994 aprovou os catorze projectos de grande prioridade no domínio dos transportes, propostos por um grupo ao mais alto nível em que o BEI tomou parte activa.

Quando deste Conselho, o BEI confirmou o seu envolvimento neste domínio e a sua vontade de mobilizar importantes meios e de propor condições de financiamento apropriadas, no quadro de uma "linha de crédito especial" (ver caixa pág. 12).

Em finais de 1994, o BEI iniciou a análise da maioria dos projectos prioritários e aprovou o financiamento de muitos deles na Itália, na Grécia, na Irlanda, em Espanha, em França e na Finlândia.

Após vários anos de rápido crescimento, os financiamentos para infra-estruturas de comunicação de interesse comunitário mantiveram em 1994 o nível do ano anterior: 5 698 milhões (5 807 milhões em 1993), dos quais 1 088 milhões no âmbito do instrumento financeiro de Edimburgo.

Nos últimos cinco anos, os empréstimos neste domínio cifraram-se em 23 100 milhões (15% de crescimento anual de 1990 a 1994) e contribuíram para a realização de projectos orçados em cerca de 87 000 milhões.

Os financiamentos para infra-estruturas de **transportes** de interesse comunitário ascenderam a 3 543 milhões, destinando-se sobretudo a eixos rodoviários e ferroviários (3 078 milhões), em geral inscritos em planos directores europeus, já em fase final: conclusão do Túnel da Mancha, que entrou em serviço em 1994, prosseguimento da construção da ligação fixa no Grande Belt, linhas de comboio clássicas e de alta velocidade e diversas auto-estradas de ligação.

Foi também financiada a realização de infra-estruturas aeroportuárias (ampliação dos aeroportos de Milão, Londres (Heathrow), Francoforte e Munique) e portuárias (Antuérpia, Barcelona, Valência e Dun Laoghaire) e a modernização dos serviços aéreos domésticos em França.

No domínio das **telecomunicações**, foram concedidos 2 155 milhões para o prosseguimento de programas de reforço da capacidade das redes telefónicas nacionais e internacionais, em geral com recurso a tecnologias de ponta: linhas digitais, fibras ópticas, transmissão de dados, telefone celular e ligações por satélite. De assinalar neste contexto um empréstimo para a melhoria das telecomunicações entre a Áustria, novo Estado-membro, e os países limítrofes.

Cerca de 76% destes financiamentos de interesse comunitário apoiam projectos situados em regiões menos desenvolvidas, ou que melhoram o acesso a estas, contribuindo para o respectivo desenvolvimento económico e para um ordenamento mais equilibrado do território europeu.

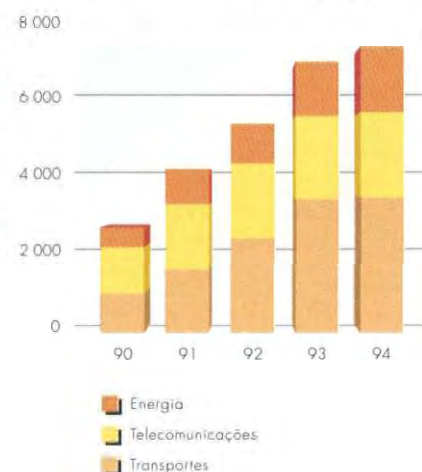
Quadro 6: Infra-estruturas de comunicação de interesse comunitário

(milhões de ecus)

Transportes	3 543,2
Obras excepcionais	621,7
Caminhos-de-ferro	521,5
Estradas e auto-estradas	1 934,6
Transportes aéreos	408,9
Outros	56,5
Telecomunicações	2 155,1
Redes e centrais	2 056,1
Telemóveis	72,0
Satélites e estações	27,0
Total (*)	5 698,3

(*) dos quais 11,1 milhões na forma de créditos no âmbito de empréstimos globais

Financiamentos para redes:
26 044 milhões (1990 a 1994)



OS RESÍDUOS URBANOS

Actualmente, cada europeu, qualquer que seja a sua idade, produz diariamente uma média de 1 kg de resíduos domésticos: não só lixo biodegradáveis, mas também muito papel, cartão, vidro, plástico, etc., resíduos da vida quotidiana cuja eliminação apresenta diversos graus de dificuldade.

Globalmente, isto significa uma montanha de resíduos domésticos de cerca de 120 milhões de toneladas ao ano, que, no entanto, é pouco significativa, se a compararmos com o volume de resíduos resultantes das actividades agrícolas e industriais, que têm um teor elevado de elementos tóxicos.

Se é difícil fazer estimativas precisas neste domínio, uma coisa é certa: o acréscimo dos resíduos municipais na União Europeia tem sido da ordem de 1% ao ano nestes últimos dez anos.

Os esforços empreendidos com algum sucesso nos Países Baixos e na Alemanha (Occidental) para inverter esta tendência não compensaram o grande crescimento (da ordem dos 2 a 3% ao ano) registado em muitos outros países, principalmente do sul da Europa.

Nos últimos anos, as instâncias comunitárias e as autoridades nacionais reforçaram a regulamentação de controlo e gestão deste volume crescente de resíduos municipais, 60% dos quais são lançados em aterros, 25% incinerados e 15% reciclados ou aproveitados.

A estratégia comunitária para a gestão dos resíduos, elaborada em 1989 pela Comissão, aprovada pelo Conselho e apoiada pelo Parlamento Europeu, define cinco eixos prioritários a médio e a longo prazo: prevenção, aproveitamento, eliminação, transporte e reabilitação dos locais contaminados.

Nesta perspectiva, foram aprovados diversos textos, nomeadamente uma directiva "quadro" que visa criar uma rede integrada, com instalações de tratamento tão próximas quanto possível do local onde os resíduos são produzidos. Outras directivas visam a harmonização das normas ambientais e das técnicas de descarga, o aproveitamento e reciclagem das embalagens, e o controlo do transporte de resíduos, mais particularmente, de resíduos perigosos, no interior da União.

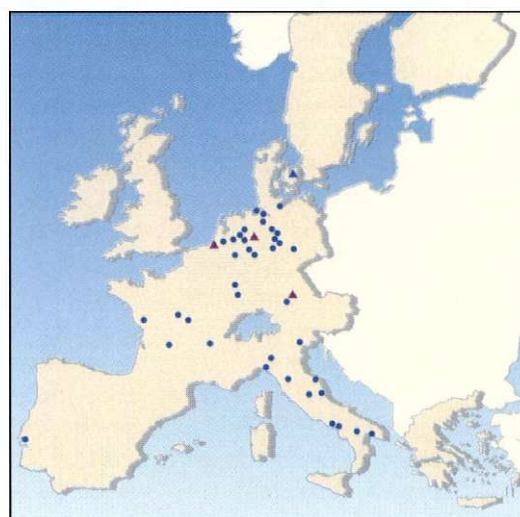
A adopção de nova regulamentação e a tomada de consciência dos problemas suscitados por esta acumulação de resíduos leva-

ram diversos países a tomar medidas concretas: separação dos lixo domésticos, a fim de facilitar a triagem para a recuperação, e utilização de embalagens e de peças de automóvel recicláveis. Os processos de incineração passaram a obedecer a normas mais severas, com vista a evitar a poluição atmosférica, e foram elaboradas políticas nacionais no sentido de suprimir os aterros selvagens e de reduzir os aterros sanitários, cujos inconvenientes são cada vez mais rejeitados pelas populações.

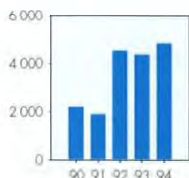
Neste contexto, o BEI teve de reforçar e diversificar muito a sua acção, e depois de uma fase em que esta se cingiu sobretudo à recolha e tratamento de lixo domésticos, passou a financiar também o tratamento e reciclagem de resíduos industriais e a eliminação de resíduos tóxicos.

De 1990 a 1994, foram concedidos neste domínio 1 200 milhões (183 milhões dos quais para pequenos projectos de carácter local), que se destinaram sobretudo à Bélgica, aos Países Baixos, à Alemanha, à Itália e à França.

Principais projectos de tratamento de resíduos urbanos e industriais financiados de 1990 a 1994



● urbanos e domésticos ▲ industriais e tóxicos



Protecção do ambiente:

A elaboração e implementação de normas comunitárias e nacionais relativas à qualidade do ar e da água conduziram à realização de diversos programas de investimento que visam melhorar a gestão dos recursos hídricos e dos resíduos urbanos, e controlar a descarga de matérias poluentes na atmosfera.

Em 1994, pelo terceiro ano consecutivo, o BEI concedeu uma verba elevada para estes investimentos: 4 866 milhões (4 385 milhões em 1983 e 4 548 em 1992). Os projectos financiados, que se situavam em onze países, representam um investimento de 12 000 milhões.

Os projectos cobriam uma vasta gama de domínios: protecção e gestão dos recursos hídricos, tal como nos anos anteriores, combate à poluição atmosférica e melhoria dos transportes urbanos.

A acção específica do BEI em favor do ambiente e da qualidade de vida complementa a sua prática habitual de verificar que todos os projectos que lhe

são submetidos respeitam a regulamentação nacional e comunitária em matéria de ambiente.

Uma parcela importante dos financiamentos (67%) destinou-se a projectos situados nas regiões menos favorecidas, abrangidas pela acção de outros instrumentos financeiros comunitários, tais como o Fundo de Coesão e o instrumento do Espaço Económico Europeu; 10% foram canalizados para projectos no sector da energia e mais de 20%, para projectos na indústria.

Em 1994, os financiamentos para projectos de melhoria da **qualidade de vida urbana** aumentaram sensivelmente, passando dos valores inferiores a 1 000 milhões de 1992 e 1993, para 1 714 milhões, que representam mais de um terço dos financiamentos para a protecção do ambiente.

Foram sobretudo concedidos empréstimos para a melhoria dos transportes públicos: ampliação das linhas de metropolitano e melhoria das redes ferroviárias suburbanas em Madrid, Bilbao, Valência, Barcelona, Lisboa e Copenhaga, e uma nova linha de carro eléctrico em Sheffield. Foi também financiada a melhoria de infra-estruturas

rodoviárias, a fim de desviar o tráfego automóvel de regiões sobrecarregadas, como as parisiense e lionesa, e de Dusseldorf e Dublin, para além de obras nas vias públicas, nos centros das cidades, e de reabilitação de edifícios e de locais históricos na Itália.

Diversos outros projectos contribuíram também para a melhoria da qualidade de vida dos europeus que vivem em zonas urbanas.

Os projectos de melhoria do **abastecimento de água** e da **recolha e tratamento de águas residuais** absorveram 1 380 milhões, integrando-se na sua grande maioria em programas plurianuais que abrangem grandes aglomerações (nos Países Baixos, na Grécia e na Alemanha) ou mesmo regiões (em Portugal, na Bélgica, no Reino Unido, em Espanha e na Itália); no âmbito de empréstimos globais em curso, foram também financiadas cerca de 380 pequenas obras da iniciativa de autarquias locais.

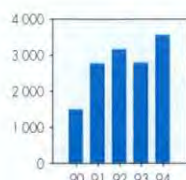
Nos Países Baixos, na Alemanha e na Bélgica, foram concedidos empréstimos para a recolha e, sobretudo, o **tratamento de resíduos** sólidos domésticos ou industriais, em certos casos de carácter tóxico.

Em 1994, verificou-se um aumento muito acentuado dos empréstimos para projectos de redução da **poluição atmosférica** (1 092 milhões, contra 417 milhões em 1993). Efectivamente, foram concedidas grandes verbas para o equipamento, a modernização e mesmo a reestruturação de instalações, com vista a reduzir a poluição proveniente da emissão de fumos ou de cinzas em centrais a carvão, complexos químicos e petroquímicos, oficinas de pintura de carroçarias, siderurgias e fábricas de papel na Itália, em França, em Espanha, na Bélgica e na Alemanha.

Quadro 7: Ambiente e qualidade de vida

(milhões de ecus)

	Total	Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais
Ambiente	3 152,1	2 564,0	588,1
Protecção e gestão da água	1 379,8	1 013,8	366,0
Gestão de resíduos	395,2	361,0	34,2
Luta contra a poluição atmosférica	1 092,3	1 060,9	31,4
Outras iniciativas	284,8	128,3	156,5
Ordenamento urbano	1 713,9	1 698,2	15,7
Transportes colectivos e urbanos	1 247,6	1 247,6	—
Outras iniciativas	466,3	450,6	15,7
Total	4 866,0	4 262,2	603,8



Objectivos energéticos : Os financiamentos para projectos conformes com os objectivos

comunitários no domínio da energia ascenderam a 3 526 milhões, contra 2 767 milhões em 1993.

Este aumento resulta sobretudo do financiamento de projectos de aproveitamento dos recursos hidroeléctricos nos países escandinavos - centrais e cabos de interligação (145 milhões) - assim como do início da exploração de novos jazigos de hidrocarbonetos no Mar da Irlanda e do desenvolvimento da construção de centrais eléctricas a gás.

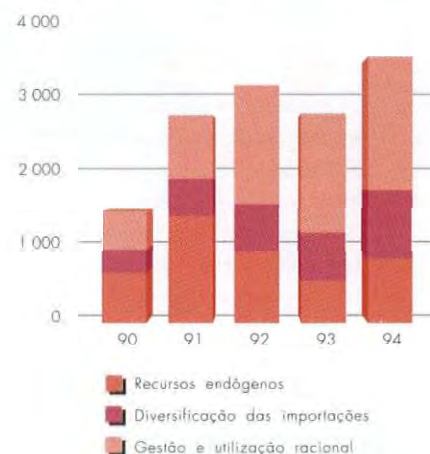
Os financiamentos para a racionalização da gestão e da utilização da energia (1 755 milhões, dos quais 92 milhões para projectos de pequena e média dimensão) representaram metade do total, destinando-se à construção de centrais a gás de ciclo combinado no Reino Unido e na Bélgica e à

produção de calor e de electricidade nos Países Baixos, na Itália e na Alemanha. Também foram concedidas verbas para a extensão e o reforço das redes de transporte e distribuição de electricidade em Espanha e em Portugal, e para a interligação das redes sueca e alemã, através do Báltico, e norueguesa e dinamarquesa, através do Escagerraque.

Foram também concedidos financiamentos para a reconversão para o gás natural das redes dos *Länder* orientais da Alemanha, para redes de aquecimento urbano, especialmente no norte da Itália, e para fábricas de incineração de resíduos urbanos nos Países Baixos, nas quais o impacto sobre o ambiente é atentamente controlado, e também para projectos de racionalização e optimização do consumo de energia em refinarias, siderurgias e diversas pequenas empresas.

No domínio da diversificação do abastecimento energético da União Euro-

peia, foram concedidos 920 milhões



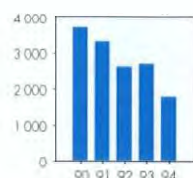
peia, foram concedidos 920 milhões para uma central alimentada com carvão importado no sul da Itália, e para redes de gasodutos, que se destinam, como é o caso em Portugal, na Itália, na Dinamarca e na Alemanha, ao abastecimento de regiões ainda não servidas. Foram igualmente financiados oleodutos que ligam os jazigos do sul da Argélia à Espanha e à Itália, para abastecimento ulterior dos restantes países da União. Neste contexto, de assinalar o oleoduto proveniente da Rússia, através da República Checa, que será ligado à rede italiana (ver pág. 52).

O BEI prosseguiu ainda o seu apoio ao desenvolvimento dos recursos endógenos da União (851 milhões), financiando o aproveitamento de recursos hidroeléctricos na Grécia, na Noruega e na Espanha e sobretudo, a exploração de jazigos de petróleo e de gás na Itália e ao largo de Liverpool, no Mar da Irlanda.

Quadro 8: Objectivos energéticos

(milhões de ecus)

	Total	Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais
Recursos endógenos	850,8	850,8	—
Hidrocarbonetos	583,9	583,9	—
Hidroelectricidade	266,9	266,9	—
Diversificação das importações	919,8	919,8	—
Carvão	—	107,5	—
Gás natural	812,3	812,3	—
Gestão e utilização racional	1755,0	1663,5	91,5
Cogeração de electricidade/calor e redes de aquecimento	183,1	160,0	23,1
Centrais a gás de ciclo combinado	473,3	473,3	—
Transporte e distribuição de electricidade	473,2	463,7	9,5
Reconversão de redes de gás	200,4	170,7	29,7
Fontes de energia renováveis	180,3	180,3	—
Economias de energia na indústria	244,7	215,5	29,2
Total	3525,6	3434,1	91,5



Objectivos industriais

A persistência, em 1994, de um baixo nível de investi-

mento em diversos sectores produtivos (conquanto tivessem sido concluídos importantes projectos nos sectores automóvel e aeronáutico), constituiu um dos factores do fraco nível dos empréstimos individuais concedidos para reforçar a competitividade internacional das empresas, ou a respectiva integração europeia (98 milhões). Em contrapartida, verificou-se um ligeiro aumento dos financiamentos para pequenas e médias empresas, sendo concedidos créditos no valor de 1 693 milhões no âmbito de empréstimos globais.

Os empréstimos individuais destinaram-se sobretudo à indústria automóvel: prosseguimento da construção de fábricas pertencentes ao sistema de abastecimento integrado da fábrica Fiat de Melfi; uma unidade de produção de blocos-motores e de cabeças de cilindro em Dillingen (Sarre); e uma oficina de pneus em Breuberg, próximo de Francoforte.

O BEI financiou também o desenvolvimento e a produção do conjunto propulsor da nova geração de foguetes Ariane 5.

No âmbito de empréstimos globais em curso, foram concedidos 6 776 créditos no valor de 1 693 milhões para investimentos produtivos de pequenas e médias empresas (5 257 créditos no valor de 1 542 milhões em 1993, 7 223 créditos no valor de 2 138 milhões em 1992 e 9 548 créditos no valor de 2 354 milhões em 1991). As pequenas e médias empresas implantadas nas zonas de desenvolvimento regional absorveram 4 323 créditos no valor de 1 163 milhões (69% do total) e as situadas no exterior destas zonas, 2 453 créditos no valor de 530 milhões (83 dos quais, no valor de 19 milhões, a cargo de recursos do NIC).

Foram ainda concedidos 46 créditos para investimentos de PME de maior dimensão, com vista a melhorar o ambiente ou a promover a utilização racional da energia (103 milhões).

Uma rápida análise das 6 776 PME financiadas evidencia que 87% das verbas (1 479 milhões) se destinaram a empresas com menos de 250 empregados e com um volume de negócios inferior a 20 milhões. Cerca de 90% das PME financiadas tinham menos de 50 empregados e apenas 2% tinham mais de 250 empregados.

Quadro 9: Objectivos industriais

(milhões de ecus)

Montante total	1 791,5
Competitividade internacional e integração europeia das grandes empresas	98,1
Projectos de pequenas e médias empresas	1 693,4
regiões assistidas	1 163,4
fora das regiões assistidas	530,0

As PME com menos de 50 empregados financiadas no âmbito de empréstimos globais receberam mais de 60% dos créditos, o que ilustra o objectivo visado pelos empréstimos globais.

As medidas de apoio adoptadas, quer a nível nacional, quer comunitário, incluindo o sistema de bonificações de juros para PME criadoras de empregos, deverão contribuir, num contexto de retoma progressiva das economias, para o relançamento dos projectos de pequenas e médias empresas, que constituem um elemento crucial do aparelho produtivo em todos os países da União Europeia, e que contribuem de uma forma decisiva para a criação de empregos.

Quadro 10: Investimentos de pequenas e médias empresas
Créditos concedidos em 1994 no âmbito de empréstimos globais em curso

(montantes em milhões de ecus)

País	1994		1990 - 1994							
	Total		Total		Efectivos das empresas					
	número	montante	número	montante	empregados < 50		50 < empregados < 250		empregados > 250	
					número	montante	número	montante	número	montante
Bélgica	176	116,1	1 003	720,8	748	372,9	217	260,5	38	87,4
Dinamarca	286	43,3	1 065	258,7	830	118,7	213	94,8	22	45,2
Alemanha	364	341,7	1 276	1 097,8	735	446,2	361	336,3	180	315,3
Grécia	18	17,9	161	167,6	91	79,5	34	32,2	36	55,8
Espanha	388	90,9	2 251	652,7	1 968	449,0	237	166,5	46	37,3
França	3 932	346,6	19 338	1 821,5	17 018	1 359,2	2 053	344,3	267	118,1
Irlanda	247	46,8	262	70,4	246	50,7	13	13,9	3	5,7
Itália	1 150	595,2	7 826	3 716,6	6 048	2 034,8	1 440	1 196,3	338	485,5
Países Baixos	14	33,4	498	292,1	303	101,9	172	145,2	23	44,9
Portugal	59	11,4	1 093	359,7	692	179,1	298	106,4	103	74,2
Reino Unido	142	50,0	405	206,5	341	128,1	46	28,2	18	50,2
Total	6 776	1 693,4	35 178	9 364,2	29 020	5 320,0	5 084	2 724,7	1 074	1 319,5
%					83	57	14	29	3	14

ADAPTAR A GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO À EVOLUÇÃO DOS MUTUÁRIOS E DAS GARANTIAS

Nos últimos anos, os Estados europeus têm tendido muito a reduzir o seu grau de comprometimento, embora de formas diferentes. Esta tendência traduziu-se na atribuição de maiores responsabilidades às autoridades regionais e locais, em particular do ponto de vista financeiro, bem como a uma transferência total ou parcial para o sector privado de actividades económicas anteriormente desempenhadas ou geridas pelas instâncias públicas.

Esta evolução não deixou de ter repercussões assinaláveis para o BEI, na medida em que uma parcela crescente dos projectos passou a emanar do sector privado, sendo as garantias prestadas por bancos ou sociedades.

Considerando o período de 1985 a 1994, a quota-parte dos empréstimos concedidos a Estados-membros, instituições públicas e regiões, ou garantidos por estas entidades, na actividade global dos Estados-membros, registou uma grande quebra até ao início dos anos 90, tendo-se estabilizado em seguida em cerca de 40% do total (em comparação com mais de 80% na década anterior). Esta regressão advém de diversos processos de privatização e também das crescentes reticências dos Estados em conceder a sua garantia para projectos (especialmente no que se refere aos sectores energético, das telecomunicações, do abastecimento de água e do saneamento), sobretudo no Reino Unido, na Alemanha, nos Países Baixos e em França. Em contrapartida, na Grécia, na Irlanda, na Dinamarca e conquanto em menor medida, em Espanha, em Portugal, na Itália e na Bélgica, o sector público continua a ser o principal garante e até em muitos casos, o principal beneficiário dos empréstimos do BEI.

Os empréstimos concedidos ou garantidos por bancos e instituições de crédito registaram uma tendência inversa, tendo o respectivo montante atingido o dos empréstimos ao Estado, em comparação com a percentagem de 5 a 10% que representavam em meados dos anos oitenta. Esta evolução corresponde ao papel cada vez mais importante (em particular na Alemanha e em França) desempenhado pelos bancos e instituições de crédito de longo prazo, que intervêm como intermediários na concessão de empréstimos globais e de numerosos empréstimos individuais (especialmente na indústria e nos serviços) ou como garantes, substituindo os Estados nesta função crucial.

A parcela de empréstimos garantidos por empresas, sobretudo privadas, ou que beneficiam de outras cauções, também aumentou, sobretudo nos Países Baixos e no Reino Unido, representando um pouco mais de 16% do total. Dado também o crescimento das actividades do BEI, os montantes anuais em causa passaram de menos de 500 milhões para cerca de 3 000 milhões.

Estas tendências reflectiram-se, embora de uma forma mais atenuada, nos empréstimos em curso do BEI, que se cifraram em finais de 1994 em mais de 106 mil milhões. Os empréstimos garantidos pelos Estados ou por instituições públicas representaram cerca de

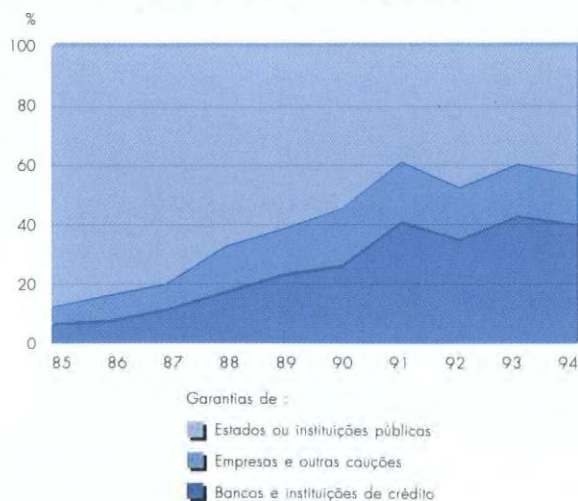
49% do total (90% em 1986), pelos bancos 38% (4%) e pelas sociedades 13% (6%) (ver Contas anuais de 1994, Mapa Resumo dos Empréstimos e Garantias, pág. 89).

É evidente que o contexto económico difícil e o reforço da concorrência enfraqueceram a situação financeira de inúmeras sociedades e bancos. Por conseguinte, o aumento do montante dos empréstimos garantidos por bancos, empresas ou outras entidades no conjunto da carteira, exige uma análise cuidada dos riscos incorridos e das garantias propostas, a fim de limitar o mais possível o risco de incumprimento, ou pelo menos, as dificuldades no reembolso dos empréstimos.

À semelhança das outras instituições financeiras, o BEI teve de estudar formas de se precaver contra os riscos, sobretudo os decorrentes da concentração de créditos num promotor ou num sector específico, bem como os riscos de ordem diferente, resultantes das técnicas de financiamento do projecto (*project financing*). Por exemplo, o Banco aplica desde 1 de Janeiro de 1994 a directiva comunitária 92/121 CEE sobre a fiscalização e o controlo dos grandes riscos, com a qual se pretende evitar que a concentração excessiva dos riscos num só cliente ou grupo de clientes associados, acarrete perdas prejudiciais à solvabilidade de uma instituição de crédito. Do mesmo modo, com o intuito de proceder a uma gestão prudente, foi constituído um fundo para riscos bancários gerais cuja dotação era, em finais de 1994, de 350 milhões de ecus (na sequência da adesão dos novos Estados-membros, será de 400 milhões em Junho de 1995).

Por último, esta mesma preocupação conduziu o Banco a reforçar e a reagrupar no departamento "Crédito e Administração dos Financiamentos", as equipas encarregadas de analisar os riscos do crédito em todas as fases do processo de decisão e durante a vida dos empréstimos. Compete também a este departamento estudar e avaliar os riscos bancários em diversos domínios de actividade do BEI.

Distribuição dos contratos de financiamento assinados em função da garantia prestada



Apresentação dos financiamentos por países

Os financiamentos a seguir apresentados incluem os empréstimos individuais (lista pág. 99) e os créditos no âmbito de empréstimos globais em curso (quadros H, I e J pág. 116 e seguintes) concedidos durante o exercício. A respectiva distribuição por países, sectores e objectivos figura nos quadros 2 e 3 (pág. 23 e 25).

75% das verbas concedidas pelo BEI por meio de empréstimos individuais na Bélgica destinaram-se a projectos nos domínios da **energia** (142 milhões) e do **ambiente** (221 milhões).

Foi financiada a construção de duas centrais de ciclo combinado de alto rendimento, alimentadas a gás natural, situadas, respectivamente, em Drogenbos, próximo de Bruxelas e em Seraing, próximo de Liège.

Além disso, foram apoiados dois importantes projectos no sector do ambiente: uma central integrada de tratamento de resíduos industriais e tóxicos em Antuérpia, e a última fase do programa regional flamengo de gestão da água, que comporta uma rede de recolha e tratamento de águas residuais, a qual reduzirá o teor de poluentes descarregados no Mar do Norte

(152 milhões, dos quais 38 milhões no âmbito do Instrumento de Edimburgo). Ainda no âmbito deste instrumento, foi concedido um empréstimo para a construção de um novo terminal para contentores no porto de Antuérpia.

No sector da **indústria**, foram concedidos 167 milhões: um empréstimo individual de 51 milhões para uma oficina de pintura de automóveis em Gand, que utiliza nova tecnologia conforme com as normas ambientais, e 116 milhões no âmbito de empréstimos globais em curso, para cerca de 176 projectos de pequena e média dimensão na indústria e nos serviços.

Os financiamentos nas zonas de desenvolvimento regional ascenderam a 179 milhões, 6 milhões dos quais foram canalizados para o Hainaut, região abrangida pelo objectivo 1.

Cerca de 90% dos financiamentos na Dinamarca destinaram-se a **infra-estruturas de comunicação** (724 milhões).

O prosseguimento da construção da ligação fixa no Grande Belt, diversos lanços de auto-estrada nos eixos europeus E20 e E45, a electrificação de novas secções da rede ferroviária e a compra de material rodante, absorveram cerca de 674 milhões (incluindo 235 milhões no âmbito do Instrumento de Edimburgo).

O BEI financiou ainda a modernização da rede de telecomunicações na Zelândia e em Bornholm, e uma estação de tratamento de águas residuais em Grinsted.

No domínio da **energia**, foram concedidos 43 milhões (incluindo 12 milhões no âmbito do Instrumento de Edimburgo) para as novas fases da implantação de uma rede de transporte e distribuição de gás natural e para a secção dinamarquesa do projecto de interligação da rede eléctrica com a da Noruega, através do Escagerraque.

Foram ainda concedidos 43 milhões no âmbito de empréstimos globais, para 286 pequenas e médias empresas da **indústria** e dos serviços.

BÉLGICA

Contratos assinados: 615,3 milhões

1993: 371,6 milhões

Empréstimos individuais:
388,2 milhões

Empréstimos globais: 227,1 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos
globais: 116,1 milhões



DINAMARCA

Contratos assinados: 849,7 milhões

1993: 875,5 milhões

Empréstimos individuais:
776,2 milhões

Empréstimos globais: 73,5 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos
globais: 43,3 milhões

ALEMANHA

Contratos assinados: 2 407,9 milhões
1993: 2 096,6 milhões
Empréstimos individuais: 1 608 milhões
Empréstimos globais: 799,9 milhões
Créditos no âmbito de empréstimos globais: 693,2 milhões

Os financiamentos na Alemanha distribuíram-se pelos sectores das infra-estruturas, sobretudo de comunicação (708 milhões), da indústria e dos serviços (870 milhões), observando-se uma crescente concentração em projectos nos *Länder* orientais abrangidos pela acção dos Fundos Estruturais (objectivo 1), para os quais foram canalizados 1 547 milhões, ou seja, dois terços dos financiamentos globais.

Desde 1990, o Banco concedeu nos *Länder* orientais 3 850 milhões. Tal como nos anos anteriores, os empréstimos individuais (1 220 milhões) e os créditos no âmbito de empréstimos globais (327 milhões) destinaram-se essencialmente à realização de obras indispensáveis ao desenvolvimento das actividades económicas e à melhoria do ambiente.

Nesta conformidade, foi financiada a ampliação da rede de **telecomunicações** por fibras ópticas (521 milhões).

No sector da **energia** (215 milhões, incluindo 18 milhões no âmbito de empréstimos globais), os financiamentos destinaram-se ao abastecimento de gás natural, ao prosseguimento da reconversão da rede de gás de cidade existente, e à construção em Leuna de uma central de cogeração de calor e electricidade alimentada a gás natural, que substitui centrais a carvão não conformes com as normas ambientais.

Foram ainda concedidos 25 milhões para a secção alemã de um cabo de alta tensão, que permite a interligação das redes eléctricas da Alemanha e da Suécia através do Báltico, reforçando a segurança no abastecimento de electricidade ao norte da Alemanha.

No domínio da protecção do **ambiente**, foram financiadas obras de recolha e tratamento de águas residuais em Bitterfeld, Wolfen, Wittenberg, Turíngia e Saxónia-Anhalt (11 milhões). No âmbito de empréstimos globais, foram também concedidos

39 créditos no valor de 66 milhões, para obras de saneamento e para equipamento que reduz diversos tipos de poluição.

Nos domínios da **indústria** e dos **serviços**, foram concedidos empréstimos individuais (392 milhões) para diversas fábricas: de papel em Brandeburgo, de reciclagem de papel velho na Saxónia e de embalagens de cartão na Saxónia-Anhalt, assim como para armazéns e centros logísticos de distribuição.

Além disso, no âmbito de empréstimos globais, cerca de 143 projectos de pequenas e médias empresas da indústria, dos serviços e do turismo beneficiaram de créditos no valor de 243 milhões.

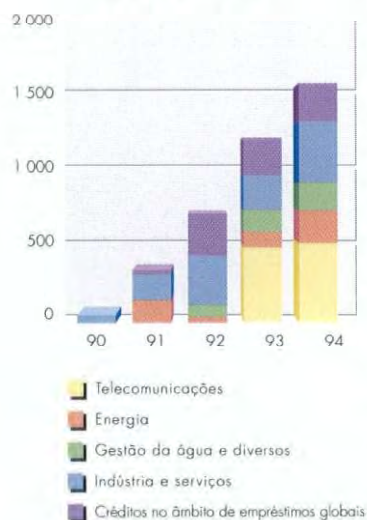
No *restante território*, o BEI financiou o prosseguimento da ampliação das infra-estruturas aeroportuárias de Francoforte e de Munique (103 milhões).

O Banco também apoiou projectos que contribuem para a melhoria da **qualidade de vida** urbana, nomeadamente, um túnel na margem do Reno em Dusseldorf, que melhorará as condições de trânsito, e para a protecção do **ambiente**, como por exemplo, a estação de tratamento de águas residuais de Wuppertal, um aterro sanitário polivalente em Bielefeld, uma incineradora de resíduos tóxicos a norte de Munique, instalações de tratamento dos efluentes de uma fábrica de papel em Stockstadt (na Baviera) e a modernização de uma refinaria em Gelsenkirchen (163 milhões no total)

No âmbito de empréstimos globais em curso, foram concedidos 240 milhões para 117 pequenos projectos de tratamento de água.

Nos **sectores produtivos**, foram concedidos empréstimos individuais (75 milhões) para uma unidade de produção de blocos-motores e uma fábrica de pneus, e créditos no âmbito de empréstimos globais (109 milhões) para 229 projectos de pequena e média dimensão.

Financiamentos nos *Länder* orientais a partir de 1990:
3 850 milhões



Todo o território da Grécia é abrangido pela acção dos Fundos Estruturais comunitários no âmbito do objectivo 1, e do Fundo de Coesão. Nove dos projectos financiados (que receberam 436 milhões) beneficiaram de subvenções comunitárias.

Foram concedidos empréstimos individuais para o reforço das **infra-estruturas** de base e a melhoria das **comunicações** (478 milhões, incluindo 82 milhões no âmbito do Instrumento de Edimburgo).

No sector dos transportes, foram outorgados 197 milhões para a linha de caminho-de-ferro Atenas - Idoméni e para diversas obras nas auto-estradas Atenas - Corinto, Atenas - Katerini e Katerini - Klidi (eixo Patras - Atenas - Salónica), sendo o último projecto considerado prioritário pelo Conselho Europeu de Essen.

No quadro das redes transeuropeias, o BEI apoiou a modernização das redes de **telecomunicações** nas aglomerações de Atenas, Larissa e Rodes, assim como a implementação de sistemas de telefone celular (237 milhões).

Foi prosseguido o financiamento das redes de recolha e tratamento de **águas residuais**

em diversas cidades - Heraklion, Larissa, Corfu e Chios - mas neste domínio, a acção do BEI centrou-se essencialmente num empréstimo global, sendo concedidos créditos no valor de 126 milhões para mais de 3 000 pequenos projectos de melhoria das vias públicas, saneamento e infra-estruturas compósitas.

A fim de reforçar o abastecimento de **energia**, o Banco concedeu 30 milhões para a reconversão para o ciclo combinado de duas unidades de uma central termoelétrica próximo de Atenas e para a construção de uma pequena central hidroelétrica no Epiro. No quadro de um empréstimo global, o BEI financiou também o desenvolvimento da rede de transporte e distribuição de electricidade (19 créditos no valor de 10 milhões).

No âmbito de empréstimos globais em curso, 18 pequenas e médias empresas da **indústria** e dos serviços receberam créditos no valor de 18 milhões.

Além disso, foi concedida uma subvenção do instrumento financeiro do EEE (ver pág. 18), que contribuirá para a construção de um centro de formação para PME.

Após um ano de grande crescimento, os financiamentos em Espanha voltaram a um nível próximo do de 1992. Grande parte dos financiamentos por meio de empréstimos individuais e de créditos no âmbito de empréstimos globais (2 749 milhões) destinaram-se, tal como em anos anteriores, a projectos nas regiões abrangidas pela acção dos Fundos Estruturais (2 659 milhões). Nas zonas abrangidas pelo objectivo 1, que beneficiaram também da acção do Fundo de Coesão, foram concedidos 1 491 milhões e nas abrangidas pelos objectivos 2 e 5b, 1 168 milhões (doze projectos, para os quais o BEI concedeu 1 457 milhões, beneficiaram também de subvenções comunitárias).

Os financiamentos do Banco centraram-se essencialmente nas infra-estruturas de base, que absorveram 2 279 milhões, 803 milhões dos quais no âmbito do Instrumento de Edimburgo.

Os empréstimos para as **comunicações** ascenderam a 1 659 milhões, incluindo 842 milhões para obras de estrada em todo o território, principalmente no itinerário Lisboa - Valladolid, que se integra nos projectos prioritários considerados em Essen, e nas Baleares e na Andaluzia, e para vias rápidas no País Basco e na Catalunha. Foi concedido um montante comparável (804 milhões) para o reforço das linhas de caminho-de-ferro suburbanas e das redes

GRÉCIA

Contratos assinados: 534,7 milhões

1993: 511,1 milhões

Empréstimos individuais:

478,2 milhões

Empréstimos globais: 56,5 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais: 153,9 milhões



ESPAÑHA

Contratos assinados: 3 011,5 milhões

1993: 4 005,1 milhões

Empréstimos individuais:

2 657,4 milhões

Empréstimos globais: 354,1 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais: 91,7 milhões

ESPAÑA (cont.)

Localização dos projectos financiados em Espanha: 13 981 milhões (1990-1994)



de metropolitano de quatro grandes aglomerações do país: Madrid, Barcelona, Valência e Bilbao. Em Barcelona e Valência, foi também financiado o reforço das infra-estruturas portuárias.

Foram também concedidos novos empréstimos para o prosseguimento de programas de colocação em serviço de satélites de telecomunicações e de teledifusão.

Na Estremadura, na Catalunha, nas Canárias e na região de Valência, o Banco apoiou projectos que visam melhorar o **abastecimento de água** e o tratamento de águas residuais. Na Galiza, foram também financiadas obras florestais e infra-estruturas rurais. Estes financiamentos cifraram-se em 273 milhões.

Dois destes projectos beneficiaram de bonificações de juros, e projectos de institutos universitários obtiveram subvenções, no âmbito do instrumento financeiro do EEE.

No sector da **energia**, o BEI prosseguiu o

financiamento das redes de transporte e distribuição de electricidade de diversas regiões do país (341 milhões).

Por último, foram concedidos empréstimos individuais para dois importantes projectos **industriais**: uma nova fábrica de motores de automóveis (que consomem menos energia e são menos poluentes) próximo de Valência, e unidades de cogeração de electricidade/vapor em três refinarias (379 milhões).

392 pequenas e médias empresas beneficiaram de créditos no âmbito de empréstimos globais para projectos nos sectores da indústria e das infra-estruturas.

Muitos dos projectos financiados em 1994 contribuem para a *protecção do ambiente*, nomeadamente, projectos de gestão da água, projectos de transportes urbanos, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida, projectos de ordenamento florestal e obras empreendidas em refinarias. No domínio do ambiente, foram concedidos 1 242 milhões.

FRANÇA

Contratos assinados: 2 477,4 milhões
1993: 2 205,5 milhões

Empréstimos individuais:
1 428,1 milhões

Empréstimos globais: 1 049,3 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos
globais: 770,2 milhões

Em França, os financiamentos para infra-estruturas ascenderam a 1 428 milhões, destinando-se 73% das verbas a projectos que contribuíam para o desenvolvimento das zonas assistidas, sobretudo no sector dos **transportes** (1 289 milhões). 1 012 milhões foram concedidos na forma de empréstimos individuais para projectos que promoviam a melhoria das grandes ligações de interesse comunitário e dos acessos a nível regional.

Nesta conformidade, o BEI contribuiu para o prosseguimento da realização do Túnel da Mancha, do TGV Norte e de diversos lanços de grandes auto-estradas europeias, nomeadamente, na parte ocidental do país e no acesso à zona alpina; a rea-

lização do lanço Pont d'Aiton-Modane da A43 completará a ligação França-Itália pelo Túnel de Fréjus. No domínio dos transportes aéreos, foram concedidos empréstimos para a renovação de uma parte da frota regional e para o reforço das infra-estruturas aeroportuárias da Ilha da Reunião.

Ainda no domínio das infra-estruturas, foram concedidos 156 milhões para a melhoria do **ambiente urbano** e da qualidade de vida nas aglomerações parisiense (lanço subterrâneo da auto-estrada urbana A14) e lionesa (última fase de um conjunto de obras que melhora o trânsito e o estacionamento).

No âmbito de empréstimos globais, foram ainda concedidos 416 milhões para cerca de 565 pequenas infra-estruturas, em geral da iniciativa de autarquias locais, destinando-se 278 milhões ao sector dos transportes e 138 milhões à melhoria do abastecimento de água e ao saneamento.

Na indústria e nos serviços (770 milhões), foram concedidos empréstimos individuais (416 milhões) para projectos no sector automóvel (fábrica de motores comum a duas empresas no Pas-de-Calais e nova unidade de pintura de carroçarias na região parisiense), da aeronáutica (desenvolvimento de uma nova geração de lançadores de satélites) e das indústrias química e siderúrgica.

Grande parte dos financiamentos destinou-se a projectos de protecção do ambiente, tais como novas instalações de pintura, a modernização de uma siderur-

gia e quatro unidades de fabrico de produtos químicos.

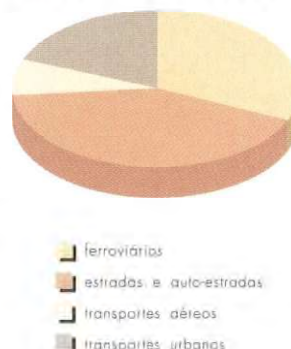
No âmbito de empréstimos globais, foram outorgados créditos no valor de cerca de 354 milhões para mais de 3 940 projectos de pequena e média dimensão, metade dos quais no sector dos serviços.

Os financiamentos para projectos no domínio do *desenvolvimento regional* ascenderam a 1 572 milhões, representando 72% do total. Quase todos os projectos se situavam nas zonas abrangidas pelos objectivos 2 e 5b, mas foram também financiadas infra-estruturas nos Departamentos Ultramarinos, abrangidos pelo objectivo 1 (12 milhões).

No quadro do Instrumento de Edimburgo, foram concedidos 250 milhões (em grande parte no âmbito de empréstimos globais) para diversos projectos de redes de transportes e de protecção do ambiente.

FRANÇA (cont.)

Financiamentos no sector dos transportes em França: 5 098 milhões (1990-1994)



Na Irlanda, país cujo território é totalmente abrangido pela acção dos Fundos Estruturais - no âmbito do objectivo 1 - e do Fundo de Coesão, os financiamentos do BEI centraram-se essencialmente no reforço das **infra-estruturas** de base (183 milhões). Cinco dos projectos financiados receberam subvenções dos Fundos Estruturais comunitários (74 milhões).

Foi concedido um empréstimo de 62 milhões no âmbito do Instrumento de Edimburgo, para o reforço das redes de transporte e distribuição de electricidade em diversas regiões do país, com vista a melhorar o abastecimento energético.

No sector dos transportes, o BEI prosseguiu o apoio à melhoria da rede rodoviária, incluindo a segunda fase da

circular de Dublin, e financiou a modernização do material circulante dos caminhos-de-ferro, assim como a construção de um terminal para navios *roll on-roll off* em Dun Laoghaire, o qual constitui um elemento importante da ligação Irlanda - Reino Unido - Benelux, considerada como RTE prioritária. O Banco contribuiu também para o desenvolvimento das telecomunicações nacionais e internacionais, assim como para a melhoria do abastecimento de água e do saneamento, tendo outorgado para esse efeito 121 milhões.

Por último, foi concedido um empréstimo para a modernização e a ampliação de vários institutos de ensino técnico superior, e no âmbito de empréstimos globais em curso, 247 PME beneficiaram de créditos no valor total de 47 milhões.

IRLANDA

Contratos assinados: 291,1 milhões

1993: 388,2 milhões

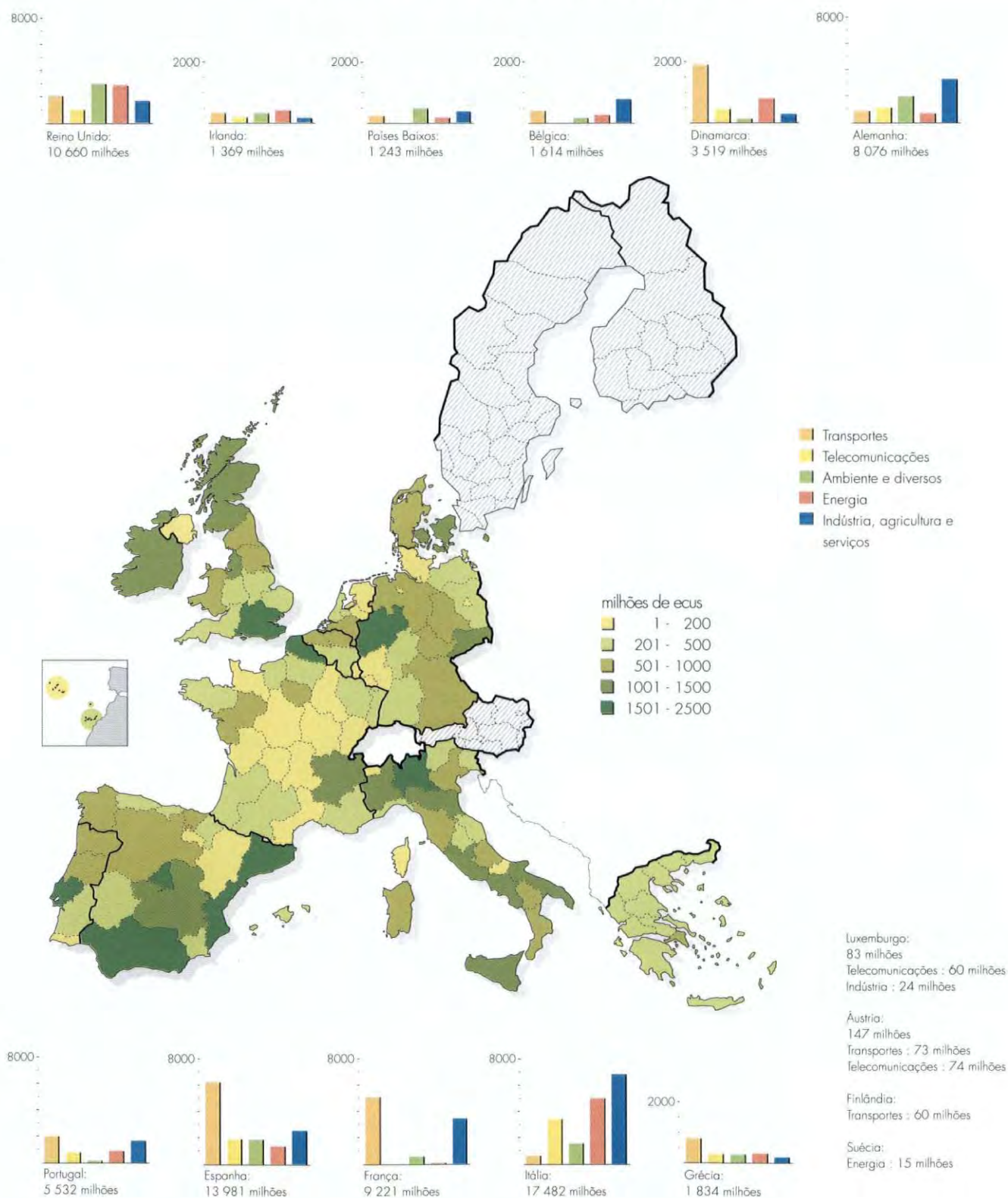
Empréstimos individuais:

190,3 milhões

Empréstimos globais: 100,8 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais: 47,4 milhões

FINANCIAMENTOS NA UNIÃO EUROPEIA DE 1990 A 1994
Distribuição regional dos financiamentos e representação gráfica
da distribuição sectorial em cada país (quadro 2, pág. 23)



Na Itália, 69% do total dos financiamentos, que se elevaram a 2 966 milhões (empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais), destinaram-se a **infra-estruturas** (2 034 milhões).

No sector da **energia**, foram concedidos 1 152 milhões para uma vasta gama de projectos: construção de centrais de ciclo combinado, transformação ou adaptação de centrais para reduzir as emissões para a atmosfera, aproveitamento de jazigos de gás natural (incluindo um novo jazigo nas Marcas), redes de transporte e distribuição de gás em várias regiões e sobretudo, conclusão das obras de duplicação do gasoduto de transporte de gás do sul da Argélia (ver Relatório Anual 1993, pág. 52) e redes de aquecimento urbano.

No domínio das infra-estruturas de **comunicação**, grande parte dos empréstimos destinou-se ao reforço das telecomunicações (628 milhões), designadamente, desenvolvimento das redes interurbanas e melhoria da capacidade de comutação ou das ligações via satélite.

No domínio dos transportes, foram concedidos 135 milhões para a ampliação do aeroporto de Milão-Malpensa, projecto considerado prioritário pelo Conselho Europeu de Essen, e para a instalação de sistemas automatizados de portagem em auto-estradas.

O BEI financiou também obras de abastecimento de água, sistemas de recolha e tratamento de águas residuais ou de resíduos, e equipamento diverso de preven-

ção da poluição, da erosão e das inundações (um total de 104 milhões).

O BEI concedeu ainda 16 milhões para obras urbanas em Bolonha, Ferrara, Macerata e Belluno, e para obras de restauração de edifícios históricos na Sicília, em Monreale e em Milazzo.

Mais de 70% dos financiamentos nos sectores da **indústria** e dos **serviços** (932 milhões) destinaram-se a investimentos de pequenas e médias empresas, que receberam 1 173 créditos no valor de 663 milhões, no âmbito de empréstimos globais. Os empréstimos individuais (269 milhões) destinaram-se a projectos de média dimensão nos sectores dos electrodomésticos, dos produtos alimentares, do papel, do vidro e da indústria automóvel, e também a investimentos de envergadura no reforço da protecção do ambiente, da segurança do funcionamento e da eficácia energética em duas refinarias e uma fábrica de cimento.

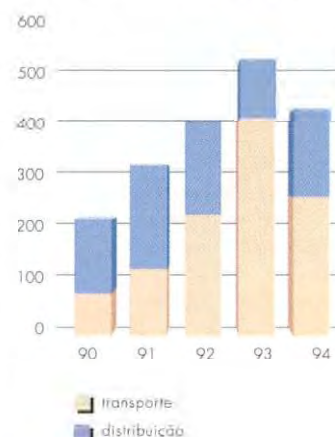
Os financiamentos no domínio do **desenvolvimento regional** cifraram-se em 2 159 milhões, que representaram 73% do total. As regiões abrangidas pelo objectivo 1 dos Fundos Estruturais comunitários absorveram 672 milhões, 535 milhões dos quais através de empréstimos individuais, e as zonas abrangidas pelos objectivos 2 e 5b, 1 016 milhões.

Foram ainda concedidos 764 milhões para projectos cujo objectivo era, exclusivamente ou em parte, a *protecção do ambiente*.

ITÁLIA

Contratos assinados: 3 099,5 milhões
1993: 3 362 milhões
Empréstimos individuais: 2 261,3 milhões
Empréstimos globais: 838,2 milhões
Créditos no âmbito de empréstimos globais: 704,6 milhões

Financiamentos para gasodutos na Itália:
1 058 milhões (1990-1994)



No Luxemburgo, foi concedido um empréstimo global à *Société Nationale de Crédit et d'Investissement*, entidade encarregada

de implementar no Grão-Ducado o instrumento de bonificação de juros em favor de PME criadoras de empregos.

LUXEMBURGO

Empréstimo global: 5 milhões

PAÍSES BAIXOS

Contratos assinados: 399,5 milhões
 1993: 379,7 milhões
 Empréstimos individuais:
 283,3 milhões
 Empréstimos globais: 116,2 milhões
 Créditos no âmbito de empréstimos
 globais: 49,1 milhões

Nos Países Baixos, os empréstimos individuais destinaram-se essencialmente a três projectos que contribuíam para a protecção do **ambiente** (232 milhões), referentes à melhoria da rede de recolha e de descarga de águas residuais da cidade de Amsterdão e a duas grandes centrais de incineração de resíduos domésticos situadas, respectivamente, em Alkmaar, no norte da Holanda, e próximo de Nimègue, no Gelderland.

No sector da **energia**, o BEI concedeu 51

milhões para a central de cogeração de electricidade e calor em Buggenum, no Limburgo.

Estes projectos receberam um total de 117 milhões no quadro do Instrumento de Edimburgo.

Além disso, no âmbito de empréstimos globais em curso, foram financiadas 17 pequenas e médias empresas industriais e dos serviços.

PORTUGAL

Contratos assinados: 1 109,7 milhões
 1993: 1 488,8 milhões
 Empréstimos individuais:
 1 084,2 milhões
 Empréstimos globais: 25,5 milhões
 Créditos no âmbito de empréstimos
 globais: 42,9 milhões

Todo o território de Portugal é abrangido pela acção dos Fundos Estruturais comunitários no âmbito do objectivo 1, e pela acção do Fundo de Coesão. Cerca de metade dos projectos, que contribuíam para o desenvolvimento do país, receberam subvenções comunitárias.

Os financiamentos do Banco destinaram-se sobretudo ao reforço das infra-estruturas de base (1 088 milhões, incluindo 97 milhões no âmbito do Instrumento de Edimburgo).

O principal sector financiado foi o dos **transportes** (710 milhões).

O BEI contribuiu para o prosseguimento da modernização da rede rodoviária e da construção de lanços de auto-estrada na região de Lisboa, assim como para a melhoria das ligações Setúbal - Elvas, e Porto - Vila Real, algumas secções das quais se integram em projectos considerados prioritários em Essen. Na Ilha da Madeira, foi concedido um empréstimo para o reforço das infra-estruturas portuárias do Funchal e para a nova auto-estrada de ligação da cidade ao aeroporto.

O Banco concedeu também novos empréstimos para o prolongamento do metropolitano de Lisboa, com vista a reduzir o congestionamento do trânsito automóvel e a estabelecer a ligação com o local da Exposição Mundial de 1998 (EXPO 98). *Este projecto beneficiou também de uma sub-*

venção e de bonificação de juros no quadro do Instrumento Financeiro do EEE. De mencionar também a conclusão de um acordo-quadro para o financiamento de uma nova ponte sobre o Tejo, a montante da ponte já existente.

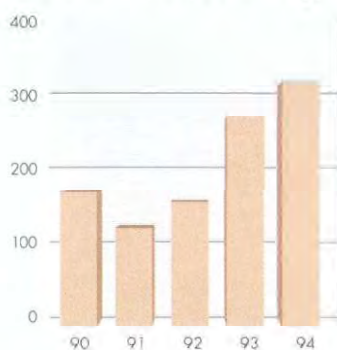
No âmbito de empréstimos globais, foram também concedidos 14 milhões para cerca de quarenta pequenos projectos de melhoria da rede rodoviária secundária.

Foi também financiado o reforço do **abastecimento energético**, sendo canalizados 327 milhões para a extensão da rede de distribuição de electricidade e para a instalação da rede de gás natural na parte ocidental do país (1ª fase).

No domínio do **abastecimento de água**, foram concedidos 40 milhões nas regiões do Médio Tejo e do Sotavento algarvio. Foram ainda outorgados 12 milhões para autarquias locais, para o financiamento de 41 pequenos projectos de abastecimento de água e de saneamento.

No sector **industrial**, foram concedidos dois empréstimos individuais (23 milhões) para uma fábrica de componentes de automóveis próximo de Setúbal e para a modernização de fábricas de produtos alimentares e de detergentes, próximo de Lisboa, e 62 créditos no âmbito de empréstimos globais (16 milhões) para pequenas e médias empresas.

Financiamento de estradas e auto-estradas em Portugal: 1 058 milhões (1990-1994)



As actividades no Reino Unido centraram-se essencialmente no financiamento de infra-estruturas (2 162 milhões, dos quais 365 milhões no âmbito do Instrumento de Edimburgo).

O principal sector financiado foi o das **comunicações**.

No domínio dos transportes, foram concedidos 649 milhões para o prosseguimento da construção do Túnel da Mancha e de uma ponte entre a Escócia e a Ilha de Skye. Foram igualmente financiados diversos eixos rodoviários importantes, entre o Hampshire e o Surrey, nos West-Midlands e no Kent, assim como a ampliação do terminal do aeroporto de Heathrow e a instalação de uma rede de metropolitano ligeiro em Sheffield.

Foram concedidos 609 milhões para projectos de modernização das telecomunicações.

Além disso, foram financiados programas de melhoria da gestão do **abastecimento de água** e do tratamento de águas residuais, assim como diverso equipamento e obras, com vista a reabilitar minas no Northumberland e a construir uma zona industrial em Cardiff, que inclui centros de formação avançada.

No sector da **energia**, foram concedidos 682 milhões para o aproveitamento de jazigos de hidrocarbonetos na baía de Liverpool, no Mar da Irlanda, e para a construção de centrais eléctricas alimentadas a gás no sul da Inglaterra e no Kent.

Na **indústria** e nos serviços, foram canalizados 185 milhões para uma fábrica de papel que utiliza fibras recicladas no Kent, para a instalação de equipamento de hidrodessulfuração numa refinaria de Cleveland e no âmbito de empréstimos globais em curso, para 142 projectos de empresas de pequena dimensão.

No domínio do *desenvolvimento regional*, foram concedidos 1 143 milhões, destinando-se 496 milhões a projectos situados nas zonas abrangidas pelo objectivo 2 dos Fundos Estruturais comunitários. Foram ainda concedidos 13 milhões para a ligação com a Ilha de Skye, que se situa numa zona abrangida pelo objectivo 1.

Diversos projectos industriais ou de infra-estruturas que contribuem para a *protecção do ambiente* ou para a melhoria da qualidade de vida em meio urbano beneficiaram de 439 milhões.

REINO UNIDO

Contratos assinados:

2 454,7 milhões

1993: 1 929,1 milhões

Empréstimos individuais:

2 295,5 milhões

Empréstimos globais: 159,2 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais: 51 milhões



NOVOS ESTADOS-MEMBROS

Contratos assinados: 165 milhões
Empréstimos individuais: 149,5 milhões
Empréstimos globais: 15,5 milhões

No exterior do território dos Estados-membros, foram concedidos 426 milhões.

Foram essencialmente financiados projectos na Áustria, na Finlândia e na Suécia, países candidatos à adesão em 1994 e que se tornaram membros da Comunidade em 1 de Janeiro de 1995, e também, nos termos do artigo 18º, nº 1, segundo parágrafo, dos Estatutos do Banco, projectos na Noruega e em Marrocos, que apresentavam interesse para a União e o país interessado.

Na **Áustria** (89,5 milhões), foi concedido um empréstimo individual para o reforço e a modernização das ligações telefónicas com sete países vizinhos, e um primeiro empréstimo global destinado ao financiamento de projectos de pequenas e médias empresas.

Na **Finlândia** (60,2 milhões), o BEI financiou a melhoria de dois lanços da auto-estrada E18 do "triângulo nórdico", que liga Stavanger, na Noruega, a São Petersburgo na Rússia, através de Oslo, Estocolmo e Helsínquia, e que figura entre as RTE prioritárias. Estes lanços situam-se no

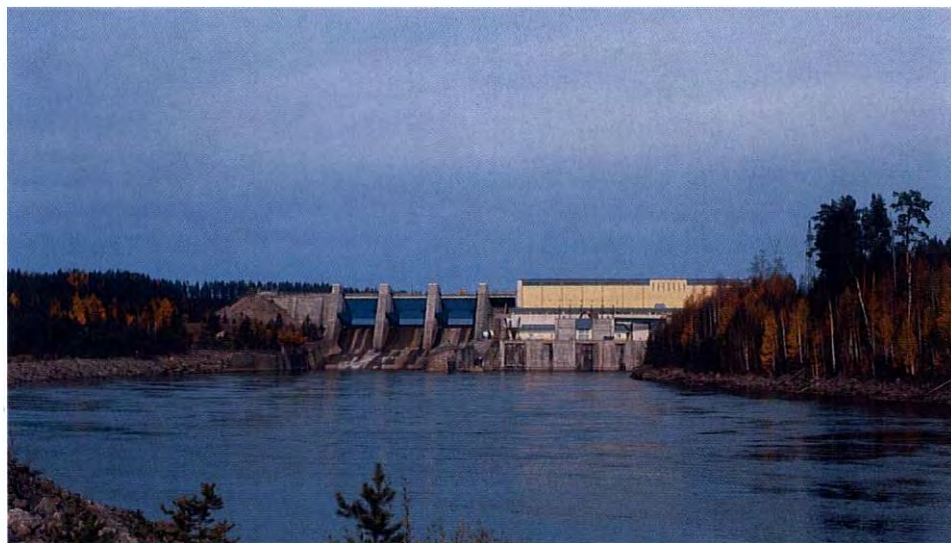
eixo que liga Turku, um dos principais portos do país, a Helsínquia.

Na **Suécia** (15,3 milhões), foi concedido um empréstimo para a secção sueca de um cabo que permite a troca de energia eléctrica com a Alemanha, através do Báltico.

OUTROS

Na **Noruega** (99,6 milhões), os empréstimos do Banco destinaram-se à produção e ao transporte de electricidade: cabo de interligação com a Dinamarca, através do Escagerraque, reforço da rede eléctrica e construção de barragens para aumentar a capacidade de armazenagem da central hidroeléctrica de Svartisen, no norte do país.

Foi também concedido um empréstimo de 161,2 milhões para a **secção marroquina** de um gasoduto que abastecerá a rede espanhola (e ulteriormente a comunitária) com gás natural argelino (ver caixa pág. 52 do Relatório Anual de 1993).



Os financiamentos no exterior da União Europeia ascenderam a 2 246 milhões, sendo 1 979 milhões concedidos sob a forma de empréstimos a cargo de recursos próprios do BEI e 267 milhões sob a forma de operações de capitais de risco a cargo de recursos orçamentais comunitários ou dos Estados-membros.

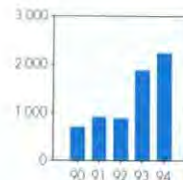
Nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTU), os financiamentos cifraram-se em 462 milhões (226 milhões em 1993), sendo 223 milhões concedidos na forma de empréstimos por conta de recursos próprios, com bonificação de juros, e 239 milhões na forma de capitais de risco por conta de recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

Nos Países da Bacia Mediterrânica, foram concedidos 607 milhões (681 milhões em

1993), dos quais 579 milhões a cargo de recursos próprios e 28 milhões a cargo de capitais de risco.

Nos Países da Europa Central e Oriental (PECO), o BEI outorgou empréstimos no valor de 957 milhões (882 milhões em 1993) e na América Latina e na Ásia, no valor de 220 milhões.

A maioria dos projectos de investimento foi financiada conjuntamente com instituições financeiras bilaterais dos Estados-membros, a Comissão Europeia, o Banco Mundial e outras instituições de ajuda ao desenvolvimento; a estreita cooperação já existente com o BERD foi intensificada, a fim de melhor coordenar os financiamentos nos Países da Europa Central e Oriental interessados.



O exercício de 1994 foi marcado por uma forte retoma dos financiamentos do BEI nos Estados ACP e nos PTU, tendo sido celebrados contratos de financiamento em 29 países ACP e em 3 PTU, no quadro da Quarta Convenção de Lomé (223 milhões na forma de empréstimos a cargo de recursos próprios com bonificação de juros e 237,5 milhões na forma de capitais de risco) e ainda no âmbito da Terceira Convenção (1,5 milhão na forma de capitais de risco).

Na maioria dos países, os projectos beneficiaram de contribuições em capitais de risco; em dezanove países, exclusivamente (114 milhões) e em onze países, combinados com empréstimos a cargo de recursos próprios do Banco (249 milhões). Na Maurícia e na Papuásia - Nova Guiné, foram concedidos unicamente empréstimos a cargo de recursos próprios (18 milhões). Foram ainda canalizados 80 milhões para projectos regionais ou para instituições que intervêm em diversos países.

Do ponto de vista sectorial, mais de metade dos financiamentos destinaram-se à indús-

tria, à agricultura, às pescas e aos serviços (250 milhões), tendo muitos projectos sido financiados através de empréstimos individuais (91 milhões). Os empréstimos globais ascenderam a 159 milhões, sendo implementados em colaboração com bancos de desenvolvimento nacionais e regionais, e destinando-se principalmente ao financiamento de pequenas e médias empresas. Estas receberam 156 créditos no valor de 48 milhões.

Para apoiar a realização de projectos de pequenas e médias empresas privadas do sector produtivo, o BEI concluiu com instituições financeiras europeias de ajuda ao desenvolvimento dois empréstimos globais no valor de 35 milhões cada um, que podem ser afectados no conjunto dos Estados ACP.

No que se refere às infra-estruturas de base, os financiamentos para projectos de produção e de transporte de electricidade, bem como para gasodutos (146 milhões) representaram 32% do total. Os restantes projectos integravam-se nos domínios das telecomunicações, dos transportes e da gestão da água.

ESTADOS ACP E PTU

DUPLICAÇÃO DOS
FINANCIAMENTOS PARA
PROJECTOS EM 32 PAÍSES



Quadro 11: Convenções, protocolos financeiros e decisões em vigor ou negociados em 4 de Abril de 1995

(milhões de ecus)

	Tipo de acordo	Período de vigência	Empréstimos recursos próprios BEI (¹)	Recursos orçamentais		Total
				Operações com capitais de risco (²)	Ajudas não reembolsáveis (³)	
Estados ACP - PTU						
ACP	Quarta Convenção de Lomé	1990-1995	1200	825	9975 (⁴)	12000
PTU	Decisão do Conselho	1990-1995	25	25	115 (⁴)	165
África do Sul	<i>em negociação</i>		300			300
Bacia Mediterrânica (⁵)						
Turquia	4º protocolo financeiro ainda não executado		225		50	600 (⁶)
Argélia	4º protocolo financeiro	1992-1996	280	18	52	350
Marrocos	"	"	220	25	193	438
Tunísia	"	"	168	15	101	284
Egipto	"	"	310	16	242	568
Jordânia	"	"	80	2	44	126
Líbano	ajuda excepcional para a reconstrução		50			50
"	2º protocolo financeiro		34			34
"	3º protocolo financeiro		53	1	19	73
"	4º protocolo financeiro	1992-1996	45	2	22	69
Síria	3º protocolo financeiro	1987-1991	110	2	34	146
"	4º protocolo financeiro	1992-1996	115	2	41	158
Israel	4º protocolo financeiro	1992-1996	82			82
Gaza e Cisjordânia (⁷)	Decisão do Conselho	1994-1998	250	-	250	500
Malta	4º protocolo financeiro	1994-1998	30	2	13	45
Chipre	4º protocolo financeiro	1994-1998	50	2	22	74
Vertente horizontal extra-protocolo	Decisão do Conselho	1992-1996	1800	25	205 (⁸)	2030
Países da Europa Central e Oriental						
Hungria, Polónia, República Eslovaca, República Checa, Bulgária, Roménia, Estónia,Letónia, Lituânia e Albânia	Decisão do Conselho	1994-1996	3000			3000
Eslovénia	Protocolo financeiro	1993-1997	150		20 (⁹)	170
Países da América Latina e da Ásia						
	Decisão do Conselho	1993-1996	750			750

(¹) Empréstimos que beneficiam de bonificação de juros por conta de recursos do FED, quando se trate de projectos nos Estados ACP e PTU, e por conta de recursos do orçamento comunitário, quando se trate de projectos nos países da Bacia Mediterrânica. Os montantes necessários para as bonificações de juros são imputados nas ajudas não reembolsáveis.

(²) Concedidas e geridas pelo BEI.

(³) Concedidas e geridas pela Comissão Europeia.

(⁴) Inclui as verbas destinadas a bonificações de juros dos empréstimos do BEI.

(⁵) As verbas disponíveis no âmbito dos protocolos financeiros anteriores poderão

ser utilizadas simultaneamente, quer se trate da totalidade das dotações previstas (Líbano e Síria), ou de saldos por afectar.

(⁶) Dos quais 325 milhões na forma de empréstimos com condições especiais a cargo de recursos orçamentais.

(⁷) O montante dos financiamentos a cargo de recursos próprios será imputado na da vertente extra-protocolo.

(⁸) Dos quais cerca de 100 milhões na forma de bonificações de juros para os empréstimos do BEI no sector do ambiente.

(⁹) Unicamente para bonificações de juros dos empréstimos do BEI para projectos de transportes de interesse comum.

Em **ÁFRICA**, os financiamentos cifraram-se em 406 milhões (207 milhões a cargo de recursos próprios e 199 milhões a cargo de capitais de risco), destinando-se a 21 países. Apesar dos problemas endémicos, registaram-se sinais de progresso. Neste sentido, a transição para a democracia na África do Sul encoraja a cooperação entre os países da região e facilita o respectivo desenvolvimento; é o caso, nomeadamente, do aproveitamento dos recursos hidroeléctricos de Moçambique. Um projecto de cooperação regional no domínio das telecomunicações pôde ser concluído entre três países da África Oriental - a Etiópia, Jibuti e a Eritreia - nos quais o BEI intervém pela primeira vez.

Mas outros factores contribuíram também para a retoma das actividades, entre os quais a aplicação em certos países de novas políticas económicas, em ligação com programas de ajustamento estrutural, a desvalorização do franco CFA e a subida dos preços de certas matérias-primas.

Em 1994, os financiamentos para projectos na **África Austral** cifraram-se em 173 milhões (88 milhões a cargo de capitais de risco). Foram financiados projectos no sector da energia: linhas de alta tensão, de ligação da central hidroeléctrica de Cahora Bassa no Zambeze, em **Moçambique**, às redes do **Zimbabwe** e da África do Sul; construção de uma central hidroeléctrica em Muela, no **Lesoto**; e oleoduto para o abastecimento da refinaria de Indeni, na **Zâmbia**, a partir do porto de Dar-es-Salaam, na Tanzânia.

Foram também concedidas verbas para a melhoria do abastecimento de água em Lobatse, no **Botsuana**, a ampliação das redes de abastecimento de água, de saneamento e de electricidade em Windhoek, na **Namíbia**, e o reforço da capacidade das telecomunicações na **Maurícia**.

Diversos projectos do sector produtivo beneficiaram também de financiamentos nou-

tros domínios: produtos alimentares (matadouro no Botsuana, frota de arrastões camaroeiros em Moçambique), mina de cobre no Zimbabwe e produção de flores na Zâmbia. Foram concluídos diversos empréstimos globais com instituições de alguns destes países e também de **Madagáscar**.

Na **África Ocidental**, foram concedidos 70 milhões, dos quais 33 milhões a cargo de capitais de risco. Foram concedidos empréstimos a cargo de recursos próprios (36,5 milhões) para o desenvolvimento da exploração de uma mina de ouro no **Mali** e para a renovação de um hotel na **Guiné**. Os restantes projectos foram financiados com capitais de risco: ampliação e modernização de fábricas de óleo na **Guiné** e no **Mali**, início da exploração de recursos petrolíferos na **Costa do Marfim**, fábrica de processamento e embalagem de anchovas na ilha de São Vicente em **Cabo Verde**, e concessão de um empréstimo global no **Benim** para o desenvolvimento das PME.

Foram também concedidas linhas de crédito para financiar uma fábrica de iogurtes no **Gana** e para um estudo de uma fundição na **Mauritânia**. O BEI contribuiu também para a instituição de um fundo de garantia para o financiamento de projectos do sector privado no conjunto da região.

Na **África Oriental** (90 milhões, dos quais 75 milhões com capitais de risco), foram concedidos 25 milhões para um grande projecto de telecomunicações que abrange três dos países mais pobres do continente (a **Etiópia**, a **Eritreia** e **Jibuti**), e que permitirá reforçar as ligações locais e regionais e aceder ao sistema internacional de telecomunicações por satélite.

Foram ainda concedidas verbas para uma central hidroeléctrica na **Tanzânia**, a reabilitação de um oleoduto no **Quénia** e ainda empréstimos globais neste último país e nas **Seychelles**.

EM ÁFRICA,
APOIO A PROJECTOS
REGIONAIS,...

... FORTE RETOMA DOS
FINANCIAMENTOS PARA
A INDÚSTRIA...

... E DOS FINANCIAMENTOS
PARA A PRODUÇÃO E O
TRANSPORTE DE ENERGIA

DIVERSOS EMPRÉSTIMOS GLOBAIS
PARA O FINANCIAMENTO
DE PROJECTOS
DE PEQUENA DIMENSÃO

Nas **CARAÍBAS** (46 milhões, dos quais 35,4 milhões em capitais de risco), além de um empréstimo para uma nova companhia aérea regional, foram concedidas verbas para uma unidade de fabrico de aditivos de gasolina e para um estudo da melhoria do abastecimento de água de Richmond na **Trinidade e Tobago**, a melhoria da rede eléctrica no **Belize** e na **República Dominicana**, e o reforço das instalações do porto de Kingstown em **São Vicente e Grenadinas**. Foram ainda concluídos empréstimos globais com instituições de diversos países, incluindo **Santa Lúcia**.

No **PACÍFICO**, foram concluídos empréstimos globais com instituições da **Papúasia - Nova Guiné** e das **Samoas Ocidentais**, para o financiamento de projectos de pequena e média dimensão (5,5 milhões).

Os financiamentos concedidos em três **PTU** (4,4 milhões) destinaram-se a um estudo de avaliação da possibilidade de instalação de uma central eólica nas ilhas **Turks e Caicos** e a empréstimos globais para projectos industriais, agro-industriais e turísticos na **Nova Caledónia** e nas **Ilhas Virgens**.

Quadro 12: Financiamentos no exterior da União Europeia em 1994

(milhões de ecus)

	Total	Recursos próprios	Capitais de risco	Empréstimos individuais				Empréstimos globais
				Energia	Transportes e telecomunicações	Água e ordenamento agrícola	Indústria, agricultura e serviços	
ACP-PTU	461,6	222,5	239,1	146,2	47,8	17,1	91,2	159,3
África	405,8	206,5	199,3	127,5	38,8	17,1	79,7	142,7
Caraíbas	45,9	10,5	35,4	18,7	9,0		9,1	9,1
Pacífico	5,5	4,0	1,5					5,5
PTU	4,4	1,5	2,9				2,4	2,0
Mediterrâneo	607,0	579,0	28,0	135,0	243,0	94,0	55,0	80,0
Argélia	80,0	80,0			80,0			
Marrocos	140,0	120,0	20,0	80,0		40,0		20,0
Tunísia	63,0	63,0			23,0	25,0	15,0	
Egipto	131,0	125,0	6,0	55,0			40,0	36,0
Jordânia	49,0	47,0	2,0		25,0	12,0		12,0
Líbano	115,0	115,0			115,0			
Chipre	29,0	29,0				17,0		12,0
Europa Central e Oriental (PECO)	957,0	957,0		157,0	697,0	45,0		58,0
Hungria	140,0	140,0			100,0			40,0
Polónia	333,0	333,0			275,0	45,0		13,0
Bulgária	30,0	30,0			30,0			
República Eslovaca	35,0	35,0			35,0			
República Checa	255,0	255,0		100,0	155,0			
Roménia	66,0	66,0		50,0	16,0			
Estónia	42,0	42,0		7,0	35,0			
Letónia	5,0	5,0						5,0
Lituânia	10,0	10,0			10,0			
Eslovénia	41,0	41,0			41,0			
América Latina e Ásia (ALA)	220,0	220,0		122,0	75,0		23,0	
Argentina	46,0	46,0		46,0				
Chile	75,0	75,0			75,0			
Paquistão	36,0	36,0		36,0				
Filipinas	23,0	23,0					23,0	
Tailândia	40,0	40,0		40,0				
Total	2 245,6	1 978,5	267,1	560,2	1 062,8	156,1	169,2	297,3

Os financiamentos nos países do sul da Bacia Mediterrânica ascenderam a 607 milhões, dos quais 28 milhões a cargo de recursos orçamentais.

A maioria dos empréstimos foi concedida no quadro dos protocolos financeiros em curso (397 milhões), ou no quadro da vertente "horizontal" extraprotocolo para projectos de cooperação regional e de protecção do ambiente (210 milhões). Em sete países, estes financiamentos destinaram-se ao reforço das infra-estruturas de transportes — principalmente à reconstrução das infra-estruturas no Líbano — e das telecomunicações (243 milhões, representando cerca de 40% do total), a linhas eléctricas, uma das quais garante as trocas com a Espanha (135 milhões), à melhoria da gestão dos escassos recursos hídricos da região (94 milhões) e a projectos em favor dos sectores produtivos (135 milhões).

Foram essencialmente concedidos empréstimos globais destinados a apoiar projectos, a maioria dos quais de iniciativa privada, realizados em parceria com empresas da União (ver pág. 50)

Marrocos

O grosso dos financiamentos (140 milhões no total) destinou-se a um importante projecto de interligação da rede eléctrica nacional à rede espanhola, por cabos submarinos sob o Estreito de Gibraltar; este projecto, financiado "extraprotocolo", inclui o reforço da rede eléctrica marroquina (80 milhões). Foram também concedidos empréstimos para melhorar a gestão da água e o abastecimento de diversas grandes cidades da costa atlântica. Um empréstimo global a cargo de capitais de risco (20 milhões) destinou-se ao financiamento de tomadas de participação em em-

presas do sector produtivo, especialmente as associadas a empresas da União. Além disso, foram afectados mais de vinte créditos (8,2 milhões) no âmbito de empréstimos globais em curso, alguns dos quais se destinaram a diversos pequenos projectos rurais.

Argélia

Num contexto particularmente difícil, o BEI prosseguiu o comprometimento do quarto protocolo financeiro, financiando um novo lanço da auto-estrada Este/Oeste que liga Lakhdaria a Bouira (80 milhões).

Tunísia

Foram canalizados 63 milhões para o desenvolvimento de diversas grandes cidades e especialmente da capital: vias públicas da aglomeração de Tunes, estações de tratamento e redes de saneamento em seis cidades costeiras (25 milhões "extra protocolo") e equipamento de zonas industriais próximo de Tunes e de Sfax. No âmbito de empréstimos globais em curso (5 milhões), foi financiada uma vintena de pequenos projectos industriais e dos serviços.

Egipto

Os financiamentos no Egipto (131 milhões, dos quais 6 milhões em capitais de risco) destinaram-se ao reforço do abastecimento de electricidade de Alexandria, e próximo desta cidade, ao aumento da capacidade de uma siderurgia. Foram também concedidos empréstimos globais para o apoio de projectos de pequena e média dimensão na indústria e no turismo.

Jordânia

Os financiamentos neste país (49 milhões, dos quais 2 milhões em capitais de risco) contribuíram para o prosseguimento do re-

PAÍSES MEDITERRÂNICOS

MAGREBE



MACHEREQUE

forço das redes de telecomunicações, especialmente na Cisjordânia e no Líbano (25 milhões "extraprotocolo"), para a melhoria do abastecimento de água e das redes de saneamento da cidade de Salt, a oeste de Amã, e para o financiamento, através de empréstimos globais, de pequenas e médias empresas.

Líbano

O BEI prosseguiu a ajuda à reconstrução do país, concedendo 115 milhões para a reabilitação das instalações portuárias de Beirute e 80 milhões "extraprotocolo" para a reabilitação, a extensão e a modernização do aeroporto internacional da capital.

PARCERIA EUROMEDITERRÂNEA: PRIMEIROS RESULTADOS

O Conselho Europeu de Essen aprovou a abordagem apresentada pela Comissão Europeia no quadro da futura política mediterrânica, que preconiza o estabelecimento de uma parceria euromediterrânica. Esta deverá basear-se no reforço da cooperação, especialmente financeira, entre a União Europeia e os países da Bacia Mediterrânica com os quais esta mantém laços de longa data.

O BEI, que já intervém nos países da Bacia Mediterrânica desde 1976, desempenha um papel essencial na "Política Mediterrânica Renovada", lançada em 1992, que se baseia nos protocolos financeiros bilaterais concluídos com os diferentes países parceiros e numa vertente extraprotocolo de cooperação financeira "horizontal" (ver pormenores no quadro 11 pág. 46).

Um das prioridades desta política consiste no desenvolvimento do **sector industrial e transformador privado** destes países e em particular, no apoio ao desenvolvimento de parcerias entre promotores locais e europeus.

Esta abordagem, que permite a entrada de capitais estrangeiros, engloba a transferência de *know how* e de tecnologias, factores essenciais do desenvolvimento e da modernização das empresas e dos países interessados.

Deste modo, de 1976 a finais de 1994, o BEI canalizou 30% dos seus financiamentos a cargo de recursos próprios (900 milhões) para os sectores produtivos, sobretudo para o desenvolvimento da indústria e do turismo.

Foram financiados **projectos de grande envergadura** (por exemplo, as primeiras fábricas de pneus para veículos pesados no Egipto e mais recentemente, uma siderurgia em Alexandria), bem como a criação de zonas industriais modernas, sobretudo na Jordânia, próximo de Amã, e na Tunísia, próximo de Tunes e de Sfax. Paralelamente, o Banco abriu em praticamente todos os países da Bacia Mediterrânica "**linhas de crédito**" por conta de recursos pró-

prios, destinadas a bancos comerciais ou de desenvolvimento locais, para o financiamento de PME; estas linhas permitiram concretizar milhares de pequenos projectos produtivos na indústria e no turismo (sobretudo na Jordânia, em Israel, na Tunísia, em Marrocos e no Egipto), e em 1994 foram abertas novas linhas de crédito para projectos em Chipre, no Egipto e na Jordânia.

Para estimular o desenvolvimento do sector privado e promover *joint ventures* entre operadores locais e europeus, o Banco instaurou em 1987 os financiamentos com **capitais de risco** a cargo de recursos orçamentais da União Europeia. Este tipo de financiamento a longo prazo (até 25 anos) permite adaptar a remuneração e as condições de reembolso aos resultados do projecto financiado, reforçando simultaneamente a solidez financeira da empresa promotora. Os capitais de risco podem ser concedidos a promotores locais, no quadro de protocolos financeiros, e a promotores europeus, no quadro da cooperação financeira "horizontal".

Foram concedidos mais de 40 milhões de ecus em capitais de risco, essencialmente sob a forma de empréstimos globais a bancos locais, para constituir ou consolidar cerca de 200 novas *joint ventures* de diversos sectores, e que permitiram criar cerca de 12 000 postos de trabalho e aplicar mais de 700 milhões de ecus em novos investimentos; em 1994, procedeu-se à renovação das linhas de crédito concedidas em Marrocos (a mais vultosa, de 20 milhões), na Jordânia e no Egipto. Até 1996, poderão ser comprometidos cerca de 60 milhões no quadro do Quarto Protocolo.

De sublinhar que o êxito de diversas empresas decorre directamente da transferência de *know-how* e de tecnologia entre parceiros.

O BEI poderá aproveitar a experiência adquirida em certos países para desenvolver as suas actividades, apoiando-se numa cooperação euromediterrânica reforçada, na qual se fundamentará a futura política mediterrânica da União Europeia.

Chipre

Os empréstimos em Chipre (29 milhões) contribuíram para a melhoria do abastecimento de água das principais cidades da ilha e para o financiamento de projectos de pequena e média dimensão. No âmbito dos empréstimos globais em curso, foram concedidos 3,5 milhões para cerca de doze pequenos projectos.

Os empréstimos na Europa Central e Oriental cifraram-se em 957 milhões, destinando-se a dez países que incluíam, pela primeira vez, a Letónia e a Lituânia.

O grosso dos empréstimos (866 milhões) inscreveu-se no quadro da decisão do Conselho de Governadores de Maio de 1994, que autorizou o BEI a conceder nestes países um montante de 3 000 milhões com a garantia comunitária. 50 milhões provieram das verbas ainda disponíveis no âmbito dos primeiros acordos, enquanto 41 milhões concedidos na Eslovénia, inscreveram-se no protocolo financeiro em vigor desde 1993.

Os financiamentos destinaram-se sobretudo ao reforço das infra-estruturas de base indispensáveis ao prosseguimento do desenvolvimento destes países: transportes (397 milhões), telecomunicações (300 milhões) e energia (157 milhões).

Muitos destes projectos complementam as redes transeuropeias, como é o caso da auto-estrada polaca no eixo Dresden - Kiev, da ligação ferroviária Berlim - Viena através da Checoslováquia, ou ainda neste país, do oleoduto de transporte de petróleo russo para a rede europeia.

Israel

Em 1994, não foi assinado qualquer contrato de financiamento neste país, mas no âmbito de um empréstimo global concluído em 1993, foram afectados cerca de 19 milhões para uma dezena de pequenos projectos industriais.

O mesmo se passa com o programa coordenado de investimentos destinados a reabilitar as instalações de controlo e de segurança aérea, no quadro do qual foram concedidos empréstimos em quatro países em 1994, sendo outros dois financiados em 1993 (ver Relatório Anual de 1993 pág. 40). A importância destes investimentos nos sistemas transeuropeus de gestão do tráfego aéreo foi, aliás, sublinhada pelo Conselho Europeu de Essen, no quadro do exame das redes transeuropeias e da respectiva extensão à Europa Central e Oriental.

Polónia

Na Polónia, foram concedidos 333 milhões, essencialmente para a modernização e o reforço da rede de telecomunicações, e para a conversão em auto-estrada do troço Wrocław-Gliwice do eixo europeu E40 Dresden - Kiev. Foi também financiada uma nova estação de tratamento de águas residuais em Varsóvia. Foi ainda concedido um empréstimo global, que permitirá prosseguir o financiamento de empresas. Em 1994, foram afectados 12,4 milhões no âmbito de empréstimos globais em curso, nomeadamente para uma fábrica de automóveis e para armazéns.

OUTROS

PAÍSES DA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

PROJECTOS CONFORMES
COM OS PLANOS
DE REDES TRANSEUROPEIAS

FINANCIAMENTO DE DIVERSOS
INVESTIMENTOS PARA MELHORAR
AS TELECOMUNICAÇÕES...



...REFORÇAR AS LIGAÇÕES
RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS...

Hungria

Os empréstimos na Hungria (140 milhões) destinaram-se ao reforço e à modernização da rede telefónica, indispensável ao prosseguimento do desenvolvimento das actividades económicas, assim como à realização de infra-estruturas pelas autarquias locais. No âmbito dos empréstimos globais em curso, foram concedidos 27 milhões para um lanço com portagem da auto-estrada Budapeste - Viena, uma dezena de estabelecimentos hoteleiros e três pequenos investimentos na indústria.

República Eslovaca

Na República Eslovaca, foram concedidos 35 milhões para o sistema de controlo aéreo e para o reforço e a modernização das telecomunicações. No âmbito dos em-

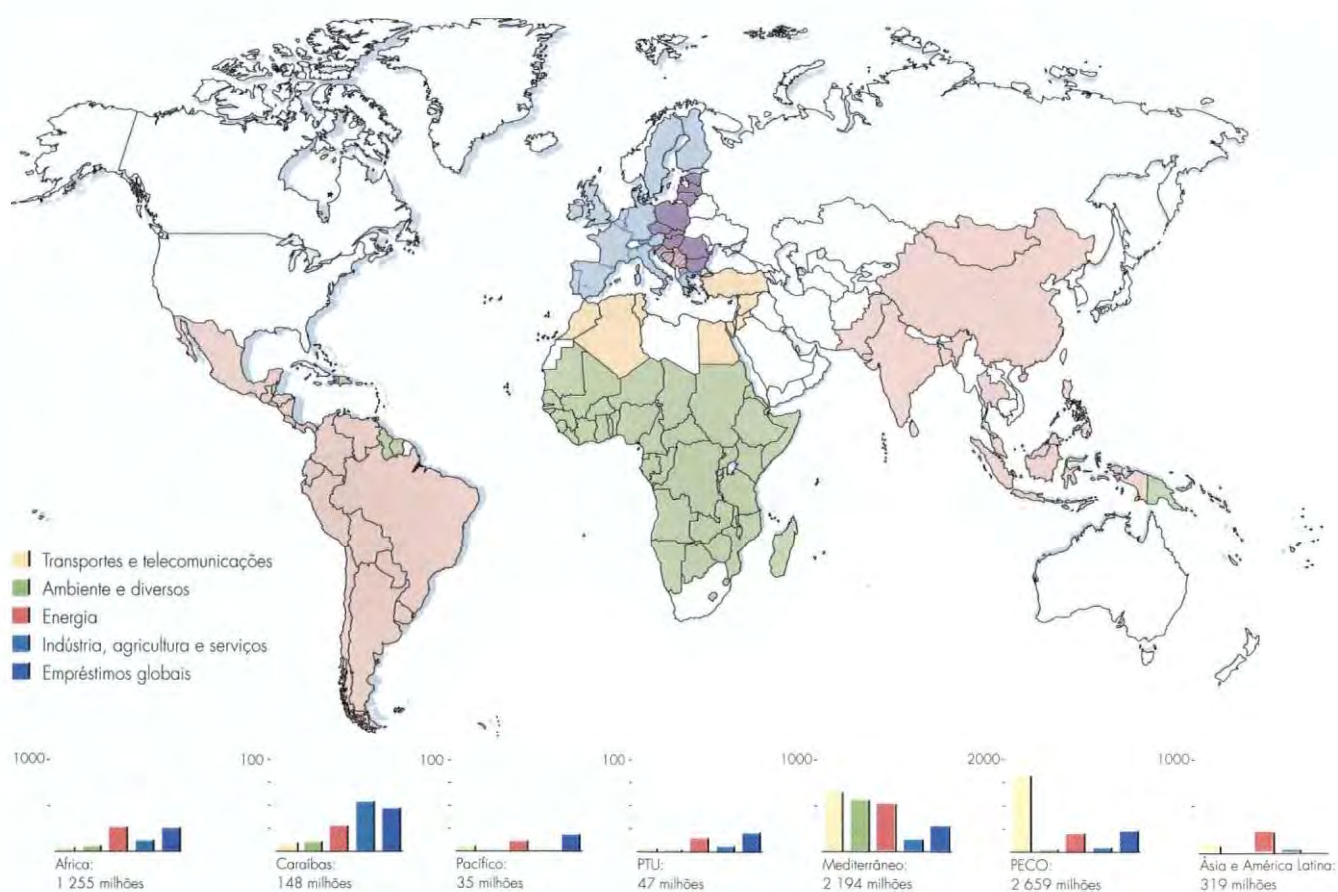
préstimos globais em curso, foram afectados 13,8 milhões para três projectos industriais.

República Checa

Neste país, foram concedidos 255 milhões para três importantes projectos, designadamente: melhoria da secção checa da linha de caminho-de-ferro que liga Berlim a Viena passando por Praga, construção de um oleoduto que liga a rede transalpina, proveniente de Itália, à rede de transporte de petróleo russo, e prosseguimento da modernização da rede telefónica. Além disso, uma empresa de fundição no sector automóvel beneficiou de um crédito de 6,7 milhões no âmbito de um empréstimo global anterior.

FINANCIAMENTOS NO EXTERIOR DA UNIÃO EUROPEIA DE 1990 A 1994

Indicação das zonas de intervenção e representação gráfica da distribuição dos financiamentos por sectores



Bulgária

O BEI prosseguiu a sua acção no sentido de melhorar a segurança dos transportes aéreos na Europa Central e Oriental, concedendo um novo empréstimo de 30 milhões na Bulgária, para a modernização das instalações de controlo do tráfego.

Roménia

Na Roménia, foram concedidos 66 milhões para a reabilitação da rede de transporte/distribuição de gás natural e o prosseguimento da modernização das instalações de controlo e de segurança do tráfego aéreo.

Estónia

Na Estónia, os empréstimos ascenderam a 42 milhões, destinando-se também à modernização das instalações de controlo do tráfego aéreo, à construção de um terminal para navios a granel em Muuga e à reabilitação da rede de aquecimento urbano de Pärnu. No âmbito dos empréstimos globais em curso, foram outorgados 3,4 mi-

lhões para seis pequenas empresas industriais.

Letónia

Na Letónia, foi concedido um empréstimo global de 5 milhões para o financiamento de equipamento na indústria e nos serviços e para projectos de protecção do ambiente e de economias de energia.

Lituânia

A modernização do aeroporto de Vilnius, capital da Lituânia, absorveu 10 milhões.

Eslovénia

Na Eslovénia, foram concedidos dois empréstimos para o reforço de infra-estruturas de transportes, tal como previsto no protocolo financeiro assinado com a Comunidade, cujo montante orçou em 41 milhões, e que se destinaram às comunicações entre as zonas ocidental e oriental do país: construção de novos lanços da auto-estrada Lubljana-Celje e modernização da principal linha de caminho-de-ferro internacional.

O Banco canalizou um montante total de 220 milhões para projectos situados em cinco países da América Latina e da Ásia, signatários de acordos de cooperação com a Comunidade.

Esta acção desenvolveu-se na sequência da autorização pelo Conselho de Governadores em Fevereiro de 1993, da concessão de um limite máximo de 750 milhões durante um período de três anos, para o financiamento de investimentos que apresentem um interesse mútuo para o país interessado e a União, ou em que participem parceiros europeus. Em finais de 1994, tinham sido outorgados 319 milhões.

Argentina

Na Argentina, o BEI concedeu 46 milhões para a modernização e o reforço da rede de distribuição de gás natural a norte de Buenos Aires.

Chile

No Chile, o Banco contribuiu para o reforço das redes de telecomunicações nacionais e internacionais (75 milhões).

Tailândia

Na Tailândia, foi concedido um empréstimo de 40 milhões para um gasoduto que liga um jazigo no golfo da Tailândia à rede nacional.

Paquistão

Um empréstimo de 36 milhões contribuirá para o reforço e a melhoria da gestão da rede de transporte de electricidade no distrito de Carachi.

Filipinas

Foram canalizados 23 milhões para uma nova linha de produção numa fábrica de cimento instalada em Davau, na ilha de Mindanao.

... E MELHORAR A GESTÃO E A
SEGURANÇA DO TRÁFEGO
AÉREO

PAÍSES DA AMÉRICA
LATINA E DA ÁSIA

SEGUNDO ANO DE INTERVENÇÃO
NESTES CONTINENTES



A acção do BEI desenvolve-se sobretudo nos Estados-membros, os 15 Estados da União Europeia, mas também se estende aos países da EFTA; além disso, o Banco participa na implementação de diferentes acordos celebrados com um vasto número de países (Quadro 11, pág. 46). Apresenta-se a seguir a lista dos países que podem beneficiar da acção do BEI, embora no ano em apreço esta não tenha abrangido todos os países indicados.

EFTA-Associação Europeia de Comércio livre	África, Caraíbas e Pacífico	Ásia
<i>Espaço Económico Europeu (EEE)</i> Islândia Liechtenstein Noruega Suíça	África <i>África Ocidental</i> Benim Burkina Faso Cabo Verde Costa do Marfim Gâmbia Gana Guiné Guiné-Bissau Libéria Mali Mauritânia Níger Nigéria Senegal Serra Leoa Togo <i>África Central e Equatorial</i> Burundi Camarões Centráfrica Congo Gabão Guiné Equatorial Ruanda São Tomé e Príncipe Chade Zaire <i>África Oriental</i> Jibuti Eritreia Etiópia Quênia Uganda Seychelles Somália Sudão Tanzânia <i>África Austral</i> Angola Botsuana Comores Lesoto Madagáscar Malawi Ilha Maurícia Moçambique Namíbia Suazilândia Zâmbia Zimbábue	Bangladesh China Índia Macau Mongólia Pasquistão Sri Lanka <i>Grupo Asean</i> Brunei Indonésia Malásia Filipinas Singapura Tailândia
Europa Central e Oriental Hungria Polónia Bulgária República Eslovaca República Checa Roménia Estónia Letónia Lituânia Albânia Eslovénia	Caraíbas Antígua Baamas Barbados Belize Dominica Granada Guiana Haiti Jamaica São Cristóvão e Nevis São Vicente e Grenadinas Santa Lúcia Suriname Trinidade e Tobago República Dominicana Pacífico Fiji Kiribati Papuásia - Nova Guiné Ilhas Salomão Tonga Tuvalu Samoa Ocidentais Vanuatu PTU - Países e Territórios Ultramarinos Antilhas Neerlandesas Aruba Mayotte Nova Caledónia St Pierre e Miquelon Polinésia Francesa Terras Austrais e Antárcticas Wallis et Futuna Anguila Ilhas Virgens Britânicas Território da Antárctica Britânica Território Britânico do Oceano Índico Ilhas Caimão Ilhas Malvinas Montserrat Pitcairn Ilhas Sanduíche do Sul Santa Helena Ilhas Turks e Caicos	América Latina Argentina Brasil Chile México Paraguai Uruguai <i>Grupo Andino</i> Bolívia Colômbia Equador Peru Venezuela <i>Países da América Latina</i> Costa Rica Guatemala Honduras Nicarágua Panamá São Salvador
Bacia Mediterrânica <i>Magrebe</i> Argélia Marrocos Tunísia <i>Machereque</i> Egipto Jordânia Líbano Síria Israel Gaza e Cisjordânia Malta Chipre Turquia		

Em 1994, o BEI angariou a médio e a longo prazo no mercado 14 156 milhões, contra 14 215 milhões em 1993.

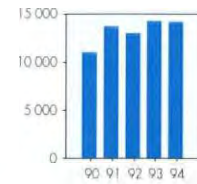
Esta angariação realizou-se em mercados financeiros que se caracterizaram por uma tendência para a subida e por uma grande volatilidade das taxas de juro.

O Banco procurou dar uma resposta satisfatória aos pedidos de desembolso de empréstimos, mantendo uma presença activa

nos diferentes mercados e recorrendo de uma forma crescente a operações de swap.

O total dos recursos obtidos cifrou-se em 14 148 milhões após swaps, dos quais 10 636 milhões com taxa fixa e 3 512 milhões com taxa variável.

As moedas comunitárias representaram cerca de 80% do total angariado.



Em 1994, a descida persistente das taxas de juro de longo prazo observada nos mercados obrigacionistas dos principais países da OCDE foi subitamente interrompida em Fevereiro, e a tendência inverteu-se. Em finais de 1994, as taxas tinham ultrapassado os valores do início de 1993.

Esta grande subida deveu-se a diversos factores: em primeiro lugar, o Banco Central americano adoptou uma política monetária mais prudente, que o conduziu a aumentar as taxas de curto prazo para conter as pressões inflacionistas; além disso, na sequência da grave recessão de 1993, as economias da União Europeia e do Japão recuperaram mais rapidamente do que o previsto, suscitando preocupações quanto ao risco de inflação; por último, os mercados financeiros não se convenceram de que iriam ser tomadas medidas decisivas para reduzir os défices orçamentais estruturais e permitir satisfazer as necessidades de capitais dos mercados emergentes, dos países em transição e dos grandes projectos de infra-estruturas empreendidos no mundo industrializado.

Na União Europeia, as taxas de juro de longo prazo subiram, pressionadas pela subida das taxas americanas e pelo receio de um surto da inflação. No entanto, contrariamente ao que se verificou nos Estados Unidos e no Reino Unido, países em

que a retoma se iniciou mais cedo, as curvas de rendimento adquiriram uma inclinação mais positiva nos restantes países europeus, que acabavam de sair da recessão.

A evolução na Europa continental reflecte as expectativas de subida das taxas de juro de curto prazo, uma vez que a retoma económica atinja a velocidade de cruzeiro. A Alemanha baixou assim as taxas de juro de curto prazo, a fim de controlar o crescimento da massa monetária, incitando os investidores a voltarem-se para instrumentos a mais longo prazo.

Devido à prevalência destas difíceis condições de mercado, o volume de obrigações emitidas nos mercados internacionais diminuiu ligeiramente, cifrando-se em 474 000 milhões de USD.

O dólar dos Estados Unidos manteve a sua predominância no mercado das emissões obrigacionistas transnacionais, com cerca de um terço do total, seguido do iene japonês, cujas emissões aumentaram mais de 50%. No que se refere às moedas europeias, a libra esterlina ficou à frente do marco alemão, do franco francês e do franco suíço, o volume das emissões em lira italiana duplicou, e as emissões em ecus não conseguiram chegar aos níveis atingidos antes de 1992.

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS

Taxa de juro oficial das principais divisas



OPERAÇÕES LANÇADAS NOS MERCADOS FINANCEIROS

Distribuição dos
recursos angariados
de 1990 a 1994



O número de "emissões mundiais" aumentou significativamente e passou de 35 em 1993, para 80 em 1994, sendo a grande maioria denominada em dólares. O montante total destas emissões aumentou a um ritmo mais lento (52 000 milhões de USD contra 40 000 milhões em 1993), passando o montante médio de 1 100 milhões de USD em 1993, para 650 milhões em 1994. De assinalar que em 1994 foram lançadas emissões em ecus e nas moedas dos países nórdicos.

O mercado dos produtos financeiros derivados (futuros, opções, operações de

swap) continuou a desenvolver-se a um ritmo rápido. Quando utilizados com discernimento, estes instrumentos podem melhorar a eficácia global dos mercados financeiros e permitir uma melhor distribuição dos riscos financeiros entre os agentes económicos. A vastidão destes mercados e a publicidade dada a importantes perdas geradas por operações especulativas, conduziram a que surgisse a questão da necessidade de um controlo e de directivas que visem evitar que estes instrumentos se tornem uma ameaça "sistémica" para o sistema financeiro mundial.

O BEI **angariou** a médio e a longo prazo **14 156 milhões**, um montante sensivelmente igual ao de 1993 (14 215 milhões). Para poder dispor dos recursos apropriados às suas necessidades, efectuou um volume importante de operações de swap. O montante dos **recursos angariados** em 1994, tendo em conta os ajustamentos inerentes a este tipo de operações, cifrou-se em **14 148 milhões**, contra 14 224 milhões em 1993.

Os recursos foram essencialmente obtidos a taxa fixa (10 636 milhões, contra 12 695 milhões em 1993), mas a quota-parte de emissões a taxa variável aumentou sensivelmente, passando a representar um quarto do total captado, contra 11% em 1993. Não se registou um aumento dos programas de papel comercial em curso, essencialmente devido à sua substituição parcial, no financiamento dos empréstimos a taxa variável do BEI, por emissões que ofereciam condições mais vantajosas e permitiam uma adaptação mais fácil aos novos métodos de fixação das taxas destes empréstimos.

A maior parte dos fundos obtidos pelo BEI foi utilizada para o desembolso de empréstimos a taxa fixa ou variável. O BEI lançou também emissões destinadas ao financiamento do reembolso antecipado de empréstimos obrigacionistas, cujo volume

foi superior ao do ano anterior: 1 997 milhões, contra 288 milhões em 1993; efectivamente, a tendência para a subida das taxas, que prevaleceu nos diferentes mercados de capitais em 1994, foi descontínua e diferenciada, permitindo, sobretudo no que respeita a certas moedas (lira italiana, franco belga, franco luxemburguês, franco suíço e iene) beneficiar de taxas de refinanciamento vantajosas. Contrariamente ao ano anterior, o recurso do BEI à tesouraria para financiar operações foi limitado (424 milhões).

No decurso do ano, os mercados financeiros caracterizaram-se por uma extrema volatilidade, reflectindo a grande reticência dos investidores institucionais em se comprometer a longo prazo; esta situação obrigou os agentes do mercado a utilizar de uma forma sistemática produtos derivados para cobrir as suas posições. Neste ambiente desfavorável - verificou-se muitas vezes um verdadeiro *crash* obrigacionista - o BEI alterou, mais do que em anos anteriores, a sua estratégia de emissão. Tendo sobretudo em conta a dificuldade de sair no mercado, o Banco esteve presente sempre que pôde, dissociando se necessário o lançamento de certas emissões das suas necessidades imediatas de desembolso. Perante a volatilidade das taxas, teve de recorrer mais do que anteriormente aos instrumentos de cobertura tradicionais.

O montante nominal global das **operações de cobertura** representou mais de dois terços do total dos fundos obtidos a taxa fixa.

O contrato de fixação diferida das taxas de juro (*deferred rate setting*) continuou a ser o instrumento mais utilizado (5 679 milhões), correspondendo a 97,5% dos montantes cobertos, e abrangeu a maioria das moedas comunitárias, exceptuando aquelas cuja angariação não precisava de ser coberta (*tap issue* em IEP no âmbito de um programa de emissão de títulos a médio prazo), ou que representavam uma pequena percentagem do total (DKK e LUF).

O recurso a contratos de *swap* de taxa de juro, de taxa variável para taxa fixa, durante um período pré-fixado (contrato de *swap* diferido) limitou-se à cobertura de duas emissões em PTE. Por último, o mecanismo interno de cobertura através da aquisição de uma carteira de obrigações, revendida em função das necessidades de desembolso, serviu para cobrir o desembolso de empréstimos concedidos em IEP.

Com a subida das taxas de juro fixas, a procura dos promotores de projectos voltou-se de um modo mais acentuado que em 1993 para a **taxa variável**.

O BEI alargou assim a gama dos seus produtos, alterando o modo de fixação das taxas para a maioria das divisas oferecidas. Anteriormente, estas taxas eram fixadas *ex-post* em função do custo de angariação dos recursos, com um desfasamento temporal entre a taxa proposta aos mutuários e a taxa LIBOR cotada pelos bancos comerciais para vencimentos correspondentes, na data da respectiva notificação. Por conseguinte, o BEI modificou as condições de fixação das taxas das suas emissões, de modo a que as mesmas correspondessem à taxa LIBOR do dia de notificação aos mutuários, para o vencimento escolhido, podendo eventualmente ser ajustadas com um *spread* variável em função da estrutura dos recursos angariados.

Além disso, o BEI ofereceu - sempre que as

condições de mercado lhe permitiram - um produto com taxa variável fixada a nível da taxa LIBOR, ajustada com um **spread fixo**. Por outro lado, o Banco introduziu alterações nos seus empréstimos convertíveis - empréstimos com taxa variável, com opção de conversão em taxa fixa - para os tornar mais flexíveis.

Graças a estas alterações, o BEI desembolsou 3 700 milhões a taxa variável, contra 1 700 milhões no ano anterior.

Em 1994, o BEI recorreu mais ao **mercado dos produtos financeiros derivados** para efectuar operações de *swap*.

O total destas operações atingiu os 4 300 milhões em 1994, contra 2 400 milhões em 1993, incluindo as operações efectuadas a partir de fundos da tesouraria. A maior parte das operações de *swap*, efectuadas sobre emissões do BEI no mercado, foi concluída para obter fundos a taxa variável (85,5% do total angariado a taxa variável).

A realização de outras operações de *swap* possibilitou a obtenção de recursos a taxa fixa em divisas cujos mercados não permitiam satisfazer a procura que se verificou no final do ano (ESP e BEF). O BEI realizou também com fundos de tesouraria - sendo esta parcialmente alimentada pelo produto do reembolso antecipado de empréstimos concedidos - operações de *swap* de divisa e de taxa de juro no valor de 600 milhões. A reestruturação do *pool* de recursos destinados ao desembolso de empréstimos a taxa variável levou à renegociação por parte do Banco de certos contratos e à conclusão de novas operações com vista a modificar a data de fixação das taxas para os recursos captados pelo BEI.

Num período marcado por muitas tensões e incertezas, o BEI manteve-se fiel à sua política prudente de gestão do risco e procurou controlar o recurso aos produtos financeiros derivados, não ultrapassando os limites que tinha estabelecido.

Taxa de rendimento bruto das obrigações do Tesouro a 10 anos. Para facilitar a comparação, todos os rendimentos são expressos numa base anual.



MOEDAS
COMUNITÁRIAS

A quota-parte das moedas comunitárias (11 000 milhões e 77,7% do total) e não comunitárias no total angariado não sofreu grandes alterações em relação a 1993.

Lira italiana:

4 900 000 milhões ITL
2 560 milhões de ecus

A ITL, primeira moeda comunitária captada, representou mais de 18% do total, apesar da volatilidade das taxas prevalente neste mercado, tendo-se verificado naturalmente uma subida sensível das taxas de rendimento de fins de Janeiro a meados de Setembro. O BEI foi particularmente activo no mercado da eurolira, em que as suas emissões representaram 16% do total. Num mercado liberalizado, na sequência das medidas tomadas pelas autoridades monetárias italianas - e em que a reforma fiscal de Setembro de 1992 restabeleceu a igualdade de tratamento dos principais emitentes - o BEI manteve-se activo, aumentando sensivelmente o volume das suas emissões. Para esse efeito, instituiu um sistema original de cooperação frutuosa entre os bancos italianos e os estrangeiros, denominada *joint book running* (liderança conjunta), reforçando a internacionalização do mercado da eurolira.

Marco alemão:

3 950 milhões de DEM
2 051 milhões de ecus

O DEM foi a moeda mais utilizada para o desembolso de empréstimos, essencialmente a taxa fixa. Apesar do recuo das emissões nacionais e internacionais em

DEM, o BEI prosseguiu a sua política de emissões escalonadas ao longo do ano. Exceptuando algumas emissões de empréstimos privados (*Schuldscheindarlehen*), o grosso da actividade concentrou-se no euromercado, em que o BEI privilegiou, em função das circunstâncias, emissões públicas de montantes elevados (750 milhões a 1 000 milhões de DEM), a fim de constituir emissões líquidas susceptíveis de serem consideradas emissões de referência (*benchmark*). Além disso, uma operação de *swap* de taxa de juro a partir de uma emissão de 100 milhões permitiu obter DEM a taxa variável.

Libra esterlina:

1 175 milhões de GBP
1 518 milhões de ecus

A redução da procura de GBP para o desembolso de empréstimos reflectiu-se no nível das emissões. Tal como em 1993, estas realizaram-se no mercado do *eurosterling*, caracterizado por uma maior procura de emissões com vencimentos bastante curtos por parte dos investidores.

Franco francês:

7 589 milhões FRF
1 153 milhões de ecus

O grande volume dos reembolsos antecipados de empréstimos concedidos e a redução dos desembolsos em FRF a taxa fixa levaram o BEI a apenas lançar três emissões: uma no mercado do eurofranco no início do ano, quando esta divisa ainda era procurada pelos investidores internacionais e, seguidamente, duas emissões essencialmente colocadas junto de investidores domésticos.

Quadro 13: Distribuição por divisas dos recursos obtidos

(montantes em milhões de ecus)

	ITL	DEM	GBP	FRF	ESP	BEF	NLG	PTE	ECU	LUF	IEP	DKK	GRD	USD	CHF	JPY	ATS	CAD	Total
1994																			
montante	2 560	2 051	1 518	1 153	948	752	661	584	300	201	177	53	36	1 659	856	580	59		14 148
%	18,1	14,5	10,7	8,1	6,7	5,3	4,7	4,1	2,1	1,4	1,2	0,4	0,3	11,7	6,0	4,1	0,4		100,0
1993																			
montante	2 039	1 948	2 639	1 811	1 241		227	243	960	100	125			1 502	453	657		278	14 224
%	14,3	13,7	18,6	12,7	8,7		1,6	1,7	6,8	0,7	0,9			10,6	3,2	4,6		2,0	100,0

Peseta:

151 000 milhões de ESP

948 milhões de ecus

Após o grande crescimento dos anos anteriores, a angariação em ESP estabilizou-se em 1994. Todas as emissões foram efectuadas no mercado "Matador" das obrigações denominadas em ESP, reservado a emitentes não residentes. O BEI assegurou 60% das emissões neste mercado, lan-

çando as maiores emissões a taxa fixa e variável. Para completar a angariação, recorreu ao mercado de swaps. No total, foram lançadas cinco emissões, que se concentraram no último trimestre, por força do grande volume de pedidos de desembolso, verificando-se, tal como nos restantes mercados internacionais, um encurtamento dos prazos de vencimento, devido ao facto de a procura provir sobretudo de investidores privados.

Quadro 14: Recursos obtidos em 1994

(montantes em milhões de ecus)

	Antes de swaps		Swaps	Depois de swaps	
	Montante	%	Montante	Montante	%
OPERAÇÕES A MÉDIO E LONGO PRAZO					
Empréstimos obtidos a taxa fixa	12 713,7	89,8	- 2 127,6	10 586,1	74,8
União Europeia	9 364,3	66,1	- 1 226,6	8 137,8	57,5
DEM	2051,1	14,5	- 52,1	1 999,1	14,1
ITL	2222,2	15,7	- 776,5	1 445,6	10,2
GBP	1422,8	10,1	- 277,0	1 145,8	8,1
FRF	1062,8	7,5		1 062,8	7,5
BEF	629,8	4,4	121,9	751,7	5,3
NLG	649,0	4,6	- 46,5	602,5	4,3
ESP	660,4	4,7	- 157,3	503,1	3,6
PTE	76,1	0,5	134,5	210,6	1,5
LUF	201,3	1,4		201,3	1,4
IEP			126,5	126,5	0,9
DKK	53,0	0,4		53,0	0,4
GRD	36,0	0,3		36,0	0,3
ECU	300,0	2,1	- 300,0		
Países terceiros	3 349,4	23,7	- 901,0	2 448,3	17,3
USD	1615,5	11,4	- 501,6	1 113,8	7,9
CHF	855,9	6,0		855,9	6,0
JPY	419,4	3,0		419,4	3,0
ATS	59,2	0,4		59,2	0,4
CAD	399,4	2,8	- 399,4		
Empréstimos a taxa variável	1 392,2	9,8	2 119,4	3 511,6	24,8
União Europeia	692,2	4,9	2 113,5	2 805,7	19,8
ITL	338,3	2,4	776,5	1 114,8	7,9
ESP	125,7	0,9	319,0	444,7	3,1
PTE	228,2	1,6	144,8	373,0	2,6
GBP			372,5	372,5	2,6
ECU			300,0	300,0	2,1
FRF			89,8	89,8	0,6
NLG			58,8	58,8	0,4
DEM			52,1	52,1	0,4
Países terceiros	700,1	4,9	5,8	705,9	5,0
USD	89,6	0,6	455,9	545,5	3,9
JPY	610,4	4,3	- 450,1	160,4	1,1
Titulos a médio prazo em IEP	50,4	0,4		50,4	0,4
Total	14 156,3	100,0	(1) - 8,2	14 148,0	100,0

(1) Ajustamentos de swaps

Franco belga:

29 814 milhões de BEF

752 milhões de ecus

Florim:

1 427 milhões de NLG

661 milhões de ecus

Franco luxemburguês:

8 000 milhões de LUF

201 milhões de ecus

A angariação nos mercados de capitais do BENELUX registou um grande aumento, passando de 327 milhões em 1993 para 1 614 milhões em 1994.

O BEI voltou ao mercado **belga** depois de uma ausência em 1993, essencialmente para o financiamento do reembolso antecipado de emissões, captando 25 000 milhões de BEF por meio de colocações privadas e de um crédito bancário. Além disso, efectuou uma operação de swap de 150 milhões de USD para completar os recursos.

No mercado **neerlandês**, o BEI lançou três emissões: duas no primeiro semestre, no valor de 600 milhões de NLG e a terceira em Novembro, com o valor inicial de 600 milhões de NLG, que foi subsequentemente aumentada para 800 milhões de NLG com uma *tranche* fungível. Além disso, concluindo duas operações de swap de taxa de juro e de divisa, o Banco obteve 126,6 milhões de NLG a taxa variável.

No **Luxemburgo**, o BEI interveio num mercado particularmente activo com quatro emissões públicas que totalizaram 8 000 milhões de LUF.

Escudo:

115 000 milhões de PTE

584 milhões de ecus

O BEI foi o principal emitente no mercado "Caravela" de obrigações de emitentes não residentes denominadas em PTE, lançando duas emissões públicas de 15 000 milhões de PTE cada uma, uma das quais constituiu a primeira emissão com taxa va-

riável. Além disso, efectuou duas colocações privadas e concluiu operações de swap para obter taxa fixa a partir de USD e taxa variável a partir de JPY. Cerca de dois terços da captação total foi feita em taxa variável.

Ecu:

300 milhões

O ecu apenas representou uma pequena parte dos fundos angariados pelo BEI no mercado de capitais. Este lançou uma emissão única de 300 milhões em Setembro, a taxa fixa com swap para taxa variável. A existência de grandes disponibilidades em ecus, numa altura em que o *cash flow* era largamente excedentário e em que se verificaram reembolsos antecipados de empréstimos concedidos, explica esta queda do número de emissões.

Libra irlandesa:

140 milhões de IEP

177 milhões de ecus

No quadro de um programa de emissão de títulos a médio prazo que permitia actuar nos mercados nacional e internacional, o BEI angariou 40 milhões de IEP, tendo ainda obtido 100 milhões através de uma operação de swap de USD.

Coroa dinamarquesa:

400 milhões de DKK

53 milhões de ecus

O BEI lançou uma emissão em eurocoroas de 300 milhões de DKK e efectuou uma colocação privada de 100 milhões.

Dracma grega:

10 000 milhões de GRD

36 milhões de ecus

Ao lançar a primeira emissão no mercado "Maratona" das obrigações de emitentes não residentes denominadas em GRD, o BEI passou a estar presente nos doze mercados da União Europeia e contribuiu para a internacionalização do mercado grego.



Dólar dos Estados Unidos:

1 932 milhões de USD

1 659 milhões de ecus

O BEI conseguiu aumentar ligeiramente o montante da sua angariação nos mercados do USD, embora o volume das emissões nestes fosse menor e as condições de mercado se tivessem tornado mais difíceis, nomeadamente, na sequência da decisão da *Federal Reserve* de aumentar as taxas directoras. O Banco só recorreu ao mercado internacional, na medida em que que o mercado americano reservado a emitentes não residentes (*Yankee bond market*) não oferecia condições vantajosas. Foram lançados cinco empréstimos com montantes entre 200 e 500 milhões de USD, assim como duas *tranches* fungíveis de empréstimos anteriores, de 100 milhões de USD cada uma. Face à procura por parte dos investidores, os vencimentos da maioria dos empréstimos foram relativamente curtos. Tal como anteriormente, uma fracção importante foi objecto de *swap* de divisas e/ou de taxas de juro.

Iene:

70 000 milhões de JPY

580 milhões de ecus

As emissões efectuadas em ienes aumentaram sensivelmente, na medida em que as condições deste mercado, contrariamente às dos restantes, eram relativamente favoráveis. Cerca de metade dos empréstimos foram objecto de operações de *swap* para outras moedas.

O BEI só esteve presente no mercado do euro-iene, que lhe oferecia as melhores condições, com duas grandes emissões de 50 000 milhões de JPY cada uma. A parte dos recursos angariados que não foi objecto de *swap* destinou-se ao financiamento do reembolso antecipado de empréstimos obrigacionistas.

Franco suíço:

1 400 milhões de CHF

856 milhões de ecus

O grande aumento da captação em CHF corresponde a quatro emissões efectuadas ao longo do ano que, tal como com o iene, se destinaram principalmente ao financiamento de reembolso antecipado de empréstimos obrigacionistas.

Xelim austríaco:

800 milhões de ATS

59,2 milhões de ecus

A única emissão lançada destinou-se ao financiamento do reembolso antecipado de um empréstimo obrigacionista.

Dólar canadiano:

As quatro emissões lançadas pelo BEI neste mercado, que totalizaram 665 milhões de CAD (399 milhões de ecus), foram objecto de *swaps* para outras divisas, pelo que a angariação nesta moeda ficou anulada.

MOEDAS NÃO

COMUNITÁRIAS

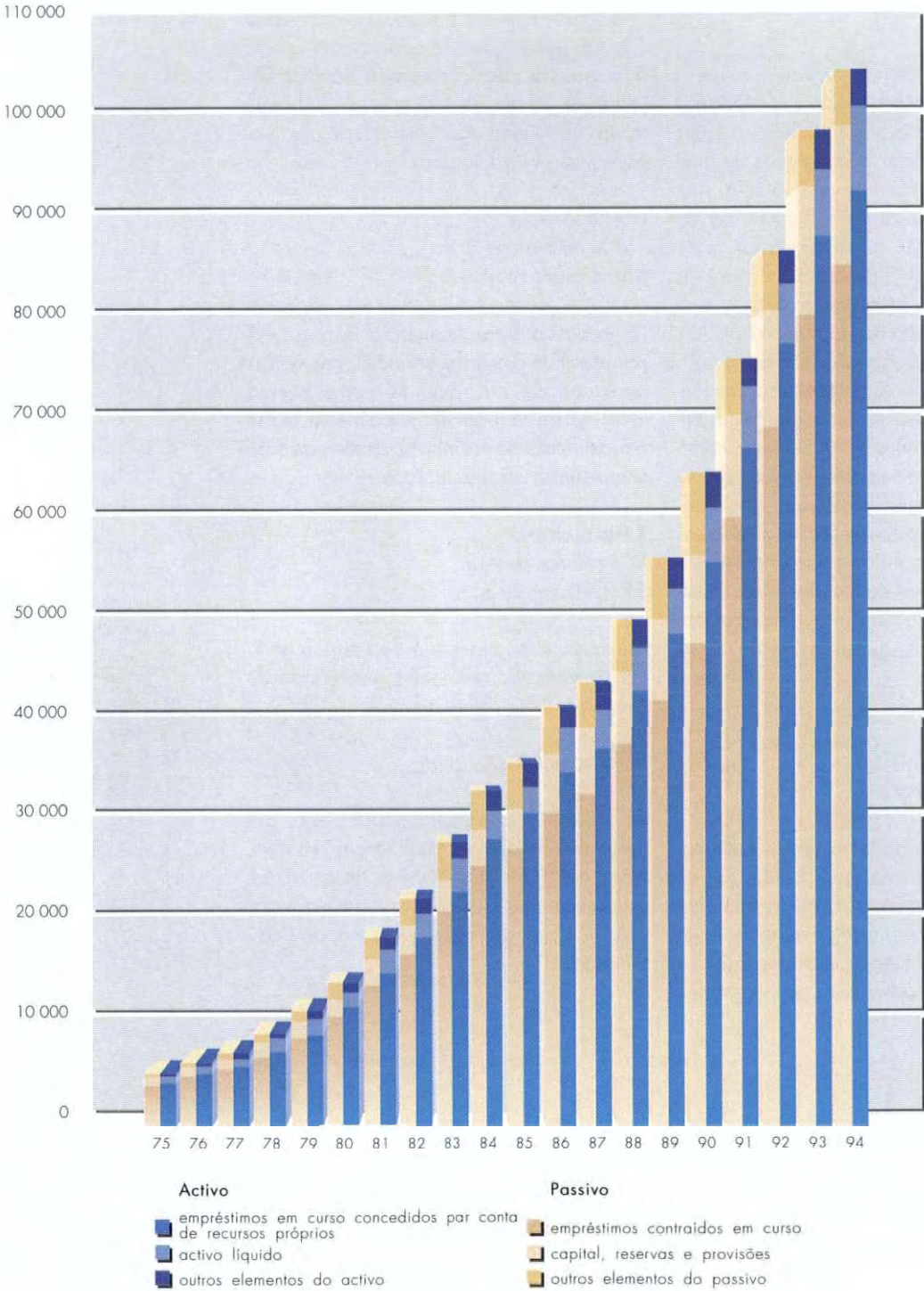
Evolução do dólar (1) e do iene (100) em relação ao ecu



Quadro 15: Evolução dos recursos obtidos

	(milhões de ecus)				
	1990	1991	1992	1993	1994
Operações a médio e longo prazo (após swaps)	9 804,3	12 539,7	12 861,7	14 223,8	14 148,0
Empréstimos públicos	8 217,7	11 614,9	12 103,4	14 079,7	12 728,4
Empréstimos privados	1 230,3	575,5	535,9	144,0	1 369,3
Operações interbancárias	356,3	349,3	222,3	—	50,4
Operações a curto prazo	1 155,7	1 132,6	111,9	—	—
Papel comercial	1 145,7	1 132,6	111,9	—	—
Certificados de depósito	10,0	—	—	—	—
Participação de terceiros no financiamento dos empréstimos	35,6	—	—	—	—
Total	10 995,6	13 672,3	12 973,6	14 223,8	14 148,0

EVOLUÇÃO DO BALANÇO DO BANCO



GESTÃO DAS
DISPONIBILIDADES
DE TESOURARIA

Em 31 de Dezembro de 1994, as disponibilidades elevavam-se a cerca de 7 825 milhões de ecus, distribuídos por dezasseis moedas, incluindo o ecu.

A respectiva gestão foi feita a três níveis:

- o grosso (5 537 milhões), constituindo a primeira linha das disponibilidades, compunha-se de fundos a curto prazo, cujo vencimento médio era de cerca de um mês. Cerca de 80% foram colocados junto de bancos, sendo o restante investido em papéis líquidos de curto prazo de boa qualidade.

- uma segunda linha de disponibilidades (2 214 milhões) incluía a carteira de obrigações emitidas por certos Estados da OCDE e outras instituições públicas de

primeiro plano. Esta carteira foi objecto de uma gestão activa, incluindo, na medida do necessário, o recurso ao mercado de futuros (*futures*) em certas moedas, como instrumento de cobertura. Os títulos detidos foram objecto de reavaliações periódicas baseadas em preços de mercado.

- uma carteira de cobertura (74 milhões) destinada a cobrir, através da compra de obrigações, a totalidade ou parte de novas emissões obrigacionistas lançadas pelo Banco. Este novo instrumento permite manter em tesouraria o produto de emissões lançadas, para tirar partido de condições do mercado particularmente favoráveis, independentemente das necessidades de desembolso.

O ano de 1994 foi um ano difícil, devido à extrema volatilidade dos mercados e à súbita mudança de orientação das taxas de longo prazo. Os resultados da carteira incluem os juros, os lucros e as perdas decorrentes de vendas de títulos, o impacte das operações de cobertura e o ajustamento contabilístico efectuado no final do ano em função dos preços de mercado.

dente, foi necessário proceder a um ajustamento do valor da carteira até um máximo de 240 milhões, tal como estipulam as regras contabilísticas. Esta menos-valia não foi realizada e será progressivamente recuperada, na totalidade.

RESULTADO DA
CARTEIRA DE
OBRIGAÇÕES

Os resultados da carteira expressos em termos de *return* ⁽¹⁾ foram da ordem dos -3,1% (77 milhões), com um vencimento médio de 5,4 anos. Apesar de o Banco seguir uma política tradicionalmente pru-

⁽¹⁾ O *return* é a soma dos resultados globais da carteira e é expresso em termos de percentagem do valor médio dos títulos detidos em carteira.

	(milhões de ecus)				
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	Total
Juros (a)	41	40	42	41	164
Compras/vendas e coberturas (b)	47	- 40	- 3	- 5	- 1
Ajustamento do valor da carteira (c)	- 101	- 68	- 65	- 6	- 240
Resultado líquido	- 13	- 68	- 26	30	- 77
Montante médio investido					2481
Rendimento líquido (<i>return</i>) em %					- 3,1%

(a) Montante total dos juros recebidos de obrigações, depósitos a curto prazo, empréstimos, títulos e contas correntes
(b) Operações de compra e venda de títulos e operações de cobertura
(c) Montante do ajustamento do valor da carteira a preços do mercado

REANÁLISE DA POLÍTICA DE GESTÃO DAS DISPONIBILIDADES

Tendo em conta a sua experiência recente e pretendendo conferir uma maior estabilidade aos seus resultados anuais, Banco procedeu a uma reanálise da política de gestão das disponibilidades seguida e decidiu articulá-la segundo três compartimentos distintos de gestão:

- uma tesouraria dita "operacional" cujo objectivo consiste essencialmente em gerir as disponibilidades de curto prazo; estas serão investidas em instrumentos líquidos e permitirão deter obrigações até ao valor de 500 milhões; esta carteira é reavaliada periodicamente a preços de mercado, e a sua evolução é seguida diariamente no quadro de um sistema de limite de perdas

baseado nos vencimentos e na volatilidade dos mercados.

- uma carteira de investimento em obrigações, cujo objectivo é reforçar a solvabilidade do Banco. Não é objecto de reavaliações periódicas e os títulos são, em princípio, detidos até aos seus vencimentos respectivos. Corresponde aproximadamente à antiga carteira de obrigações.

- uma carteira de cobertura que deve ser reforçada, e cujo objectivo consiste em cobrir novas emissões obrigacionistas lançadas pelo Banco contra o risco de variação das taxas de juro.

O Conselho de Governadores é composto por um ministro de cada Estado-membro, em geral, o Ministro das Finanças; os Governadores representam os Estados-membros na sua qualidade de accionistas do Banco e são responsáveis perante os respectivos governos e parlamentos. Desde Janeiro de 1995, com a entrada em vigor do Tratado de Adesão à União Europeia das Repúblicas da Áustria e da Finlândia e do Reino da Suécia, o Conselho de Governadores passou a ter 15 membros.

O Conselho de Governadores adopta as directivas gerais relativas à política de crédito do Banco, aprova o balanço e a demonstração de resultados, assim como o Relatório Anual, decide dos aumentos de capital e no-

meia os membros do Conselho de Administração, do Comité Executivo e do Comité de Fiscalização.

Jacques SANTER presidiu ao Conselho de Governadores até à Sessão Anual de Junho de 1994, data em que segundo o sistema de rotação anual, Wim KOK, Governador pelos Países Baixos, assumiu a presidência.

Wim KOK foi substituído por Gerrit ZALM na qualidade de Governador pelos Países Baixos, pelo que este assumiu as funções de Presidente do Conselho de Governadores a partir de 16 de Agosto de 1994.

CONSELHO DE GOVERNADORES

O Conselho de Administração garante a conformidade da gestão do Banco com as disposições do Tratado e dos Estatutos, e com as directivas gerais fixadas pelo Conselho de Governadores, tendo competência exclusiva para decidir da concessão de créditos e garantias e da contracção de empréstimos. Os seus membros são nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de cinco anos (renovável), após designação pelos Estados-membros, e são exclusivamente responsáveis perante o Banco. A partir de 1 de Janeiro de 1995, na sequência da adesão à União Europeia das Repúblicas da Áustria e da Finlândia e do Reino da Suécia, o Conselho de Administração, nos termos do artigo 11º nº2, tal como alterado, dos Estatutos, compõe-se de 25 administradores titulares e 13 suplentes, designados pelos Estados-membros, exceptuando um administrador titular e um suplente, que são designados pela Comissão Europeia.

O Conselho de Governadores completou a composição do Conselho de Administração, nomeando Thomas WIESER, Veikko KANTOLA e Leif PAGROTSKY administradores titulares, e Herbert LUST administrador suplente.

Desde a publicação do último Relatório Anual, Ariane BOLENSKY, David BOSTOCK, Manuel CONTHE GUTIERREZ, Jean-Yves HABERER, Maurice O'CONNELL e Roy WILLIAMS, administradores titulares, foram substituídos, respectivamente, por Francis MAYER, Paul McIntYRE, Federico FERRER DELSO, Emmanuel RODOCANACHI, Noel Thomas O'GORMAN e Geoffrey DART. Oliver PAGE, Vicente J. FERNANDEZ, M.J.L. JONKHART e Michael J. SOMERS, suplentes, foram substituídos, respectivamente, por Susan Jane CAMPER, Pedro Antonio MERINO GARCIA, Jean-Pierre ARNOLDI e Per Bremer RASMUSSEN.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



In memoriam

Rudolf MORAWITZ faleceu subitamente em 22 de Maio último. Como administrador suplente do Banco desde Junho de 1973 e titular desde 1977, prestou uma preciosa colaboração, para a qual contribuiu a vasta experiência adquirida no decurso de uma longa e brilhante carreira. O Conselho de Administração presta-lhe homenagem e expressa as mais sentidas condolências à família enlutada.

CONSELHO DE GOVERNADORES

Composição em 25 de Maio de 1995

Presidente

Gerrit ZALM (Países Baixos)

Wim KOK (Países Baixos)

até Agosto de 1994

Jacques SANTER (Luxemburgo)

até Junho de 1994

BÉLGICA

Philippe MAYSTADT, Ministro das Finanças

DINAMARCA

Mogens LYKKETOFT, Ministro das Finanças

ALEMANHA

Theo WAIGEL, Ministro Federal das Finanças

GRÉCIA

Yannos PAPANTONIOU, Ministro da Economia Nacional

Giorgos GENNIMATAS, Ministro da Economia Nacional
falecido em 25 de Abril de 1994

ESPAÑHA

Pedro SOLBES MIRA, Ministro da Economia e das Finanças

FRANÇA

Alain MADELIN, Ministro da Economia e das Finanças

Edmond ALPHANDERY, Ministro da Economia
até Maio de 1995

IRLANDA

Ruairi QUINN, Ministro das Finanças

ITÁLIA

Lamberto DINI, Primeiro Ministro e Ministro do Tesouro

Piero BARUCCI, Ministro do Tesouro
até Maio de 1994

LUXEMBURGO

Jean-Claude JUNCKER, Primeiro Ministro, Ministro de Estado e Ministro das Finanças

Jacques SANTER, Primeiro Ministro, Ministro de Estado e Ministro do Tesouro
até Janeiro de 1995

PAÍSES BAIXOS

Gerrit ZALM, Ministro das Finanças

Wim KOK, Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças
até Agosto de 1994

ÁUSTRIA

Andreas STARIBACHER, Ministro Federal das Finanças

Ferdinand LACINA, Ministro Federal das Finanças
até Março de 1995

PORTUGAL

Eduardo CATROGA, Ministro das Finanças

FINLÂNDIA

Iiro VIINANEN, Ministro das Finanças

SUÉCIA

Göran PERSSON, Ministro das Finanças

REINO UNIDO

Kenneth CLARKE, Chanceler do Tesouro

COMITÉ DE FISCALIZAÇÃO

Composição em 25 de Maio de 1995

Presidente

Albert HANSEN, Secretário-Geral do Conselho de Governo, Luxemburgo

Constantin THANOPOULOS, *até Junho de 1994*

Ex-Governador do Banco Nacional de Crédito Predial de Grécia, Atenas

Membros

Ciriaco DE VICENTE MARTÍN,
Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas, Madrid

Michael J. SOMERS
Chief Executive, National Treasury Management Agency, Dublin

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composição em 25 de Maio de 1995

Presidente: Sir Brian UNWIN

Vice-Presidentes:

Wolfgang ROTH

Corneille BRÜCK

Panagiotis-Loukas GENNIMATAS

Massimo PONZELLINI

Luis MARTÍ

Ariane OBOLENSKY

.....

Lucio IZZO, Alain PRATE, Hans DUBORG (já falecido) e José de OLIVEIRA COSTA exerceram as funções de Vice-Presidente até Junho de 1994, tendo sido subsequentemente nomeados Vice-Presidentes honorários.

Administradores:

Presidente dell'Istituto Mobiliare Italiano, Roma

Subdirectora-Geral do Tesouro, Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, Lisboa

Sprecher des Vorstands der Kreditanstalt für Wiederaufbau, Francoforte

Chief Executive, Structured Finance Division, Barclays de Zoete Wedd Ltd., Londres

Head of Regional Development Division, Department of Trade and Industry, Londres

Plaatsvervangend Directeur, Directie Buitenlandse Financiële Betrekkingen, Ministerie van Financiën, Haia

Direttore Generale del Tesoro, Ministero del Tesoro, Roma

Subdirector General de Financiación Exterior, Dirección General del Tesoro y Política Financiera, Ministerio de Economía y Hacienda, Madrid

Ministerialdirigent, i. R. Bundesministerium der Finanzen, Bona

Directeur Général de la Caisse Française de Développement, Paris.

Conselheiro de Gabinete, Ministério das Finanças, Helsínquia

Chef du Service des Affaires Internationales, Direction du Trésor, Ministère de l'Économie, Paris

Under Secretary, Head of European Union Group (Overseas Finance), HM Treasury, Londres

Directeur du Trésor, Ministère du Trésor, Luxembourg

Ministerialdirigent, Bundesministerium für Wirtschaft, Bona († 22.5.95)

Presidente del Instituto de Crédito Oficial, Madrid

Second Secretary, Finance Division, Department of Finance, Dublin

Sous-secrétaire d'Etat, Ministère des Finances, Estocolmo

Professor Associado, Departamento de Economia, Universidade do Pireu, Pireu

Direttore Centrale, Banca d'Italia, Roma

Director-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros, Comissão Europeia, Bruxelas

Président-Directeur Général, Crédit National, Paris

Secretário Permanente Adjunto, Gabinete do Primeiro Ministro, Copenhaga

Ere-Directeur-generaal van de Administratie der Thesaurie, Ministère des Finances, Bruxelas

Abteilungsleiter, Abteilung für Koordination der Europäischen Integrationsangelegenheiten, Bundesministerium für Finanzen, Viena

Suplentes

Auditeur Général, Administration de la Trésorerie, Ministère des Finances, Bruxelas

Dirigente Generale, Ministero del Tesoro, Roma

Chief Manager, Reserves Management, Foreign Exchange Division, Bank of England, Londres

Sous-Directeur des Affaires Multilatérales, Direction du Trésor, Ministère de l'Économie, Paris

Dirigente Generale, Direzione Generale del Tesoro, Ministero del Tesoro, Roma

Ministerialdirektor, Bundesministerium für Wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung, Bona

Direktor, Abteilung für Internationale Finanzinstitutionen, Bundesministerium für Finanzen, Viena

Director-Geral das Políticas Regionais, Comissão Europeia, Bruxelas

Subdirector General del Tesoro y Política Financiera, Ministerio de Economía y Hacienda, Madrid

Kontorchef, Ministério das Finanças, Copenhaga

Président-Directeur Général du Crédit Local de France, Paris

Ministerialrat, Bundesministerium der Finanzen, Bona

Head of the Treasury's Transport Policy Division, Londres

Luigi ARCUTI

Isabel CORREIA BARATA

Richard BRANTNER

Sinbad COLERIDGE

Geoffrey DART

Jos de VRIES

Mario DRAGHI

Federico FERRER DELSO

Winfried HECK

Philippe JURGENSEN

Veikko KANTOLA

Francis MAYER

Paul McINTYRE

Yves MERSCH

Rudolf MORAWITZ

Miguel MUNIZ DE LAS CUEVAS

Noel Thomas O'GORMAN

Leif PAGROTSKY

Petros P. PAPAGEORGIOU

Vincenzo PONTOLILLO

Giovanni RAVASIO

Emmanuel RODOCANACHI

Lars TYBJERG

Jan M.G. VANORMELINGEN

Thomas WIESER

Jean-Pierre ARNOLDI

Giancarlo DEL BUFALO

Susan Jane CAMPER

Pierre DUQUESNE

Francesco GIAVAZZI

Eberhard KURTH

Herbert LUST

Eneko LANDABURU ILLARRAMENDI

Pedro Antonio MERINO GARCIA

Per Bremer RASMUSSEN

Pierre RICHARD

Konrad SOMMER

Philip WYNN OWEN

COMITÉ EXECUTIVO



O *Comité Executivo* é o órgão executivo a tempo inteiro do Banco; é responsável pela gestão dos assuntos correntes, e prepara e assegura a execução das decisões do Conselho de Administração, que é presidido pelo Presidente do Banco, ou no seu impedimento, por um dos sete Vice-Presidentes. Os membros do *Comité Executivo* são responsáveis exclusivamente perante o Banco; são nomeados pelo Conselho de Governadores, sob proposta do Conselho de Administração, por um período de seis anos, e podem ser reconduzidos nas suas funções. Na sequência da adesão dos novos Estados-membros, o Conselho de Governadores decidiu aumentar de sete para oito o número de membros do *Comité Executivo*.

O Conselho de Governadores nomeou Vice-Presidentes, a contar de 7 de Junho de 1994, Panagiotis-Loukas GENNIMATAS, Conselheiro Principal no Banco da Grécia e Massimo PONZELLINI, responsável no Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) pelo sector do Turismo e do Imobiliário.

O Conselho de Governadores nomeou também Vice-Presidentes a partir de 1 de

Julho de 1994, Ariane OBOLENSKY, Chefe do Serviço de Assuntos Internacionais da Direcção-Geral do Tesouro em França e administradora do Banco desde 1992, e Luis MARTÌ, Conselheiro junto do Ministro da Economia e das Finanças de Espanha.

Ariane OBOLENSKY, Panagiotis-Loukas GENNIMATAS, Massimo PONZELLINI e Luis MARTÌ substituem, respectivamente, Alain PRATE, Hans DUBORG, Lucio IZZO e José de OLIVEIRA COSTA, Vice-Presidentes cessantes, aos quais o Conselho de Governadores conferiu o título de Vice-Presidente honorário pela obra que realizaram ao serviço do Banco.

In memoriam

Em 18 de Junho de 1994, pouco depois de ter cessado funções no *Comité Executivo*, Hans DUBORG, Vice-Presidente desde Abril de 1990, faleceu subitamente. O Conselho de Administração, o *Comité Executivo* e o pessoal do Banco prestam-lhe uma homenagem unânime, e terão sempre presentes as suas grandes qualidades profissionais e humanas.

COMITÉ DE FISCALIZAÇÃO

O *Comité de Fiscalização*, que se compõe de três membros nomeados pelo Conselho de Governadores por força da sua competência, por um período de três anos (renovável), verifica a regularidade das operações e dos livros do Banco. Sendo um órgão independente, comunica as suas conclusões ao Conselho de Governadores, que as tem em conta na aprovação do Relatório Anual elaborado pelo Conselho de Administração.

Em 20 de Setembro de 1994, o Conselho de Governadores procedeu à substituição de Constantin THANOPOULOS, demissionário, por Michael J. SOMERS, antigo

membro do Conselho de Administração do Banco, como membro do *Comité de Fiscalização* para os exercícios de 1994, 1995 e 1996. A presidência deste *Comité*, que tinha sido assegurada até à sessão do Conselho de Governadores de Junho de 1994 por Constantin THANOPOULOS, foi assumida, segundo o sistema usual de rotação anual, por Albert HANSEN, até à aprovação das contas do exercício de 1994 na sessão anual de 1995. O Conselho de Governadores agradeceu ao Sr. THANOPOULOS a sua preciosa contribuição para os trabalhos do *Comité de Fiscalização*.

Em 1994, o Comité prosseguiu o seu trabalho habitual de verificação dos livros e das contas, contando para esse efeito com o apoio dos serviços de auditoria do Banco, em particular, dos peritos da Auditoria Interna, e também dos revisores independentes Price Waterhouse.

No âmbito dos seus trabalhos, o Comité prosseguiu o programa de visitas a projectos de investimento financiados. Algumas

dessas visitas contaram com a participação de representantes do Tribunal de Contas, segundo as regras estabelecidas no Acordo tripartido, celebrado em 1992 entre a Comissão Europeia, o Tribunal de Contas e o BEI.

Tendo em conta a crescente complexidade das suas operações, o BEI procede actualmente ao reforço das suas estruturas de auditoria.



Para cumprir as importantes tarefas adicionais que lhe foram cometidas e responder da melhor maneira à crescente complexidade do contexto económico em que trabalha, o Banco teve de reforçar as suas capacidades e adaptar, consequentemente, a sua organização e as suas estruturas.

O BEI empreendeu também uma análise aprofundada, com vista a reformular os seus objectivos de acção e a melhor especificar a sua missão, exercício em que se empenhou em associar o seu pessoal. A síntese dessa análise figura na contracapa, sob o título "A missão do BEI".

Para responder ao desenvolvimento e à diversificação das actividades do Banco, procedeu-se à seguinte reestruturação:

- *Secretariado-Geral:*

Para ter em conta o desenvolvimento da comunicação e da informação, foi decidido converter a divisão "Informação e Comunicação" num departamento, que reúne duas divisões: "Política de comunicação e Publicações" e "Relações com a Comunicação social".

- *Direcções de Financiamentos na União Europeia:*

Com vista a satisfazer as necessidades operacionais, a divisão França do departamento França/Benelux foi separada em duas divisões: França - Infra-estruturas e

França - Empresas. Pelas mesmas razões, e na sequência do alargamento da União Europeia, o departamento Dinamarca/Alemanha foi alargado às operações na Áustria e na Suécia e a divisão Alemanha foi separada em duas divisões: Alemanha *Länder* do norte e Alemanha *Länder* do sul/Áustria; por seu turno, a divisão Dinamarca passou a Dinamarca/Suécia. Do mesmo modo, o departamento Grécia/Irlanda foi alargado à Finlândia, e a divisão Grécia passou a divisão Grécia/Finlândia.

- *Direcção de Financiamentos no exterior da União Europeia:*

O aumento das tarefas confiadas ao BEI conduziu à reestruturação da direcção em quatro departamentos: África-Caraíbas-Pacífico, Mediterrâneo, Europa Central e Oriental, e Coordenação e Controlo. As operações na Ásia e na América Latina foram confiadas a uma divisão dependente do director-geral.

- *Direcção de Assuntos Jurídicos:*

Para uma melhor harmonização da abordagem dos assuntos jurídicos, especialmente no domínio da instrução dos financiamentos, a direcção foi reestruturada em dois departamentos: o departamento "Operações", que cobre as actividades jurídicas por países, e o departamento "Política Geral", encarregado dos princípios gerais e das questões institucionais.

FUNCIONAMENTO DO BEI

ESTRUTURA



COMITÉ EXECUTIVO

composição em 25 de Maio de 1995

Presidente: Sir Brian UNWIN
 Vice-Presidentes: Wolfgang ROTH
 Corneille BRÜCK
 Panagiotis-Loukas GENNIMATAS
 Massimo PONZELLINI
 Luis MARTÍ
 Ariane BOLENSKY
 ...

Organigrama

composição em 25 de Maio de 1995

Secretário-Geral

Thomas OURSIN



Departamentos autónomos

Direcções de Financiamentos na União Europeia

Direcção 1

Director-Geral
 ... (*)

Direcção 2

Director-Geral
 Pitt TREUMANN (*)



Directores

Assuntos Gerais

Martin CURWEN

Joachim MÜLLER-BORLE
 Roger ADAMS, *Conselheiro especial*

Informação e Comunicação

Karl Georg SCHMIDT

Recursos Humanos

Ronald STURGES

Tecnologias de Informação

Rémy JACOB

Serviços Administrativos

Alessandro MORBILLI

Coordenação

Secretariado
 Orçamento
 Gabinete de Representação em Bruxelas

Política de comunicação e
 publicações
 Relações com os meios de comunicação

Administração do Pessoal

Política do Pessoal

Recrutamento

Estudos e desenvolvimento
 Sistemas e exploração

Serviços Internos
 Tradução

Auditoria Interna

Coordenação

Infra-estruturas
 Energia e Ambiente
 Indústria
 Instituições de Crédito

Sector público
 Sector privado
 Gabinete de Madrid

Alemanha (Länder do norte)
 Alemanha (Länder do sul) e Áustria
 Dinamarca e Suécia

França (Infra-estruturas)
 França (Empresas)
 Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos

RU, Mar do Norte: Infra-estruturas,
 Indústria e Bancos
 Gabinete de Londres
 RU, Mar do Norte: Transportes e Energia
 Portugal
 Gabinete de Lisboa

Grécia e Finlândia
 Gabinete de Atenas
 Irlanda

Sector público (países da Direcção 1)
 Sector público (países da Direcção 2)
 Sector privado (países da Direcção 1)
 Sector privado (países da Direcção 2)
 Instituições financeiras

Ferdinand SASSEN
 Theoharry GRAMMATIKOS
 Peter HELGER
 Hugo WOESTMANN

Henry MARTY-GAUQUIÉ
 Adam McDONAUGH, #

Gerlando GENUARDI
 Zacharias ZACHARIADIS
 Daphné VENTURAS
 Jenny QUILLIEN
 Jörg-Alexander UEBBING

Albert BRANDT
 Ernest FOUSSE

Adriaan ZILVOLD
 Werner MAIDORN

Jean-Claude CARREAU

Filippo MANZI
 Michael O'HALLORAN
 Laurent DE MAUTORT
 Bruno LAGO

Francisco DOMINGUEZ
 Jos VAN KAAM
 Fernando DE LA FUENTE

Henk DELSING
 Joachim LINK
 Paul DONNERUP

Jacques DIOT
 Isabel LOPES DIAS
 Christian CAREAGA

Andreas VERYKIOS

Guy BAIRD
 Thomas BARRETT
 Filipe CARTAXO
 Ian PACE

Antonio PUGLIESE
 Arghyro YARMENITOU
 Richard POWER

Crédito e Administração dos
 Financiamentos
 Francis CARPENTER

(*) Em finais de Janeiro de 1995, Giorgio RATTI, director da Direcção 1, foi chamado a desempenhar um cargo político no governo italiano. Pitt Treumann foi encarregado de desempenhar interinamente as suas funções.

(†) Substitui Philippe MARCHAT, que se aposentou em 31.3.1995.

**Direcção de
Financiamentos no
exterior da
União Europeia**

Director-Geral
Michel DELEAU



Directores

África Caraíbas e Pacífico
Jean-Louis BIANCARELLI

Mediterrâneo
Rex SPELLER

Europa Central e Oriental
Terence BROWN

Controlo e Coordenação
Manfred KNETSCH

Ásia e América Latina
África Ocidental e Sahel
África Central e Oriental
África Austral e Oceano Índico
Caraíbas e Pacífico

Magrebe, Turquia, Coordenação METAP
Machereque, Médio-Oriente, Malta e Chipre

Polónia, Hungria e Países Bálticos
Ex-Jugoslávia e Eslovénia
Rep. Checa, Eslováquia, Bulgária,
Roménia e Albânia

Coordenação
Controlo A
Controlo B

Patrick THOMAS

Tassilo HENDUS
Jacqueline NOËL
Justin LOASBY
Claudio CORTESE

Alain SÈVE
Robert WILSON

Walter CERNOIA
Guido BRUCH
Christopher KNOWLES

Marc BECKER
Michel HATTERER
Guy BERMAN

**Direcção de
Finanças**

Director-Geral
René KARSENTI (2)



Mercado de Capitais
Ulrich DAMM
Jean-Claude BRESSON,
Director adjunto

Tesouraria
LUC WINAND

Contabilidade
François ROUSSEL

Coordenação
Gestão dos riscos

Grécia, França, Itália e Portugal
ECU, Espanha, Irlanda, Reino Unido,
Estados Unidos, Canadá e Sueste Asiático
Alemanha, Áustria, Suíça e Europa
Central e Oriental
Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos,
Japão e Países Nórdicos

Planeamento, desembolsos e
serviço financeiro dos empréstimos
Mercados monetários
Gestão da carteira
Back-Office

Contabilidade dos empréstimos
Contabilidade geral

Henri-Pierre SAUNIER
Georg HUBER

Carlo SARTORELLI
Jean-Claude BRESSON
Carlos GUILLE
Barbara STEUER

Joseph VOGTEN

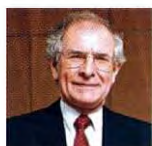
Eberhard UHLMANN

Francis ZEGHERS
Ralph BAST
Erling CRONQVIST

Charles ANIZET
Luis BOTELLA MORALES

**Direcção de Estudos
Económicos e
Financeiros**

Director-Geral
Herbert CHRISTIE



**Estudos Económicos na
União Europeia**
Horst FEUERSTEIN

**Estudos Económicos nos Países ACP
e Mediterrânicos**
Luigi GENAZZINI

**Estudos Económicos na Europa Central
e Oriental, América Latina e Ásia,
Estudos Financeiros e Documentação**
Alfred STEINHERR

Coordenação

Indústria

Infra-estruturas
Energia

ACP
Mediterrâneo

Europa Central e Oriental,
América Latina e Ásia
Estudos financeiros
Documentação e Biblioteca

Patrice GÉRAUD

Carlo BOLATTI
Stephen WRIGHT
Mateu TURRÓ CALVET
Juan ALARIO GASULLA

Stephen MCCARTHY
Daniel OTTOLENGHI
Henri BETTELHEIM

Jacques GIRARD

Pier Luigi GIULBERT
Marie-Odile KLEIBER

**Direcção de
Assuntos Jurídicos**

Director-Geral
Bruno EYNARD



Operações
Konstantin ANDREOPOULOS

Itália
Irlanda e Reino Unido
França
Bélgica, Dinamarca, Grécia, Finlândia,
Luxemburgo, Países Baixos e Suécia
Alemanha e Áustria
Espanha e Portugal

Política geral
Giannangelo MARCHEGANI

...
Roderick DUNNETT
Marc DUFRESNE
Robert WAGENER

Hans-Jürgen SEELIGER
Alfonso QUEREJETA

...
...

**Direcção de
Consultores Técnicos**

Director-Geral
Jean-Jacques SCHUL



Agro-indústria

**Indústria transformadora, electrónica e
telecomunicações**
J.-Garry HAYTER

**Petro-energia, indústria química,
aeronáutica e turismo**
Hemming JØRGENSEN

Energia eléctrica, minas e gestão de resíduos
Günter WESTERMANN

Infra-estruturas
Peter BOND

Coordenação

Jean-Pierre DAUBET

Peder PEDERSEN

Bernard BÉLIER
Patrick MULHERN
Carillo ROVERE

Richard DEELEY
Jean-Jacques MERTENS
Constantin CHRISTOFIDIS

René VAN ZONNEVELD
Heiko GEBHARDT
Angelo BOIOLI

Philippe OSTENC
Luis LÓPEZ RODRÍGUEZ
Barend STOKOPER
Andrew ALLEN

GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

PESSOAL



Philippe Marchat e René Karsenti.

Desde a publicação do último Relatório Anual, verificaram-se as seguintes alterações:

- *Secretariado-Geral*: Karl Georg SCHMIDT foi nomeado director do departamento encarregado da informação e da comunicação.

- *Direcções 1 e 2 de Financiamentos na União Europeia*:

Giorgio RATTI, director da direcção 1 desde Abril de 1994, foi chamado, em fins de Janeiro de 1995, a exercer funções políticas no governo italiano. Pitt TREUMANN, director-geral da direcção 2, foi encarregado de o substituir interinamente. Alain BELLAVOINE substituiu Gérard d'ERM, que se aposentou, como director

do departamento França/Benelux. André DUNAND, responsável pela "Coordenação", foi nomeado director.

- *Direcção de Finanças*:

Na sequência da aposentação de Philippe MARCHAT, René KARSENTI foi nomeado director-geral desta direcção, a partir de 1 de Maio de 1995.

- *Direcção de Assuntos Jurídicos*:

Na sequência da reestruturação da direcção em dois departamentos, Konstantin ANDREOPOULOS foi nomeado director do departamento "Operações" e Giannangelo MARCHEGANI, director do departamento "Política Geral".

EFFECTIVOS

Evolução dos efectivos e das actividades do Banco



Em finais de 1994, os efectivos do Banco ascendiam a 859 pessoas. Após diversos anos em que o aumento do pessoal foi inferior ao das actividades, em 1994, o Banco procedeu a recrutamentos que lhe permitiram fazer face às necessidades decorrentes da intensificação das

actividades e da multiplicação das responsabilidades, tanto na União Europeia, como no exterior desta. Tendo-se verificado a adesão de três países à União Europeia e ao Banco, a partir de 1995, este dará prioridade ao recrutamento de nacionais destes países.

	Efectivos	Quadros	Pessoal administrativo e auxiliar
1991	751	400	351
1992	785	424	361
1993	810	445	365
1994	859	473	386

GESTÃO

Preocupando-se em gerir de uma forma eficaz e equilibrada os seus recursos humanos, o Banco prosseguiu os esforços no sentido de melhorar a sua capacidade de trabalhar num contexto cada vez mais exigente.

Adaptação da estrutura directiva

O Banco procedeu a uma avaliação das tarefas das suas chefias, com vista a

adaptá-las às novas exigências operacionais. Uma estrutura única, dita de "quadros superiores do Banco", reúne os directores de direcção e de departamento, que passaram a ter o título de, respectivamente, directores-gerais e directores. A esta nova estrutura é aplicado um sistema de avaliação das *performances* que permitirá que o Banco cumpra com maior flexibilidade as suas múltiplas tarefas, mantendo uma gestão controlada das suas despesas.

Remunerações

O Banco estudou também, em ligação com os Representantes do Pessoal, uma adaptação do sistema de apreciação e de remuneração do mérito do seu pessoal, no respeito das obrigações já assumidas. Este exame foi realizado tendo em conta o contexto económico e a evolução verificada nas instituições e empresas da União Europeia, com vista a controlar o aumento dos custos salariais.

Igualdade de oportunidades

No quadro da política de igualdade de oportunidades no seio do Banco, à qual os seus dirigentes dão uma grande importância, o Comité de Igualdade de Oportunidades para os dois sexos (COPEC) propôs um "Programa de acção" quinquenal, que foi aprovado em Novembro de 1994. O COPEC é um órgão paritário composto por representantes da administração e do pessoal, que tem como objectivo "prover à aplicação da política de igualdade de oportunidades a nível das carreiras, da formação e das infra-estruturas sociais".

Infantário

Com vista a contribuir concretamente para essa igualdade de oportunidades, o Banco abriu em Janeiro de 1995 o seu próprio infantário para acolher os filhos dos membros do pessoal. Esta iniciativa, que marca uma nova etapa na política social do Banco, foi lançada após uma sondagem realizada pelos Representantes do Pessoal e um estudo conduzido por um consultor. O infantário foi instalado próximo do Banco e estruturado de acordo com a regulamentação em vigor no Grão-Ducado do Luxemburgo.

Formação

O Banco procedeu à revisão, em colaboração com os Representantes do Pessoal, das suas disposições relativas à formação contínua, de forma a melhor cumprir os

seus objectivos. Entre outros aspectos, foi instaurada uma formação específica para o pessoal encarregado de analisar os pedidos de financiamento, a fim de este poder fazer face ao novo contexto em que o Banco trabalha. Tal como nos anos anteriores, o número de dias consagrados à formação profissional, linguística e informática do conjunto do pessoal foi elevado. A formação globalmente dispensada em 1994 representou cerca de 5 500 dias, ou seja, uma média de 6,4 dias por pessoa.

Representação do pessoal

O Colégio dos Representantes do Pessoal, composto por 11 pessoas (8 das quais eleitas pelas diferentes categorias de pessoal), tem competência para analisar todas as questões relativas aos interesses do pessoal, no quadro de uma convenção celebrada com o Banco, cuja revisão está actualmente em curso.

Tecnologias de informação

O BEI prosseguiu a implementação de sistemas informáticos de carácter operacional, relativos às suas diferentes actividades, aperfeiçoando sobretudo as modalidades de controlo da carteira de financiamentos e de gestão das aplicações financeiras. O acompanhamento informatizado foi alargado à instrução e administração dos financiamentos, assim como à gestão dos empréstimos globais e à preparação jurídica dos contratos. A rede de troca de informações entre as diferentes aplicações foi correspondentemente adaptada; cada membro do pessoal passou a ter à sua disposição instrumentos de burótica à altura das necessidades específicas. Além disso, foi desenvolvido um novo sistema de informação mais eficaz, que permite que a direcção disponha sempre de elementos de gestão e de previsão adaptados à crescente complexidade das tarefas cometidas ao Banco.



OUTRAS REALIZAÇÕES



Informação e Comunicação

Em Maio de 1994, o Banco adoptou um novo plano de comunicação que desenvolve os diferentes aspectos da política de comunicação, tanto no exterior como no interior do Banco. Nesta perspectiva, o departamento encarregado da informação e da comunicação alargou a sua gama de publicações, nomeadamente, desenvolvendo os meios de comunicação interna destinados ao pessoal.

Ampliação do edifício

Menos de três anos após a abertura do primeiro concurso público internacional, foram concluídas as obras de ampliação da sede do Banco (final de 1994), nos prazos previstos e sem grandes problemas. O novo edifício, que tem uma superfície bruta construída de cerca de 22 000 m², incluindo três níveis de garagem, pode alojar cerca de 300 pessoas, em condições ergonómicas equivalentes às do edifício principal. O novo complexo é dotado de uma central de cogeração de electricidade/calor, alimentada a gás da rede urbana, que permite que o Banco realize economias de energia, no respeito pelo ambiente.

Prémios e bolsas BEI

O Prémio BEI, no valor de 12 000 ecus, é atribuído de dois em dois anos para incentivar o estudo do investimento e do respectivo financiamento nos seus múltiplos aspectos, nas instituições universitárias dos Estados-membros da União Europeia. O próximo Prémio será conferido em 1995.

Desde 1978, o Banco tem concedido de três em três anos bolsas de estudos para a obtenção de pós-graduações no Instituto Universitário Europeu de Florença, que visam incentivar a investigação no domínio dos assuntos europeus.

Os Institutos de Economia e de Estatísticas da Universidade de Copenhaga administram a bolsa de estudos "Erling Jørgensen" (criada em 1990 em memória do antigo Vice-Presidente do BEI), que visa apoiar a realização de um trabalho sobre assuntos políticos e económicos comunitários.

O Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos ao pessoal do Banco pelo rigor e dedicação com que realizou o seu trabalho durante o ano, exortando-o a prosseguir na mesma via.

Luxemburgo, 4 de Abril de 1995

*O Presidente
do Conselho de Administração*

Sir Brian Unwin



O Conselho de Administração do BEI (ver composição pág. 67), cujas reuniões são presididas pelo Presidente (ao centro) ou, no seu impedimento, por um dos vice-presidentes do Comité Executivo (em primeiro plano). À esquerda do Presidente, Thomas Oursin, Secretário-Geral.

RESULTADOS DE GESTÃO

O total do balanço **ultrapassou** o montante de **100 mil milhões**, elevando-se a 102 753 milhões em 31 de Dezembro de 1994 (contra 96 537 milhões no ano anterior, o que representa um acréscimo de 6,4%).

O rendimentos resultantes de juros e comissões sobre aplicações passaram de 498 milhões em 1993 para 421 milhões em 1994. O montante dos juros e comissões recebidos no exercício, relativos a empréstimos concedidos, cifrou-se em 7 334 milhões (7 348 milhões em 1993), enquanto os juros e custos relativos a empréstimos obtidos ascenderam a 6 293 milhões (6 287 milhões em 1993).

O resultado das operações financeiras reflecte a menos-valia de 240 milhões registada em 31 de Dezembro de 1994 na carteira de títulos. Esta deve, tal como indicado no capítulo "Resultado da carteira de obrigações" (pág. 63), ser progressivamente reconhecida nos resultados de exercícios futuros. O resultado das actividades correntes do Banco, tendo em conta as diferenças cambiais e após imputação da amortização das despesas de

emissão e dos prémios de reembolso, das despesas e gastos administrativos e das amortizações de edifícios, instalações e material, elevou-se a 986 milhões (1 344,5 milhões em 1993). Após imputação do efeito originado pela alteração das paridades relativamente ao ecu (-16,3 milhões), e da dotação de 200 milhões para o fundo para riscos bancários gerais, o resultado líquido do exercício cifrou-se em 969,7 milhões, contra 1 127,2 milhões em 1993.

O Conselho de Administração recomendou ao Conselho de Governadores que procedesse à aplicação do montante de 74,3 milhões da rubrica "Contribuição dos três novos Estados-membros para o resultado por aplicar", da seguinte forma: 23,2 milhões para o Fundo para Riscos Bancários Gerais e os restantes 51,1 milhões, acrescidos do resultado do exercício, de 969,7 milhões, ou seja, um total de 1 020,8 milhões, para as reservas suplementares.

CONTAS ANUAIS

	Páginas
Balanço	76
Demonstração da Secção Especial	78
Demonstração de Resultados	80
Demonstração dos Fluxos de Caixa	81
Mapa resumo dos Empréstimos e Garantias	82
Mapa Resumo das Dívidas Representadas por Títulos	86
Mapa Resumo das Subscrições do Capital do Banco	86
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	87
Relatório dos Auditores Independentes	92
Declaração do Comité de Fiscalização	93
Situação em 1 de Janeiro de 1995	94

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

ACTIVO	31.12.94	31.12.93
1. Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	37 497 709	19 920 089
2. Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais (Nota B)	1 038 722 088	422 132 501
3. Créditos sobre instituições de crédito		
a) à vista	72 846 206	65 344 667
b) outros créditos (Nota C)	4 668 108 879	3 490 522 091
c) empréstimos: valor concedido (1)	38 491 533 270	36 164 978 411
menos parcela não desembolsada	5 433 688 101	4 101 265 835
	33 057 845 169	32 063 712 576
	37 798 800 254	35 619 579 334
4. Créditos sobre clientes		
empréstimos: valor concedido (1)	67 523 772 600	61 415 138 640
menos parcela não desembolsada	9 577 948 246	7 240 262 001
	57 945 824 354	54 174 876 639
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo (Nota B)		
a) de emitentes públicos	1 577 826 247	1 880 076 981
b) de outros emitentes	429 564 006	175 299 299
	2 007 390 253	2 055 376 280
6. Acções e outros títulos de rendimento variável (Nota N)	72 000 000	54 000 000
7. Participações (Nota N)	40 000 000	—
8. Activos incorpóreos		
despesas de emissão e prémios de reembolso por amortizar	392 966 694	400 272 999
9. Activos corpóreos (Nota D)	87 297 087	49 772 565
10. Outros activos		
a) valores a receber dos Estados-membros para ajustamento do capital (Nota E)	—	7 929 136
b) a receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME (Nota F)	66 669 022	85 205 163
c) devedores diversos (Nota G)	322 353 544	636 757 396
	389 022 566	729 891 695
11. Capital subscrito, exigido, mas não realizado (3)	400 000 000	500 000 000
12. Contas de regularização	2 543 662 198	2 511 070 686
	102 753 183 203	96 536 892 788

MAPAS RESUMO EM ANEXO:

(1) Empréstimos e garantias, pág. 82.

(2) Dívidas representadas por títulos, pág. 86.

(3) Subscrições de capital, pág. 86.

PASSIVO

31.12.94

31.12.93

1. Débitos para com instituições de crédito

a) à vista	44 056 561
b) a prazo ou com pré-aviso (Nota O)	23 639 951

40 644 748
29 720 178
67 696 512

70 364 926

2. Débitos representados por títulos ⁽²⁾

a) certificados e obrigações em circulação	79 770 795 645
b) outros	3 902 329 561

74 742 398 527
3 918 532 827
83 673 125 206

78 660 931 354

3. Outros passivos

a) valores a pagar aos Estados-membros para ajustamento do capital (Nota E)	1 777 408
b) bonificações de juros recebidas antecipadamente (Nota F)	292 088 377
c) credores diversos (Nota G)	581 191 614
d) diversos (Nota G)	28 884 555

—
338 503 972
335 112 119
23 485 092
903 941 954

697 101 183

4. Contas de regularização

3 414 234 869

3 415 887 532

5. Provisões para riscos e encargos

fundo de pensões (Nota H)

238 328 790

206 442 838

6. Fundo para riscos bancários gerais

(Nota I)

350 000 000

350 000 000

7. Capital ⁽³⁾

subscrito	57 600 000 000
não exigido	- 53 279 061 724

57 600 000 000
- 53 279 061 724

4 320 938 276

4 320 938 276

8. Reservas (Nota M)

a) fundo de reserva	5 760 000 000
b) reservas suplementares	3 055 226 679

5 760 000 000
1 928 007 148
8 815 226 679

7 688 007 148

9. Resultado do exercício

969 690 917

1 127 219 531

102 753 183 203

96 536 892 788

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

31.12.1994

31.12.1993

Garantias ⁽¹⁾

- no âmbito de empréstimos concedidos por terceiros	360 738 017
- no âmbito da participação de terceiros nos financiamentos do Banco	71 386 579

353 750 845
87 650 082
432 124 596

441 400 927

Depósitos especiais para o serviço de empréstimos obtidos (Nota Q)**Contratos de swap (Nota R)**

- de divisas	400 300 000
- de juros	102 500 000

350 700 000
77 200 000
502 800 000

427 900 000

Carteira de títulos

- compras a prazo	—
- vendas a prazo (Nota S)	370 835 341

—
370 835 341

181 239 124
1 247 852 469

DEMONSTRAÇÃO DA SECÇÃO ESPECIAL (1) EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

ACTIVO	31.12.1994	31.12.1993
Países da Comunidade		
<i>Por conta de recursos da Comunidade Europeia da Energia Atómica</i>		
Financiamentos concedidos		
- valores desembolsados (2)	785 767 732	909 096 182
<i>Por conta de recursos da Comunidade Europeia (Novo Instrumento Comunitário - NIC)</i>		
Financiamentos concedidos		
- valores a desembolsar	—	30 240 254
- valores desembolsados	1 213 651 936	1 781 780 956
Total (2)	1 213 651 936	1 812 021 210
Turquia		
<i>Por conta de recursos dos Estados-membros</i>		
Financiamentos concedidos		
- valores a desembolsar	15 366 790	15 860 213
- valores desembolsados	157 557 566	178 337 632
Total (4)	172 924 356	194 197 845
Países da Bacia Mediterrânica		
<i>Por conta de recursos da Comunidade Europeia</i>		
Financiamentos concedidos		
- valores a desembolsar	1 292 489	1 852 441
- valores desembolsados	269 998 689	276 791 252
	271 291 178	278 643 693
Operações com capitais de risco		
- valores a desembolsar	35 918 034	14 380 148
- valores desembolsados	45 287 350	39 209 500
	81 205 384	53 589 648
Total (5)	352 496 562	332 233 341
Países de África, das Caraíbas e do Pacífico e Países e Territórios Ultramarinos		
<i>A cargo de recursos da Comunidade Europeia</i>		
Convenções de Yaoundé		
Financiamentos (valores desembolsados)	66 810 937	69 910 435
Contribuições para a formação de capitais de risco		
- valores desembolsados	646 310	1 292 292
Total (6)	67 457 247	71 202 727
Convenções de Lomé		
Operações com capitais de risco		
- valores a desembolsar	435 953 804	298 003 766
- valores desembolsados	754 327 041	717 562 146
Total (7)	1 190 280 845	1 015 565 912
Total geral	3 782 578 678	4 334 317 217

Nota:

Total dos valores desembolsados por reembolsar, referentes a créditos concedidos com condições especiais pela Comissão e relativamente aos quais o Banco aceitou um mandato de cobrança da CE:

a) no âmbito das Convenções de Lomé I, II e III: em 31.12.1994: 1 447 891 167; em 31.12.1993: 1 362 988 476

b) no âmbito dos protocolos celebrados com os países da Bacia Mediterrânica: em 31.12.1994: 160 182 792; em 31.12.1993: 152 548 285

(1) A Secção Especial foi instituída pelo Conselho de Governadores em 27 de Maio de 1963; o seu objectivo, redefinido pela Decisão de 4 de Agosto de 1977, consiste no registo das operações que o Banco efectua sob mandato e por conta de terceiros.

(2) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias nº 77/271/ /EURATOM de 29 de Março de 1977, nº 82/170/EURATOM de 15 de Março de 1982 e nº 85/537/EURATOM de 5 Dezembro de 1985, até à concorrência de um montante total de três mil milhões, para o financiamento de centrais nucleares nos países da

Comunidade, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia da Energia Atómica:

2 773 167 139

A adicionar: ajustamentos cambiais + 188 825 214

A deduzir: reembolsos - 2 176 224 621

785 767 732

Fundos em gestão fiduciária

Sob mandato das Comunidades Europeias		
Comunidade Europeia da Energia Atómica	785 767 732	909 096 182
Comunidade Europeia:		
- Novo Instrumento Comunitário	1 213 651 936	1 781 780 956
- Protocolos financeiros com os países da Bacia Mediterrânica	315 286 039	316 000 752
- Convenções de Yaoundé	67 457 247	71 202 727
- Convenções de Lomé	754 327 041	717 562 146
	<hr/>	<hr/>
Sob mandato dos Estados-membros	3 136 489 995	3 795 642 763
	157 557 566	178 337 632
	<hr/>	<hr/>
Total	3 294 047 561	3 973 980 395

Fundos a desembolsar

Financiamentos no quadro do Novo Instrumento Comunitário		30 240 254
Créditos à Turquia, protocolo complementar	15 366 790	15 860 213
Financiamentos e operações com capitais de risco nos países da Bacia Mediterrânica	37 210 523	16 232 589
Operações com capitais de risco no âmbito das Convenções de Lomé	435 953 804	298 003 766
	<hr/>	<hr/>
Total	488 531 117	360 336 822
	<hr/>	<hr/>
Total geral	3 782 578 678	4 334 317 217

(³) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias nº 78/870/CEE de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), nº 82/169/CEE de 15 de Março de 1982, nº 83/200/CEE de 19 de Abril de 1983 e nº 87/182/CEE de 9 de Março de 1987, visando a promoção de investimentos na Comunidade e bem assim nº 81/19/CEE de 20 de Janeiro de 1981, visando a reconstrução das regiões afectadas pelo terramoto de 23 Novembro de 1980 na Campânia e na Basilicata (Itália) e nº 81/1013/CEE de 14 de Dezembro de 1981, visando a reconstrução das regiões da Grécia afectadas pelos terramotos em Fevereiro/Março de 1981, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia:

A adicionar: ajustamentos cambiais		+ 101 957 404
A deduzir: anulações	201 990 536	
reembolsos	5 085 459 788	- 5 287 450 324
		<hr/>
		1 213 651 936

(⁴) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos na Turquia, sob mandato e por conta e risco dos Estados-membros:

A adicionar: ajustamentos cambiais		+ 8 741 273
A deduzir: anulações	215 000	
reembolsos	252 816 917	- 253 031 917
		<hr/>
		172 924 356

(⁵) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos países do Magrebe e do Machereque, assim como em Malta, Chipre, Turquia e Grécia (10 000 000 concedidos antes da adesão deste país à CEE, em 1 de Janeiro de 1981), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia:

A deduzir: anulações	6 939 157	
reembolsos	33 718 849	
ajustamentos cambiais	534 432	- 41 192 438
		<hr/>
		352 496 562

(⁶) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos Estados Africanos, Malgaxe e Maurício Associados e nos Países, Territórios e Departamentos Ultramarinos (EAMMA-PTDU), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia:

- empréstimos com condições especiais	139 483 056	
- contribuições para a formação de capitais de risco	2 502 615	141 985 671
A adicionar:		
- juros capitalizados	1 178 272	
- ajustamentos cambiais	10 054 105	+ 11 232 377
A deduzir:		
- anulações	1 573 610	
- reembolsos	84 187 191	- 85 760 801
		<hr/>
		67 457 247

(⁷) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico, assim como nos Países e Territórios Ultramarinos (ACP/PTU), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia:

- empréstimos condicionais e subordinados	1 485 929 048	
- tomadas de participação	28 214 649	1 514 143 697
A adicionar:		
- juros capitalizados		+ 1 651 038
A deduzir:		
- anulações	164 882 940	
- reembolsos	150 800 333	
- ajustamentos cambiais	9 830 617	- 325 513 890
		<hr/>
		1 190 280 845

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

	31.12.1994	31.12.1993
1. Juros e proveitos equiparados (Nota J)	7 766 558 981	7 915 048 883
2. Juros e custos equiparados	- 6 321 762 996	- 6 320 584 079
3. Comissões recebidas (Nota K)	18 364 756	15 181 166
4. Comissões pagas	- 11 936 227	- 7 758 565
5. Resultados de operações financeiras (Nota T)	- 207 754 949	- 33 989 811
6. Outros proveitos de exploração	2 766 068	1 030 001
7. Gastos gerais administrativos : (Nota L)	- 131 907 923	- 119 697 103
a) custos com o pessoal	108 154 206	98 111 366
b) outros gastos administrativos	23 753 717	21 585 737
8. Correções de valor em relação a :	- 128 336 166	- 104 750 648
a) despesas de emissão e prémios de reembolso	119 020 349	97 599 878
b) edifícios e aquisições de instalações, equipamento básico e outro material (Nota D)	9 315 817	7 150 770
9. Dotações para o fundo para riscos bancários gerais	—	- 200 000 000
10. Resultado da actividade corrente	985 991 544	1 144 479 844
11. Menos-valia líquida resultante da reavaliação dos activos do Banco não sujeitos ao ajustamento previsto no artigo 7º dos Estatutos (Nota A § 1)	- 16 300 627	- 17 260 313
12. Resultado do exercício (Nota M)	<u>969 690 917</u>	<u>1 127 219 531</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

Em ecus - ver notas explicativas às demonstrações financeiras

	31.12.1994	31.12.1993
A. Fundos originados pelas actividades de exploração		
Resultado do exercício	969 690 917	1 127 219 531
Ajustamentos que permitem conciliar o resultado do exercício com a variação líquida de fundos decorrente das actividades de exploração:		
- dotações para o fundo para riscos bancários gerais		200 000 000
- amortizações	128 336 166	104 750 648
- variação líquida dos juros e comissões a pagar e juros recebidos antecipadamente	- 1 652 663	410 581 059
- aumento dos juros e comissões a receber	- 32 591 512	- 260 019 886
Variação líquida de fundos ⁽¹⁾	1 063 782 908	1 582 531 352
B. Fundos originados pelas operações de investimento		
<i>Empréstimos concedidos</i>		
Desembolsos líquidos	- 15 600 486 687	- 16 065 651 465
Reembolsos	9 453 949 749	7 095 669 755
Ajustamentos cambiais	1 381 456 630	- 1 555 619 037
<i>Carteira de títulos</i>		
Vendas	9 346 676 430	15 400 707 858
Compras	- 10 188 534 949	- 15 652 346 893
Variação líquida da provisão para depreciação	239 658 629	- 30 200 766
Ajustamentos cambiais	11 261 669	2 134 315
<i>Outros</i>		
Variação líquida das rubricas terrenos, edificios e instalações	- 46 840 339	- 16 224 805
Outras variações de activos	29 036 388	- 15 657 058
Variação líquida de fundos ⁽²⁾	- 5 373 822 480	- 10 837 188 096
C. Fundos originados pelas operações de financiamento		
<i>Débitos representados por títulos</i>		
Empréstimos contraídos a médio e a longo prazo:		
Proveitos de emissões	14 018 786 784	14 701 113 139
Reembolsos	- 7 379 884 841	- 5 314 035 177
Ajustamentos cambiais	- 1 504 906 166	2 163 785 497
Aumento líquido das despesas de emissão e dos prémios de reembolso	- 111 714 044	- 78 054 782
Variação líquida dos swaps de divisas	311 832 741	- 277 396 049
Empréstimos contraídos a curto prazo:		
Variação líquida	- 259 271 396	- 187 804 938
<i>Outros passivos</i>		
Capital realizado pelos Estados-membros	100 000 000	164 437 500
Variação líquida das dívidas para com instituições de crédito	- 2 668 414	- 95 535 721
Variação de outras rubricas do passivo	238 726 723	- 649 465 636
Variação líquida de fundos ⁽³⁾	5 410 901 387	10 427 043 833
Mapa resumo da variação de fundos		
Disponibilidades no início do exercício	4 146 922 313	2 974 535 224
Variação líquida de fundos originada por:		
(1) actividades de exploração	1 063 782 908	1 582 531 352
(2) operações de investimento	- 5 373 822 480	- 10 837 188 096
(3) operações de financiamento	5 410 901 387	10 427 043 833
Total das variações líquidas de fundos	1 100 861 815	1 172 387 089
Disponibilidades no final do exercício	5 247 784 128	4 146 922 313
Análise das disponibilidades		
Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	37 497 709	19 920 089
Títulos cujo vencimento ocorre num período inferior a três meses após emissão	757 847 183	722 181 844
Créditos sobre instituições de crédito:		
- contas à vista	72 846 206	65 344 667
- contas de depósito a prazo	4 379 593 030	3 339 475 713
	5 247 784 128	4 146 922 313

MAPA RESUMO DE EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Total dos empréstimos concedidos (*)

Montante total histórico dos empréstimos concedidos, calculado com base nas paridades em vigor na data de assinatura dos contratos 159 149 530 930

A adicionar:

ajustamentos cambiais + 1 223 319 298
160 372 850 228

(*) Os empréstimos concedidos incluem, além dos valores desembolsados, os valores a desembolsar:

A deduzir:

rescisões e anulações 2 097 834 880

reembolsos de capital 52 188 322 899

participação de terceiros 71 386 579

- 54 357 544 358

Total dos empréstimos concedidos **106 015 305 870**

2. Limite estatutário para a concessão de empréstimos e garantias

Nos termos do nº 5 do artigo 18º dos Estatutos, a responsabilidade total decorrente dos empréstimos e garantias concedidos pelo Banco não deve exceder 250% do capital subscrito.

Tendo em conta o capital actual, este limite é de 144 mil milhões, ascendendo o total dos empréstimos e garantias concedidos a 106 447 430 466, decomposto como segue:

- total dos empréstimos concedidos 106 015 305 870

- total das garantias concedidas (rubricas extrapatrimoniais):

no âmbito de empréstimos concedidos por terceiros. 360 738 017

no âmbito de participações de terceiros nos financiamentos do Banco 71 386 579

432 124 596

Total dos empréstimos e garantias concedidos **106 447 430 466**

3. Análise do total dos empréstimos concedidos

Empréstimos concedidos

	a instituições de crédito intermediárias	directamente ao beneficiário final	Total
Valores desembolsados	33 057 845 169	57 945 824 354	91 003 669 523
Parcela não desembolsada	5 433 688 101	9 577 948 246	15 011 636 347
Total dos empréstimos concedidos	38 491 533 270	67 523 772 600	106 015 305 870

4. Decomposição dos valores não desembolsados por tipo de taxa de juro

a uma taxa de juro e num conjunto de divisas fixas, determinados no contrato de financiamento

369 740 083 438 463 687 808 203 770

a uma taxa de juro fixa, determinada no contrato de financiamento, podendo o Banco seleccionar as divisas a desembolsar

785 160 812 1 284 267 537 2 069 428 349

a uma taxa de juro aberta, podendo o Banco seleccionar as taxas de juro e o conjunto de divisas a desembolsar

4 175 634 515 7 293 369 162 11 469 003 677

a uma taxa de juro variável

60 668 258 325 319 157 385 987 415

a uma taxa de juro revisível

42 484 433 236 528 703 279 013 136

Parcela não desembolsada **5 433 688 101 9 577 948 246 15 011 636 347**

5. Escalonamento do reembolso dos empréstimos já desembolsados

Período a decorrer até à data de vencimento final

até três meses 768 811 199 839 458 160 1 608 269 359

mais de três meses a um ano 2 766 670 473 3 543 447 174 6 310 117 647

mais de um ano a cinco anos 16 805 270 997 25 630 148 127 42 435 419 124

mais de cinco anos 12 717 092 500 27 932 770 893 40 649 863 393

Empréstimos já desembolsados **33 057 845 169 57 945 824 354 91 003 669 523**

6. Decomposição dos empréstimos já desembolsados em função da divisa de reembolso

divisas dos Estados-membros e ecu 27 761 613 363 43 613 349 542 71 374 962 905

outras divisas 5 296 231 806 14 332 474 812 19 628 706 618

Total dos empréstimos já desembolsados **33 057 845 169 57 945 824 354 91 003 669 523**

7. Distribuição dos empréstimos segundo a localização dos projectos

Localização dos projectos	Número	Total dos empréstimos concedidos	Parcela não desembolsada	Valores já desembolsados	% do total
7.1. Empréstimos para investimentos na Comunidade e outros equiparados (a)					
Alemanha	349	9 429 957 889	306 272 404	9 123 685 485	8,89
França	437	13 062 105 295	1 651 408 343	11 410 696 952	12,32
Itália	2 190	25 509 831 988	1 920 691 382	23 589 140 606	24,06
Reino Unido	371	12 725 152 936	2 382 643 645	10 342 509 291	12,00
Espanha	310	15 687 202 367	1 203 170 050	14 484 032 317	14,80
Bélgica	62	1 732 644 086	287 688 318	1 444 955 768	1,63
Países Baixos	49	1 892 319 012	177 474 886	1 714 844 126	1,78
Dinamarca	176	3 841 866 951	479 493 687	3 362 373 264	3,62
Grécia	209	3 255 169 260	268 724 851	2 986 444 409	3,07
Portugal	246	6 857 942 278	1 342 358 018	5 515 584 260	6,47
Irlanda	222	2 925 309 298	195 330 924	2 729 978 374	2,76
Luxemburgo	7	83 597 203	5 107 070	78 490 133	0,08
Outros equiparados (a)	21	871 083 163	112 442 150	758 641 013	0,84
Subtotal	4 649	97 874 181 726	10 332 805 728	87 541 375 998	92,32
Novos Estados-membros:					
Suécia	1	15 446 652	—	15 446 652	
Áustria	5	251 726 669	—	251 726 669	
Finlândia	1	59 931 875	—	59 931 875	
Subtotal	7	327 105 196		327 105 196	0,31
Total	4 656	98 201 286 922	10 332 805 728	87 868 481 194	92,63

7.2. Empréstimos para investimentos no exterior da Comunidade

7.2.1 Países ACP/PTU

Nigéria	8	293 804 170	128 901 165	164 903 005	
Zimbábwe	14	183 994 808	90 757 495	93 237 313	
Quênia	10	119 913 406	15 000 000	104 913 406	
Costa do Marfim	13	103 229 779	17 237 113	85 992 666	
Gana	4	78 240 655	50 000 000	28 240 655	
Trinidade e Tobago	5	71 141 533	37 937 383	33 204 150	
Conjunto dos países ACP	2	70 000 000	70 000 000	—	
Jamaica	8	58 947 010	14 813 786	44 133 224	
Camarões	8	52 831 466	—	52 831 466	
Papua-Nova Guiné	6	51 226 803	17 620 000	33 606 803	
Botsuana	13	45 508 412	15 540 763	29 967 649	
Ilha Maurícia	7	45 344 551	24 255 400	21 089 151	
Mali	1	35 000 000	35 000 000	—	
Ilhas Fiji	7	29 488 096	—	29 488 096	
Moçambique	1	20 000 000	20 000 000	—	
Guiné	3	18 475 911	10 500 000	7 975 911	
Barbados	5	18 416 843	10 000 000	8 416 843	
Senegal	3	16 226 291	—	16 226 291	
Antilhas Neerlandesas	5	15 506 225	4 000 000	11 506 225	
Mauritânia	1	14 556 578	—	14 556 578	
Baamas	2	14 130 054	—	14 130 054	
Polinésia Francesa	4	13 998 443	4 200 000	9 798 443	
Regional - África	1	13 938 439	11 024 361	2 914 078	
Namíbia	2	11 100 000	11 100 000	—	
Malawi	5	10 564 203	—	10 564 203	
Gabão	3	9 792 388	—	9 792 388	
Zaire	1	8 869 804	—	8 869 804	
Santa Lúcia	3	7 854 456	2 000 000	5 854 456	
Nova Caledónia	2	7 116 250	4 000 000	3 116 250	
Suazilândia	3	6 111 042	—	6 111 042	
Ilhas Caimão	3	5 328 793	—	5 328 793	
Zâmbia	1	5 046 993	—	5 046 993	
Ilhas Virgens Britânicas	2	4 622 438	2 606 971	2 015 467	
Lesoto	1	4 552 697	—	4 552 697	
Congo	2	4 497 270	—	4 497 270	
África Oriental	1	3 935 541	—	3 935 541	
África Ocidental	1	3 313 818	—	3 313 818	
Aruba	2	3 216 556	2 000 000	1 216 556	
São Vicente	1	2 800 570	—	2 800 570	
Tonga	2	2 625 398	620 000	2 005 398	
Malvinas	1	2 516 669	—	2 516 669	
Togo	1	2 471 353	—	2 471 353	
África Central	1	1 996 683	—	1 996 683	
Níger	1	1 899 428	—	1 899 428	
Seychelles	1	1 676 687	—	1 676 687	
Belize	2	1 386 895	—	1 386 895	
Libéria	1	416 687	—	416 687	
Montserrat	1	383 353	—	383 353	
Subtotal	175	1 498 015 445	599 114 437	898 901 008	1,42

(a) Os empréstimos efectuados nos termos do n.º 1, segundo parágrafo, do artigo 18.º dos Estatutos, referentes a projectos que, embora se localizem fora do território dos Estados-membros, são considerados de interesse para a Comunidade, são equiparados a empréstimos na Comunidade. Os empréstimos concedidos neste contexto na Áustria até 31.12.1993 passam a integrar-se nas rubricas referentes a este país.

7. Distribuição dos empréstimos segundo a localização dos projectos

Localização dos projectos	Número	Total dos empréstimos concedidos	Parcela não desembolsada	Valores já desembolsados	% do total
7.2.2 Países da Bacia Mediterrânica					
Argélia	17	701 706 327	518 108 984	183 597 343	
Ex-R. F. da Jugoslávia (b)	18	563 403 545	113 420 000	449 983 545	
Marrocos	16	552 833 460	336 914 676	215 918 784	
Egipto	24	521 358 618	228 248 698	293 109 920	
Tunísia	28	403 933 811	207 149 140	196 784 671	
Líbano	7	188 617 817	156 601 741	32 016 076	
Jordânia	27	172 098 096	91 000 000	81 098 096	
Chipre	7	69 579 827	29 223 500	40 356 327	
Síria	5	62 409 007	19 010 000	43 399 007	
Malta	5	51 598 197	12 287 000	39 311 197	
Israel	2	39 645 563	10 000 000	29 645 563	
Turquia	4	6 066 027	—	6 066 027	
Subtotal	160	3 333 250 295	1 721 963 739	1 611 286 556	3,14
7.2.3 Países da Europa Central e Oriental					
Polónia	13	888 777 508	672 125 353	216 652 155	
Hungria	11	538 564 087	360 845 000	177 719 087	
República Checa	6	477 613 341	424 374 621	53 238 720	
Bulgária	6	225 988 037	189 000 000	36 988 037	
Roménia	6	210 045 334	170 300 000	39 745 334	
República Eslovaca	6	173 273 815	126 046 130	47 227 685	
Eslovénia	4	87 995 491	82 451 910	5 543 581	
Estónia	4	46 979 514	44 609 429	2 370 085	
Lituânia	1	10 000 000	10 000 000	—	
Letónia	1	5 000 000	5 000 000	—	
Subtotal	58	2 664 237 127	2 084 752 443	579 484 684	2,51
7.2.4 Países da América Latina e da Ásia					
Chile	1	75 000 000	75 000 000	—	
Índia	1	55 000 000	55 000 000	—	
Argentina	1	45 516 081	—	45 516 081	
Costa Rica	1	44 000 000	44 000 000	—	
Tailândia	1	40 000 000	40 000 000	—	
Paquistão	1	36 000 000	36 000 000	—	
Filipinas	1	23 000 000	23 000 000	—	
Subtotal	7	318 516 081	273 000 000	45 516 081	0,30
Total	400	7 814 018 948	4 678 830 619	3 135 188 329	7,37
Total geral	5 056	106 015 305 870	15 011 636 347	91 003 669 523	100 %

(b) Os empréstimos concedidos a entidades de direito público integradas na ex-República Federal da Jugoslávia continuam a ser equiparados a empréstimos nos países da Bacia Mediterrânica.

8. Decomposição dos empréstimos por principais tipos de garantia obtida (a)

8.1 Empréstimos para investimentos na Comunidade e outros equiparados (b)

Empréstimos concedidos aos Estados-membros ou por estes garantidos	43 153 131 938 (cd)
Empréstimos concedidos a instituições públicas de Estados-membros ou por estas garantidos	4 833 731 069
Empréstimos concedidos a instituições financeiras (bancos, instituições de crédito de longo prazo e companhias de seguros) ou por estas garantidos	34 175 469 157 (c)
Empréstimos garantidos por empresas (que não instituições financeiras) sob controlo maioritário de Estados-membros ou de instituições públicas na Comunidade	3 035 174 962 (c)
Empréstimos garantidos por caução real sobre edifícios	539 517 818
Empréstimos garantidos por empresas (que não bancos) do sector privado	10 389 503 187
Empréstimos garantidos por caução real sobre outros bens activos; outras cauções	2 074 758 791
Sub-total	98 201 286 922

8.2 Créditos para investimentos no exterior da Comunidade

8.2.1 África, Caraíbas e Pacífico - Países e Territórios Ultramarinos

Empréstimos concedidos aos Estados signatários dos acordos de cooperação, ou por estes garantidos:

Primeira Convenção de Lomé	15 779 199
Segunda Convenção de Lomé	169 304 854
Terceira Convenção de Lomé	552 252 367
Quarta Convenção de Lomé	532 073 321
	<u>1 269 409 741</u>
Empréstimos garantidos por outras entidades:	
Primeira Convenção de Lomé	3 116 250
Segunda Convenção de Lomé	13 503 788
Terceira Convenção de Lomé	33 535 686
Quarta Convenção de Lomé	178 449 980
	<u>228 605 704</u>
Total ACP/PTU	1 498 015 445 (e)

8.2.2 Países terceiros da Bacia Mediterrânica beneficiários da cooperação financeira com a CE

Protocolos financeiros

Empréstimos concedidos aos países signatários destes protocolos, ou por estes garantidos ou contragarantidos	2 800 344 776
Empréstimos garantidos por outras entidades	6 000 000
Cooperação "horizontal"	
Empréstimos concedidos aos países beneficiários desta cooperação ou por estes garantidos	526 905 519
Total Mediterrâneo	<u>3 333 250 295 (c)</u>

8.2.3 Países terceiros da Europa Central e Oriental (PECO)

Empréstimos concedidos aos países signatários dos acordos de cooperação financeira ou por estes garantidos	2 633 237 127 (f-c)
Empréstimos garantidos por outras entidades	31 000 000 (f)
Total Europa Central e Oriental	<u>2 664 237 127</u>

8.2.4 Países terceiros da América Latina e da Ásia (ALA)

Empréstimos concedidos aos países signatários dos acordos de cooperação financeira ou por estes garantidos	175 000 000
Empréstimos garantidos por outras entidades	143 516 081
Total América Latina e Ásia	<u>318 516 081 (f)</u>
Sub-total	7 814 018 948
Total dos empréstimos concedidos	106 015 305 870

(a) Certos empréstimos estão cobertos por vários tipos de garantia ou de caução.

(b) Os empréstimos efectuados nos termos do nº1, segundo parágrafo, do artigo 18º dos Estatutos, referentes a projectos que embora se localizem fora do território dos Estados-membros, são considerados de interesse para a Comunidade, são equiparados a empréstimos na Comunidade.

(c) O montante-limite da caução global concedida pela CE ascendia a 4 038 085 710 em 31 de Dezembro de 1994, em comparação com 3 643 526 013 em 31 de Dezembro de 1993. Esta caução destina-se a cobrir todos os riscos decorrentes dos compromissos financeiros assumidos nos países da Bacia Mediterrânica, incluindo os empréstimos concedidos a entidades de direito público integradas na ex-República Federal da Jugoslávia e os empréstimos concedidos no âmbito do primeiro protocolo financeiro celebrado com a Eslovénia, e ainda, compromissos financeiros assumidos na Grécia, em Espanha e em Portugal, relativos a empréstimos outorgados antes da adesão destes países à CE, cujo valor concedido atingia 470 265 315 em 31 de Dezembro de 1994.

(d) O total dos empréstimos garantidos pela CE elevava-se a 2 235 932 em 31 de Dezembro de 1994.

(e) Os montantes-limite da caução concedida pelos Estados-membros para cobertura de todos os riscos emergentes dos compromissos financeiros assumidos no contexto das convenções de Lomé elevam-se, respectivamente, a:

- Primeira Convenção: 18 895 449
- Segunda Convenção: 182 808 642
- Terceira Convenção: 474 797 704
- Quarta Convenção: 535 637 900

(f) Os empréstimos concedidos em países terceiros da Europa Central e Oriental (PECO) e da América Latina e da Ásia (ALA) beneficiam de garantia total da CE.

MAPA RESUMO DAS DÍVIDAS REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras										
Empréstimos obtidos					Swap de divisas			Valor líquido		
Pagáveis em	Valor em dívida em 31.12.93	Valor em dívida em 31.12.94	Taxa média	Vencimento	Valores a pagar (+) Valores a receber (-)		Taxa média	Valor em dívida em 31.12.93	Valor em dívida em 31.12.94	
					31.12.1993	31.12.1994				
ECU	10 612 038 580	9 908 447 981	8,27	1995/2004	416 390 002 +	341 290 002 +	6,71	11 028 428 582	10 249 737 983	
DEM	11 163 654 304	12 338 552 377	6,70	1995/2016	42 336 325 +	48 521 778 +	5,31	11 205 990 629	12 387 074 155	
FRF	8 462 622 293	9 312 063 798	8,45	1995/2004	416 389 642 +	506 033 731 +	7,58	8 879 011 935	9 818 097 529	
GBP	8 220 113 890	8 555 710 908	8,61	1995/2011	1 245 485 527 +	1 215 934 943 +	8,02	9 465 599 417	9 771 645 851	
ITL	5 956 870 447	7 426 864 252	9,90	1995/2004	342 945 999 +	327 928 108 +	8,32	6 299 816 446	7 754 792 360	
BEF	1 781 038 005	1 684 377 984	8,48	1995/2004	—	122 933 552 +	8,25	1 781 038 005	1 807 311 536	
NLG	3 739 010 145	4 044 997 730	7,10	1995/2009	—	12 463 453 +	4,87	3 739 010 145	4 057 461 183	
DKK	76 524 871	90 613 485	9,46	1995/1999	—	—	—	76 524 871	90 613 485	
IEP	221 292 373	267 778 196	8,47	1995/2003	—	125 776 513 +	6,89	221 292 373	393 554 709	
LUF	436 733 777	498 605 770	7,41	1995/2001	—	—	—	436 733 777	498 605 770	
GRD	—	33 843 238	17,50	1995/1999	—	—	—	—	33 843 238	
ESP	2 952 318 031	3 558 728 944	10,60	1995/2004	570 226 824 +	777 427 709 +	8,02	3 522 544 855	4 336 156 653	
PTE	748 540 979	1 059 300 402	11,68	1995/2001	50 748 541 +	331 829 042 +	10,04	799 289 520	1 391 129 444	
USD	10 267 645 503	10 484 641 689	7,54	1995/2008	688 870 124 -	751 166 781 -	6,85	9 578 775 379	9 733 474 908	
CHF	4 153 019 107	4 415 924 870	5,79	1995/2004	553 286 006 +	640 156 211 +	6,05	4 706 305 113	5 056 081 081	
JPY	6 876 984 254	6 927 742 767	5,16	1995/2008	856 235 769 -	1 184 584 906 -	4,97	6 020 748 485	5 743 157 861	
ATS	80 822 330	82 044 244	6,32	1995/1996	—	—	—	80 822 330	82 044 244	
CAD	2 339 812 572	2 393 208 915	8,26	1995/2008	2 053 070 835 -	2 147 113 152 -	8,42	286 741 737	246 095 763	
AUD	455 780 205	472 974 251	9,08	1999/2001	455 780 205 -	472 974 251 -	9,08	—	—	
SEK	107 569 215	108 957 031	10,00	1999/1999	107 569 215 -	108 957 031 -	10,00	—	—	
Total	78 652 390 881	83 665 378 832								
Prémio	8 540 473	7 746 374								
Total	78 660 931 354	83 673 125 206								

Indicam-se no quadro a seguir os montantes totais de capital necessários para o reembolso dos empréstimos obtidos.

	Certificados e obrigações	Outros	Total
Vencimentos: até três meses	4 102 054 491	168 294 856	4 270 349 347
mais de três meses a um ano	3 043 999 660	483 003 184	3 527 002 844
mais de um ano a cinco anos	40 492 597 618	1 664 435 355	42 157 032 973
mais de cinco anos	32 132 143 876	1 586 596 166	33 718 740 042
Total	79 770 795 645	3 902 329 561	83 673 125 206

MAPA RESUMO DAS SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras					
Capital realizado e a realizar					
Estados-membros	Capital subscrito (¹)	Capital não exigido (²)	realizado em 31.12.94	a realizar (²)	Total
Alemanha	11 017 450 000	10 189 970 950	750 968 980	76 510 070	827 479 050
França	11 017 450 000	10 189 970 950	750 968 980	76 510 070	827 479 050
Itália	11 017 450 000	10 189 970 950	750 968 980	76 510 070	827 479 050
Reino Unido	11 017 450 000	10 189 970 950	750 968 980	76 510 070	827 479 050
Espanha	4 049 856 000	3 747 237 310	274 494 690	28 124 000	302 618 690
Bélgica	3 053 960 000	2 825 758 011	206 993 934	21 208 055	228 201 989
Países Baixos	3 053 960 000	2 825 758 011	206 993 934	21 208 055	228 201 989
Dinamarca	1 546 308 000	1 430 762 746	104 807 004	10 738 250	115 545 254
Grécia	828 380 000	766 479 995	56 147 366	5 752 639	61 900 005
Portugal	533 844 000	493 953 399	36 183 351	3 707 250	39 890 601
Irlanda	386 576 000	357 689 755	26 201 690	2 684 555	28 886 245
Luxemburgo	77 316 000	71 538 697	5 240 387	536 916	5 777 303
Total	57 600 000 000	53 279 061 724	3 920 938 276	400 000 000	4 320 938 276

(1) Por decisão do Conselho de Governadores de 11 de Junho de 1990 e com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1991, o capital subscrito do Banco foi elevado de 28 800 000 000 ecus para 57 600 000 000 ecus, em resultado da conversão em capital subscrito e realizado de um montante de 1 225 000 000 ecus transferido da conta de reservas suplementares, e do aumento das contribuições dos Estados-membros em 27 575 000 000 ecus, a realizar até à concorrência de 1,81323663%.

(2) No âmbito do aumento aprovado em 11 de Junho de 1990, os Estados-membros deverão pagar um total de 400 000 000 ecus, em oito semestralidades iguais, a primeira, em 30 de Abril de 1995 e a última, em 31 de Outubro de 1998.

(3) O Conselho de Administração pode exigir o pagamento do montante que eventualmente venha a ser necessário para fazer face às obrigações do Banco perante os seus mutuantes.

N.B.: a partir de 1 de Janeiro de 1995, o capital subscrito do Banco foi elevado de 57 600 000 000 para 62 013 000 000 ecus. Este aumento decorre da contribuição dos três novos Estados-membros - a Suécia, a Áustria e a Finlândia (ver mapa resumo das subscrições de capital em 1 de Janeiro de 1995, pág. 96).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 1994 — em ecus

Nota A — Principais princípios contabilísticos

1. Bases de conversão

Nos termos do nº1 do artigo 4º dos Estatutos, o Banco adopta o ecu utilizado pelas Comunidades Europeias como unidade de medida para as contas de capital dos Estados-membros e para a apresentação das suas demonstrações financeiras.

O valor do ecu é igual à soma dos seguintes montantes das moedas nacionais dos Estados-membros:

DEM	0,6242	NLG	0,2198	IEP	0,008552
GBP	0,08784	BEF	3,301	GRD	1,440
FRF	1,332	LUF	0,13	ESP	6,885
ITL	151,8	DKK	0,1976	PTE	1,393

As taxas de conversão entre as divisas dos Estados-membros e o ecu, determinadas com base nas taxas do mercado, são publicadas diariamente no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

O Banco emprega também estas taxas de conversão para calcular as taxas aplicáveis às restantes divisas utilizadas nas suas operações.

As operações do Banco são efectuadas nas moedas dos Estados-membros, em ecus e em divisas não comunitárias.

Os seus recursos provêm do seu capital, dos empréstimos que contrai e dos rendimentos líquidos acumulados nas diferentes moedas, sendo detidos, investidos ou emprestados nas mesmas moedas.

Na elaboração dos balanços de 31 de Dezembro de 1994 e de 31 Dezembro de 1993, foram utilizadas as seguintes taxas de conversão:

1 ECU =	31.12.1994	31.12.1993
Marco alemão	1,90533	1,935690
Franco francês	6,57579	6,577450
Lira italiana	1997,45	1909,98
Libra esterlina	0,787074	0,755108
Peseta espanhola	162,070	158,928
Franco belga	39,1614	40,2869
Florim holandês	2,13424	2,16541
Coroa sueca	9,17793	9,29634
Coroa dinamarquesa	7,48233	7,55310
Xelim austríaco	13,4074	13,6101
Markka finlandesa	5,82915	6,46222
Dracma grega	295,480	277,97
Escudo português	195,884	197,05
Libra irlandesa	0,795061	0,790809
Franco luxemburguês	39,1614	40,2869
Dólar americano	1,23004	1,11567
Franco suíço	1,61320	1,65231
Libra libanesa	2025,88	1908,91
Iene japonês	122,659	124,732
Dólar canadiano	1,72697	1,48217
Dólar australiano	1,58571	1,64553
Franco CFA	657,579	328,873

Os activos e passivos do Banco são convertidos em ecus. Os ganhos ou perdas resultantes dessa conversão afectam directamente o apuramento dos resultados do exercício.

Os montantes correspondentes à quota-parte de capital paga pelos Estados-membros na respectiva moeda nacional, os quais são objecto de reajustamento periódico nos termos do artigo 7º dos Estatutos, estão excluídos desta conversão.

2. Obrigações do Tesouro e outros títulos da dívida pública qualificados para obtenção de financiamento junto dos bancos centrais e obrigações e outros títulos de rendimento fixo

As obrigações do tesouro, outras obrigações e outros títulos de rendimento fixo são geralmente registados pelo respectivo valor de aquisição. Alternativamente, são registados pelo mais baixo de entre o valor nominal e de mercado se for inferior ao valor de aquisição.

A carteira de Obrigações de Tesouro e outros títulos da dívida pública destinados a operações de cobertura de risco é igualmente apresentada nesta rubrica, compõe-se de títulos com vencimento fixo e integra a gestão activa dos riscos inerentes a taxas de juro relativos às actividades de concessão de crédito e de obtenção de recursos. Estes títulos são apresentados no balanço ao preço de aquisição, ajustado pela amortização dos prémios ou descontos correspondentes à diferença entre o custo da aquisição do título e o respectivo valor de reembolso. Esta amortização é reconhecida pelo método das quotas constantes ao longo da vida remanes-

cente do título, até à sua data de maturidade. As mais e menos-valias realizadas nas vendas destes títulos são reconhecidas em resultados, ao longo do período inicialmente previsto para cobertura dos riscos inerentes aos recursos financeiros obtidos.

3. Créditos sobre instituições de crédito e sobre clientes

Os empréstimos estão apresentados no activo do Banco pelo respectivo valor líquido de desembolso.

4. Activos corpóreos

Os terrenos e edifícios estão apresentados pelo respectivo valor de aquisição, líquido da amortização inicial do edifício de Kirchberg e das amortizações acumuladas. A amortização dos edifícios de Luxemburgo/Kirchberg e de Lisboa é apurada pelo método das quotas constantes ao longo de um período de, respectivamente, 30 e 25 anos. As instalações, o equipamento básico e outro material são integralmente amortizados no ano de aquisição.

5. Activos incorpóreos

As despesas de emissão e os prémios de reembolso são amortizados ao longo da vida do empréstimo, por referência aos montantes de capital em dívida.

6. Pensões de reforma

A responsabilidade assumida para pagamento de pensões de reforma, reflectida no passivo do balanço, é estimada com base num plano de benefícios definidos e representa o valor actual da obrigação do Banco em proporcionar benefícios de reforma quer aos empregados actualmente no activo quer aos reformados existentes. Os activos correspondentes às contribuições do pessoal e do próprio Banco integram os activos do Banco. As contribuições periódicas do Banco, que englobam não só os custos relativos aos serviços correntes mas também as reparações financeiras a título de juros e um elemento de recuperação dos custos com serviços passados determinados com base em estudos actuariais, são acumuladas e classificadas no passivo do balanço, por contrapartida de custos do exercício. A responsabilidade por serviços passados é reavaliada de três em três anos; os desvios actuariais eventualmente resultantes são amortizados por contrapartida dos resultados futuros do Banco pelo método das quotas constantes, em função do tempo médio do serviço remanescente do pessoal no activo.

7. Fundo para riscos bancários gerais

Esta rubrica abrange os montantes que o Banco decide afectar à cobertura dos riscos inerentes aos seus financiamentos, tendo em conta que estes, que constituem a principal actividade do Banco, implicam riscos particulares.

A dotação para esta provisão está inscrita individualmente na demonstração de resultados, na rubrica "Dotações para o fundo para riscos bancários gerais".

8. Impostos

O Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades das Comunidades Europeias, anexo ao Tratado de 8 de Abril de 1965 que instituiu o Conselho Único e a Comissão Única das Comunidades Europeias, estipula que os bens, receitas e outros haveres do Banco estão isentos de quaisquer impostos directos.

9. Operações de swap de taxas de juro e de divisas

O BEI realiza operações de swap de divisas, destinadas a converter em moeda diferente da original o produto de um empréstimo obtido, e a fim de obter as verbas necessárias ao serviço do empréstimo na moeda de origem, efectua simultaneamente operações de conversão a prazo. Os montantes líquidos destas operações estão inscritos no balanço, na rubrica "Outros activos - devedores diversos", quando o montante a receber for superior ao montante a pagar, ou na rubrica "Outros passivos - diversos", no caso contrário. O BEI efectua também operações de swap de taxas de juro, destinadas a substituir uma obrigação a taxa fixa por uma obrigação a taxa variável denominada na mesma moeda, ou vice-versa.

10. Operações sobre instrumentos financeiros a prazo

Sendo utilizadas pelo Banco para efeitos de cobertura do risco, em caso de flutuação do valor da sua carteira de obrigações, as operações realizadas nos mercados regulamentados que se encontrem pendentes à data do fecho de contas são reavaliadas segundo o valor de cotação nessa data. Nesta conformidade, por derrogação à consistência do princípio contabilístico adoptado pelo Banco para a avaliação da sua carteira, as obrigações cobertas por tais operações são apresentadas ao seu valor de cotação. Os resultados afectam directamente o apuramento de resultados, de maneira simétrica aos ganhos e perdas resultantes da parte coberta da carteira.

Nota B —

	Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais		Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	
	31.12.1994	31.12.1993	31.12.1994	31.12.1993
O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte:				
- até três meses	266 620 482	58 138 139	502 714 736	762 383 996
- mais de três meses a um ano	250 758	440 318	—	144 205 148
- mais de um ano a cinco anos	284 634 278	124 477 158	196 288 461	118 487 848
- mais de cinco anos	487 216 570	239 076 886	1 308 387 056	1 030 299 288
	<u>1 038 722 088</u>	<u>422 132 501</u>	<u>2 007 390 253</u>	<u>2 055 376 280</u>
valor de cotação	1 038 833 265	422 715 195	2 007 393 126	2 057 312 522

Nota C — **Créditos sobre instituições de crédito (outros créditos)**

	31.12.1994	31.12.1993
Produto de empréstimos obtidos por receber		
O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte:		
- até três meses	195 391 364	151 046 378
- mais de três meses a um ano	<u>93 124 485</u>	<u>—</u>
	288 515 849	151 046 378
Depósitos a prazo		
O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte:		
- até três meses	4 379 593 030	3 339 468 675
- mais de três meses a um ano	<u>—</u>	<u>7 038</u>
	<u>4 379 593 030</u>	<u>3 339 475 713</u>
	<u>4 668 108 879</u>	<u>3 490 522 091</u>

Nota D — **Activos corpóreos**

	Terrenos	Adiantamentos relativos a obras em curso	Edifício Kirchberg	Edifício Lisboa	Instalações, equipamento básico e outro material	Total
Valor de aquisição líquido no início do ano . . .	3 358 412	17 848 647	28 329 000	236 506	—	49 772 565
Aquisições do exercício	—	41 071 522	—	—	5 768 817	46 840 339
Transferências do exercício	—	- 58 920 169	58 920 169	—	—	—
Amortizações do exercício	—	—	3 533 000	14 000	5 768 817	9 315 817
Valor líquido contabilístico em 31.12.1994 . . .	<u>3 358 412</u>	<u>—</u>	<u>83 716 169</u>	<u>222 506</u>	<u>—</u>	<u>87 297 087</u>

Nota E — **Valores a receber ou a pagar a Estados-membros para ajustamento do capital**

A aplicação das taxas de conversão indicadas na Nota A conduz ao ajustamento dos montantes pagos na respectiva moeda nacional pelos Estados-membros, como contribuição para o capital do Banco, nos termos do artigo 7º dos Estatutos.

Os montantes a receber ou a pagar pelo Banco são os seguintes:

	31.12.1994	31.12.1993
A receber:		
Alemanha	—	6 616 425
Países Baixos	<u>—</u>	<u>1 312 711</u>
	<u>—</u>	<u>7 929 136</u>

A pagar:

Alemanha	1 112 583	—
Países Baixos	<u>664 825</u>	<u>—</u>
	<u>1 777 408</u>	<u>—</u>

Nos termos da decisão do Conselho de Governadores de 30 de Dezembro de 1977, caso a diferença entre a taxa de conversão histórica e a taxa de conversão aplicada na determinação do ajustamento varie num intervalo superior a 1,5%, a quantia a pagar ou a receber pelo Banco será liquidada no dia 31 de Outubro de cada ano. Caso essa diferença varie num intervalo inferior a 1,5%, os montantes a ajustar serão transferidos para as contas de ajustamento, as quais não são remuneradas.

Nota F — Bonificações de juro recebidas antecipadamente

a) Uma parcela dos montantes recebidos no âmbito do SME foi disponibilizada como adiantamento concedido a longo prazo. Este valor tem a sua contrapartida no activo, na rubrica 10 b) « A receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME ».

b) « As bonificações de juro recebidas antecipadamente » (rubrica 3 b)) no passivo abrangem:

- os montantes das bonificações de juro relativos aos empréstimos concedidos para o financiamento de projectos no exterior da Comunidade, no contexto das convenções celebradas com os Estados ACP e dos protocolos acordados com os países da Bacia Mediterrânica, e bem assim, as bonificações de juro relativas a certas operações de crédito no seio da Comunidade financiadas com recur-

sos próprios do Banco, disponibilizadas no âmbito do Sistema Monetário Europeu (SME) em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias, de 3 de Agosto de 1979;

- os montantes recebidos a título de bonificações de juro relativos a empréstimos concedidos a partir de recursos da CE, no quadro das decisões do Conselho das Comunidades Europeias n.º 78/870 de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), n.º 82/169 de 15 de Março de 1982 e n.º 83/200 de 19 de Abril de 1983, e bem assim nos termos do Regulamento (CEE) n.º 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias de 3 de Agosto de 1979, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 2790/82 do mesmo Conselho, de 18 de Outubro de 1982.

Nota G — Contas diversas

Devedores diversos:	31.12.1994	31.12.1993		
- empréstimos para habitação e adiantamentos ao pessoal	55 119 854	51 244 428	. operações no âmbito da Secção Especial e outros saldos relacionados, por regularizar	255 653 075
- operações de swap de divisas	213 711 514	525 544 255		232 409 297
- outros	53 522 176	59 968 713	. contas de depósito	79 832 719
	<u>322 353 544</u>	<u>636 757 396</u>		34 504 809
			- outros	245 705 820
				<u>581 191 614</u>
				<u>335 112 119</u>
Credores diversos:			Diversos no passivo:	28 884 555
- contas da Comunidade Europeia:				<u>23 485 092</u>

Nota H — Provisões para pensões de reforma

De acordo com os estudos actuariais realizados em anos anteriores, o encargo anual referente a responsabilidades com benefícios de pensões de reforma correspondeu ao equivalente a 16% da massa salarial total. No que se refere ao exercício de 1994, o referido encargo foi determinado de acordo com as Normas Contabilísticas Internacionais (International Accounting Standards n.º 19/revistas em 1993). Esta alteração de critério contabilístico não teve impacto significativo no montante do encargo com benefícios de pensões de reforma, quando comparado com aquele que teria sido apurado caso o critério utilizado em exercícios anteriores tivesse sido consistentemente aplicado. Deste modo, não foi necessário proceder a qualquer ajustamento dos valores comparativos evidenciados nas demonstrações financeiras do exercício.

O mais recente cálculo actuarial do valor actual das responsabilidades por serviços passados, realizado por um actuário qualificado, foi baseado no método dos "benefícios projectados" por referência aos seguintes pressupostos:

- actualização para determinação do valor actual das responsabilidades futuras - 7,5%

- idade média de reforma - 62 anos,
- evolução média de salários (tomando em conta futuros aumentos no custo de vida e o desenvolvimento de carreiras) - 4,5%.

Este estudo actuarial determinou que o valor das responsabilidades no passivo em 31 de Dezembro de 1994 (a) representa 103% do valor presente das responsabilidades projectadas com benefícios de reforma naquela data e (b) excede o valor presente das responsabilidades por benefícios acrescidos (baseados nos salários correntes), ou seja, o valor actual dos montantes pagáveis, caso o plano fosse descontinuado em 31 de Dezembro de 1994.

O custo total com benefícios de reforma, incluindo os juros compensatórios suportados pelo Banco, ascendeu a 32 770 600 no exercício de 1994 (1993: 30 428 926). As pensões de reforma pagas aos pensionistas e reformados pelo banco durante o exercício de 1994 ascenderam a 8 351 822 (1993: 8 825 506) e foram reconhecidas directamente nos resultados do exercício no momento do pagamento. O aumento da responsabilidade com benefícios de reforma contabilizada no passivo cifrou-se em 31 885 952 (1993: 23 918 976).

Nota I — Fundo para riscos bancários gerais

No exercício de 1993, o Banco dotou o Fundo para Riscos Bancários Gerais em 200 000 ecus por contrapartida dos resultados desse exercício, para fazer face aos riscos genéricos inerentes aos créditos concedidos, avaliados tendo em consideração as circunstâncias e a natureza desta actividade fundamental do Banco. Os movimentos registados no valor deste Fundo são, comparativamente, resumidos como segue:

	31.12.1994	31.12.1993
Saldo no início do exercício	350 000 000	150 000 000
Dotação contra resultados do ano	0	200 000 000
Saldo no fim do exercício	<u>350 000 000</u>	<u>350 000 000</u>

Considerando a contribuição esperada de cada um dos três novos Estados-membros, o saldo do Fundo atingirá 376 815 105 em 1 de Janeiro de 1995; deste modo, não foi considerado necessário efectuar qualquer dotação para o Fundo, por contrapartida dos resultados do exercício. No entanto, atendendo aos objectivos do Fundo, propõe-se, tal como indicado na nota M, que no ano de 1995 o respectivo saldo seja elevado para 400 000 000 pela afectação de 23 184 895 correspondentes à contribuição esperada dos três novos Estados-membros.

Nota J — **Distribuição geográfica dos juros e proveitos equiparados** (rubrica 1 da demonstração de resultados):

	31.12.199	31.12.199			
			Outros países	280 542 739	273 184 732
Alemanha	605 105 860	545 879 329			
França	999 240 900	972 824 177		7 334 488 773	7 347 615 610
Itália	2 062 142 207	2 277 122 820	Outros proveitos (1)	432 070 208	567 433 273
Reino Unido	869 520 118	848 111 755		<u>7 766 558 981</u>	<u>7 915 048 883</u>
Espanha	1 084 475 203	1 030 378 754			
Bélgica	97 180 376	80 238 984			
Países Baixos	118 453 542	99 961 213	(1) Incluem:		
Dinamarca	335 176 336	356 693 695	Juros e comissões sobre aplica-		
Grécia	209 455 283	200 793 609	ções	432 070 208	519 067 551
Portugal	439 514 696	423 205 951	Outros proveitos da carteira de		
Irlanda	224 494 616	228 272 020	títulos	—	48 365 722
Luxemburgo	9 186 897	10 948 571		<u>432 070 208</u>	<u>567 433 273</u>
	<u>7 053 946 034</u>	<u>7 074 430 878</u>			

Nota K — **Distribuição geográfica das comissões recebidas** (rubrica 3 da demonstração de resultados)

	31.12.1994	31.12.1993			
			Portugal	17 634	22 540
Alemanha	—	51 495	Irlanda	225 698	258 800
França	562 175	734 096		<u>2 173 756</u>	<u>2 994 240</u>
Itália	653 860	1 015 917			
Reino Unido	238 299	264 704			
Espanha	40 610	65 173			
Bélgica	17 206	24 590	Instituições comunitárias	16 191 000	12 186 926
Países Baixos	2 846	2 966		<u>18 364 756</u>	<u>15 181 166</u>
Dinamarca	247 351	345 940			
Grécia	168 077	208 019			

Nota L — **Gastos gerais administrativos**

	31.12.1994	31.12.1993			
			Outros gastos administrativos . .	23 753 717	21 585 737
Custos com o pessoal				<u>131 907 923</u>	<u>119 697 103</u>
Remunerações e subsídios . .	78 934 295	72 616 218			
Encargos sociais	19 656 466	16 982 579			
Outros custos	<u>9 563 445</u>	<u>8 512 569</u>	Em 31 de Dezembro de 1994, ascendia a 859 o número de fun-		
	108 154 206	98 111 366	cionários ao serviço do Banco (810 em 31 de Dezembro de 1993)		

Nota M — **Reservas e aplicação do resultado líquido do exercício**

Em 6 de Junho de 1994, o Conselho de Governadores decidiu transferir o resultado líquido do exercício de 1993, no montante de 1 127 219 531, determinado após a dotação de

200 000 000 para o Fundo para riscos bancários gerais no exercício de 1993, para reservas suplementares, conforme indicado a seguir:

Demonstração do movimento das contas de reservas em 31 de Dezembro de 1994

	Situação em 31.12.1994	Aplicação do resultado líquido do exercício de 1993	Situação em 31.12.1994
Fundo de reserva	5 760 000 000	—	5 760 000 000
Reservas suplementares	<u>1 928 007 148</u>	<u>+ 1 127 219 531</u>	<u>3 055 226 679</u>
	<u>7 688 007 148</u>	<u>+ 1 127 219 531</u>	<u>8 815 226 679</u>

Sob proposta do Comité Executivo, o Conselho de Administração recomendou ao Conselho de Governadores que as contribuições para resultados ainda por aplicar, provenientes dos três novos Estados-membros, no montante de 74 292 465, sejam aplicadas

da seguinte forma: 23 184 895 para o Fundo para Riscos Bancários Gerais e o saldo remanescente de 51 107 570, acrescido do resultado líquido do exercício de 1994, 969 690 917, no total de 1 020 798 487, para reservas suplementares.

Acções e outros títulos de rendimento variável

Esta rubrica, no montante de 72 000 000, representa as quatro primeiras das cinco anualidades iguais (90 000 000 no total) a pagar pelo Banco a título de subscrição (300 000 000) no capital do BERD.

Participações

Este investimento, no montante de 40 000 000, representa a primeira das quatro prestações iguais, totalizando 160 000 000, a pagar pelo Banco a título da subscrição de 800 000 000 que lhe

corresponde no capital do Fundo Europeu de Investimento (FEI), instituição com sede social no Luxemburgo.

O Banco decidiu não consolidar nas suas demonstrações financeiras, nem pelo método integral, nem pelo método da equivalência patrimonial, os activos, passivos, proveitos e custos do FEI em 31 Dezembro de 1994, com base na isenção prevista na Directiva da Comunidade Europeia de 8 de Dezembro de 1986, a qual dispensa o exercício de consolidação nos casos em que os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras da entidade consolidante sejam considerados irrelevantes.

Nota O — **Débitos para com instituições de crédito (a prazo ou com pré-aviso)**

	31.12.1994	31.12.1993
O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte:		
- até três meses	23 639 951	29 720 178

Nota P — **Montante global dos activos e passivos representados em moeda estrangeira, convertidos em ecus**

Activos		Passivos	
31.12.1994	31.12.1993	31.12.1994	31.12.1993
87 182 204 572	80 584 935 556	77 900 566 210	72 043 795 138

Nota Q — **Depósitos especiais para o serviço de empréstimos obtidos**

Esta rubrica é constituída pelos títulos e obrigações vencidos, mas ainda pendentes de cobrança.

Nota R — **O cálculo do risco associado às transacções no âmbito de contratos de swap a prazo** é efectuado nos termos da Directiva do Conselho 89/647/CEE de 18 de Dezembro de 1989, relativa ao coeficiente de solvabilidade das instituições de crédito.

Nota S — **Extracto das operações a prazo ainda não liquidadas em 31 de Dezembro de 1994**

O montante de 370 835 341 representa os contratos que o Banco transaccionou no MATIF (1 950 contratos em FRF) e no LIFFE (970

contratos em DEM e 1 500 em GBP) para cobertura da carteira de títulos em FRF, DEM e GBP contra flutuações nas taxas de juro.

Nota T — **Resultado proveniente de operações financeiras**

Este resultado financeiro compreende, essencialmente, as menos-valias não realizadas, no montante de 239 658 629, correspondentes à revalorização a preço de mercado dos títulos em carteira não identificados como operações de cobertura. Em 1 de Janeiro de 1995, estes títulos foram reclassificados como títulos de investimento destinados a serem mantidos em carteira até à respec-

tiva data de vencimento, sendo assim reavaliados por referência ao valor nominal recuperável. Como consequência desta alteração de critério valorimétrico, ganhos não realizados desta natureza serão diferidos no passivo e progressivamente reconhecidos nos resultados de exercícios futuros, durante a vida remanescente de cada título.

Nota U — **Acontecimentos posteriores ao encerramento das contas**

A fim de tornar mais clara a gestão dos seus activos de maior liquidez e reforçar a sua solvabilidade, o Banco decidiu constituir uma carteira de títulos de investimento.

A carteira de títulos de investimento foi criada em 1 de Janeiro de 1995 por transferência dos títulos de rendimento fixo detidos em 31 de Dezembro de 1994, pelo correspondente valor escritural.

Esta carteira será de futuro avaliada ao preço de transferência ou ao preço de aquisição, no caso de novas operações, sendo intenção manter esses títulos até à data do respectivo vencimento.

A partir de 1 de Janeiro de 1995, os obrigações de tesouro e outros títulos de dívida pública qualificados para obtenção de financiamento junto dos bancos centrais, assim como as obrigações e outros títulos de rendimento fixo, serão avaliados utilizando critérios diferentes dos do passado, consoante constituam valores de investimento, de cobertura ou de negociação.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Europeu de Investimento, abaixo identificadas. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimento. A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base no exame de auditoria que realizámos.

O exame de auditoria a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. As referidas Normas exigem que se planeie e execute o exame de forma a obter-se uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Um exame inclui (a) a verificação, em base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras, (b) a apreciação da razoabilidade das estimativas significativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e (c) a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras. Entendemos que o nosso exame proporciona uma base razoável para a expressão da nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Banco Europeu de Investimento em 31 de Dezem-

bro de 1994, bem como os resultados da sua actividade e os fluxos de caixa referentes ao exercício então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade e com os princípios constantes da Directiva do Conselho das Comunidades Europeias sobre as contas sociais e consolidadas de bancos e outras instituições financeiras.

As demonstrações financeiras abrangidas pela nossa opinião são as seguintes :

Balanço

Demonstração da Secção Especial

Demonstração de resultados

Mapa dos fluxos de caixa

Mapa resumo de empréstimos e garantias

Mapa resumo de dívidas representadas por títulos

Mapa resumo das subscrições de capital do Banco

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Luxemburgo 10 de Fevereiro de 1994

PRICE WATERHOUSE

COMITÉ DE FISCALIZAÇÃO

O Comité de Fiscalização do Banco compõe-se de três membros, nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de três anos. Todos os anos, um dos membros é reconduzido nas suas funções ou é substituído. A presidência é exercida por um ano, pelo membro cujo mandato cessa durante o exercício. O Comité verifica que as operações do Banco foram realizadas na observância dos procedimentos prescritos pelos Estatutos, controla a regularidade das operações e dos livros e certifica-se de que as demonstrações financeiras reflectem exactamente, no que respeita ao activo e ao passivo, a situação do Banco.

Para realizar esta tarefa, o Comité de Fiscalização baseia-se no trabalho contínuo da Divisão de Auditoria Interna do Banco e de uma empresa internacional de auditoria, bem como nas actividades de controlo dos serviços do Banco.

O Comité de Fiscalização dá o seu parecer ao Conselho de Governadores que, antes de aprovar o Relatório Anual e as contas do final do exercício, ouve a seguinte declaração :

Declaração do Comité de Fiscalização

O Comité, constituído nos termos do artigo 14º dos Estatutos e do artigo 25º do Regulamento Interno do Banco Europeu de Investimento, para verificar a regularidade das suas operações e dos seus livros,

— após verificação dos livros, peças contabilísticas e documentos cujo exame entendeu ser necessário no exercício das suas funções,

— após leitura do relatório elaborado pela Price Waterhouse em 10 de Fevereiro de 1995,

considerando o Relatório Anual de 1994, o balanço do Banco e a situação da Secção Especial em 31 de Dezembro de 1994, assim como a demonstração de resultados relativa ao exercício findo nessa data, na redacção aprovada pelo Conselho de Administração na sessão de 4 de Abril de 1995,

considerando os artigos 22º, 23º e 24º do Regulamento Interno,

certifica pela presente:

que as operações do Banco no decurso do exercício de 1994 foram realizadas em conformidade com as formalidades e os preceitos estipulados pelos Estatutos e pelo Regulamento Interno,

que o balanço, a demonstração de resultados e a situação da Secção Especial estão conformes com os registos contabilísticos e reflectem exactamente, no que respeita ao activo e ao passivo, a situação do Banco.

Luxemburgo, 16 de Maio de 1995

O Comité de Fiscalização

A. HANSEN

C. DE VICENTE MARTÍN

M. SOMERS

BALANÇO EM 1 DE JANEIRO DE 1995

Em ecus - ver notas explicativas às demonstrações financeiras (pág 87)

ACTIVO	01.01.95	31.12.94
1. Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	37 497 709	37 497 709
2. Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais	1 038 722 088	1 038 722 088
3. Créditos sobre instituições de crédito		
a) à vista	72 846 206	72 846 206
b) outros créditos	4 668 108 879	4 668 108 879
c) empréstimos: valor concedido	38 491 533 270	38 491 533 270
menos parcela não desembolsada	<u>5 433 688 101</u>	<u>5 433 688 101</u>
	33 057 845 169	33 057 845 169
	37 798 800 254	37 798 800 254
4. Créditos sobre clientes		
empréstimos: valor concedido	67 523 772 600	67 523 772 600
menos parcela não desembolsada	<u>9 577 948 246</u>	<u>9 577 948 246</u>
	57 945 824 354	57 945 824 354
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
a) de emitentes públicos	1 577 826 247	1 577 826 247
b) de outros emitentes	<u>429 564 006</u>	<u>429 564 006</u>
	2 007 390 253	2 007 390 253
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	72 000 000	72 000 000
7. Participações	40 000 000	40 000 000
8. Activos incorpóreos		
despesas de emissão e prémios de reembolso por amortizar	392 966 694	392 966 694
9. Activos corpóreos	87 297 087	87 297 087
10. Outros activos		
a) valores a receber dos Estados-membros para ajustamento do capital	—	—
b) a receber na conta de reservas e de provisões	776 482 489	—
c) a receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME	66 669 022	66 669 022
d) devedores diversos	<u>322 353 544</u>	<u>322 353 544</u>
	1 165 505 055	389 022 566
11. Capital subscrito, exigido, mas não realizado	731 046 885	400 000 000
12. Contas de regularização	2 543 662 198	2 543 662 198
	<u>103 860 712 577</u>	<u>102 753 183 203</u>

PASSIVO

31.12.95

31.12.94

1. Débitos para com instituições de crédito			
a) à vista	44 056 561	44 056 561	
b) a prazo ou com pré-aviso	<u>23 639 951</u>	<u>23 639 951</u>	
		67 696 512	67 696 512
2. Débitos representados por títulos			
a) certificados e obrigações em circulação	79 770 795 645	79 770 795 645	
b) outros	<u>3 902 329 561</u>	<u>3 902 329 561</u>	
		83 673 125 206	83 673 125 206
3. Outros passivos			
a) valores a pagar aos Estados-membros para ajustamento do capital	1 777 408	1 777 408	
b) bonificações de juros recebidas antecipadamente	292 088 377	292 088 377	
c) credores diversos	581 191 614	581 191 614	
d) diversos	<u>28 884 555</u>	<u>28 884 555</u>	
		903 941 954	903 941 954
4. Contas de regularização		3 414 234 869	3 414 234 869
5. Provisões para riscos e encargos			
fundo de pensões		238 328 790	238 328 790
6. Fundo para riscos bancários gerais		376 815 105	350 000 000
7. Capital			
subscrito	62 013 000 000	57 600 000 000	
não exigido	<u>- 57 361 014 839</u>	<u>- 53 279 061 724</u>	
		4 651 985 161	4 320 938 276
8. Reservas			
a) fundo de reserva	6 201 300 000	5 760 000 000	
b) reservas suplementares	<u>3 289 301 598</u>	<u>3 055 226 679</u>	
		9 490 601 598	8 815 226 679
9. Contribuição para o resultado por aplicar		74 292 465	—
10. Resultado do exercício		969 690 917	969 690 917
		<u>103 860 712 577</u>	<u>102 753 183 203</u>

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

31.12.1995

31.12.1994

Garantias			
- no âmbito de empréstimos concedidos por terceiros	360 738 017	360 738 017	
- no âmbito da participação de terceiros nos financiamentos do Banco	<u>71 386 579</u>	<u>71 386 579</u>	
		432 124 596	432 124 596
Depósitos especiais para o serviço de empréstimos obtidos		5 605 496 680	5 605 496 680
Contratos de swap			
- de divisas	400 300 000	400 300 000	
- de juros	<u>102 500 000</u>	<u>102 500 000</u>	
		502 800 000	502 800 000
Carteira de títulos			
- compras a prazo		—	—
- vendas a prazo		370 835 341	370 835 341

Anexo à situação em 1 de Janeiro de 1995

A partir de 1 de Janeiro de 1995, o capital subscrito do Banco foi elevado de 57 600 000 000 para 62 013 000 000 ecus. Este aumento resulta da contribuição dos três novos Estados-membros: o Reino da Suécia, a República da Áustria e a República da Finlândia.

Por força da sua adesão, estes países pagarão uma importância de 300 401 052 ecus, correspondente à sua quota do capital pago pelos Estados-membros na data de 1 de Janeiro de 1995, em cinco semestralidades iguais de 60 080 210,40 entre 30 de Abril de 1995 e 30 de Abril de 1997.

No que respeita à parte ainda por pagar correspondente ao aumento de capital decidido em 11 de Junho de 1990, os três novos Estados-membros participarão proporcionalmente e de acordo com o escalonamento fixado para este aumento de capital. Neste contexto, os quinze Estados-membros pagarão a quantia de 430 645 833 ecus em oito semestralidades iguais de 53 830 729,13 entre 30 de Abril de 1995 e 31 de Outubro de 1998.

Os novos Estados-membros contribuirão igualmente para o fundo de reserva, para as reservas suplementares e para as provisões equivalentes a reservas, e bem assim para o montante ainda por afectar às reservas e provisões, constituído pelo saldo da demonstração de resultados, tal como consta do balanço de 31 de Dezembro de 1994, com montantes correspondentes a, respectivamente, 3,51736111% destas provisões para o Reino da Suécia, 2,63194444% para a República da Áustria e 1,51215278% para a República da Finlândia. Consequentemente, a situação do Banco em 1 de Janeiro de 1995 é provisória, enquanto se aguarda a fixação definitiva do montante da contribuição destes países para as reservas e provisões do Banco. Apresenta-se a seguir o mapa resumo das subscrições de capital.

MAPA RESUMO DAS SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL EM 1 DE JANEIRO DE 1995

(em ecus)

Estados-membros	Capital subscrito	Capital não exigido	realizado em 1.1.95	Capital realizado e a realizar				Total
				a realizar em 1995	a realizar em 1996	a realizar em 1997	a realizar em 1998	
Alemanha	11 017 450 000	10 189 970 950	750 968 980	19 127 517	19 127 517	19 127 518	19 127 518	827 479 050
França	11 017 450 000	10 189 970 950	750 968 980	19 127 517	19 127 517	19 127 518	19 127 518	827 479 050
Itália	11 017 450 000	10 189 970 950	750 968 980	19 127 517	19 127 517	19 127 518	19 127 518	827 479 050
Reino Unido	11 017 450 000	10 189 970 950	750 968 980	19 127 517	19 127 517	19 127 518	19 127 518	827 479 050
Espanha	4 049 856 000	3 747 237 310	274 494 690	7 031 000	7 031 000	7 031 000	7 031 000	302 618 690
Bélgica	3 053 960 000	2 825 758 011	206 993 934	5 302 014	5 302 014	5 302 013	5 302 014	228 201 989
Países Baixos	3 053 960 000	2 825 758 011	206 993 934	5 302 014	5 302 014	5 302 013	5 302 014	228 201 989
Suécia	2 026 000 000	1 874 016 998	—	58 682 784	58 682 784	31 100 073	3 517 361	151 983 002
Dinamarca	1 546 308 000	1 430 762 746	104 807 004	2 684 563	2 684 563	2 684 562	2 684 562	115 545 254
Áustria	1 516 000 000	1 402 275 305	—	43 910 711	43 910 711	23 271 328	2 631 945	113 724 695
Finlândia	871 000 000	805 660 812	—	25 228 383	25 228 383	13 370 269	1 512 153	65 339 188
Grécia	828 380 000	766 479 995	56 147 366	1 438 160	1 438 160	1 438 160	1 438 159	61 900 005
Portugal	533 844 000	493 953 399	36 183 351	926 813	926 813	926 812	926 812	39 890 601
Irlanda	386 576 000	357 689 755	26 201 690	671 139	671 139	671 139	671 138	28 886 245
Luxemburgo	77 316 000	71 538 697	5 240 387	134 229	134 229	134 229	134 229	5 777 303
	62 013 000 000	57 361 014 839	3 920 938 276	227 821 878	227 821 878	167 741 670	107 661 459	4 651 985 161

Contexto económico das actividades do BEI

1994: ANO DE RETOMA ECONÓMICA

Em 1994, o crescimento das actividades económicas a nível mundial, já significativo em 1993 (cerca de 2%), acelerou-se, cifrando-se em cerca de 3% ⁽¹⁾.

Nos quinze Estados da União Europeia,

a saída da recessão caracterizou-se por uma retoma mais vigorosa que a prevista (2,6%, contra -0,4% em 1993). Esta retoma propagou-se também, embora de uma forma diferenciada, aos países da Europa Central e Oriental.

Se o Japão apenas saiu timidamente da recessão (0,7%, contra 0,1% em

1993), o ritmo da actividade económica continuou a acelerar-se nos Estados Unidos (3,9%, contra 3% em 1993). Nos países em desenvolvimento, a retoma foi muito desigual.

Neste contexto, as trocas comerciais a nível mundial registaram um crescimento rápido.

Nos países da União Europeia, a retoma conjuntural caracterizou-se pelo dinamismo das exportações, a progressão do investimento e a consolidação do consumo. No entanto, o desemprego, que tinha deixado de aumentar no primeiro semestre, manteve-se em níveis preocupantes. A subida dos preços, em desaceleração em relação a 1993, ficou próxima de 3%, uma das taxas de inflação mais baixas da história da Comunidade. Os défices orçamentais foram ligeiramente reduzidos. Em contrapartida, as taxas de juro de longo prazo tenderam a subir muito e os mercados financeiros mantiveram-se voláteis durante todo o ano.

O ritmo de crescimento da actividade económica acelerou-se em todos os paí-

ses, incluindo os novos Estados-membros, mas de uma forma menos acentuada em Portugal e na Grécia.

Alimentada inicialmente pelas exportações e pela reconstituição dos stocks, a retoma propagou-se ao investimento e, embora de uma forma mais instável, ao consumo privado.

Após a grande quebra de 1993 (-5,7%), a partir do início do ano, verificou-se um relançamento do investimento global, avaliado pela FBCF, que conduziu a uma progressão média da ordem dos 2,6%.

Em 1994, a quota-parte da FBCF no PIB apenas ascendeu, tal como em 1993, a 19%, contra cerca de 20% nos dez anos anteriores, o que já constituía um nível bastante baixo.

O investimento em bens de equipamento, que já tinha sofrido uma grande quebra em 1993 (-9,6%), na sequência do recuo já sensível de

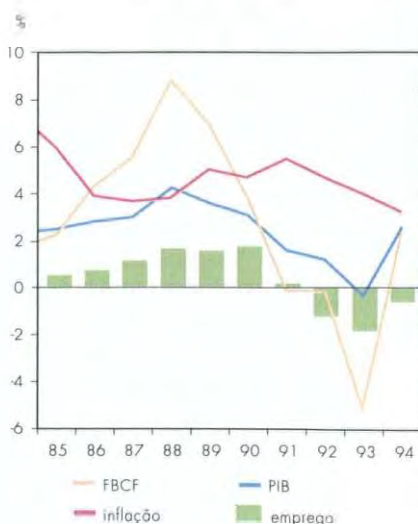
1991 e de 1992, registou um aumento global de cerca de 2,8%, diferindo a situação de país para país.

Na Bélgica, nos Países Baixos, em Espanha e em Portugal, o investimento em bens de equipamento continuou a regredir em relação a 1993, embora a um ritmo bastante mais brando.

Em contrapartida, observou-se uma progressão nos restantes países, que foi mesmo acentuada na Irlanda, na Dinamarca, nos Länder orientais da Alemanha e nos novos Estados-membros.

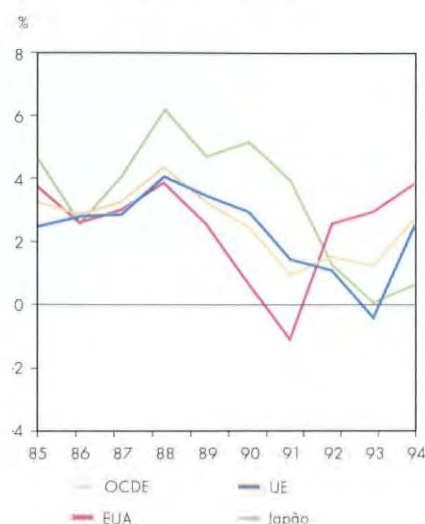
No sector da construção, registou-se uma retoma dos investimentos, sobretudo na Dinamarca, na Irlanda, na Alemanha e na Grã-Bretanha.

PIB, inflação, FBCF e emprego
(variação anual)



(1) As estatísticas macroeconómicas deste capítulo são extraídas dos orçamentos económicos 1994-1996 publicados pela Comissão Europeia em finais de 1994, tendo ainda um carácter provisório. As taxas de crescimento relativas aos agregados físicos são expressas em volume. A inflação é medida pelo índice de preços ao consumidor privado. Os dados referem-se aos 15 Estados-membros. No que toca à Alemanha, os novos Länder estão incluídos nos gráficos relativos às balanças comerciais desde 1991, e nos restantes gráficos, desde 1992.

PIB/PNB
Comparação internacional
(variação anual)



O ano de 1994 foi também marcado por uma ligeira retoma do *consumo privado*, que se deveu em parte à des- cida das taxas de poupança. No en- tanto, a persistência da degradação da situação do emprego (-0,6%) e o crescimento contínuo do *número de de- sempregados*, que atingiu 10,9% da população activa, afectaram o nível do consumo.

O processo de desinflação prosseguiu, graças ao abrandamento da progres- são dos salários nominais e ao aumento da produtividade do trabalho. A redu- ção da procura interna, a intensificação da concorrência internacional e o enfra- quecimento do dólar, que compensou em parte a subida dos preços dos pro- dutos de base não petrolíferos, teve um efeito moderador na evolução dos pre- ços. A *subida média dos preços* na União, que foi da ordem dos 3,1% (contra 4,0% em 1993), foi acompa- nhada de uma grande convergência das taxas de inflação nacionais.

A melhoria conjuntural teve um efeito favorável nas *finanças públicas*. Os dé- fices orçamentais foram ligeiramente reduzidos, representando 5,7% do PIB comunitário (contra 6,2% em 1993).

O dinamismo das exportações permitiu melhorar o saldo da balança comercial (1,5% do PIB, contra 1% em 1993) e conduziu a que a balança de transac- ções correntes tivesse um saldo positivo (0,3% do PIB, contra -0,1% em 1993).

Nos novos Estados-membros, a retoma da actividade económica foi mais acentuada que no resto da União, gra- ças à dinâmica mais sustentada do in- vestimento.

Na *Áustria*, o relançamento nítido da actividade económica contou com o apoio de uma grande procura interna, sob o efeito do crescimento do investi- mento e do relançamento orçamental.

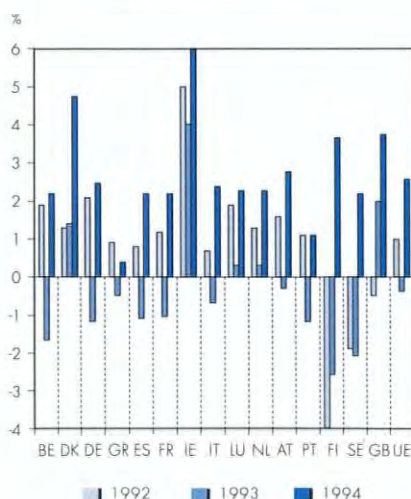
A *Suécia*, que está a sair da pior reces- são vivida pelo país desde os anos 30, deverá ter um ritmo de expansão bas-

tante vigoroso, apoiado por uma grande procura externa e por um forte relançamento do investimento em bens de equipamento (20,3%).

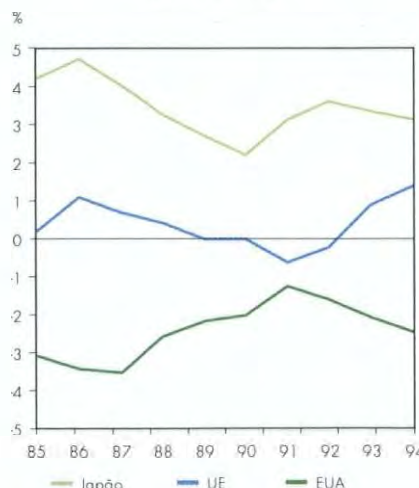
Após quatro anos difíceis, marcados por uma regressão global do PIB de 13% e um desemprego que afecta 19% da população, a economia *finlandesa* registou uma retoma acen- tuada, graças ao crescimento das exportações e à inversão da tendência para a retracção da procura interna.

Os **países em desenvolvimento** regista- ram evoluções diferenciadas. Nos paí- ses emergentes da Ásia, o crescimento manteve-se em níveis muito elevados, da ordem dos 8%. Em África, o cresci- mento da economia, superior a 3%, ul- trapassou pela primeira vez desde há muitos anos o crescimento populacio- nal. Em contrapartida, nos países em desenvolvimento da Bacia Mediterrâ- nica e da América Latina, o cresci- mento da actividade económica ten- deu a abrandar.

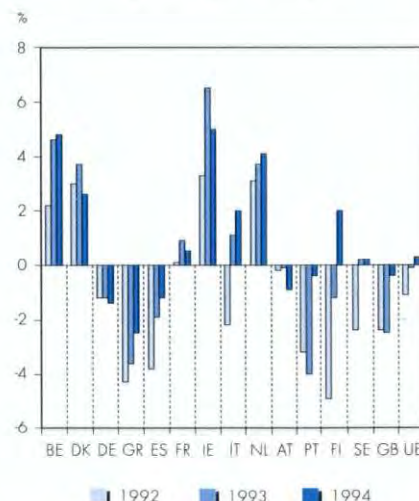
PIB
1992-1994
(taxa de crescimento)



Balanças comerciais fob/fob:
comparação internacional
(em % do PIB)



Balanças de transacções correntes
1992-1994
(em relação ao PIB)



LISTA DOS PROJECTOS FINANCIADOS NA UNIÃO EUROPEIA EM 1994 (1)

O montante total dos empréstimos para projectos na União Europeia ascendeu a 17 682 milhões. Estas operações são financiadas a cargo de recursos próprios, cabendo ao Banco a respectiva responsabilidade financeira, e são registadas no balanço.

O BEI trabalha em estreita colaboração com um número crescente de instituições financeiras e de bancos comerciais, com os quais conclui empréstimos globais. Em certos casos, também concede empréstimos individuais por intermédio de instituições ou de bancos (que são mencionados no início da lista referente a cada país).

Indicam-se à direita os símbolos correspondentes aos objectivos de política comunitária visados pelos empréstimos individuais. Salvo indicação específica em contrário, os empréstimos globais têm um carácter multisectorial e multi-objectivo (caixa pág. 24).

Os referidos símbolos são os seguintes:

- desenvolvimento regional
- competitividade das empresas e integração europeia
- infra-estruturas comunitárias
- ◆ objectivos energéticos
- ◄ protecção do ambiente e ordenamento urbano

Os financiamentos adicionais concedidos no âmbito do Instrumento de Edimburgo são acompanhados da abreviatura (ED)

	milhões de ecus		milhões de ecus
BÉLGICA		DINAMARCA	
24 342,8 milhões de francos belgas	615,3	6 408,0 milhões de coroas dinamarquesas	849,7
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(388,2)</u>	<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(776,2)</u>
Intermediários: <i>Générale de Banque S.A., Volvo Group Finance Europe S.A. e Stad Antwerpen</i>		Intermediários: <i>KommuneKredit København, Kongeriget Danmark e KTAS Finans A/S</i>	
Construção de duas centrais eléctricas de ciclo combinado alimentadas a gás natural em Drogenbos (na região de Bruxelas) e em Seraing (próximo de Liège) <i>Tractebel Centre de Coordination S.A.</i>	142,3 ■ ◆	Construção de um cabo eléctrico de corrente contínua de alta tensão entre a Dinamarca e a Noruega <i>Statnett SF</i>	5,5 ◆
Ampliação das instalações de recolha e tratamento de águas residuais <i>Aquaflin NV</i>	113,9 ◄ (ED) 38,0 ◄	Extensão e modernização da rede regional de transporte e da rede local de distribuição de gás natural no centro e no norte da Jutlândia <i>Naturgas Midt/Nord I/S</i>	25,1 ■ ◆ (ED) 12,3 ■ ◆
Construção da segunda incineradora de resíduos industriais no porto de Antuérpia <i>Indaver-Industriële Afvalverwerking NV</i>	18,0 ◄	Estação de tratamento de águas residuais para Grindsted e arredores <i>Grindsted Kommune</i>	9,3 ◄
Construção de um novo terminal no porto de Antuérpia <i>Havenbedrijf Antwerpen</i>	12,7 ● (ED) 12,7 ●	Electrificação e modernização de várias secções da linha de caminho-de-ferro Odense-Padborg e compra de composições eléctricas para as linhas regionais e suburbanas <i>Danske Statsbaner - DSB</i>	141,9 ● ◄ (ED) 39,8 ● ◄
Construção de uma nova oficina de pintura numa fábrica de automóveis em Gand <i>Volvo Cars Europe Industry NV</i>	50,6 ◄	Laços de auto-estrada - Århus-Ålborg, Vejle-Horsens (Jutlândia do Norte) e Ringsted-Skovse (Zelândia) da ligação de Copenhaga ao Grande Belt <i>Reino da Dinamarca</i>	(ED) 65,1 ■ ●
<u>Empréstimos globais</u>	<u>(227,1)</u>	Construção de três novos laços de auto-estrada - Borup-Herslev, Kolding-Esbjerg e Syvsten - Frederikshavn (Jutlândia) <i>Reino da Dinamarca</i>	56,4 ● (ED) 28,1 ●
Financiamento de projectos de pequena e média dimensão: <i>Kredietbank NV</i>	75,4	Ponte rodoviária suspensa no troço leste da ligação fixa do Grande Belt <i>A/S Storebæltsforbindelsen</i>	240,4 ■ ● (ED) 102,3 ■ ●
<i>Société Nationale de Crédit à l'Industrie</i>	50,6	Reforço do sistema de comutação digital e de transmissão por fibras ópticas na Zelândia e em Bornholm <i>Teledanmark A/S</i>	50,0 ■ ●
<i>Banque Bruxelles Lambert S.A.</i>	50,5	<u>Empréstimos globais</u>	<u>(73,5)</u>
<i>Crédit Général S.A. de Banque</i>	25,3	Financiamento de projectos de pequena e média dimensão <i>Finance for Danish Industry International S.A.</i>	73,5
<i>Cera Hoofdkantoor C.V.</i>	25,1		

(1) As aberturas de crédito são de um modo geral expressas no contravalor da moeda nacional.

	milhões de ecus		milhões de ecus
ALEMANHA			
4 636,7 milhões de marcos alemães	2 407,9	Novo terminal "leste" do aeroporto internacional de Francoforte <i>Flughafen Frankfurt Main AG</i>	25,9 ● (ED) 25,9 ●
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(1 608,0)</u>	Novo aeroporto internacional em Erding, a nordeste de Munique <i>Flughafen München GmbH</i>	51,7 ●
Intermediários: <i>Deutsche Bank AG, Landesbank Berlin Girozentrale, Westdeutsche Landesbank Girozentrale, Commerzbank AG, Landesbank Hessen-Thüringen Girozentrale, Bayerische Landesanstalt für Aufbaufinanzierung, Bayerische Landesbank Girozentrale, Pirelli SpA, ENSO (Deutschland) Verwaltungs-GmbH, IKB Deutsche Industriebank AG, Norddeutsche Landesbank Girozentrale e Hamburgische Landesbank Girozentrale.</i>		Extensão da rede de telecomunicações dos Länder orientais <i>Deutsche Bundespost Telekom</i>	520,7 ■ ●
Central de ciclo combinado a gás natural em Leuna <i>STEAG Energieanlagen Sachsen-Anhalt GmbH</i>	10,3 ■ ◆ ◀	Modernização da refinaria de Gelsenkirchen-Horst para a produção de produtos petrolíferos leves <i>Ruhr Oel GmbH</i>	23,8 ■ ◆ ◀
Cabo eléctrico para a interligação das redes sueca e alemã <i>Baltic Cable AB</i>	25,0 ■ ◆	Concepção, estudo e aperfeiçoamento de uma unidade flexível modular de fabrico de pneus de automóveis na fábrica de Breuberg (Hessen) <i>Pirelli Reifenwerke GmbH (Deutschland)</i>	5,2 ▶
Reconversão da rede de distribuição de gás de cidade para gás natural nos Länder orientais <i>Verbundnetz Gas AG</i>	36,2 ■ ◆ (ED) 77,5 ■ ◆	Construção de uma unidade de fabrico de blocos cilíndricos e de cabeças de cilindro em alumínio fundido em Dillingen (Sarre) <i>VAW Alucast GmbH</i>	70,3 ■ ▶
Reconversão da rede de distribuição de gás de cidade para gás natural e extensão da rede <i>Gasversorgung Ost GmbH</i>	41,3 ■ ◆	Construção de uma fábrica de papel de jornal em Schwedt no Oder (Brandemburgo) <i>Haindl Papier Schwedt GmbH</i>	20,1 ■
Modernização e extensão da rede de distribuição de gás de Berlim <i>GASAG Berliner Gaswerke AG</i>	52,1 ■ ◆	Construção de uma fábrica de papel de jornal a partir da reciclagem de papel velho em Eilenburg (Saxónia) <i>Sachsen Papier Eilenburg GmbH & Co.</i>	145,2 ■
Melhoria da recolha e do tratamento de águas residuais:		Instalações de tratamento de efluentes numa fábrica de pasta de papel em Stockstadt (Baviera) (Garantia) <i>PWA Graphische Papiere GmbH</i>	25,8 ◀
- em Herbringhamen <i>Wuppertaler Stadtwerke AG</i>	10,3 ◀	Construção de uma fábrica de embalagens de cartão para o acondicionamento asséptico de alimentos líquidos em Wittenberg (Saxónia-Anhalt) <i>PKL Verpackungssysteme GmbH</i>	18,1 ■
- na região de Bitterfeld - Wolfen <i>Abwasserzweckverband "Untere Mulde"</i>	10,6 ■ ◀	Construção de armazéns e de um centro logístico de distribuição em Leipzig (Saxónia) <i>Grossversandhaus Quelle G. Schickedanz KG</i>	135,1 ■
- em Bernburg e nos municípios vizinhos (Saxónia-Anhalt) <i>Wasserverband "Saaleue"</i>	7,8 ■ ◀	Construção de armazéns em Haldensleben (Saxónia-Anhalt) e Ohrdruf (Túrgia) para uma empresa de venda por correspondência <i>OTTO Versand GmbH & Co.</i>	73,4 ■
- em Lutherstadt Wittenberg (Saxónia-Anhalt) <i>Lutherstadt Wittenberg</i>	27,6 ■ ◀ (ED) 36,2 ■ ◀	<u>Empréstimos globais</u>	<u>(799,9)</u>
- na região de Rudolstadt e de Saalfeld (Túrgia) <i>Zweckverband Wasserversorgung Landkreise Rudolstadt & Saalfeld</i>	28,6 ■ ◀	Financiamento de projectos de pequena e média dimensão:	
Construção de uma incineradora de resíduos tóxicos em Ebenhausen, a norte de Munique <i>Gesellschaft zur Beseitigung von Sondermüll in Bayern mbH</i>	10,4 ◀	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i>	414,6
Construção de um aterro sanitário polivalente para resíduos comerciais e industriais para a cidade de Bielefeld e a circunscrição de Herford (Renânia do Norte-Vestefália) <i>Zweckverband Verbunddeponie Bielefeld-Herford</i>	25,8 ◀	<i>Westdeutsche Landesbank Girozentrale</i>	143,0
Construção de um túnel na Rheinuferstrasse, uma das principais artérias da cidade <i>Landeshauptstadt Düsseldorf</i>	67,2 ◀	<i>Bremer Landesbank Kreditanstalt Oldenburg Girozentrale</i>	65,3
		<i>Landesbank Hessen-Thüringen Girozentrale</i>	50,8
		<i>Norddeutsche Landesbank Girozentrale</i>	32,7
		<i>Deutsche Ausgleichsbank</i>	26,0
		<i>Commerzbank AG</i>	26,0
		<i>Südwestdeutsche Landesbank Girozentrale</i>	26,0
		<i>IKB Deutsche Industriebank AG</i>	15,6

	milhões de ecus		milhões de ecus
GRÉCIA		ESPAÑA	
154 535 milhões de dracmas	534,7	477 077,8 milhões de pesetas	3 011,5
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(478,2)</u>	<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(2 657,4)</u>
Construção de uma pequena central hidroeléctrica em Pournari, no rio Arakhtos, próximo de Arta (Epiro) <i>DEI - Dimosia Epihirisi Ilektrismou (Companhia de Electricidade)</i>	10,5 ■ ◆	Intermediário: <i>Instituto de Crédito Oficial</i>	
Reconversão para o funcionamento em ciclo combinado de duas unidades de uma central térmica em Lavrion, próximo de Atenas (Ática) <i>DEI</i>	20,0 ■ ◆	Reforço e modernização da rede de transporte e distribuição de electricidade:	
Melhoria da recolha e do tratamento de águas residuais em Heraklion (Creta), Larissa (Tessália), Corfu e Chios; reforço e melhoria do abastecimento de água em Heraklion <i>República Helénica</i>	14,1 ■ ◀	- em todo o território <i>Red Eléctrica de España S.A.</i>	18,9 ■ ◆
Modernização das infra-estruturas ferroviárias na linha principal Atenas-Idomeni (fronteira norte) <i>OSE - Organismos Sidirodromon Ellados</i>	54,0 ■ ●	<i>Empresa Nacional Hidroeléctrica del Ribagorzana S.A.</i>	30,8 ■ ◆
Obras em diferentes lanços do eixo Patras - Atenas - Salónica - fronteira búlgara <i>República Helénica</i>		- Galiza, Madrid, Castela-La Mancha, Castela Leão <i>Unión Eléctrica Fenosa S.A.</i>	53,1 ■ ◆ (ED) 46,9 ■ ◆
- Varibobi - Yliki	10,2 ■ ●	- Madrid, Castela Leão, Castela-La Mancha, País Basco, Valência e Múrcia <i>Iberdrola S.A.</i>	108,2 ■ ◆ (ED) 82,8 ■ ◆
- Elefsina - Corinto	75,0 ■ ● (ED) 30,0 ■ ●	Melhoria das redes de esgotos e de abastecimento de água e das instalações de tratamento de águas residuais:	
- Katerini - Klidi	20,5 ■ ● (ED) 6,8 ■ ●	- Valência <i>Entidad Pública de Saneamiento de Aguas Residuales de Valencia</i>	(ED) 12,5 ■ ◀
Colocação em serviço de redes de telemóvel: - PANAFON (Hellas) S.A. - STET (Hellas) S.A.	54,9 ■ ● 17,1 ■ ●	- Estremadura <i>Comunidad Autónoma de Extremadura</i>	30,2 ■ ◀ (ED) 18,7 ■ ◀
Extensão e modernização da rede de telecomunicações <i>Organismos Tilepikoinonion Ellados</i>	120,0 ■ ● (ED) 45,0 ■ ●	- Catalunha <i>Junta de Saneamiento de Cataluña</i>	62,8 ■ ◀
<u>Empréstimos globais</u>	<u>(56,5)</u>	- Canárias <i>Ministério das Obras Públicas, Transportes e Ambiente</i>	63,0 ■ ◀
Financiamento de pequenos projectos de infra-estruturas incluídos na vertente regional do Quadro Comunitário de Apoio <i>República Helénica</i>	30,0	Melhoria da rede rodoviária regional e nacional - <i>Territorio Histórico de Bizkaia</i>	53,4 ■ ●
Financiamento de pequenos projectos do sector energético no quadro dos Programas Integrados Mediterrânicos - PIM <i>DEI</i>	9,4	- <i>Territorio Histórico de Guipúzcoa</i>	31,8 ■ ● (ED) 38,2 ■ ●
Financiamento de projectos de pequena e média dimensão <i>Banque Nationale de Paris S.A.</i>	17,1	- <i>Comunidade Autónoma de las Islas Baleares</i>	12,5 ■ ● (ED) 37,8 ■ ●
		- <i>La Generalitat de Cataluña</i>	100,5 ■ ●
		- <i>Junta de Andalucía</i>	50,9 ■ ● (ED) 44,6 ■ ●
		- <i>Ministério das Obras Públicas, Transportes e Ambiente</i>	239,6 ■ ● (ED) 233,2 ■ ●
		Ampliação do porto de Valência <i>La Autoridad Portuaria de Valencia</i>	6,4 ■ ●
		Construção de dois novos terminais para contentores, automóveis e produtos petrolíferos; reordenamento do bairro do velho porto <i>La Autoridad Portuaria de Barcelona</i>	6,3 ■ ◀
		Modernização da rede ferroviária suburbana nas áreas metropolitanas de Madrid, Barcelona e Valência <i>Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles</i>	274,9 ■ ◀ (ED) 137,4 ■ ◀
		Modernização da infra-estrutura das redes ferroviárias metropolitanas de Madrid, Barcelona e Valência <i>Ministério das Obras Públicas, Transportes e Ambiente</i>	162,6 ■ ◀ (ED) 80,7 ■ ◀
		Extensão da rede ferroviária urbana e compra de material circulante <i>Ferrocarriles de la Generalitat Valenciana</i>	44,3 ■ ◀

	milhões de ecus		milhões de ecus
Conclusão da linha circular nº 6 do metropolitano de Madrid <i>Comunidad Autónoma de Madrid</i>	44,0 ◀	- A29, lança Le Havre - Yvetot-Est (Alta-Normandia) <i>SAPN - Société de l'Autoroute Paris-Normandie</i>	56,3 ■ ●
Construção da primeira fase do metropolitano de Bilbao e aquisição de material circulante <i>Consorcio de transportes de Vizcaya</i>	59,7 ■ ◀	- A43, lança de ligação do túnel rodoviário de Fréjus à rede de auto-estradas em Pont d'Aiton (Ródano - Alpes) <i>Société Française du Tunnel Routier de Fréjus</i>	(ED) 41,2 ■ ●
Aquisição, lançamento e exploração de dois satélites de telecomunicações e de teledifusão que asseguram a cobertura da Península Ibérica e das ilhas Hispasat S.A.	5,5 ■ ●	- A39, lança Lons-le-Saunier - Bourg-en-Bresse (Franche-Comté - Ródano-Alpes) <i>SAPRR-Société des Autoroutes Paris Rhin-Rhône SA</i>	(ED) 13,7 ■
Ordenamento florestal e infra-estruturas rurais <i>Comunidad Autónoma de Galicia</i>	86,0 ■ ◀	- A14, lança subterrâneo entre La Défense e Nanterre (Ile-de-France) <i>EPAD - Etablissement Public "Aménagement de la Région de La Défense"</i>	106,2 ◀
Instalações de hidrodesulfuração do gasóleo nas refinarias de Puertollano e da Corunha <i>Repsol Petróleo S.A.</i>	108,3 ■ ◀ (ED) 50,9 ■ ◀	Obras urbanas e parques de estacionamento na aglomeração lionesa (Ródano - Alpes) <i>Communauté Urbaine de Lyon</i>	49,6 ◀
Construção de uma nova unidade para o fabrico de motores de automóvel em Almusafes, próximo de Valência <i>Ford España S.A.</i>	219,9 ■	Renovação parcial da frota e instalação de equipamento aeroportuário <i>Air Inter SA</i>	106,5 ■ ●
Empréstimos globais	(354,1)	Construção de uma nova pista no aeroporto de Saint-Denis-Gillot <i>Chambre de Commerce et d'Industrie de la Réunion</i>	4,6 ■
Financiamento de infra-estruturas de pequena e média dimensão:	31,9	Modernização e reestruturação de uma siderurgia em Gandrange para o fabrico de produtos compridos; melhoria do laminador e do trem laminador em Longwy (Lorena) <i>Unimétal SA</i>	50,3 ■ ◆ ◀
- Banco de Crédito Local de España	(ED) 31,8	Melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos; equipamento para a protecção do ambiente em seis fábricas de produtos químicos <i>Rhône-Poulenc Chimie SA</i>	114,4 ■ ◀
Financiamento de projectos de pequena e média dimensão:		Novas instalações de tratamento de efluentes numa fábrica de bióxido de titânio em Calais (Pas-de-Calais) <i>Tioxyde Group plc</i>	37,1 ■ ◀
- Instituto de Crédito Oficial	189,1	Construção de uma nova oficina de pintura de automóveis em Poissy (Ile-de-France) <i>Automobiles Peugeot SA</i>	91,0 ◀
- Caja de Ahorros de Valencia, Castellón y Alicante	38,2	Construção de uma fábrica de motores de automóvel em Douvrin (Pas-de-Calais) <i>Automobiles Peugeot SA</i>	76,3 ■ ◀
- Banco de Sabadell	25,2	Desenvolvimento e produção do conjunto propulsor do foguete europeu Ariane 5 em Vernon (Alta-Normandia) e em Bordéus (Aquitânia) <i>Société Européenne de Propulsion</i>	15,2 ►
- Banco de Santander S.A.	19,1	Construção de uma fábrica de gelados em Arras (Pas-de-Calais) <i>Haagen-Dazs Arras Snc</i>	31,9 ■
- CAIXA-Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona	18,8	Empréstimos globais	(1 049,3)
FRANÇA		Financiamento de infra-estruturas públicas de pequena e média dimensão nos domínios dos transportes e da protecção do ambiente:	
16 291,9 milhões de francos franceses	2 477,4		258,2 (ED) 129,1
Empréstimos individuais	(1 428,1)	- Crédito Local de France	
Intermediários :		Financiamento de projectos de pequena e média dimensão:	
<i>France-Manche SA, Caisse Nationale des Autoroutes (CNA), Société Générale SA, Mortar Investment UK Ltd, Grand Metropolitan Finance plc</i>		• para a protecção do ambiente:	
Túnel da Mancha <i>France-Manche SA</i>	114,0 ■	- Société Centrale des Caisses d'Epargne pour l'Emission et le Crédit	76,0 (ED) 38,0
<i>Eurotunnel plc</i>	22,8 ■	- Crédito Foncier de France	45,6 (ED) 22,8
Linha do TGV-Norte entre Paris e a fronteira belga, com ligação ao Túnel da Mancha <i>Société Nationale des Chemins de Fer Français</i>	285,8 ■ ●		
Novos lanços da rede de auto-estradas:			
- A83, lança Nantes - Niort (Região do Loire) <i>ASF - Société des Autoroutes du Sud de la France SA</i>	89,7 ■		
- A16, lança Isle-Adam - Amiens (Ile-de-France - Picardia) <i>SANEF - Société des Autoroutes du Nord et de l'Est de la France SA</i>	60,8 ■ ●		
- A40, duplicação do túnel de Chamoise e dos viadutos de Nantua e de Neyrolles (Ródano - Alpes) <i>SAPRR - Société des Autoroutes Paris Rhin-Rhône SA</i>	60,8 ■		

	milhões de ecus		milhões de ecus
• nos sectores da indústria, do turismo e dos serviços:		ITÁLIA	
- <i>Groupe Paribas</i>	183,1	5 908 200 milhões de liras	3 099,5
- <i>Caisse Centrale des Banques Populaires</i>	151,7	<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(2 261,3)</u>
- <i>Caisse Nationale du Crédit Agricole S.A.</i>	45,8	Intermediários:	
- <i>Caisse Centrale du Crédit Mutuel</i>	25,5 (ED) 5,0	<i>Credito Fondiario e Industriale, BNL (Banca Nazionale del Lavoro), Centrobanca, Cassa di Risparmio delle Provincie Lombarde, Mediobanca, Mediocredito Toscano, Banca Commerciale Italiana, IMI (Istituto Mobiliare Italiano) - Mediovenezie</i>	
- <i>Compagnie Financière du Crédit Mutuel de Bretagne</i>	30,5	<i>Banca, CREDIOP (Consorzio di Credito per le Opere Pubbliche), Istituto Bancario San Paolo di Torino, Cassa di Risparmio di Verona, Vicenza, Belluno e Ancona, Cassa di Risparmio di Parma e Piacenza, Cassa di Risparmio di Padova e Rovigo, CIS (Credito Industriale Sardo), Mediocredito di Roma, ISVEIMER (Istituto per lo Sviluppo Economico dell'Italia Meridionale), Efibanca (Ente Finanziario Interbancario), Interbanca (Banca per Finanziamenti a Medio e Lungo Termine), Credito Romagnolo e Mediocredito Centrale</i>	
- <i>Crédit Foncier de France</i>	22,8		
- <i>Caisse Française de Développement (Departamentos Ultramarinos)</i>	15,2		
IRLANDA			
<u>232,1 milhões de libras irlandesas</u>	291,1	Instalações de dessulfuração, de desnitrificação e de eliminação de cinzas em suspensão na central de Porto Marghera, próximo de Veneza (Veneto)	
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(190,3)</u>	<i>ENEL SpA</i>	52,4 ◀
Intermediários:		Central multicomcombustíveis em Brindisi (Apúlia)	
<i>Irlanda, Ministério das Finanças, Irish Telecommunications Investments plc e ABN AMRO Bank NV</i>		<i>ENE SpA</i>	107,5 ■ ◆ ◀
Melhoria da rede de transporte e distribuição de electricidade		Instalações de redução da poluição atmosférica em diversas centrais térmicas (Ligúria, Lácio e Emilia-Romanha)	
<i>Electricity Supply Board</i>	(ED) 62,1 ■ ◆	<i>ENEL SpA</i>	258,8 ■ ◀
Modernização do material circulante em diversas linhas de caminho-de-ferro		Construção de centrais eléctricas de ciclo combinado alimentadas a gás natural:	
<i>Coras Iompair Eireann</i>	22,7 ■	- em Castelmasa (Veneto) e Spinetta Marengo (Piemonte)	
Obras de estrada:		<i>Edison Termoelettrica SpA</i>	26,2 ■ ◆
- Circular de Dublin (segunda fase)		- em Biella (Piemonte)	
<i>Dublin County Council</i>	11,2 ■	<i>Enerbiella</i>	3,4 ◆
- Circular de Kilcock, Leixlip e Maynooth; estrada Dunkettle - Carrigtwohill; circular de Mullingar		- em Settimo Torinese, próximo de Turim (Piemonte)	
<i>Irlanda, Ministério das Finanças</i>	12,4 ■	<i>Società Nordelettrica SpA</i>	12,9 ■ ◆
Construção de um novo terminal para ferries		Aproveitamento de jazigos de hidrocarbonetos:	
<i>Dun Laoghaire Harbour (Finance) Board</i>	10,7 ■ ●	- de gás natural em Daria, no Mar Adriático (Marcas) e em Roseto-Montelillo (Apúlia); de petróleo no sul de Potenza (Basilicata)	38,8 ■ ◆ (ED) 13,0 ■ ◆
Extensão e modernização da rede de telecomunicações		- de petróleo em Villafortuna-Trecate, próximo de Novara (Piemonte) e de gás natural no centro e no sul	
<i>Bord Telecom Eireann</i>	31,5 ■ ●	<i>AGIP SpA</i>	99,4 ■ ◆
Obras de estrada e nas redes de esgotos e de abastecimento de água, infra-estruturas diversas e melhoria das instalações turísticas		- de gás natural em São Marco (Marcas) e Cellino (Abruzzos); construção de uma conduta de ligação do terminal do jazigo "Giovanna" à central eléctrica a gás de Bussi (Abruzzos)	25,9 ■ ◆
<i>Irlanda, Ministério das Finanças</i>	32,2 ■ ◀	- de gás natural em Candela (Apúlia)	10,4 ■ ◆
Modernização e ampliação de institutos técnicos superiores		- de gás natural em Daria, no Mar Adriático (Marcas)	25,9 ◆
<i>Irlanda, Ministério das Finanças</i>	7,5 ■	<i>Edison Gas SpA</i>	
<u>Empréstimos globais</u>	<u>(100,8)</u>	Construção do segundo gasoduto transmediterrânico	103,5 ■ ◆ (ED) 155,3 ■ ◆
Financiamento de projectos de pequena e média dimensão:		Extensão da rede de distribuição de gás natural e reforço do abastecimento de água no Trentino-Alto Adige	
- <i>ICC Bank plc</i>	75,6	<i>SIT - Società Industriale Trentina SpA</i>	7,8 ■ ◆
- <i>AIB Finance Ltd</i>	25,2		

	milhões de ecus		milhões de ecus
Conclusão da reconversão para gás natural da rede da aglomeração de Milão <i>Azienda Energetica Municipale - Milano</i>	52,1 ♦	Modernização e extensão das telecomunicações	
		- melhoria da rede interurbana	134,4 ●
Reestruturação e extensão das redes de distribuição de gás natural no centro e no nordeste da Itália <i>ITALGAS - Società Italiana per il Gas SpA</i>	36,4 ♦ (ED) 26,9 ♦	- reforço da capacidade de comutação no centro do país	182,0 ■ ●
		- melhorias em todo o território	289,9 ■ ●
Extensão e reforço das redes de distribuição de gás natural e dos sistemas de adução de água potável nas províncias de Nápoles e Caserta <i>Napoletana Gas SpA</i>	15,6 ■ ♦ (ED) 10,8 ■ ♦ ◀	- reforço das comunicações via satélite	13,4 ● (ED) 8,1 ■
		<i>TELECOM Italia SpA</i>	
Extensão das redes de distribuição de água potável, de gás natural e de aquecimento urbano de Bolonha e arredores <i>ACOSER - Azienda Consorziale Servizi Reno</i>	15,7 ♦ ◀	Renovação do centro histórico e obras urbanas em Macerata <i>Regione Marche</i>	7,2 ■ ◀
Extensão da rede de aquecimento urbano:		Modernização das infra-estruturas urbanas em Belluno <i>Regione Veneto</i>	2,6 ◀
- de Verona <i>AGSM Verona - Azienda Generale Servizi Municipalizzati del Comune di Verona</i>	10,4 ♦	Restauração e reabilitação de edifícios históricos em Monreale e Milazzo <i>Regione Sicilia</i>	6,2 ■ ◀
- de Turim <i>Azienda Energetica Municipale di Torino</i>	25,9 ♦	Modernização e racionalização de uma fábrica de cimento em Augusta (Sicília) <i>Cementeria di Augusta SpA</i>	27,4 ■
Melhoria da recolha e do tratamento de águas residuais:		Modernização de uma linha de produção de vidro float na fábrica de Pisa (Toscana) <i>Fabbrica Pisana SpA</i>	15,5 ■
- em São Remo, Ventimiglia e Génova <i>Regione Liguria</i>	7,5 ◀	Modernização de duas refinarias em Sannazzaro (Lombardia) e em Taranto (Apúlia), com vista a reduzir a produção de fuel pesado e o teor de enxofre do gasóleo <i>AGIP Raffinazione SpA</i>	132,4 ♦ ◀
- nas províncias de Cagliari e Oristano <i>Regione Sardegna</i>	2,1 ■ ◀	Modernização e ampliação de fábricas de esquentadores e outro equipamento eléctrico na região das Marcas <i>Merloni Termosanitari SpA</i>	3,1 ■
- em Città di Castello e Perugia <i>Regione Umbria</i>	9,4 ■ ◀	Construção de 19 fábricas de peças para automóvel em Melfi (Basilicata), para o abastecimento integrado da fábrica local de montagem da FIAT <i>ACM - Consorzio Auto Componentistica Mezzogiorno, S.C.p.A.</i>	6,2 ■ ▶
Melhoria da recolha e do tratamento de águas residuais e do abastecimento de água:		Construção de uma nova fábrica de máquinas de lavar em Fabriano (Marcas) <i>Antonio Merloni SpA</i>	10,5 ■
- na costa adriática <i>Regione Marche</i>	14,0 ■ ◀	Ampliação e modernização de quatro fábricas de electrodomésticos no centro e no norte <i>Merloni Elettrodomestici SpA</i>	15,7 ■
- em Roma, Ariccia e Aprilia <i>Regione Lazio</i>	3,7 ■ ◀	Modernização e ampliação de uma fábrica de conservas de carne e de atum em Aprilia (Lácio) <i>Simmenthal SpA</i>	4,1 ■
- em Alcamo, próximo de Palermo <i>Regione Sicilia</i>	19,2 ■ ◀	Modernização e ampliação de uma fábrica de alimentos para bebé em Latina (Lácio) <i>Plasmon Dietetici Alimentari SpA</i>	10,4 ■
Melhoria da recolha e do tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos:		Modernização de quatro fábricas de cerveja em Bari (Apúlia), Nápoles, Battipaglia (Campânia) e Pádua (Veneto) <i>Birra Peroni Industriale SpA</i>	5,9 ■ ♦ ◀
- em toda a região <i>Regione Veneto</i>	4,7 ■ ◀	Modernização e ampliação de uma fábrica de papel de seda em Castelnuovo di Garfagnana (Toscana) <i>Cartiere Unikay SpA</i>	5,2 ■
- em toda a região <i>Regione Friuli-Venezia Giulia</i>	5,7 ■ ◀	Ampliação de uma fábrica de papel em Porcari (Toscana) <i>Delicarta SpA</i>	16,1 ■ ◀
- nas províncias de Áquila e de Teramo <i>Regione Abruzzo</i>	10,8 ■ ◀	Construção em Novaledo (Trento) de uma fábrica de bombas doseadoras para produtos farmacêuticos, cosméticos e alimentares <i>Coster Tecnologie Speciali SpA</i>	10,4 ■ ◀
- na bacia do Mercúrio e em Matera <i>Regione Basilicata</i>	5,4 ■ ◀		
- em Milão, em Oltrepo Pavese e em Bérgamo <i>Regione Lombardia</i>	7,0 ◀		
Automatização do sistema de portagem numa parte da rede de auto-estradas <i>AUTOSTRADA - Concessionari e Costruzioni Autostrade SpA</i>	26,9 ■ ●		
Ampliação do aeroporto de Milão-Malpensa <i>Società Esercizi Aeroportuali SpA</i>	103,5 ●		

[illegible]

	milhões de ecus		milhões de ecus
REINO UNIDO			
1 920,0 milhões de libras esterlinas	2 454,7	Obras de estrada e reabilitação da antiga mina de Ashington (próximo de Newcastle) para a criação de uma zona industrial (North East) <i>Northumberland County Council:</i>	19,9 ■ ◀ (ED) 9,9 ■ ◀
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(2 295,5)</u>		
Construção de uma nova central a gás em Rye House (South East) <i>Powergen plc</i>	127,3 ◆	Instalações de hidrodessulfuração na refinaria da PIP no Middlesbrough (North East) <i>Phillips Imperial Petroleum</i>	12,8 ■ ◆ ◀ (ED) 6,4 ■ ◆ ◀
Construção de uma central eléctrica na <i>Isle of Grain</i> (South East) <i>Medway Power Ltd</i>	203,7 ◆	Fabrico de papel de jornal a partir de fibras recicladas em Aylesford (South East) <i>Aylesford Newprint Ltd</i>	115,8 ◀
Aproveitamento de quatro jazigos de hidrocarbonetos na baía de Liverpool (North West) <i>BHP- Hamilton Oil Great Britain plc</i> <i>Monument (Liverpool Bay) Petroleum Ltd</i>	255,9 ◆ 95,5 ◆	<u>Empréstimos globais</u>	<u>(159,2)</u>
Melhoria da recolha e do tratamento de águas residuais para melhorar a qualidade da água nas praias (North East) <i>Northumbrian Water Ltd</i>	(ED) 19,3 ■ ◀	Financiamento de projectos de pequena e média dimensão:	
Melhoria da recolha e do tratamento de águas residuais e redes de adução de água (País de Gales) <i>Dwr Cymru Cyfyngedig</i>	50,9 ■ ◀	<i>Barclays Bank plc</i>	63,7
Túnel da Mancha <i>Eurotunnel plc</i>	142,3 ■	<i>Midland Bank plc</i>	63,7
Construção do lanço Walsall (próximo de Birmingham) - auto-estrada M6 na <i>Black Country Route</i> (West Midlands) <i>Walsall Metropolitan Borough Council</i>	44,0 ■ ● (ED) 19,7 ■ ●	<i>The Royal Bank of Scotland plc</i>	31,8
Construção de três lanços da <i>Blackwater Valley Route</i> através do Surrey e de Hampshire (South East) <i>Hampshire County Council</i> <i>Surrey County Council</i>	(ED) 67,5 ● (ED) 68,8 ●	ÁUSTRIA	89,5
Construção de novos lanços e beneficiação da estrada existente entre Faversham e Ramsgate (<i>Thanet Way</i>) et entre Whitfield e Eastry; circular de Eastry (South East) <i>Kent County Council</i>	25,4 ■ ● (ED) 44,6 ■ ●	Instalação de novas ligações telefónicas por fibras ópticas entre a Áustria e os sete países limítrofes <i>Österreichische Post & Telegraphenverwaltung</i>	74,0 ●
Construção de uma ligação fixa entre a Escócia e a Ilha de Skye, ao largo dos Highlands <i>Skye Bridge Ltd</i>	12,7 ■	Financiamento de projectos de pequena e média dimensão <i>Österreichische Investitionskredit AG</i>	15,5
Construção de uma rede de metropolitano ligeiro e aquisição de 25 composições em Sheffield (Yorkshire & Humberside) <i>South Yorkshire Supertram Ltd</i>	127,3 ■ ◀	FINLÂNDIA	60,2
Ampliação do terminal 1 do aeroporto internacional de Heathrow <i>Heathrow Airport Ltd</i>	76,4 ● (ED) 19,1 ●	Melhoria de dois lanços da auto-estrada E18 no sul do país <i>República da Finlândia</i>	60,2 ●
Modernização da rede de telecomunicações nacional e internacional <i>British Telecommunications plc</i>	512,1 ■ ● (ED) 96,5 ■ ●	SUÉCIA	15,3
Obras de estrada, melhoria da adução e do tratamento da água e da recolha e tratamento de águas residuais <i>Strathclyde Regional Council</i>	77,2 ■ ◀	Colocação de um cabo eléctrico de corrente contínua entre a Suécia e a Alemanha <i>Baltic Cable AB</i>	15,3 ◆
Conclusão da circular; ordenamento de zonas industriais e de um centro de formação em engenharia aerospacial em Cardiff (País de Gales) <i>South Glamorgan County Council</i>	31,8 ■ (ED) 12,9 ■	OUTROS (1)	260,8
		Melhoria da rede de transporte de electricidade da Noruega: no norte: linha Svartisen-Salten; no sul, melhoria das subestações <i>Statnett SF</i>	29,7 ◆
		Construção de duas barragens de enrocamento para aumentar a capacidade de armazenagem de água da central hidroeléctrica de Svartisen, no norte da Noruega <i>Statkraft SF</i>	65,4 ◆
		Construção de um cabo eléctrico de corrente contínua de alta tensão entre a Dinamarca e a Noruega <i>Statnett SF</i>	4,5 ◆
		Construção de uma conduta para o transporte de gás natural entre a fronteira Argélia/Marrocos e a costa marroquina do Estreito de Gibraltar, próximo de Tânger <i>Europe Maghreb Pipeline Ltd</i>	162,2 ◆

(1) Financiamentos equiparados a operações na União Europeia

LISTA DOS FINANCIAMENTOS NO EXTERIOR DA UNIÃO EUROPEIA EM 1994

O montante total dos financiamentos do BEI para projectos no exterior da União Europeia ascendeu a 2 245,6 milhões, destinando-se 461,6 milhões aos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e aos Países e Territórios Ultramarinos, 607 milhões aos países da Bacia Mediterrânica, 957 milhões aos países da Europa Central e Oriental, 121 milhões à América Latina e 99 milhões à Ásia.

Os empréstimos a cargo de recursos próprios (assinalados com um *) são por vezes bonificados: nos Estados ACP, por conta de recursos do FED e em certos países da Bacia Mediterrânica, por conta de recursos orçamentais comunitários.

Os financiamentos por conta de recursos orçamentais (assinalados com um □) são concedidos pelo BEI sob mandato, em nome e por conta e risco da Comunidade, sendo registados fora do balanço, na Secção Especial. Além disso, certos projectos por conta de capitais de risco também foram financiados no âmbito de autorizações em curso, cujos montantes não figuram nas estatísticas do exercício. Para efeitos de informação, constam da lista a seguir e são identificados com o sinal +.

	milhões de ecus			milhões de ecus
CONJUNTO DOS PAÍSES ACP				
Empréstimo global para o financiamento de projectos privados de pequena e média dimensão nos sectores da agricultura, da agro-indústria, das minas, do turismo e dos serviços <i>Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Economique - Proparco, groupe de la Caisse Française de Développement</i>	35,0	*	Construção de uma nova fábrica de frigoríficos em Harare	
			Empréstimo condicional à <i>Industrialiseringsfonden for Udviklingslandene</i> para <i>Derby Imperial Refrigeration</i>	1,25 □
Empréstimo global para o financiamento de investimentos de pequenas e médias empresas dos sectores da agricultura, da agro-indústria, da indústria, da exploração mineira, do turismo e das infra-estruturas <i>Commonwealth Development Corporation</i>	35,0	*	Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria, da agro-indústria, do turismo, dos transportes e das minas, por meio de créditos e de tomadas de participação <i>Zimbabwe Development Bank</i>	12,0 *
			Empréstimo condicional ao <i>Zimbabwe Development Bank</i>	5,0 □
			Ordenamento e exploração de uma mina de cobre a céu aberto em Sanyati	
ÁFRICA				
REGIONAL ÁFRICA OCIDENTAL	4,2		Empréstimo condicional à <i>Zimbabwe Mining Company Ltd</i> para a <i>Munyati Mining Company Ltd</i>	5,6 □
Tomada de participação por conta da Comunidade no capital social do <i>Fundo de Garantia de Financiamento dos Investimentos Privados na África Ocidental</i>	3,8	□	+ Art Corporation Ltd <i>Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Economique (Proparco) (0,3)</i>	
Tomada de participação por conta da Comunidade no capital de <i>Cauris Investment</i> , sociedade de capitais de risco	0,4	□	MALI	41,2
MOÇAMBIQUE	46,0		Início da exploração do jazigo de ouro de Sadiola <i>Société d'Exploitation des Mines d'Or de Sadiola</i>	35,0 *
Reabilitação da linha de alta tensão entre a central hidroeléctrica de Cahora Bassa e a rede sul-africana <i>Hidroeléctrica de Cahora Bassa</i>	20,0	*	Modernização e ampliação da fábrica de óleo/ /refinaria de algodão de Koulikoro e tratamento dos efluentes	
Empréstimo condicional ao Governo de Moçambique para a <i>Hidroeléctrica de Cahora Bassa</i>	20,0	□	Empréstimo subordinado à <i>Huilerie Cotonnière du Mali - HUICOMA</i>	5,0 □
Renovação da frota de arrastões camaroeiros Empréstimo condicional ao Governo de Moçambique para a <i>Pescamar</i>	6,0	□	Construção de uma fábrica de curtumes na zona industrial de Bamako	
ZIMBABWE	41,5		Empréstimo condicional à <i>Compañía Española de Financiación del Desarrollo, S.A. (COFIDES)</i> para a <i>Tannerie d'Afrique Occidentale S.A.</i>	0,2 □
Construção de uma linha de alta tensão (330 kw) entre a central de Cahora Bassa (Moçambique) e o Zimbabwe <i>Zimbabwe Electricity Supply Authority</i>	17,0	*	Tomada de participação no capital e reforço dos recursos financeiros de uma sociedade de fomento das PME	
			Empréstimos condicionais à <i>Crédit Initiative S.A.</i>	1,0 □
Estudo de viabilidade relativo à possibilidade de exploração de gás metano a partir de jazigos de carvão no sudeste e no noroeste do país Empréstimo condicional à <i>Alphen Ressources Ltd</i>	0,6	□	QUÊNIA	40,5
			Empréstimo global APEX (*) para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria, da agro-indústria e horticultura, do turismo e das minas - <i>República do Quênia</i>	15,0 *
			- Empréstimo condicional à <i>República do Quênia</i>	20,0 □
			Reabilitação de um oleoduto de transporte de produtos petrolíferos refinados de Mombaça para Nairobi	
			Empréstimo condicional ao Governo do Quênia para a <i>Kenya Pipeline Company Ltd</i>	5,5 □

(*) Certos empréstimos globais ditos APEX são afectados a intermediários financeiros aprovados pelo BEI, para o financiamento de investimentos de PME.

	milhões de ecus			milhões de ecus
ZÂMBIA	24,2		ETIÓPIA	14,0
Empréstimo global para o financiamento parcial da construção de estufas e de infra-estruturas necessárias ao cultivo de rosas			Financiamento parcial da secção etíope da ligação hertziana Addis-Abeba - Jibuti e de redes locais de telecomunicações	
Empréstimo condicional ao <i>Barclays Bank of Zambia Ltd</i>	5,5	□	Empréstimo condicional ao <i>Governo Etíope</i> para o <i>Office Ethiopien de Télécommunications</i>	14,0 □
Reconstrução do oleoduto de Tazama, que liga Dares-Salaam (Tanzânia) a uma refinaria próximo de Ndola (Zâmbia)				
Empréstimo condicional à <i>República da Zâmbia</i> para <i>Tazama Pipelines Ltd</i>	18,0	□	ILHA MAURÍCIA	14,0
Unidade de trituração de milho e de extracção de óleo			Extensão do sistema nacional de telecomunicações <i>Mauritius Telecom</i>	14,0 ★
Empréstimo condicional a <i>Industrialiseringsfonden for Udviklingslandene</i> para <i>Mulunguski Investments Ltd</i>	0,7	□	+ <i>Mauritius Venture Capital Fund</i> <i>Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Economique (Proparco)</i> (0,5)	
LESOTO	23,0		BOTSUANA	10,4
Construção de uma central hidroelétrica em Muela - <i>Lesotho Highlands Development Authority</i>	5,0	★	Melhoria do abastecimento de água de Lobatse	
- Empréstimo condicional ao <i>Governo do Lesoto</i> para <i>Lesotho Highlands Development Authority</i>	15,0	□	Empréstimo condicional à <i>República do Botswana</i> para a <i>Water Utility Corporation</i>	3,0 □
Financiamento à <i>Lesotho National Development Corporation</i> para a construção, pela LNDe, de edifícios industriais			Modernização de um matadouro em Lobatse <i>Botswana Meat Commission</i>	3,4 ★
Empréstimo condicional ao <i>Governo do Lesoto</i>	0,75	□	Empréstimos globais para o financiamento de PME da indústria, da agro-indústria, dos transportes, das minas e do turismo	
Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria, da agro-indústria, dos transportes e do turismo, ou para a construção de edifícios industriais			- <i>Botswana Development Corporation</i>	2,5 ★
Empréstimo condicional ao <i>Governo do Lesoto</i>	1,75	□	- Empréstimo condicional à <i>Botswana Development Corporation</i> para o investimento de capitais e quase-capitais em PME	1,5 □
Empréstimo global para o financiamento de investimentos de capitais e quase-capitais em PME da indústria, da agro-indústria, dos transportes e do turismo				
Empréstimo condicional à <i>Lesotho National Development Corporation</i>	0,5	□	ERITREIA	8,0
TANZÂNIA	23,0		Financiamento parcial da ligação hertziana Massawa - Asmara - Kerun, de uma estação terrena de satélites e de redes locais de telecomunicações	8,0 □
Construção de uma central hidroelétrica no rio Kihansi				
Empréstimo condicional à <i>República Unida da Tanzânia</i> para a <i>Tanzania Electric Supply Company</i>	23,0	□	COSTA DO MARFIM	4,2
GUINÉ	16,0		Exploração de um poço de confirmação numa área adjacente ao campo petrolífero de Bélér, cerca de 15 km ao largo de Abijan	
Prosseguimento do programa agro-industrial da SOGUIPAH: produção de óleo de palma, geração e transporte de electricidade, e tratamento e abastecimento de água			Empréstimos condicionais à <i>República da Costa do Marfim</i> para a <i>Société Nationale d'Opérations Pétrolières de Côte d'Ivoire (PETROCI)</i>	0,2 □ 4,0 □
Empréstimo condicional à <i>República da Guiné</i> para a <i>Société Guinéenne de Palmiers à Huile et d'Hévéas - SOGUIPAH</i>	14,0	□	JIBUTI	2,8
Renovação do Grand Hôtel de l'Indépendance em Conakry			Financiamento parcial da secção pertencente a Jibuti da ligação hertziana Jibuti - Addis-Abeba e do novo sistema de exploração e de gestão	
- <i>Société Guinéenne d'Hôtellerie et d'Investissement</i>	1,5	★	<i>Governo de Jibuti</i> para o <i>Office des Postes et Télécommunications</i>	2,8 □
- Empréstimo condicional à <i>SGHI</i>	0,5	□		
+ <i>Société Guinéenne d'Hôtellerie et d'Investissement</i> <i>Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Economique (Proparco)</i> (0,7)			BENIM	2,0
NAMÍBIA	14,1		Empréstimo global para o financiamento de PME da indústria, da agro-indústria, das pescas e do turismo	
Modernização e ampliação da estação de tratamento de Von Bach, para o abastecimento de água de Windhoek			Empréstimo condicional ao <i>ECOBANK</i> para a concessão de empréstimos subordinados a PME ou para tomadas de participação	2,0 □
- <i>República da Namíbia</i>	3,0	★		
- Empréstimo condicional à <i>República da Namíbia</i>	3,0	□		
Ampliação das infra-estruturas de base da cidade de Windhoek				
<i>República da Namíbia</i> para o <i>Município de Windhoek</i>	8,1	★		

	milhões de ecus		milhões de ecus
MADAGÁSCAR	2,0	CARAÍBAS	
Empréstimo global para o financiamento de projectos de PME da indústria, da agro-indústria, das minas, do turismo e dos transportes		REGIONAL CARAÍBAS	4,0
Empréstimo condicional ao BNI - <i>Crédit Lyonnais</i>	1,0 □	Criação de uma nova companhia aérea regional	
Empréstimo global para o financiamento de projectos de PME da indústria, da agro-indústria, das minas, do turismo e dos transportes, por meio de tomadas de participação e de contribuições em quase-capital		Empréstimo condicional à <i>Trident Ltd</i> para a <i>Carib Express Inc</i>	4,0 □
Empréstimo condicional à <i>Société Financière d'Investissement Aro-Fiara</i> .	1,0 □	REPÚBLICA DOMINICANA	15,0
+ <i>Société d'Aquaculture de la Mahajamba</i> <i>Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Economique (Proparco)</i> (0,09)		Reforço da rede de transporte de electricidade	
		Empréstimo condicional à <i>República Dominicana</i> para a <i>Corporación Dominicana de Electricidad</i>	15,0 □
CABO VERDE	2,0	TRINIDADE E TOBAGO	12,6
Construção de uma fábrica de processamento e embalagem de anchovas no Mindelo (ilha de São Vicente)		Unidade de fabrico de MTBE (metiltercio-butiléter), aditivo que aumenta o teor de octanas da gasolina numa refinaria em Pointe-à-Pierre	
Empréstimo condicional a <i>Fishpackers of Cape Verde S.A.</i>	2,0 □	<i>República de Trinidad e Tobago</i>	8,5 ★
SEYCHELLES	2,0	Empréstimo global para o financiamento de projectos de PME da indústria, da agro-indústria, do turismo e das minas, por meio de participações de capital e quase-capital	
Empréstimo condicional para o financiamento, por meio de empréstimos ou de tomadas de participação, de PME da indústria, da agro-indústria, das pescas, do turismo e dos transportes		Empréstimo condicional à <i>Development Finance Ltd</i>	4,1 □
Empréstimo condicional ao <i>Development Bank of Seychelles</i>	2,0 □	Estudo de viabilidade relativo à extensão da rede de abastecimento da água de Richmond	
GANÁ	0,7	Empréstimo condicional à <i>República de Trinidad e Tobago</i>	0,1 □
Construção de uma fábrica de gelados e de iogurtes em Acra		SÃO VICENTE E GRENADINAS	5,0
Empréstimo para aquisição de participações à <i>General Milk Products Ltd</i>	0,7 □	Construção de cais de acostagem para paquetes de cruzeiro e <i>ferries</i> e de acessos ao porto de Kingstown	
+ <i>Ghana Venture Capital Fund Ltd</i> - <i>Commonwealth Development Corporation</i> (1,3) - <i>Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Economique (Proparco)</i> (0,2)		Empréstimo condicional ao <i>Governo de São Vicente e Grenadinas</i>	5,0 □
GUINÉ-BISSAU	0,2	BELIZE	3,7
Tomada de participação no capital de uma fábrica de portas e janelas de madeira		Construção de uma rede de alta tensão integrada	
Empréstimo condicional à <i>Compañía Española de Financiación de Desarrollo, S.A. (COFIDES)</i> para <i>Guineense-Espanhola de Madeiras, GEMSA, S.A.</i>	0,2 □	Empréstimos condicionais ao <i>Governo de Belize</i> para a <i>Belize Electricity Ltd</i>	3,7 □
MAURITÂNIA	0,1	SANTA LÚCIA	3,5
Estudo da viabilidade técnica e económica de uma fundição		Empréstimos globais para:	
Empréstimo condicional à <i>Société Arabe pour le Fer et l'Acier</i>	0,1 □	- financiamento de PME da indústria, da agro-indústria e do turismo	
		<i>St Lucia Development Bank (SLDB)</i>	2,0 ★
		- contribuição em capitais ou quase-capitais para empresas industriais e para a realização de estudos de viabilidade	
		Empréstimo condicional a <i>St Lucia Development Bank</i>	1,0 □
		- aumento do capital da SLDB	
		Empréstimo condicional ao <i>Governo de Santa Lúcia</i>	0,5 □
		JAMAICA	2,0
		Financiamento de tomadas de participação em PME da indústria, da agro-indústria, das minas e do turismo	
		Empréstimo condicional ao <i>Jamaica Venture Fund Ltd</i>	2,0 □

	milhões de ecus		milhões de ecus
PACÍFICO		PAÍSES E TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS	
PAPUÁZIA - NOVA GUINÉ	4,0	ILHAS VIRGENS BRITÂNICAS	2,0
Empréstimo global ao <i>Banque de Papouasie - Nouvelle Guinée</i> para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria, da agro-indústria e do turismo	4,0 ★	Empréstimos globais para o financiamento de PME da indústria, da agro-indústria, das pescas e do turismo	
		- <i>Development Bank of the Virgin Islands</i>	1,5 ★
		- Empréstimo condicional ao <i>Governo das Ilhas Virgens Britânicas</i>	0,5 □
SAMOAS OCIDENTAIS	1,5	NOVA CALEDÓNIA	2,0
Empréstimo global para o financiamento através de créditos e/ou de tomadas de participação, de PME da indústria, da agro-indústria, do turismo e dos transportes, assim como de infra-estruturas produtivas		Empréstimo para a aquisição de participações (convertível) para aumento do capital do BCI	
Empréstimo condicional ao <i>Development Bank of Western Samoa</i>	1,5 □	Empréstimo condicional ao <i>Banque Calédonienne d'Investissement</i>	2,0 □
		ILHAS TURKS E CAICOS	0,4
		Estudo de viabilidade sobre a geração de electricidade a partir de centrais eólicas	
		Empréstimo condicional à <i>Turks and Caicos Utilities Ltd</i>	0,4 □
MEDITERRÂNEO		ARGÉLIA	80,0
MARROCOS	140,0	Prosseguimento da construção da auto-estrada Leste-Oeste: lanço Lakhdaria - Bouira (33 km)	
Interligação das redes eléctricas de Marrocos e de Espanha: instalação de cabos submarinos no Estreito de Gibraltar e reforço da rede marroquina		<i>República Argelina Democrática e Popular</i> representada pelo <i>Banque Algérienne de Développement</i>	80,0 ★
<i>Office National de l'Électricité</i>	80,0 ★	TUNÍSIA	63,0
Abastecimento de água a Casablanca, Agadir, Rommani, Essaouira, Ouled Teima e Beni Mellal		Estações de tratamento em Tunes e Medenine; redes de esgotos em seis cidades costeiras	
<i>Office National de l'Eau Potable</i>	40,0 ★	<i>Office National d'Assainissement</i>	25,0 ★
Financiamento de tomadas de participação em joint ventures de sectores produtivos, sobretudo industriais, com prioridade para as que associem empresas da União Europeia		Ordenamento de duas zonas industriais próximo de Tunes (M'Ghira) e de Sfax (Thyna)	15,0 ★
Empréstimo condicional ao <i>Reino de Marrocos</i>	20,0 □	<i>República da Tunísia</i>	
EGIPTO	131,0	Construção de dois nós rodoviários e obras em 13 km de estrada na área metropolitana de Tunes	23,0 ★
Reforço da rede de abastecimento de electricidade da área metropolitana de Alexandria		<i>República da Tunísia</i>	
<i>Egyptian Electricity Authority</i>	55,0 ★	JORDÂNIA	49,0
Financiamento de projectos de pequena e média dimensão dos sectores da indústria e do turismo		Estabelecimento de ligações por telecomunicações, sobretudo com a Cisjordânia e o Líbano; aumento da capacidade de comutação	
- <i>Commercial International Bank</i>	30,0 ★	<i>Reino Hachemita da Jordânia</i>	25,0 ★
- Empréstimo condicional ao <i>Commercial International Bank</i>	6,0 □	Reabilitação e modernização das redes de abastecimento de água e de recolha de águas residuais na cidade de Salt	
Reforço da capacidade de produção de uma siderurgia integrada próximo de Alexandria		<i>Reino Hachemita da Jordânia</i> para a <i>Water Authority of Jordan</i>	12,0 ★
<i>National Bank of Egypt</i> para a <i>Alexandria National Iron and Steel Company</i>	40,0 ★	Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria e do turismo	
		- <i>Industrial Development Bank</i>	10,0 ★
		- Empréstimo condicional ao <i>Industrial Development Bank</i>	2,0 □
LÍBANO	115,0	CHIPRE	29,0
Reabilitação e ampliação do aeroporto internacional de Beirute		Modernização das redes de abastecimento de água de Nicósia e Larnaca	
<i>República do Líbano</i>	80,0 ★	<i>República de Chipre</i>	17,0 ★
Reabilitação das instalações do porto comercial de Beirute		Empréstimo global para o financiamento de projectos de pequena e média dimensão nos sectores da indústria, do turismo e dos serviços	
<i>República do Líbano</i>	35,0 ★	<i>Cyprus Development Bank</i>	12,0 ★

	milhões de ecus		milhões de ecus
PAÍSES DA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL		REPÚBLICA ESLOVACA	
POLÓNIA	333,0		35,0
Extensão e modernização da rede de telecomunicações <i>Telekomunikaija Polska S.A.</i>	150,0 *	Extensão e modernização da rede telefónica <i>Slovenske Telekomunikacie</i>	20,0 *
Empréstimo global ao <i>Export Development Bank</i> para o financiamento de empresas dos sectores industrial, turístico e de serviços	13,0 *	Reabilitação e modernização do sistema de controlo e de segurança do tráfego aéreo <i>República Eslovaca para Riademe Letovej Prevadzky Slovenkej Republiky (Administração do controlo aéreo da República Eslovaca)</i>	15,0 *
Construção de uma estação de tratamento de águas residuais na capital <i>Município de Varsóvia para a Waste Water Treatment Plant Warsaw-South Ltd</i>	45,0 *	BULGÁRIA	30,0
Obras no lanço Bielany (Wroclaw) - Nogawczyce (Gliwice), no eixo europeu E40 <i>República da Polónia</i>	125,0 *	Reabilitação e modernização do sistema de controlo e de segurança do tráfego aéreo <i>República da Bulgária (Ministério dos Transportes)</i>	30,0 *
REPÚBLICA CHECA	255,0	LITUÂNIA	10,0
Extensão e modernização da rede telefónica <i>Ceske Telekomunikace</i>	30,0 *	Modernização do aeroporto de Vilnius <i>República da Lituânia</i>	10,0 *
Construção de um oleoduto entre Ingolstadt (Alemanha) e Kralupy, próximo de Praga, que liga a rede russa à rede transalpina <i>MERO CR, a.s</i>	100,0 *	LETÓNIA	5,0
Melhoria da secção checa do eixo ferroviário Berlim - Praga - Viena <i>C'eské drahy, s.o. (companhia nacional dos caminhos-de-ferro checos)</i>	125,0 *	Empréstimo global para o financiamento de projectos de PME da indústria e dos serviços, assim como de projectos de protecção do ambiente e de economias de energia <i>Banco de Investimento da Letónia</i>	5,0 *
HUNGRIA	140,0	ÁSIA	
Empréstimo global ao <i>I'Országos Takarékpénztar és Kereskedelmi Bank Rt.</i> para o financiamento de infra-estruturas municipais	40,0 *	TAILÂNDIA	40,0
Modernização e extensão da rede telefónica <i>Magyar Távközlési Rt.</i>	100,0 *	Gasoduto de ligação do jazigo de Erawan (golfo da Tailândia) à rede de Bang Pakong, próximo de Bangucoque <i>Petroleum Authority of Thailand</i>	40,0 *
ROMÉNIA	66,0	PAQUISTÃO	36,0
Reabilitação e modernização da rede de transporte e de distribuição de gás natural <i>República Romena para ROMGAZ R.A.</i>	50,0 *	Extensão da rede de transporte de electricidade; modernização do sistema de comando e de distribuição no distrito de Carachi <i>Estado Paquistão para a Karachi Electricity Supply Corporation</i>	36,0 *
Reabilitação e modernização do sistema de controlo e de segurança do tráfego aéreo <i>República Romena para ROMATSA R.A.</i>	16,0 *	FILIPINAS	23,0
ESTÓNIA	42,0	Nova linha de produção na fábrica de cimento de Davau, na ilha de Mindanau <i>Davao Union Cement Corporation</i>	23,0 *
Reabilitação das redes de aquecimento urbano em Pärnu <i>República da Estónia</i>	7,0 *	AMÉRICA LATINA	
Modernização do sistema de controlo e de segurança do tráfego aéreo <i>República da Estónia</i>	20,0 *	CHILE	75,0
Construção de um terminal de produtos sólidos a granel no porto de Muuga <i>Porto de Tallinn</i>	15,0 *	Modernização e extensão da rede de telecomunicações <i>Telefónica Internacional Chile</i>	75,0 *
ESLOVÉNIA	41,0	ARGENTINA	46,0
Ordenamento e modernização da grande linha ferroviária internacional Leste-Oeste <i>Slovenske Zeleznice</i>	13,0 *	Modernização e extensão da rede de distribuição de gás natural no norte da província de Buenos Aires <i>Gas Natural Ban S.A.</i>	46,0 *
Construção de três lanços da auto-estrada Leste-Oeste <i>Ljubljana à Celje Druzba za Autocest v Republiki Sloveniji</i>	28,0 *		

ANEXOS

Quadro A: **Montante dos contratos assinados de 1959 a 1994**

(milhões de ecus)

Anos	Total	Na União Europeia				No exterior da União Europeia		
		Total	Recursos próprios	Mandatos e garantias	Recursos do NIC	Total	Recursos próprios	Recursos orçamentais
1959/1972	2 839,9	2 453,4	2 344,1	109,3	—	386,5	155,7	230,8
1973/1980	14 547,9	12 553,0	11 946,2	132,1	474,7	1 994,9	1 381,5	613,4
1981	3 838,9	3 352,3	2 539,3	282,1	530,9	486,6	396,4	90,2
1982	4 694,6	4 243,0	3 452,6	—	790,4	451,6	410,2	41,4
1983	5 946,1	5 466,1	4 168,3	97,6	1 200,2	480,0	427,2	52,8
1984	6 902,6	6 194,4	5 012,8	—	1 181,6	708,2	620,7	87,5
1985	7 117,9	6 458,3	5 574,5	—	883,8	659,6	584,3	75,3
1986	7 556,1	7 071,1	6 678,1	—	393,0	485,0	381,8	103,2
1987	7 848,6	7 450,3	7 003,4	—	446,9	398,3	188,8	209,5
1988	10 180,1	9 479,8	8 938,3	185,0	356,5	700,2	520,1	180,1
1989	12 246,1	11 634,2	11 555,9	—	78,3	611,8	485,9	125,9
1990	13 338,9	12 626,0	12 549,9	52,5	23,6	712,9	669,0	43,9
1991	15 393,3	14 477,3	14 438,1	—	39,2	916,0	781,5	134,5
1992	17 032,5	16 139,7	16 066,0	73,7	—	892,8	764,3	128,5
1993	19 614,5	17 724,2	17 672,6	51,5	—	1 890,3	1 807,4	82,9
1994	19 927,5	17 681,9	17 656,0	25,8	—	2 245,6	1 978,5	267,1
Total	169 025,4	155 005,0	147 596,3	1 009,6	6 399,1	14 020,3	11 553,3	2 467,0

Quadro B: **Montante dos contratos assinados de 1990 a 1994 e de 1959 a 1994**

Distribuição segundo a origem dos recursos e a localização dos projectos

(milhões de ecus)

	1990-1994			1959-1994		
	Total	Recursos próprios (2)	Outros recursos	Total	Recursos próprios (2)	Outros recursos
Estados-membros	78 649,0	78 586,3	62,8	155 005,0	148 605,9	6 399,1
Bélgica	1 705,4	1 681,9	23,6	2 628,6	2 605,1	23,6
Dinamarca	3 519,4	3 519,4	—	6 909,3	6 363,4	545,8
Alemanha	8 332,1	8 332,1	—	12 060,7	12 060,7	—
Grécia	1 966,5	1 966,5	—	4 678,0	4 371,9	306,1
Espanha	14 321,7	14 282,5	39,2	17 998,5	17 754,5	244,0
França	10 187,1	10 187,1	—	21 072,3	19 822,3	1 250,0
Irlanda	1 437,4	1 437,4	—	4 709,5	4 285,5	424,0
Itália	18 114,8	18 114,8	—	49 983,5	46 896,8	3 086,7
Luxemburgo	88,2	88,2	—	133,4	133,4	—
Países Baixos	1 354,3	1 354,3	—	2 220,6	2 217,4	3,2
Portugal	5 625,7	5 625,7	—	7 522,0	7 482,1	39,8
Reino Unido	10 774,4	10 774,4	—	22 998,5	22 522,7	475,8
Áustria	162,0	162,0	—	396,0	396,0	—
Finlândia	60,2	60,2	—	60,2	60,2	—
Suécia	15,3	15,3	—	15,3	15,3	—
Outros (1)	984,6	984,6	—	1 618,6	1 618,6	—
ACP-PTU	1 485,3	887,4	597,9	4 300,2	2 644,1	1 656,1
Mediterrâneo	2 194,3	2 135,3	59,0	6 742,1	5 931,2	810,9
PECO	2 659,0	2 659,0	—	2 659,0	2 659,0	—
ALA	319,0	319,0	—	319,0	319,0	—
Total	85 306,6	84 587,0	719,6	169 025,4	160 159,2	8 866,2

Os financiamentos concedidos em Espanha e em Portugal até final de 1985, e na Grécia até final de 1980, são registados como financiamentos no exterior da União Europeia.

(1) Financiamentos equiparados a operações na União Europeia (ver nota 5d) pág. 130).

(2) Incluindo financiamentos sob mandato e garantias.

Quadro C: Financiamentos concedidos na União Europeia de 1990 a 1994

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição por países e por objectivos

(milhões de ecus)

	Desenvolvimento regional	Infra-estruturas comunitárias de comunicação	Ambiente e qualidade de vida	Objectivos energéticos	Objectivos industriais	
					Competitividade internacional	Pequenas e médias empresas
Bélgica	415,4	403,4	258,8	269,1	—	720,8
Dinamarca	2 026,9	2 313,7	353,8	815,2	20,3	258,7
Alemanha	5 287,7	1 787,7	2 817,8	805,9	393,2	1 097,8
Grécia	1 834,2	819,8	451,2	280,5	—	167,6
Espanha	12 275,3	6 165,8	3 621,4	1 716,2	1 054,5	652,7
França	6 411,3	2 857,9	1 494,9	156,0	993,6	1 821,5
Irlanda	1 368,6	327,4	259,9	400,4	—	70,4
Itália	11 455,0	3 532,1	3 253,3	4 298,7	1 230,8	3 716,6
Luxemburgo	23,7	59,5	—	—	—	—
Países Baixos	156,5	226,9	488,2	587,4	13,1	292,1
Portugal	5 532,2	1 491,0	935,7	824,2	188,4	359,7
Reino Unido	5 206,2	2 468,2	3 905,6	2 904,0	497,3	206,5
Áustria	—	146,5	—	—	—	—
Finlândia	—	60,2	—	—	—	—
Suécia	—	—	—	15,3	—	—
Outros (1)	—	426,5	—	558,1	—	—
Total	51 992,9	23 086,4	17 840,6	13 630,9	4 391,1	9 364,2

Certos empréstimos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável.

(1) Ver nota 5d) pág. 112.



Quadro D: Financiamentos concedidos na União Europeia de 1990 a 1994

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição por países e por sectores

(milhões de ecus)

	Total	Empréstimos individuais	Créditos	Infra-estruturas				Indústria, serviços e agricultura
				Transportes	Telecomunicações	Gestão da água e diversos	Energia	
Bélgica	1 613,9	893,1	720,9	403,5	—	170,0	269,1	771,4
Dinamarca	3 518,7	3 217,9	300,8	1 874,0	447,7	126,6	788,8	281,6
Alemanha	8 076,3	4 536,9	3 539,4	889,2	1 159,1	2 000,6	722,1	3 305,2
Grécia	1 834,2	1 466,6	367,5	787,6	287,8	274,9	301,1	182,8
Espanha	13 980,6	13 043,5	937,1	6 230,4	1 937,2	1 881,8	1 377,4	2 553,8
França	9 220,5	5 690,8	3 529,7	5 098,2	5,8	580,6	89,3	3 446,6
Irlanda	1 368,6	1 297,6	71,0	320,7	186,3	308,2	401,0	152,4
Itália	17 482,1	13 040,0	4 442,1	635,2	3 432,9	1 590,0	4 994,5	6 829,5
Luxemburgo	83,1	83,1	—	—	59,5	—	—	23,7
Países Baixos	1 242,7	927,9	314,8	232,0	—	471,9	173,9	364,9
Portugal	5 532,2	5 065,2	467,0	2 013,2	779,6	170,9	905,0	1 663,4
Reino Unido	10 660,0	10 449,0	211,0	2 086,4	1 035,7	2 990,4	2 872,0	1 675,5
Áustria	146,5	146,5	—	72,5	74,0	—	—	—
Finlândia	60,2	60,2	—	60,2	—	—	—	—
Suécia	15,3	15,3	—	—	—	—	15,3	—
Outros (1)	984,6	984,6	—	—	426,5	—	558,1	—
Total	75 819,4	60 918,1	14 901,3	20 703,3	9 832,0	10 565,9	13 467,6	21 250,7

(1) Ver nota 5d) pág. 112.

Quadro E: **Financiamentos concedidos na União Europeia em 1994**
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)
Distribuição por sectores

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Empréstimos		Créditos	
	Montante	%	BEI	Total	BEI	NIC
Energia e infra-estruturas	13 030,1	78,4	12 063,2	966,8	966,8	—
Energia	3 383,9	20,4	3 314,6	69,3	69,3	—
Produção	1 676,9	10,1	1 656,5	20,4	20,4	—
Centrais térmicas convencionais	892,2	5,4	892,0	0,2	0,2	—
Centrais hidroeléctricas	94,0	0,6	76,0	18,0	18,0	—
Energia geotérmica	0,9	0,0	—	0,9	0,9	—
Centrais de produção de calor	125,0	0,8	123,8	1,2	1,2	—
Exploração de hidrocarbonetos	564,7	3,4	564,7	0,1	0,1	—
Transporte, armazenagem e reprocessamento	776,7	4,7	765,1	11,6	11,6	—
Electricidade	194,8	1,2	191,9	2,9	2,9	—
Gás natural e petróleo	581,9	3,5	573,2	8,6	8,6	—
Distribuição	930,4	5,6	893,1	37,3	37,3	—
Electricidade	469,4	2,8	462,9	6,5	6,5	—
Gás natural	419,7	2,5	394,0	25,7	25,7	—
Calor	41,3	0,2	36,2	5,1	5,1	—
Transportes	5 636,6	33,9	5 327,8	308,8	308,8	—
Obras excepcionais	634,4	3,8	634,4	—	—	—
Caminhos-de-ferro	544,3	3,3	544,2	0,1	0,1	—
Estradas e auto-estradas	2 469,9	14,9	2 251,9	218,0	218,0	—
Centros intermodais e outros	70,7	0,4	70,7	—	—	—
Transportes urbanos	1 443,2	8,7	1 364,3	78,9	78,9	—
Transportes aéreos	413,4	2,5	413,4	—	—	—
Transportes marítimos	60,5	0,4	48,7	11,9	11,9	—
Telecomunicações	2 155,0	13,0	2 155,0	—	—	—
Redes e centrais	2 056,1	12,4	2 056,1	—	—	—
Telemóveis	72,0	0,4	72,0	—	—	—
Satélites e estações	27,0	0,2	27,0	—	—	—
Água, saneamento e resíduos sólidos	1 432,4	8,6	970,5	461,9	461,9	—
Abastecimento de água potável	174,9	1,1	40,7	134,2	134,2	—
Tratamento de águas residuais	486,3	2,9	300,7	185,7	185,7	—
Abastecimento e saneamento	431,8	2,6	342,3	89,6	89,6	—
Tratamento de resíduos sólidos e líquidos	320,2	1,9	279,8	40,5	40,5	—
Projectos com finalidade múltipla	18,9	0,1	7,0	11,9	11,9	—
Infra-estruturas urbanas	26,3	0,2	25,6	0,7	0,7	—
Renovação urbana	7,3	0,0	7,3	—	—	—
Projectos urbanos compostos	19,0	0,1	18,3	0,7	0,7	—
Infra-estruturas diversas	396,0	2,4	269,9	126,1	126,1	—
Infra-estruturas compósitas	396,0	2,4	269,9	126,1	126,1	—
Indústria, agricultura e serviços	3 594,3	21,6	1 797,7	1 796,6	1 777,4	19,2
Indústria	2 911,6	17,5	1 575,5	1 336,1	1 324,7	11,4
Indústrias extractivas	28,7	0,2	—	28,7	28,7	—
Indústrias metalúrgicas de base	59,1	0,4	50,3	8,7	8,7	—
Indústria metalomecânica	281,5	1,7	—	281,5	279,8	1,6
Construção de equipamento de transporte	583,4	3,5	554,9	28,5	27,7	0,8
Engenharia electrotécnica e electrónica	84,8	0,5	29,3	55,5	55,2	0,4
Indústria química	589,6	3,5	486,1	103,5	102,1	1,4
Borracha e matérias plásticas	80,7	0,5	10,4	70,4	69,5	0,8
Vidro e cerâmica	66,5	0,4	15,5	51,0	50,7	0,3
Materiais de construção	168,1	1,0	27,4	140,6	139,8	0,8
Indústria da madeira	68,6	0,4	—	68,6	68,2	0,5
Produtos alimentares	239,4	1,4	55,2	184,2	183,1	1,1
Têxteis, vestuário e calçado	96,0	0,6	—	96,0	95,2	0,8
Pasta de papel, papel e tipografia	451,2	2,7	346,4	104,9	103,0	1,9
Indústrias transformadoras diversas	29,3	0,2	—	29,3	28,8	0,5
Engenharia civil e construção	84,7	0,5	—	84,7	84,3	0,4
Serviços	680,4	4,1	222,2	458,1	450,4	7,8
Turismo, tempos livres e saúde	157,4	0,9	6,2	151,1	149,3	1,9
Investigação e desenvolvimento	0,3	0,0	—	0,3	0,3	—
Serviços às empresas e às autarquias	477,0	2,9	208,6	268,4	264,7	3,7
Recuperação e reciclagem de resíduos	11,8	0,1	—	11,8	11,6	0,2
Centros de formação e de ensino	8,4	0,1	7,5	0,9	0,9	—
Comércio por grosso	25,6	0,2	—	25,6	23,6	2,0
Agricultura, pescas e silvicultura	2,3	0,0	—	2,3	2,3	—
Total geral	16 624,4	100,0	13 860,9	2 763,4	2 744,2	19,2

Quadro F: **Financiamentos concedidos na União Europeia de 1990 a 1994**

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição por sectores

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Empréstimos BEI+NIC	Créditos		
	Montante	%		Total	BEI	NIC
Energia e infra-estruturas	54 568,6	72,0	50 103,9	4 464,7	4 464,7	—
Energia	13 467,5	17,8	13 004,8	462,7	462,7	—
Produção	6 433,6	8,5	6 278,3	155,3	155,3	—
Centrais térmicas convencionais	2 201,8	2,9	2 172,0	29,7	29,7	—
Centrais hidroeléctricas	510,7	0,7	415,6	95,1	95,1	—
Energias geotérmica e alternativas	29,3	0,0	27,4	1,8	1,8	—
Centrais de produção de calor	659,8	0,9	637,3	22,5	22,5	—
Exploração de hidrocarbonetos	2 991,6	3,9	2 988,4	3,2	3,2	—
Combustíveis sólidos	40,3	0,1	37,4	2,9	2,9	—
Transporte, armazenagem e reprocessamento	3 232,2	4,3	3 215,1	17,1	17,1	—
Electricidade	1 155,4	1,5	1 149,7	5,8	5,8	—
Gás natural e petróleo	1 838,7	2,4	1 827,3	11,3	11,3	—
Combustíveis nucleares	238,0	0,3	238,0	—	—	—
Distribuição	3 801,8	5,0	3 511,5	290,3	290,3	—
Electricidade	2 116,9	2,8	2 085,1	31,8	31,8	—
Gás natural	1 529,5	2,0	1 313,0	216,5	216,5	—
Calor	155,4	0,2	113,4	42,0	42,0	—
Transportes	20 703,3	27,3	19 320,5	1 382,8	1 382,8	—
Obras excepcionais	2 317,5	3,1	2 317,5	—	—	—
Caminhos-de-ferro	3 277,8	4,3	3 216,5	61,3	61,3	—
Estradas e auto-estradas	7 948,5	10,5	7 183,9	764,6	764,6	—
Centros intermodais e outros	221,8	0,3	216,9	4,9	4,9	—
Transportes urbanos	3 525,8	4,7	3 052,6	473,2	473,2	—
Transportes aéreos	2 918,7	3,8	2 898,7	20,0	20,0	—
Transportes marítimos	493,2	0,7	434,3	58,8	58,8	—
Telecomunicações	9 832,0	13,0	9 832,0	—	—	—
Redes especializadas	207,2	0,3	207,2	—	—	—
Redes e centrais	8 329,8	11,0	8 329,8	—	—	—
Telemóveis	151,3	0,2	151,3	—	—	—
Satélites e estações	744,2	1,0	744,2	—	—	—
Çabos internacionais	399,5	0,5	399,5	—	—	—
Água, saneamento e resíduos sólidos	8 198,0	10,8	6 099,0	2 098,9	2 098,9	—
Abastecimento de água potável	653,9	0,9	287,7	366,2	366,2	—
Tratamento de águas residuais	2 529,9	3,3	1 406,2	1 123,6	1 123,6	—
Abastecimento e saneamento	3 109,2	4,1	2 836,6	272,6	272,6	—
Tratamento de resíduos sólidos e líquidos	1 186,6	1,6	957,0	229,6	229,6	—
Projectos com finalidade múltipla	718,4	0,9	611,5	106,9	106,9	—
Infra-estruturas urbanas	357,5	0,5	291,2	66,2	66,2	—
Renovação urbana	153,1	0,2	128,8	24,3	24,3	—
Exposições, feiras e congressos	152,3	0,2	141,5	10,8	10,8	—
Edifícios públicos e administrativos	8,2	0,0	2,6	5,5	5,5	—
Projectos urbanos compósitos	43,8	0,1	18,3	25,5	25,5	—
Infra-estruturas diversas	2 010,4	2,7	1 556,3	454,1	454,1	—
Infra-estruturas compósitas	1 937,7	2,6	1 485,9	451,8	451,8	—
Ordenamento agrícola e florestal	72,7	0,1	70,5	2,2	2,2	—
Indústria, agricultura e serviços	21 250,7	28,0	10 814,2	10 436,5	10 237,5	199,1
Indústria	18 107,6	23,9	9 987,2	8 120,4	7 965,9	154,5
Indústrias extractivas	112,0	0,1	—	112,0	108,9	3,1
Indústrias metalúrgicas de base	273,6	0,4	87,3	186,3	186,2	0,1
Indústria metalomecânica	1 700,5	2,2	100,1	1 600,5	1 574,8	25,7
Construção de equipamento de transporte	5 273,6	7,0	5 043,5	230,1	226,2	3,9
Engenharia electrotécnica e electrónica	1 102,8	1,5	607,6	495,2	488,6	6,6
Indústria química	2 982,4	3,9	2 428,9	553,5	546,2	7,3
Borracha e matérias plásticas	604,8	0,8	163,1	441,7	433,0	8,7
Vidro e cerâmica	276,9	0,4	58,3	218,6	215,7	2,9
Materiais de construção	792,5	1,0	186,6	606,0	600,7	5,2
Indústria da madeira	506,8	0,7	50,8	455,9	440,0	16,0
Produtos alimentares	1 520,1	2,0	239,3	1 280,8	1 253,9	26,9
Têxteis, vestuário e calçado	548,1	0,7	22,4	525,8	520,2	5,6
Pasta de papel, papel e tipografia	1 818,3	2,4	999,3	819,0	796,1	23,0
Indústrias transformadoras diversas	166,0	0,2	—	166,0	152,1	14,0
Engenharia civil e construção	429,1	0,6	—	429,1	423,6	5,5
Serviços	3 060,1	4,0	827,0	2 233,2	2 189,5	43,7
Turismo, tempos livres e saúde	1 030,9	1,4	260,5	770,4	763,6	6,9
Investigação e desenvolvimento	132,4	0,2	123,1	9,3	9,3	—
Serviços às empresas e às autarquias	1 417,6	1,9	208,6	1 209,0	1 179,1	30,0
Recuperação e reciclagem de resíduos	79,3	0,1	—	79,3	75,9	3,5
Centros de formação e de ensino	69,7	0,1	67,4	2,3	2,3	—
Serviços especializados de informação	168,5	0,2	167,4	1,0	—	1,0
Comércio por grosso	161,8	0,2	—	161,8	159,4	2,3
Agricultura, pescas e silvicultura	82,9	0,1	—	82,9	82,1	0,8
Total geral	75 819,4	100,0	60 918,1	14 901,3	14 702,2	199,1

Quadro G: **Financiamentos de interesse regional em 1994 e de 1989 a 1994**
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(milhões de ecus)

Países	1994			1989-1994		
	Desenvolvimento regional	Regiões de intervenção comunitária	Regiões objectivo 1	Desenvolvimento regional	Regiões de intervenção comunitária	Regiões objectivo 1
Bélgica	178,6	105,5	6,0	453,0	350,1	6,0
Dinamarca	506,9	457,9	—	2 385,2	1 578,1	—
Alemanha	1 801,6	1 741,6	1 546,6	5 593,4	4 957,1	3 849,5
Grécia	632,1	632,1	632,1	2 095,6	2 095,6	2 095,6
Espanha	2 659,2	2 659,2	1 491,3	13 419,2	13 169,0	7 916,3
França	1 571,7	1 422,7	11,9	7 430,2	6 068,5	199,3
Irlanda	237,7	237,7	237,7	1 570,3	1 570,3	1 570,3
Itália	2 159,2	1 687,3	672,3	13 883,1	13 152,8	8 725,8
Luxemburgo	—	—	—	23,7	23,7	—
Países Baixos	17,7	17,7	9,7	237,4	175,4	9,7
Portugal	1 127,1	1 127,1	1 127,1	6 250,9	6 250,9	6 250,9
Reino Unido	1 143,3	534,7	13,1	5 821,4	4 692,1	169,6
Total	12 035,1	10 623,5	5 747,8	59 163,4	54 083,6	30 793,0

Quadro H: **Apresentação dos financiamentos por regiões (em 1994 e de 1990 a 1994)**

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Este quadro apresenta a distribuição dos financiamentos por regiões (Nuts 1 ou 2 segundo os países). Na medida do possível, procedeu-se à decomposição dos empréstimos individuais relativos a várias regiões.

Estimativas para 1992 da EUROSTAT, do PIB *per capita* expresso em poder de compra padrão (UE15 = 100)

População de 1992 em milhares de habitantes.

(montantes em milhões de ecus)

	PIB/hab.	População	1994			1990-1994		
			Total	Empréstimos	Créditos	Total	Empréstimos	Créditos
Bélgica	109	10 045	504,2	388,1	116,1	1 613,9	893,1	720,9
Bruxelles-Brussel	174	960	74,9	73,1	1,8	204,4	166,6	37,7
Vlaams Gewest	110	5 804	342,8	245,9	96,9	861,0	303,4	557,6
Région Wallonne	88	3 280	86,5	69,0	17,4	194,7	69,1	125,6
Projectos multirregionais	—	—	—	—	—	353,9	353,9	—
Dinamarca	107	5 170	819,5	776,2	43,3	3 518,7	3 217,9	300,8
Hovedstadsregionen	—	—	59,8	49,0	10,8	642,3	590,7	51,6
Øst for Storebælt	—	—	356,5	355,4	1,1	1 074,6	1 058,3	16,2
Vest for Storebælt	—	—	216,0	184,6	31,4	1 078,7	845,6	233,0
Projectos multirregionais	—	—	187,2	187,2	—	723,2	723,2	—
Alemanha	107	80 595	2 301,3	1 608,0	693,2	8 076,3	4 536,9	3 539,4
Hamburg	196	1 677	1,1	—	1,1	130,7	107,5	23,2
Bremen	155	684	1,0	—	1,0	43,8	—	43,8
Hessen	149	5 878	71,4	56,8	14,5	329,4	262,0	67,4
Baden-Württemberg	131	10 074	32,6	—	32,6	376,6	120,3	256,4
Bayern	126	11 676	103,7	87,9	15,8	642,4	493,1	149,3
Nordrhein-Westfalen	113	17 590	293,3	127,1	166,1	1 575,0	419,0	1 156,0
Saarland	109	1 080	70,5	70,3	0,2	153,4	92,6	60,8
Niedersachsen	105	7 523	81,7	—	81,7	576,9	48,6	528,2
Schleswig-Holstein	104	2 662	54,5	25,0	29,5	126,8	25,0	101,8
Rheinland-Pfalz	102	3 852	13,9	—	13,9	76,6	—	76,6
Berlin	95	3 455	65,7	52,1	13,6	130,6	93,4	37,2
Brandenburg	44	2 544	191,6	131,3	60,3	402,5	216,7	185,8
Sachsen-Anhalt	43	2 809	417,1	300,6	116,5	877,0	586,7	290,3
Sachsen	42	4 664	582,4	511,1	71,3	1 498,9	1 218,6	280,3
Mecklenburg-Vorpommern	41	1 873	126,0	90,4	35,6	313,7	196,1	117,6
Thüringen	38	2 552	194,7	155,4	39,4	675,1	510,5	164,7
Projectos multirregionais	—	—	—	—	—	146,8	146,8	—

Quadro H: **Apresentação dos financiamentos por regiões em 1994 e de 1990 a 1994** (continuação)
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(montantes em milhões de ecus)

	PIB/hab.	População	1994			1990-1994		
			Total	Empréstimos	Créditos	Total	Empréstimos	Créditos
Grécia	61	10 280	632,1	478,2	153,9	1 834,2	1 466,6	367,5
Attiki	68	3 528	137,3	114,2	23,1	512,5	458,0	54,5
Kentriki Ellada	59	2 439	82,3	33,1	49,2	392,0	264,2	127,9
Voreia Ellada	58	3 313	83,2	28,9	54,3	233,9	131,6	102,2
Nisia	54	1 000	34,9	11,0	23,9	175,0	102,2	72,7
Projectos multirregionais	—	—	294,5	291,0	3,5	520,8	510,6	10,1
Espanha	77	39 115	2 749,1	2 657,4	91,7	13 980,6	13 043,5	937,1
Baleares	103	686	50,4	50,4	0,04	260,3	250,1	10,2
Madrid	97	4 914	443,3	442,4	0,9	1 948,0	1 881,1	66,9
Cataluña	95	6 023	517,4	481,2	36,2	2 524,2	2 404,2	120,0
Navarra	94	522	0,1	0,1	0,1	215,2	204,6	10,7
País Vasco	90	2 131	209,0	208,3	0,7	849,0	813,6	35,4
La Rioja	87	261	4,9	4,8	0,1	43,9	39,8	4,1
Aragón	84	1 208	32,4	29,5	2,8	123,9	98,2	25,7
Comunidad Valenciana	78	3 801	501,1	474,4	26,7	1 525,4	1 407,4	118,0
Canarias	75	1 503	63,7	63,4	0,2	209,2	189,5	19,7
Cantabria	74	527	17,9	14,5	3,4	247,4	237,7	9,7
Asturias	71	1 120	2,7	0,2	2,6	307,4	290,4	17,0
Murcia	70	1 039	39,8	37,2	2,5	407,9	370,8	37,0
Castilla-León	66	2 620	118,6	112,8	5,7	587,7	477,7	110,0
Castilla - la Mancha	65	1 718	172,2	168,0	4,2	1 010,5	944,3	66,2
Andalucía	59	6 989	253,3	248,3	5,1	1 986,8	1 804,9	181,8
Galicia	59	2 795	249,5	249,1	0,4	754,8	685,5	69,3
Extremadura	51	1 132	72,7	72,7	—	449,7	414,3	35,4
Projectos multirregionais	—	—	—	—	—	529,2	529,2	—
França	112	57 042	2 198,4	1 428,2	770,2	9 220,5	5 690,8	3 529,7
Ile-de-France	169	10 799	263,6	203,3	60,3	869,2	586,2	283,0
Champagne-Ardenne	114	1 343	7,0	—	7,0	196,9	163,5	33,4
Alsace	113	1 633	86,1	65,2	20,9	310,5	151,4	159,1
Rhône-Alpes	111	5 429	285,7	171,9	113,8	1 262,9	814,5	448,4
Haute-Normandie	107	1 744	64,0	56,3	7,7	246,1	192,1	54,0
Franche-Comté	104	1 104	19,4	4,8	14,6	91,2	20,3	71,0
Centre	103	2 387	14,1	—	14,1	78,5	3,2	75,2
Provence - Côte d'Azur	101	4 332	87,2	—	87,2	490,8	219,9	270,9
Aquitaine	99	2 817	37,9	8,0	29,9	237,4	23,1	214,3
Bourgogne	99	1 610	8,1	—	8,1	133,5	89,1	44,4
Basse-Normandie	98	1 395	11,2	—	11,2	83,3	8,7	74,6
Midi-Pyrénées	97	2 448	71,3	—	71,3	392,5	216,6	175,9
Lorraine	97	2 283	113,9	62,9	51,0	319,6	99,4	220,2
Pays de la Loire	96	3 087	141,3	76,2	65,1	564,3	296,4	267,9
Picardie	95	1 831	93,2	83,3	9,9	319,6	268,7	50,9
Bretagne	93	2 807	91,7	—	91,7	367,6	1,0	366,6
Auvergne	90	1 310	5,5	—	5,5	69,1	—	69,1
Poitou-Charentes	89	1 605	36,8	22,6	14,2	114,4	45,2	69,1
Nord - Pas-de-Calais	89	3 956	604,6	539,2	65,4	2 122,4	1 833,8	288,6
Limousin	89	714	3,5	—	3,5	37,1	—	37,1
Languedoc-Roussillon	88	2 159	18,8	8,0	10,8	175,9	22,5	153,4
Corse	79	251	0,6	—	0,6	1,6	—	1,6
DOM	45	1 469	11,3	4,6	6,7	196,0	95,1	100,9
Projectos multirregionais	—	—	121,7	121,7	—	540,1	540,1	—
Irlanda	76	3 548	237,7	190,3	47,4	1 368,6	1 297,6	71,0

Quadro H: **Apresentação dos financiamentos por regiões em 1994 e de 1990 a 1994** (continuação)
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(montantes em milhões de ecus)

	PIB/hab.	População	1994			1990-1994		
			Total	Empréstimos	Créditos	Total	Empréstimos	Créditos
Itália	105	57 896	2 965,9	2 261,3	704,6	17 482,1	13 040,0	4 442,1
Lombardia	134	9 030	356,2	257,9	98,4	1 684,4	1 038,6	645,8
Valle d'Aosta	129	119	—	—	—	13,0	7,8	5,2
Emilia-Romagna	128	3 985	164,7	63,4	101,3	1 195,5	683,3	512,2
Trentino - Alto Adige	124	910	59,1	18,1	41,0	322,9	101,4	221,5
Friuli - Venezia Giulia	122	1 218	26,0	11,9	14,2	351,8	271,8	80,0
Liguria	121	1 701	212,9	168,4	44,5	482,5	349,2	133,3
Lazio	120	5 246	202,1	185,6	16,5	1 001,1	756,8	244,4
Piemonte	119	4 380	118,6	57,0	61,7	1 409,1	1 006,6	402,5
Veneto	117	4 468	164,0	97,3	66,8	909,5	560,8	348,7
Toscana	112	3 592	111,2	42,1	69,1	836,8	499,1	337,7
Marche	104	1 457	200,8	177,9	22,9	499,0	277,9	221,1
Umbria	103	828	46,4	15,4	30,9	285,6	105,1	180,5
Abruzzi	94	1 275	57,0	32,4	24,7	903,6	669,4	234,3
Molise	82	337	3,8	—	3,8	199,2	169,2	30,0
Sardegna	79	1 679	61,3	56,5	4,9	750,8	660,7	90,1
Puglia	77	4 115	223,9	201,2	22,6	1 132,7	957,8	174,9
Campania	73	5 732	147,3	92,5	54,8	1 278,7	963,0	315,7
Sicilia	73	5 073	63,0	41,6	21,5	1 057,5	885,0	172,6
Basilicata	67	622	64,0	61,9	2,1	925,1	860,5	64,6
Calabria	63	2 110	55,6	52,5	3,0	628,3	601,3	27,0
Projectos multirregionais	—	—	627,8	627,8	—	1 614,9	1 614,9	—
Luxemburgo	156	393	—	—	—	83,1	83,1	—
Países Baixos	102	15 182	332,4	283,3	49,1	1 242,7	927,9	314,8
West-Nederland	109	7 117	196,5	190,5	5,9	365,0	255,5	109,5
Noord-Nederland	103	1 605	—	—	—	26,0	—	26,0
Zuid-Nederland	98	3 352	81,5	51,0	30,5	513,3	420,1	93,2
Oost-Nederland	89	3 108	54,5	41,8	12,7	163,5	77,3	86,1
Projectos multirregionais	—	—	—	—	—	174,9	174,9	—
Portugal	67	9 858	1 127,0	1 084,2	42,9	5 532,2	5 065,2	467,0
Lisboa e Vale do Tejo	93	3 293	392,4	380,3	12,1	2 184,2	2 039,1	145,1
Norte	60	3 479	25,8	—	25,8	769,1	605,4	163,7
Algarve	58	342	26,9	25,5	1,4	131,7	119,0	12,7
Centro	48	1 715	2,6	—	2,6	510,9	400,2	110,6
Madeira	44	254	70,7	70,7	—	98,0	81,2	16,8
Alentejo	41	539	1,0	—	1,0	337,9	324,1	13,8
Açores	41	238	—	—	—	137,2	132,9	4,3
Projectos multirregionais	—	—	607,7	607,7	—	1 363,2	1 363,2	—
Reino Unido	98	57 848	2 346,5	2 295,5	51,0	10 660,0	10 449,0	211,0
South East	115	17 658	906,0	890,7	15,3	2 710,2	2 669,7	40,5
East Anglia	100	2 083	0,9	—	0,9	121,5	111,0	10,5
Scotland	96	5 098	90,8	89,9	0,9	1 434,6	1 424,5	10,1
South West	93	4 734	2,4	—	2,4	390,9	376,2	14,6
East Midlands	92	4 051	3,0	—	3,0	278,3	260,6	17,7
West Midlands	90	5 264	65,3	63,7	1,7	460,1	444,4	15,7
Yorkshire and Humberside	90	4 989	141,8	127,3	14,5	538,2	513,3	24,9
North West	88	6 383	358,7	351,4	7,4	1 062,3	1 021,2	41,1
North	88	3 091	71,1	68,3	2,9	890,1	875,3	14,9
Wales	83	2 891	97,3	95,6	1,7	806,5	785,9	20,6
Northern Ireland	79	1 606	0,4	—	0,4	155,5	155,1	0,4
Projectos multirregionais	—	—	608,6	608,6	—	1 811,8	1 811,8	—
Áustria	115	7 914	74,0	74,0	—	146,5	146,5	—
Finlândia	93	5 042	60,2	60,2	—	60,2	60,2	—
Suécia	106	8 688	15,3	15,3	—	15,3	15,3	—
Outros	—	—	260,8	260,8	—	984,6	984,6	—
TOTAL	—	368 596	16 624,4	13 860,9	2 763,4	75 819,4	60 918,1	14 901,3

Quadro I: **Créditos concedidos em 1994 no âmbito de empréstimos globais em curso**
Distribuição por regiões e por objectivos
(certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável)

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Desenvolvimento regional				Fora das regiões assistidas		Energia e ambiente	
			Infra-estruturas		Indústria		PME		Número	Montante
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante		
Bélgica	176	116,1	—	—	54	36,3	122	79,8	—	—
Vlaams Gewest	139	96,9	—	—	32	26,7	107	70,2	—	—
Région Wallonne	32	17,4	—	—	22	9,6	10	7,8	—	—
Bruxelles-Brussel	5	1,8	—	—	—	—	5	1,8	—	—
Dinamarca	286	43,3	—	—	61	11,8	225	31,5	—	—
Vest for Storebælt	200	31,4	—	—	55	11,5	145	19,9	—	—
Hovedstadsregionen	67	10,8	—	—	—	—	67	10,8	—	—
Øst for Storebælt	19	1,1	—	—	6	0,3	13	0,7	—	—
Alemanha	541	693,2	89	160,2	194	281,4	176	68,9	174	344,1
Nordrhein-Westfalen	136	166,1	7	18,1	14	8,3	66	21,9	56	136,0
Sachsen-Anhalt	42	116,5	17	47,0	25	69,5	—	—	17	47,0
Niedersachsen	74	81,7	22	37,3	17	8,7	22	5,5	36	71,4
Sachsen	59	71,3	5	1,5	54	69,9	—	—	5	1,5
Brandenburg	34	60,3	11	18,9	23	41,4	—	—	11	18,9
Thüringen	23	39,4	2	1,0	21	38,4	—	—	3	3,6
Mecklenburg-Vorpommern	26	35,6	10	15,0	16	20,6	—	—	10	15,0
Baden-Württemberg	46	32,6	—	—	2	1,7	37	17,4	7	13,6
Schleswig-Holstein	28	29,5	15	21,4	1	1,6	10	3,8	16	17,9
Bayern	29	15,8	—	—	7	1,8	18	5,0	5	9,4
Hessen	16	14,5	—	—	1	0,2	12	11,1	3	3,2
Rheinland-Pfalz	15	13,9	—	—	5	4,4	6	3,2	4	6,2
Berlin	5	13,6	—	—	5	13,6	—	—	—	—
Hamburg	4	1,1	—	—	1	0,4	3	0,8	1	0,4
Bremen	2	1,0	—	—	2	1,0	—	—	—	—
Saarland	2	0,2	—	—	—	—	2	0,2	—	—
Grécia *	54	153,9	36	136,0	18	17,9	—	—	35	135,5
Voreia Ellada	15	57,8	12	56,5	3	1,3	—	—	11	55,9
Kentriki Ellada	16	49,2	9	43,0	7	6,1	—	—	9	43,0
Nisia	18	23,9	14	19,5	4	4,4	—	—	14	19,5
Attiki	5	23,1	1	16,9	4	6,1	—	—	1	16,9
* dos quais 3,2 milhões de ecus também no âmbito das infra-estruturas de interesse comunitário.										
Espanha	392	91,7	4	0,8	187	51,4	201	39,5	1	0,5
Cataluña	170	36,2	—	—	—	—	170	36,2	—	—
Comunidad Valenciana	84	26,7	1	0,03	83	26,6	—	—	—	—
Castilla-León	20	5,7	1	0,5	19	5,3	—	—	1	0,5
Andalucía	19	5,1	—	—	19	5,1	—	—	—	—
Castilla - la Mancha	29	4,2	—	—	29	4,2	—	—	—	—
Cantabria	13	3,4	—	—	13	3,4	—	—	—	—
Aragón	18	2,8	—	—	5	0,8	13	2,0	—	—
Asturias	8	2,6	—	—	8	2,6	—	—	—	—
Murcia	3	2,5	—	—	3	2,5	—	—	—	—
Madrid	11	0,9	—	—	—	—	11	0,9	—	—
País Vasco	8	0,7	—	—	5	0,6	3	0,1	—	—
Galicia	3	0,4	2	0,3	1	0,1	—	—	—	—
Canarias	2	0,2	—	—	2	0,2	—	—	—	—
La Rioja	2	0,1	—	—	—	—	2	0,05	—	—
Navarra	1	0,1	—	—	—	—	1	0,1	—	—
Baleares	1	0,04	—	—	—	—	1	0,04	—	—

Quadro I: **Créditos concedidos em 1994 no âmbito de empréstimos globais em curso** (continuação)
Distribuição por regiões e por objectivos
(certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável)

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Desenvolvimento regional				Fora das regiões assistidas		Energia e ambiente	
			Infra-estruturas		Indústria		PME		Número	Montante
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante		
França	4 507	770,2	531	403,4	2502	213,5	1435	135,3	220	82,5
Rhône-Alpes	565	113,8	80	60,8	228	24,5	255	26,4	12	3,7
Bretagne	403	91,7	155	69,2	248	22,4	—	—	41	10,1
Provence - Côte d'Azur	374	87,2	49	61,6	325	25,6	—	—	3	1,0
Midi-Pyrénées	201	71,3	51	58,1	147	13,0	3	0,2	9	1,2
Nord - Pas-de-Calais	276	65,4	24	37,9	252	27,5	—	—	—	—
Pays de la Loire	311	65,1	50	41,7	215	20,6	45	2,2	15	4,2
Ile-de-France	501	60,3	—	—	—	—	498	57,9	3	2,3
Lorraine	211	51,0	35	38,3	176	12,7	—	—	15	9,3
Aquitaine	269	29,9	33	14,5	229	14,8	6	0,3	34	14,7
Alsace	182	20,9	5	1,1	74	5,8	91	8,2	20	8,0
Franche-Comté	91	14,6	4	4,6	21	1,9	64	6,6	6	6,1
Poitou-Charentes	127	14,2	8	5,9	119	8,3	—	—	7	5,9
Centre	152	14,1	—	—	21	1,1	124	10,8	7	2,2
Basse-Normandie	107	11,2	8	2,0	52	4,2	45	4,1	10	2,9
Languedoc-Roussillon	122	10,8	13	3,1	109	7,7	—	—	13	4,1
Picardie	138	9,9	1	0,6	23	1,4	112	7,0	3	1,4
Bourgogne	121	8,1	—	—	45	2,9	75	5,1	1	0,1
Haute-Normandie	122	7,7	—	—	30	2,1	86	4,1	6	1,5
Champagne-Ardenne	116	7,0	2	0,3	87	5,0	27	1,7	2	0,3
DOM	25	6,7	—	—	25	6,7	—	—	—	—
Auvergne	55	5,5	10	1,8	41	3,1	4	0,6	10	1,8
Limousin	34	3,5	2	1,5	32	2,0	—	—	2	1,5
Corse	4	0,6	1	0,4	3	0,2	—	—	1	0,4
Irlanda	248	47,4	1	0,6	247	46,8	—	—	—	—
Itália *	1 201	704,6	5	3,0	971	484,8	185	128,2	45	99,9
Emilia-Romagna	104	101,3	—	—	76	70,6	19	12,6	7	10,4
Lombardia	93	98,4	—	—	20	8,6	61	53,5	12	36,3
Toscana	145	69,1	1	0,2	127	55,3	14	8,7	4	5,9
Veneto	95	66,8	—	—	37	37,4	57	28,7	1	0,6
Piemonte	67	61,7	—	—	45	37,3	16	10,6	6	13,7
Campania	148	54,8	1	0,05	147	54,8	—	—	—	—
Liguria	89	44,5	1	0,8	82	31,0	3	5,7	4	7,8
Trentino - Alto Adige	41	41,0	—	—	37	36,5	—	—	4	4,5
Umbria	55	30,9	—	—	55	30,9	—	—	—	—
Abruzzi	65	24,7	—	—	65	24,7	—	—	—	—
Marche	30	22,9	—	—	30	22,9	—	—	—	—
Puglia	93	22,6	—	—	93	22,6	—	—	—	—
Sicilia	51	21,5	—	—	51	21,5	—	—	4	15,6
Lazio	34	16,5	1	0,2	33	16,3	—	—	—	—
Friuli - Venezia Giulia	19	14,2	—	—	2	2,4	15	8,4	2	3,4
Sardegna	33	4,9	—	—	33	4,9	—	—	—	—
Molise	6	3,8	1	1,8	5	2,1	—	—	1	1,8
Calabria	20	3,0	—	—	20	3,0	—	—	—	—
Basilicata	13	2,1	—	—	13	2,1	—	—	—	—
* dos quais 7,8 milhões de ecus também no âmbito das infra-estruturas de interesse comunitário e 1,2 milhões de ecus também no âmbito das tecnologias avançadas.										
Países Baixos	17	49,1	—	—	6	17,7	8	15,8	3	15,7
Zuid-Nederland	8	30,5	—	—	3	8,0	3	9,8	2	12,7
Oost-Nederland	4	12,7	—	—	3	9,7	—	—	1	3,0
West-Nederland	5	5,9	—	—	—	—	5	5,9	—	—

Quadro I: **Créditos concedidos em 1994 no âmbito de empréstimos globais em curso** (continuação)
Distribuição por regiões e por objectivos
(certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável)

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Desenvolvimento regional				Fora das regiões assistidas		Energia e ambiente	
			Infra-estruturas		Indústria		PME		Número	Montante
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante		
Portugal	146	42,9	84	27,4	62	15,5	—	—	45	15,7
Norte	63	25,8	30	14,5	33	11,3	—	—	18	8,9
Lisboa e Vale do Tejo	45	12,1	28	8,4	17	3,7	—	—	14	4,7
Centro	25	2,6	14	2,2	11	0,4	—	—	8	1,1
Algarve	6	1,4	5	1,4	1	0,04	—	—	3	0,7
Alentejo	7	1,0	7	1,0	—	—	—	—	2	0,3
Reino Unido *	144	51,0	2	1,0	41	18,9	101	31,1	—	—
South East	37	15,3	—	—	—	—	37	15,3	—	—
Yorkshire and Humberside	24	14,5	—	—	12	12,6	12	1,9	—	—
North West	19	7,4	1	0,4	8	1,7	10	5,3	—	—
East Midlands	15	3,0	—	—	—	—	15	3,0	—	—
North	7	2,8	1	0,6	5	2,2	1	0,1	—	—
South West	13	2,4	—	—	1	0,1	12	2,4	—	—
West Midlands	7	1,7	—	—	5	0,6	2	1,1	—	—
Wales	11	1,7	—	—	5	0,7	6	1,0	—	—
East Anglia	5	0,9	—	—	—	—	5	0,9	—	—
Scotland	3	0,9	—	—	2	0,7	1	0,2	—	—
Northern Ireland	3	0,4	—	—	3	0,4	—	—	—	—
* dos quais 19,2 milhões de ecus a cargo de recursos do NIC										
Total geral	7 712	2 763,4	752	732,4	4343	1 195,9	2453	530,0	523	693,8

Quadro J: **Créditos concedidos de 1990 a 1994 no âmbito de empréstimos globais em curso**
Distribuição por regiões e por objectivos
(certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável)

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Desenvolvimento regional				Fora das regiões assistidas		Energia e ambiente	
			Infra-estruturas		Indústria		PME		Número	Montante
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante		
Bélgica	1004	720,9	1	0,1	343	234,8	660	486,0	—	—
Vlaams Gewest	652	557,6	—	—	164	147,3	488	410,2	—	—
Région Wallonne	302	125,6	1	0,1	179	87,5	122	38,0	—	—
Bruxelles-Brussel	50	37,7	—	—	—	—	50	37,7	—	—
Dinamarca *	1 084	300,8	2	6,3	317	106,6	749	152,4	18	37,3
Vest for Storebælt	769	233,0	—	—	283	102,8	478	109,2	8	16,6
Hovedstadsregionen	246	51,6	2	6,3	—	—	240	40,9	6	10,7
Øst for Storebælt	69	16,2	—	—	34	3,9	31	2,3	4	10,0
* dos quais 4,8 milhões de ecus também no âmbito das infra-estruturas de interesse comunitário.										
Alemanha *	2 891	3 539,4	481	1 049,5	1 033	1 103,9	388	261,2	1 127	2 231,6
Nordrhein-Westfalen	713	1 156,0	130	284,3	84	89,8	160	100,7	466	927,2
Sachsen-Anhalt	153	290,3	32	84,1	121	206,2	—	—	40	141,9
Niedersachsen	322	528,2	159	313,2	93	106,7	30	11,1	201	406,5
Sachsen	288	280,3	11	22,6	277	257,6	—	—	25	53,4
Brandenburg	143	185,8	24	61,0	119	124,8	—	—	30	79,8
Thüringen	128	164,7	13	54,7	115	110,0	—	—	23	78,1
Mecklenburg-Vorpommern	123	117,6	31	58,5	92	59,1	—	—	34	60,3
Baden-Württemberg	599	256,4	—	—	11	3,9	95	76,8	83	124,1
Schleswig-Holstein	72	101,8	46	80,6	10	7,1	10	3,8	54	80,6
Bayern	125	149,3	—	—	25	25,4	39	19,0	67	114,7
Hessen	63	67,4	—	—	11	16,5	35	35,8	23	29,1
Rheinland-Pfalz	65	76,6	5	7,7	16	22,9	14	13,0	35	38,3
Berlin	29	37,2	1	2,1	28	35,1	—	—	5	13,3
Hamburg	19	23,2	1	0,6	12	14,3	3	0,8	12	17,7
Bremen	22	43,8	8	28,4	14	15,5	—	—	9	18,5
Saarland	27	60,8	20	51,5	5	9,1	2	0,2	20	48,1
* dos quais 58,4 milhões de ecus também no âmbito das tecnologias avançadas.										

Quadro J: **Créditos concedidos de 1990 a 1994 no âmbito de empréstimos globais em curso** (continuação)

Distribuição por regiões e por objectivos

(certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável)

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Desenvolvimento regional				Fora das regiões assistidas		Energia e ambiente	
			Infra-estruturas		Indústria		PME		Número	Montante
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante		
Grécia *	303	367,5	141	199,3	162	168,2	—	—	66	177,9
Voreia Ellada	85	102,2	35	64,6	50	37,6	—	—	18	60,4
Kentriki Ellada	86	127,9	35	65,6	51	62,3	—	—	15	59,8
Nisia	93	72,7	67	47,2	26	25,5	—	—	29	35,8
Attiki	36	54,5	2	18,4	34	36,2	—	—	2	18,4
Projectos multirregionais	3	10,1	2	3,5	1	6,6	—	—	2	3,5
* dos quais 3,2 milhões de ecus também no âmbito das infra-estruturas de interesse comunitário.										
Espanha	2 429	937,1	173	281,6	1454	410,8	797	242,0	5	2,8
Andalucia	350	181,8	44	58,0	291	111,3	15	12,6	—	—
Cataluña	424	120,0	1	2,3	16	6,7	407	111,0	—	—
Comunidad Valenciana	359	118,0	12	21,1	327	93,0	20	4,0	—	—
Castilla-León	265	110,0	40	55,0	211	48,5	13	6,1	1	0,5
Galicia	90	69,3	23	55,8	65	13,3	2	0,2	—	—
Madrid	212	66,9	1	1,9	11	0,6	197	62,3	3	2,1
Castilla - la Mancha	201	66,2	23	31,9	165	29,0	13	5,3	—	—
Murcia	70	37,0	4	11,0	60	21,3	5	4,5	1	0,2
Extremadura	82	35,4	8	21,8	72	13,2	2	0,3	—	—
País Vasco	96	35,4	1	0,8	79	29,3	16	5,3	—	—
Aragon	75	25,7	3	3,0	23	6,7	49	16,0	—	—
Canarias	58	19,7	7	8,2	50	11,3	1	0,1	—	—
Asturias	51	17,0	3	7,7	47	9,1	1	0,2	—	—
Navarra	36	10,7	1	1,9	1	0,1	34	8,7	—	—
Baleares	10	10,2	—	—	3	8,7	7	1,5	—	—
Cantabria	33	9,7	1	1,0	32	8,7	—	—	—	—
La Rioja	17	4,1	1	0,2	1	0,1	15	3,8	—	—
França *	21 772	3 529,7	2 191	1 632,7	11 432	1 117,7	8 018	723,6	879	339,6
Rhône-Alpes	2 964	448,4	356	211,6	1 027	90,1	1 550	125,8	80	40,1
Bretagne	1 698	366,6	468	196,8	1 223	165,9	7	3,9	93	31,8
Provence - Côte d'Azur	1 577	270,9	143	143,3	1 433	125,6	1	2,0	15	6,8
Midi-Pyrénées	745	175,9	108	122,3	633	52,8	4	0,9	26	11,0
Nord - Pas-de-Calais	1 264	288,6	132	164,0	1 130	122,7	2	2,0	11	4,4
Pays de la Loire	1 231	267,9	154	157,1	887	92,3	189	17,9	61	37,9
Ile-de-France	3 027	283,0	—	—	—	—	3 013	275,8	13	6,8
Lorraine	1 230	220,2	194	114,3	994	98,8	42	7,1	132	44,4
Aquitaine	986	214,3	114	148,2	863	64,9	8	1,0	62	30,9
Alsace	1 272	159,1	77	11,3	527	63,2	645	77,1	152	27,4
Franche-Comté	561	71,0	20	14,1	169	15,8	369	38,9	30	17,1
Poitou-Charentes	430	69,1	42	39,1	386	29,1	2	0,9	15	17,8
Centre	756	75,2	5	1,2	78	6,8	655	62,4	22	5,8
Basse-Normandie	509	74,6	50	39,8	246	16,8	195	12,0	20	7,3
Languedoc-Roussillon	518	153,4	82	118,7	436	34,7	13	2,3	44	12,2
Picardie	598	50,9	15	8,4	137	12,4	442	29,0	9	3,9
Bourgogne	491	44,4	12	6,6	188	13,7	283	22,2	18	7,9
Haute-Normandie	574	54,0	10	3,1	133	19,7	412	26,7	23	5,4
Champagne-Ardenne	501	33,4	6	1,3	361	19,8	133	12,1	5	1,1
DOM	282	100,9	107	61,1	173	39,6	2	0,3	5	5,0
Auvergne	344	69,1	63	44,1	227	20,7	51	3,4	39	10,5
Limousin	185	37,1	32	25,9	153	11,2	—	—	3	3,7
Corse	29	1,6	1	0,4	28	1,2	—	—	1	0,4
* dos quais 10,6 milhões de ecus também no âmbito das infra-estruturas de interesse comunitário.										
Irlanda	263	71,0	1	0,6	262	70,4	—	—	—	—

Quadro J: **Créditos concedidos de 1990 a 1994 no âmbito de empréstimos globais em curso** (continuação)

Distribuição por regiões e por objectivos

(certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é cumulável)

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Desenvolvimento regional				Fora das regiões assistidas		Energia e ambiente	
			Infra-estruturas		Indústria		PME		Número	Montante
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante		
Itália *	8 204	4 442,1	30	39,9	6 042	2 438,4	1 805	1 342,0	313	535,5
Emilia-Romagna	542	512,2	—	—	144	108,2	327	266,8	60	91,3
Lombardia	657	645,8	—	—	27	11,6	511	422,4	94	148,6
Valle d'Aosta	1	5,2	—	—	—	—	—	—	1	5,2
Toscana	560	337,7	1	0,2	387	191,9	158	109,6	18	44,4
Veneto	488	348,7	1	4,9	102	60,0	365	235,3	19	35,8
Piemonte	393	402,5	—	—	49	40,1	280	241,7	52	80,5
Campania	902	315,7	2	1,99	900	313,7	—	—	1	1,9
Liguria	285	133,3	3	3,4	214	83,3	64	33,7	6	16,2
Trentino - Alto Adige	359	221,5	6	5,0	345	204,2	—	—	14	17,4
Umbria	306	180,5	—	—	304	177,1	1	2,7	4	11,4
Abruzzi	453	234,3	1	0,8	452	233,5	—	—	1	0,8
Marche	462	221,2	1	0,1	457	217,8	2	0,3	2	3,0
Puglia	857	174,9	6	13,1	851	161,8	—	—	5	13,1
Sicilia	629	172,6	2	0,2	627	172,4	—	—	7	22,4
Lazio	269	244,3	4	4,5	232	215,3	25	7,6	11	21,1
Friuli - Venezia Giulia	155	80,0	1	3,8	67	37,9	72	21,9	16	20,2
Sardegna	479	90,1	—	—	479	90,1	—	—	—	—
Molise	62	30,0	1	1,8	61	28,2	—	—	1	1,8
Calabria	158	27,0	—	—	158	27,0	—	—	—	—
Basilicata	187	64,6	1	0,3	186	64,4	—	—	1	0,3
Países Baixos	504	314,8	—	—	143	94,8	355	197,2	6	22,7
Zuid-Nederland	116	93,2	—	—	14	17,3	99	60,2	3	15,7
Oost-Nederland	120	86,1	—	—	45	36,5	73	44,3	2	5,3
Noord-Nederland	57	26,0	—	—	46	20,2	11	5,8	—	—
West-Nederland	211	109,5	—	—	38	20,8	172	86,9	1	1,8
Portugal	1 330	467,0	229	98,1	1 101	368,9	—	—	56	42,8
Norte	490	163,7	97	43,5	393	120,2	—	—	22	18,6
Lisboa e Vale do Tejo	340	145,1	41	27,4	299	117,7	—	—	17	17,2
Centro	360	110,6	44	18,0	316	92,6	—	—	12	6,0
Madeira	8	16,8	—	—	8	16,8	—	—	—	—
Açores	18	4,3	11	2,7	7	1,6	—	—	—	—
Algarve	37	12,7	11	4,1	26	8,6	—	—	3	0,7
Alentejo	77	13,8	25	2,3	52	11,4	—	—	2	0,3
Reino Unido *	409	211,0	2	1,0	151	94,1	254	112,4	2	3,5
South East	90	40,5	—	—	—	—	90	40,5	—	—
Yorkshire and Humberside	46	24,9	—	—	27	20,4	19	4,5	—	—
North West	58	41,1	1	0,4	42	23,9	15	16,8	—	—
East Midlands	53	17,7	—	—	9	6,4	44	11,3	—	—
North	19	14,9	1	0,6	15	12,1	3	2,2	—	—
South West	26	14,6	—	—	3	0,5	23	14,2	—	—
West Midlands	35	15,7	—	—	22	7,9	13	7,8	—	—
Wales	34	20,6	—	—	23	13,9	11	6,6	—	—
East Anglia	32	10,5	—	—	—	—	30	7,0	2	3,5
Scotland	13	10,1	—	—	7	8,6	6	1,5	—	—
Northern Ireland	3	0,4	—	—	3	0,4	—	—	—	—
Total geral	40 193	14 901,3	3 251	3 309,0	22 440	6 208,7	13 026	3 516,7	2 472	3 393,7

* dos quais 14,1 milhões de ecus também no âmbito das infra-estruturas de interesse comunitário, 170,2 milhões de ecus também no âmbito das tecnologias avançadas, e 8,5 milhões de ecus a cargo de recursos do NIC.

* dos quais 79,1 milhões de ecus a cargo de recursos do NIC

Quadro K: **Financiamentos nos Estados ACP e nos PTU de 1976 a 1994**

(Convenções de Lomé) Distribuição segundo a localização dos projectos

(milhões de ecus)

	Total			Recursos próprios			Recursos orçamentais		
	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV
Conjunto dos Países ACP	76,7	—	76,7	70,0	—	70,0	6,7	—	6,7
ÁFRICA	3 243,9	2 314,9	929,0	1 936,0	1 418,6	517,4	1 307,9	896,3	411,6
<i>Ocidental</i>	1 410,5	1 010,2	400,3	959,7	684,7	275,0	450,8	325,5	125,3
Nigéria	439,6	307,1	132,5	433,0	303,0	130,0	6,6	4,1	2,5
Costa do Marfim	207,2	196,7	10,5	196,2	190,7	5,5	11,1	6,1	5,0
Gana	138,9	78,3	60,7	97,0	37,0	60,0	41,9	41,3	0,7
Guiné	97,2	38,2	59,0	28,4	11,9	16,5	68,8	26,3	42,5
Senegal	87,3	73,7	13,6	46,0	33,0	13,0	41,3	40,7	0,6
Mali	81,2	30,3	51,0	35,0	—	35,0	46,2	30,3	16,0
Mauritânia	78,6	53,6	25,0	40,0	25,0	15,0	38,6	28,6	10,0
Projectos regionais	54,0	49,8	4,2	15,0	15,0	—	39,0	34,8	4,2
Burkina Faso	41,5	36,3	5,2	8,0	8,0	—	33,5	28,3	5,2
Togo	37,8	37,8	—	20,7	20,7	—	17,1	17,1	—
Benim	33,9	31,9	2,0	13,5	13,5	—	20,4	18,4	2,0
Niger	31,2	31,2	—	16,0	16,0	—	15,2	15,2	—
Cabo Verde	20,8	8,4	12,4	—	—	—	20,8	8,4	12,4
Guiné-Bissau	19,3	7,3	12,0	—	—	—	19,3	7,3	12,0
Serra Leoa	15,5	7,5	8,0	—	—	—	15,5	7,5	8,0
Libéria	14,0	14,0	—	10,9	10,9	—	3,1	3,1	—
Gâmbia	12,4	8,1	4,3	—	—	—	12,4	8,1	4,3
<i>África Central e Equatorial</i>	412,2	403,7	8,5	247,5	246,0	1,5	164,7	157,7	7,0
Camarões	135,8	134,3	1,5	129,8	128,3	1,5	6,0	6,0	—
Zaire	95,2	88,2	7,0	50,0	50,0	—	45,2	38,2	7,0
Congo	57,9	57,9	—	28,1	28,1	—	29,8	29,8	—
Gabão	34,5	34,5	—	32,0	32,0	—	2,5	2,5	—
Burundi	20,6	20,6	—	—	—	—	20,6	20,6	—
Chade	17,7	17,7	—	—	—	—	17,7	17,7	—
Ruanda	17,7	17,7	—	—	—	—	17,7	17,7	—
Centráfrica	15,1	15,1	—	—	—	—	15,1	15,1	—
Projectos regionais	9,3	9,3	—	7,6	7,6	—	1,7	1,7	—
Guiné Equatorial	6,0	6,0	—	—	—	—	6,0	6,0	—
São Tomé e Príncipe	2,4	2,4	—	—	—	—	2,4	2,4	—
<i>África Oriental</i>	522,8	376,6	146,3	214,4	179,4	35,0	308,5	197,2	111,3
Quênia	243,7	177,9	65,8	201,9	166,9	35,0	41,8	11,0	30,8
Tanzânia	87,5	45,3	42,2	5,0	5,0	—	82,5	40,3	42,2
Etiópia	64,0	44,0	20,0	—	—	—	64,0	44,0	20,0
Sudão	38,7	38,7	—	—	—	—	38,7	38,7	—
Uganda	31,4	26,0	5,4	—	—	—	31,4	26,0	5,4
Somália	25,2	25,2	—	—	—	—	25,2	25,2	—
Seychelles	9,6	7,6	2,0	1,5	1,5	—	8,1	6,1	2,0
Jibuti	8,3	5,5	2,8	—	—	—	8,3	5,5	2,8
Eritreia	8,0	—	8,0	—	—	—	8,0	—	8,0
Projectos regionais	6,5	6,5	—	6,0	6,0	—	0,5	0,5	—
<i>África Austral</i>	847,3	487,4	359,9	500,4	308,5	191,9	346,9	178,9	168,0
Zimbabwe	235,9	111,2	124,7	212,0	105,0	107,0	23,9	6,2	17,7
Zâmbia	105,4	71,9	33,5	42,0	42,0	—	63,4	29,9	33,5
Botsuana	95,1	67,8	27,3	82,3	59,5	22,8	12,8	8,3	4,5
Malawi	93,2	63,4	29,8	32,5	32,5	—	60,7	30,9	29,8
Maurícia	82,6	51,5	31,1	70,5	44,5	26,0	12,1	7,0	5,1
Moçambique	67,4	15,0	52,4	20,0	—	20,0	47,4	15,0	32,4
Madagáscar	63,1	54,6	8,5	—	—	—	63,1	54,6	8,5
Suazilândia	41,2	33,2	8,0	25,0	25,0	—	16,2	8,2	8,0
Lesoto	35,6	12,6	23,0	5,0	—	5,0	30,6	12,6	18,0
Namíbia	16,6	—	16,6	11,1	—	11,1	5,5	—	5,5
Angola	7,1	4,0	3,1	—	—	—	7,1	4,0	3,1
Comores	4,2	2,2	2,0	—	—	—	4,2	2,2	2,0
<i>Projecto multirregional</i>	51,0	37,0	14,0	14,0	—	14,0	37,0	37,0	—
CARAÍBAS	345,8	208,2	137,6	235,2	150,7	84,5	110,6	57,6	53,1
Trinidade e Tobago	107,5	57,0	50,6	100,5	54,0	46,5	7,0	3,0	4,1
Jamaica	76,6	45,6	31,0	64,3	38,3	26,0	12,4	7,4	5,0
Barbados	35,4	25,4	10,0	34,3	24,3	10,0	1,1	1,1	—
República Dominicana	18,0	—	18,0	—	—	—	18,0	—	18,0
Baamas	17,6	17,6	—	17,6	17,6	—	—	—	—
Guiana	16,2	11,2	5,0	—	—	—	16,2	11,2	5,0
São Vicente e Grenadinas	14,0	9,0	5,0	3,0	3,0	—	11,0	6,0	5,0
Santa Lúcia	13,1	9,6	3,5	8,0	6,0	2,0	5,1	3,6	1,5
Projectos regionais	12,0	5,0	7,0	3,0	3,0	—	9,0	2,0	7,0
Belize	10,1	6,6	3,5	4,5	4,5	—	5,6	2,1	3,5
Dominica	7,3	4,8	2,5	—	—	—	7,3	4,8	2,5
Suriname	7,3	7,3	—	—	—	—	7,3	7,3	—
Granada	6,7	5,2	1,5	—	—	—	6,7	5,2	1,5
São Cristóvão e Nevis	2,5	2,5	—	—	—	—	2,5	2,5	—
Antígua	1,5	1,5	—	—	—	—	1,5	1,5	—

Quadro K: **Financiamentos nos Estados ACP e nos PTU de 1976 a 1994** (continuação)

(Convenções de Lomé) Distribuição segundo a localização dos projectos

(milhões de ecus)

	Total			Recursos próprios			Recursos orçamentais		
	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV
PACÍFICO	238,6	210,1	28,5	186,4	164,4	22,0	52,2	45,7	6,5
Papuaásia - Nova Guiné	125,1	107,1	18,0	103,9	87,9	16,0	21,2	19,2	2,0
Fiji	88,3	83,3	5,0	79,5	74,5	5,0	8,8	8,8	—
Samoa Ocidentais	9,0	7,5	1,5	—	—	—	9,0	7,5	1,5
Tonga	8,1	6,1	2,0	3,0	2,0	1,0	5,1	4,1	1,0
Vanuatu	3,0	3,0	—	—	—	—	3,0	3,0	—
Salomão	4,2	2,2	2,0	—	—	—	4,2	2,2	2,0
Kiribati	0,2	0,2	—	—	—	—	0,2	0,2	—
Tuvalu	0,6	0,6	—	—	—	—	0,6	0,6	—
Total Estados ACP	3 905,0	2 733,2	1 171,7	2 427,5	1 733,6	693,9	1 477,4	999,6	477,8
PTU	107,1	70,1	37,0	70,4	46,4	24,0	36,7	23,7	13,0
Polinésia Francesa	26,4	16,4	10,0	16,0	11,0	5,0	10,4	5,4	5,0
Antilhas Neerlandesas	22,6	15,6	7,0	19,8	12,8	7,0	2,8	2,8	—
Nova Caledónia	21,0	11,0	10,0	11,0	7,0	4,0	10,0	4,0	6,0
Ilhas Caimão	8,0	6,0	2,0	8,0	6,0	2,0	—	—	—
Aruba	7,5	5,0	2,5	3,3	1,3	2,0	4,2	3,7	0,5
Ilhas Virgens Britânicas	10,4	8,4	2,0	8,9	7,4	1,5	1,5	1,0	0,5
Anguila	1,5	1,5	—	—	—	—	1,5	1,5	—
Montserrat	3,3	3,3	—	0,9	0,9	—	2,4	2,4	—
Regional Índias Ocidentais	1,0	1,0	—	—	—	—	1,0	1,0	—
Ilhas Malvinas	2,7	0,2	2,5	2,5	—	2,5	0,2	0,2	—
Ilhas Turks e Caicos	0,6	0,6	—	—	—	—	0,6	0,6	—
Mayotte	2,2	1,2	1,0	—	—	—	2,2	1,2	1,0
Total geral	4 012,1	2 803,3	1 208,7	2 497,9	1 780,0	717,9	1 514,1	1 023,3	490,8

Quadro L: **Estados ACP e PTU de 1976 a 1994**

(Financiamentos e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição por sectores

(montantes em milhões de ecus)

	Financiamentos		Número	Lomé IV	Financiamentos		Número	Lomé I+II+III
	Montante	%		Créditos	Montante	%		Créditos
				Montante				Montante
Energia	416,9	34,5	1	1,5	669,2	23,9	10	5,8
Produção	225,9	18,7	1	1,5	420,4	15,0	6	2,5
Centrais térmicas convencionais	85,4	7,1	—	—	158,4	5,7	3	1,8
Centrais hidroeléctricas e geotérmicas	81,5	6,7	1	1,5	229,5	8,2	3	0,7
Hidrocarbonetos	59,0	4,9	—	—	32,5	1,2	—	—
Transporte e distribuição	191,0	15,8	—	—	218,8	7,8	4	3,3
Electricidade	165,0	13,7	—	—	205,8	7,3	3	3,0
Petróleo	26,0	2,2	—	—	13,0	0,5	1	0,2
Reestruturação do sector	—	—	—	—	30,0	1,1	—	—
Infra-estruturas	189,6	15,7	—	—	461,6	16,5	5	2,0
Transportes	44,0	3,6	—	—	116,6	4,2	4	1,0
Caminhos-de-ferro	—	—	—	—	10,0	0,4	—	—
Transportes marítimos	21,0	1,7	—	—	68,1	2,4	3	0,8
Transportes aéreos	23,0	1,9	—	—	38,5	1,4	1	0,2
Telecomunicações	60,3	5,0	—	—	158,5	5,7	1	1,0
Água (adução, distribuição e tratamento)	83,8	6,9	—	—	185,5	6,6	—	—
Ordenamento agrícola e florestal	1,5	0,1	—	—	1,0	0,0	—	—
Indústria, agricultura e serviços	602,2	49,8	259	84,4	1 672,6	59,7	1 148	456,1
Indústria	223,4	18,5	149	45,4	1 014,6	36,2	806	367,4
Indústrias extractivas	77,0	6,4	5	3,5	248,7	8,9	22	11,1
Indústrias metalúrgicas de base	15,0	1,2	—	—	47,5	1,7	9	4,0
Indústria química	49,5	4,1	3	1,2	68,5	2,4	60	32,3
Produtos alimentares	48,2	4,0	41	15,2	351,8	12,5	190	87,6
Têxteis, vestuário e calçado	23,0	1,9	16	3,4	112,8	4,0	119	75,8
Indústrias transformadoras diversas	10,7	0,9	84	22,1	160,4	5,7	406	156,6
Apoio à indústria	—	—	—	—	25,0	—	—	—
Agricultura, silvicultura e pescas	6,0	0,5	51	14,8	3,5	0,1	32	11,5
Serviços	8,9	0,7	59	24,2	67,1	2,4	298	72,8
Empréstimos globais	356,7	29,5	—	—	551,8	19,7	—	—
Bancos de fomento	7,3	0,6	—	—	35,6	1,3	12	4,4
Total	1 208,7	100,0	260	85,9	2 803,3	100,0	1 163	463,8

Quadro M: **Financiamentos nos países da Bacia Mediterrânica de 1990 a 1994**

Distribuição por países

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Recursos próprios	Recursos orçamentais
	Montante	%	Montante	Montante
Argélia	525,0	23,9	521,0	4,0
Marrocos	403,0	18,4	381,0	22,0
Tunísia	292,0	13,3	282,0	10,0
Egipto	313,9	14,3	301,4	12,5
Jordânia	123,5	5,6	120,5	3,0
Líbano	186,0	8,5	186,0	—
Síria	20,4	0,9	20,4	—
Israel	74,0	3,4	74,0	—
Malta	25,5	1,2	23,0	2,5
Chipre	49,0	2,2	44,0	5,0
Ex-Jugoslávia	182,0	8,3	182,0	—
Total	2 194,3	100,0	2 135,3	59,0

Quadro N: **Países da Bacia Mediterrânica de 1990 a 1994**
(financiamentos e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição por sectores

(montantes em milhões de ecus)

	Financiamentos		Número	Créditos
	Montante	%		Montante
Energia	515,4	23,5	—	—
Transporte e distribuição	515,4	23,5	—	—
Electricidade	290,4	13,2	—	—
Gás natural	225,0	10,3	—	—
Infra-estruturas	1 207,4	55,0	4	13,8
Transportes	522,0	23,8	—	—
Caminhos-de-ferro	2,0	0,1	—	—
Estradas	389,0	17,7	—	—
Transportes marítimos	45,0	2,1	—	—
Transportes aéreos	86,0	3,9	—	—
Telecomunicações	125,0	5,7	—	—
Água, saneamento e resíduos sólidos	406,0	18,5	4	13,8
Infra-estruturas diversas	154,4	7,0	—	—
Indústria, agricultura e serviços	471,5	21,5	710	201,6
Indústria	131,0	6,0	368	138,6
Agricultura, silvicultura e pescas	7,5	0,3	234	21,9
Serviços	3,0	0,1	108	41,1
Empréstimos globais	327,6	14,9	—	—
Bancos de fomento	2,4	0,1	—	—
Total	2 194,3	100,0	714	215,3

Quadro O: **Financiamentos nos países da Europa Central e Oriental de 1990 a 1994**

Distribuição por países e por sectores

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Sector					
	Montante	%	Energia	Transportes	Telecomu- nicações	Gestão da água e diversos	Indústria e silvicultura	Empréstimos globais
Hungria	537,0	20,2	70,0	142,0	180,0	—	—	145,0
Polónia	886,0	33,3	50,0	395,0	220,0	58,0	—	163,0
Bulgária	226,0	8,5	45,0	81,0	70,0	—	—	30,0
República Eslovaca	173,0	6,5	55,0	25,0	65,0	—	—	28,0
República Checa	477,0	17,9	100,0	125,0	95,0	—	100,0	57,0
Roménia	210,0	7,9	75,0	105,0	—	—	—	30,0
Estónia	47,0	1,8	7,0	35,0	—	—	—	5,0
Letónia	5,0	0,2	—	—	—	—	—	5,0
Lituânia	10,0	0,4	—	10,0	—	—	—	—
Eslovénia	88,0	3,3	—	88,0	—	—	—	—
Total	2 659,0	100,0	402,0	1 006,0	630,0	58,0	100,0	463,0

Quadro P: Recursos obtidos em 1994

Mês de emissão	Local de emissão	Moeda de subscrição	Montante (em milhões) Moeda	Montante (em milhões) ECU	Vencimento (anos)	Taxa nominal (%)
I. Operações a médio e longo prazo (antes de swaps)						
EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS						
Janeiro	Alemanha	DEM	500	258,3	5	5,750
	Espanha	ESP	20 000	125,8	10	7,900
	Luxemburgo	ITL	1 000 000	523,6	5	7,450
	Luxemburgo	LUF	2 000	49,6	3	6,000
	Reino Unido	USD	100	89,6	3	4,500
	Reino Unido	JPY	50 000	400,9	6	variável
	Reino Unido	GBP	400	529,7	11	6,000
Fevereiro	Suíça	CHF	800	484,2	5	3,750
	França	FRF	2 000	304,1	7	5,500
	Grécia	GRD	10 000	36,0	5	17,500
	Países Baixos	NLG	300	138,5	5	5,000
	Portugal	PTE	15 000	76,1	7	8,200
Março	Espanha	ESP	50 000	314,6	7	7,500
	Itália	ITL	650 000	340,3	3	8,200
	Luxemburgo	USD	500	448,2	10	6,000
	Luxemburgo	USD	100	89,6	9	variável
	Países Baixos	NLG	300	138,5	8	6,000
Abril	Portugal	PTE	15 000	76,1	5	variável
	Alemanha	DEM	1 000	517,8	10	6,500
	Luxemburgo	LUF	1 500	37,7	7	6,500
Maio	Luxemburgo	FRF	2 000	303,4	10	6,125
Junho	Luxemburgo	ITL	500 000	268,8	5	9,125
	Luxemburgo	USD	500	433,0	5	6,625
	Suíça	CHF	200	122,8	7	4,750
Julho	França	FRF	3 000	455,3	5	7,000
	Luxemburgo	ITL	300 000	157,1	5	variável
	Reino Unido	GBP	100	127,9	6	6,000
Agosto	Alemanha	DEM	750	390,4	6	6,625
	Luxemburgo	ITL	400 000	209,4	4	10,150
	Luxemburgo	JPY	50 000	419,4	3	3,200
	Luxemburgo	GBP	200	255,9	7	8,500
	Reino Unido	CAD	150	90,1	4	9,000
	Suíça	CHF	200	123,5	7	5,250
	Luxemburgo	CAD	200	120,2	10	9,125
Setembro	Alemanha	DEM	1 000	520,7	8	7,500
Outubro	Espanha	ESP	20 000	125,7	5	variável
	Luxemburgo	ITL	700 000	362,4	3	11,450
Novembro	Luxemburgo	ECU	300	300,0	5	8,250
	Luxemburgo	LUF	2 000	50,6	7	8,125
	Luxemburgo	DKK	300	39,8	5	8,875
	Reino Unido	GBP	100	127,3	4	8,875
	Alemanha	DEM	100	52,1	5	7,250
	Espanha	ESP	20 000	125,7	4	10,900
	Luxemburgo	ITL	600 000	310,6	4	10,150
	Luxemburgo	CAD	150	90,0	3	8,000
	Luxemburgo	LUF	2 500	63,3	7	7,875
	Luxemburgo	CAD	165	99,0	7	9,000
	Suíça	CHF	200	125,4	8	5,625
Dezembro	Espanha	ESP	15 000	94,2	4	10,900
	Luxemburgo	ITL	400 000	207,1	2	7,625
	Luxemburgo	ITL	350 000	181,2	5	variável
	Luxemburgo	USD	200	161,2	4	7,750
	Luxemburgo	USD	300	241,7	5	8,000
	Luxemburgo	USD	300	241,7	10	8,250
	Países Baixos	NLG	800	371,9	7	7,500
	Reino Unido	GBP	200	254,6	6	8,750
	Reino Unido	GBP	100	127,3	5	6,000
	57 operações			12 730,2		
	EMPRÉSTIMOS PRIVADOS					
	6	BEF	25 000	629,8	2-9	6,25-8,3
	2	DEM	600	311,9	3-14	5,25-7,75
	1	DKK	100	13,2	2	5,000
	2	PTE	30 000	152,1	3-5	variável
	2	JPY	25 300	209,6	3-5	variável
	1	ATS	800	59,2	2	6,250
14 operações			1 375,7			
Total (I)				14 105,9		
II. Títulos a médio prazo						
	2 operações	IEP	40	50,4	4	8,500
Total geral				14 156,3		

Quadro Q: Recursos obtidos de 1990 a 1994

(montantes em milhões de ecus)

	1990		1991		1992		1993		1994	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Moedas comunitárias										
ECU	1 765	16,1	2 500	18,3	1 937	14,9	960	6,8	300	2,1
DEM	1 124	10,2	1 198	8,8	1 583	12,2	1 948	13,7	2 051	14,5
FRF	1 114	10,1	1 378	10,1	1 461	11,3	1 811	12,7	1 153	8,1
GBP	1 331	12,1	1 837	13,4	1 428	11,0	2 639	18,6	1 518	10,7
ITL	851	7,7	1 466	10,7	1 326	10,2	2 039	14,3	2 560	18,1
BEF	330	3,0	166	1,2	238	1,8	—	—	752	5,3
NLG	528	4,8	369	2,7	303	2,3	227	1,6	661	4,7
DKK	—	—	—	—	—	—	—	—	53	0,4
IEP	—	—	—	—	—	—	125	0,9	177	1,2
LUF	52	0,5	24	0,2	49	0,4	100	0,7	201	1,4
GRD	—	—	—	—	—	—	—	—	36	0,3
ESP	614	5,6	813	5,9	648	5,0	1 241	8,7	948	6,7
PTE	124	1,1	250	1,8	85	0,7	243	1,7	584	4,1
Total	7 833	71,2	10 002	73,2	9 058	69,8	11 333	79,7	10 994	77,7
taxa fixa	6 055	55,1	6 812	49,8	5 962	46,0	9 886	69,5	8 188	57,9
taxa variável	1 778	16,2	3 190	23,3	3 096	23,9	1 447	10,2	2 806	19,8
Moedas não comunitárias										
USD	1 574	14,3	2 262	16,5	1 529	11,8	1 502	10,6	1 659	11,7
CHF	818	7,4	782	5,7	947	7,3	453	3,2	856	6,0
JPY	771	7,0	627	4,6	1 440	11,1	657	4,6	580	4,1
ATS	—	—	—	—	—	—	—	—	59	0,4
CAD	—	—	—	—	—	—	278	2,0	—	—
Total	3 163	28,8	3 670	26,8	3 916	30,2	2 891	20,3	3 154	22,3
taxa fixa	3 084	28,0	3 413	25,0	2 924	22,5	2 808	19,7	2 448	17,3
taxa variável	79	0,7	257	1,9	992	7,6	83	0,6	706	5,0
Total geral	10 996	100,0	13 672	100,0	12 974	100,0	14 224	100,0	14 148	100,0
taxa fixa	9 139	83,1	10 225	74,8	8 886	68,5	12 695	89,2	10 636	75,2
taxa variável	1 857	16,9	3 447	25,2	4 087	31,5	1 529	10,8	3 512	24,8

Quadro R: Recursos obtidos em ecus de 1981 a 1994

(montantes em milhões de ecus)

Ano	Empréstimos a taxa fixa		Empréstimos a taxa variável				Total obtido em ecus (A)	Total obtido (B)	A/B em %
	Antes swaps	Após swaps	Após swaps	Papel comercial	Certificados de depósito	Total			
1981	85,0	85,0	—	—	—	—	85,0	2 309,7	3,7
1982	112,0	112,0	—	—	—	—	112,0	3 205,2	3,5
1983	230,0	230,0	—	—	—	—	230,0	3 619,4	6,4
1984	455,0	455,0	—	—	100,0	100,0	555,0	4 360,9	12,7
1985	720,0	720,0	—	—	—	—	730,6	5 709,1	12,8
1986	827,0	897,0	—	—	—	—	897,0	6 785,5	13,2
1987	675,0	807,4	—	—	—	—	807,4	5 592,7	14,4
1988	959,0	993,0	82,9	—	252,5	335,4	1 328,4	7 666,1	17,3
1989	1 395,0	1 526,0	75,1	200,0	37,5	312,6	1 838,6	9 034,5	20,4
1990	1 271,8	1 254,9	—	500,0	10,0	510,0	1 764,9	10 995,6	16,1
1991	1 550,0	1 550,0	450,0	500,0	—	950,0	2 500,0	13 672,3	18,3
1992	1 130,0	1 130,0	806,5	—	—	806,5	1 936,5	12 973,6	14,9
1993	650,0	500,0	460,2	—	—	806,5	960,2	14 223,8	6,8
1994	300,0	—	300,0	—	—	300,0	300,0	14 148,0	2,1
Total	10 359,8	10 260,3	2 174,8	1 200,0	400,0	4 121,1	14 045,6	114 296,4	12,3

No que respeita a 1985, inclui 10,6 milhões referentes à participação de terceiros no financiamento de empréstimos.

NOTAS AO LEITOR

1. Definições:

a) **Actividade:** o Banco concede empréstimos individuais e empréstimos globais, assim como algumas garantias. Os empréstimos globais são concedidos a instituições financeiras, que reafectam as verbas outorgadas sob a forma de créditos para projectos de pequena e média dimensão.

A apresentação das actividades do BEI na União Europeia inclui:

- como anteriormente, os **contratos de financiamento assinados:** empréstimos individuais (e garantias, se for caso disso) e empréstimos globais;

- e ainda, os **financiamentos efectivados:** dados de carácter operacional que incluem empréstimos individuais e créditos afectados no âmbito dos empréstimos globais em curso.

b) **Recursos próprios:** o produto dos empréstimos obtidos no mercado de capitais constitui essencialmente o que o BEI designa por recursos próprios, que incluem também capitais próprios (capital realizado e reservas). Esta designação foi adoptada para distinguir estes fundos dos recursos geridos sob mandato da Comunidade ou dos Estados-membros. Os financiamentos a cargo de recursos próprios são inscritos no balanço, enquanto os financiamentos sob mandato, embora também façam parte integrante das actividades do Banco, figuram numa conta em gestão fiduciária, na "Secção Especial".

2. **Ecu:** salvo indicação em contrário, todos os montantes referidos no Relatório são expressos em ecus.

Unidade de conta: nos termos do artigo 4º dos Estatutos, a unidade de conta do Banco é definida como sendo o ecu utilizado pelas Comunidades Europeias; ver também Demonstrações Financeiras, nota A, ponto 1.

3. **Normas ISO:** o Banco utiliza as abreviaturas adoptadas pela International Organization for Standardization (ISO) para indicar os países e as unidades monetárias (ver quadros a seguir).

Bélgica	BE	Grécia	GR	Irlanda	IE	Países Baixos	NL	Finlândia	FI	Estados Unidos	US
Dinamarca	DK	Espanha	ES	Itália	IT	Áustria	AT	Suécia	SE	Suíça	CH
Alemanha	DE	França	FR	Luxemburgo	LU	Portugal	PT	Reino Unido	GB	Japão	JP

4. Taxas de conversão

a) **Estatística:** para efeitos de elaboração das estatísticas relativas aos seus financiamentos, assinaturas e desembolsos e à obtenção de recursos, o Banco utiliza durante cada trimestre as taxas de conversão em vigor no último dia útil do trimestre anterior, sendo as mesmas em 1994:

		1º trimestre (em 31.12.1993)	2º trimestre (em 31.03.1994)	3º trimestre (em 30.06.1994)	4º trimestre (em 30.09.1994)
1 ecu =	ECU				
Franco belga	BEF	40,2869	39,7803	39,5774	39,4980
Coroa dinamarquesa	DK	7,55310	7,58381	7,54400	7,53412
Marco alemão	DEM	1,93569	1,93114	1,92122	1,92045
Dracma	GRD	277,970	284,550	289,875	292,827
Peseta	ESP	158,928	157,078	158,635	159,159
Franco francês	FRF	6,57745	6,59301	6,58850	6,55435
Libra irlandesa	IEP	0,790809	0,804797	0,793509	0,794241
Lira italiana	ITL	1 909,98	1 860,45	1 909,77	1 931,68
Franco luxemburguês	LUF	40,2869	39,7803	39,5774	39,4980
Florim	NLG	2,16541	2,16957	2,15483	2,15115
Xelim austríaco	ATS	13,6101	13,5855	13,5130	13,5158
Escudo	PTE	197,050	197,848	197,986	195,780
Markka finlandesa	FIM	6,46222	6,31382	6,40367	6,01824
Coroa sueca	SEK	9,29634	9,03877	9,27556	9,26706
Libra esterlina	GBP	0,755108	0,777537	0,781662	0,785444
Dólar americano	USD	1,11567	1,15464	1,20415	1,24100
Franco suíço	CHF	1,65231	1,62862	1,61898	1,59531
Iene	JPY	124,732	118,755	119,211	122,264

b) **Contabilística:** o balanço e as demonstrações financeiras são elaborados com base nas taxas de conversão em 31 de Dezembro do exercício em apreço.

5. Actividade na União Europeia

- a) **Estatísticas:** para garantir a continuidade estatística, as comparações com os exercícios anteriores obedecem aos mesmos critérios: deste modo, certos valores dos relatórios anuais publicados desde 1988 diferem dos constantes de relatórios anteriores.
- b) **Objectivos de política comunitária:** certos empréstimos na União Europeia correspondem simultaneamente a vários objectivos, pelo que os totais dos quadros correspondentes a objectivos diferentes não são cumuláveis.
- c) **Ordem dos países:** de um modo geral, os países da União Europeia são apresentados nos quadros por ordem alfabética, segundo as designações nas respectivas línguas nacionais.
- d) **Outros:** financiamentos equiparados aos financiamentos na União Europeia: os projectos situados no exterior do território europeu dos Estados-membros, que se revestem de interesse para a União Europeia, são equiparados aos projectos na União Europeia. O Conselho de Governadores pode autorizar o seu financiamento caso a caso, nos termos do segundo parágrafo do N^o 1, do artigo 18^o dos Estatutos do Banco. *Este artigo autoriza também a concessão de financiamentos fora da União Europeia, no quadro de acordos e de protocolos específicos.*

6. **Ajustamentos, cumulações e arredondamentos:** devido a **ajustamentos** estatísticos, os valores relativos a exercícios anteriores podem não coincidir com os publicados noutros relatórios.

Os montantes são indicados aos preços e às taxas de câmbio correntes. A sua **cumulação** durante um período de tempo longo deve ser interpretada com prudência, na medida em que o significado dos dados relativos aos diferentes anos é afectado pela evolução dos preços e pelas variações cambiais entretanto ocorridas.

Em virtude de se ter procedido a **arredondamentos**, poderão verificar-se diferenças entre os totais indicados e a soma dos montantes individuais.

7. **Deflacionador:** o deflacionador aplicável à actividade do Banco é um índice sintético da variação dos índices nacionais de preços derivados da formação bruta de capital fixo (FBCF), corrigidos pelo índice de variação das taxas de conversão das moedas nacionais em ecus, e ponderados pela quota-parte de cada Estado-membro nos financiamentos do Banco a cargo de recursos próprios. Este deflacionador foi calculado em cerca de 0,6% para o exercício de 1994.

Abreviaturas e siglas utilizadas

União ou UE	= União Europeia
Comunidade ou CE	= Comunidade Europeia
Comissão	= Comissão Europeia
Conselho	= Conselho da União Europeia
BERD	= Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
OCDE	= Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
JO	= Jornal Oficial das Comunidades Europeias
FBCF	= Formação bruta de capital fixo
PIB/PNB	= Produto Interno Bruto/Produto Nacional Bruto
PME	= Pequenas e médias empresas
EFTA/AECL	= European Free Trade Association/Associação Europeia de Comércio Livre
EEE	= Espaço Económico Europeu
ACP	= África, Caraíbas e Pacífico
PTU	= Países e Territórios Ultramarinos
PECO	= Países da Europa Central e Oriental
ALA	= América Latina e Ásia
FEDER	= Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEI	= Fundo Europeu de Investimento
FEOGA	= Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola
META	= Programa de Assistência Técnica para o Ambiente no Mediterrâneo
NIC	= Novo Instrumento Comunitário
	= não significativo
—	= irrelevante
n.d.	= não disponível

ENDEREÇOS DO BEI

Banco Europeu de Investimento
100, bd Konrad Adenauer
L-2950 Luxemburgo
Tel.: 4379-1, Fax: 43 77 04
H320 Videoconferência 43 93 67

Escritórios externos

Departamento Itália
Via Sardegna, 38 - I-00187 Roma
Tel.: 4719-1, Fax: 487 34 38

Gabinete de Atenas
12, Amalias
GR-10557 Atenas
Tel.: 32 20 773, Fax: 32 20 776

Gabinete de Lisboa
Avenida da Liberdade
144-156, 8º - P-1250 Lisboa
Tel.: 342 89 89, Fax: 347 04 87

Gabinete de Londres
68, Pall Mall - Londres SW1Y 5ES
Tel.: 0171 343 12 00, Fax 0171 930 99 29

Gabinete de Madrid
Calle José Ortega y Gasset, 29
E-28006 Madrid
Tel: 431 13 40, Fax: 431 13 83

Gabinete de Representação em Bruxelas
Rue de la Loi 227 - B-1040 Bruxelas
Tel.: 230 98 90, Fax: 230 58 27

Para mais informações sobre as actividades do BEI, é favor contactar o departamento Informação e Comunicação, Henry Marty-Gauquié (tel: 4379-3139) ou Max Messner (tel: 4379-3150), fax: 4379-3189.

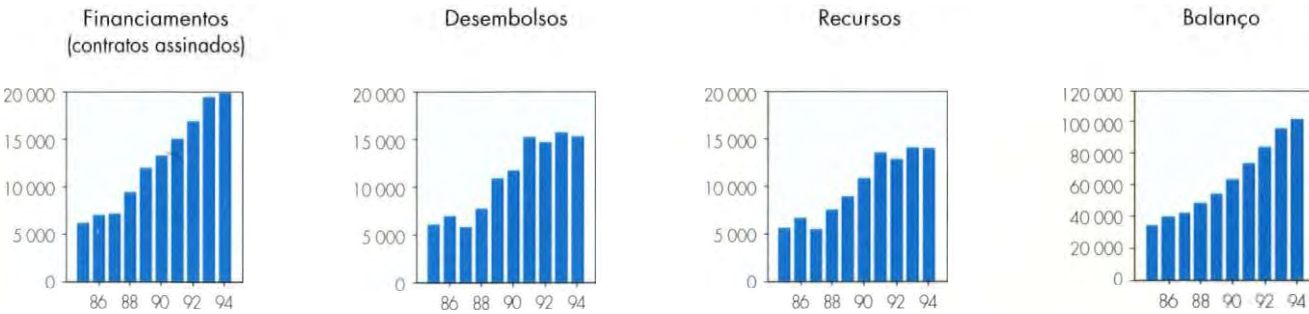
Este departamento, assim como os gabinetes externos do BEI, têm à disposição as seguintes publicações, editadas nas diferentes línguas oficiais da União Europeia: relatório anual, brochura anual, "BEI-informações" (boletim trimestral), brochuras temáticas ou operacionais sobre as possibilidades de financiamento na União Europeia ou no exterior desta, e folheto de informação. Também é facultado, a pedido, um filme vídeo sobre os objectivos e as actividades do BEI.

O BEI agradece aos promotores de projectos que permitiram a realização das fotografias apresentadas no presente relatório: La Vie du Rail/C. Recoura (capa e pp. 3 e 51), A/S Storebælt forbindelsen (p. 35), British Airways Maintenance Company (p. 43), K. Wästfelt (p. 44), SNAM SpA (p. 49), CTC Chile (p. 53); restantes fotografias e ilustrações: Fototeca BEI.

Dados-Chave

(milhões de ecus)

	1994	1993
Financiamentos concedidos	19 928	19 611
Por conta de recursos próprios	19 661	19 531
dos quais empréstimos	19 635	19 480
dos quais garantias	26	51
Por conta de outros recursos	267	80
Na União Europeia	17 682	17 724
Nos Estados ACP e nos PTU	462	226
Nos países da Bacia Mediterrânica	607	680
Nos países da Europa Central e Oriental	957	882
Nos países da América Latina e da Ásia	220	99
Recursos obtidos	14 148	14 224
Em moedas comunitárias	10 994	11 334
Em moedas não comunitárias	3 154	2 890
Desembolsos efectuados	15 539	15 980
Por conta de recursos próprios	15 435	15 818
Por conta de outros recursos	104	162
Operações em curso		
Financiamentos por conta de recursos próprios e garantias	106 447	98 022
Financiamentos por conta de outros recursos	3 783	4 334
Empréstimos obtidos a curto, médio e longo prazo	83 673	78 661
Capital subscrito em 31.12.1994	57 600	57 600
do qual realizado e a realizar	4 321	4 321
Capital subscrito em 1.1.1995	62 013	
do qual realizado e a realizar	4 652	
Reservas e resultados de gestão	10 135	9 165
Total do balanço	102 753	96 537
<i>Efectivos do Banco</i>	859	810



Os projectos de pequena e média dimensão são financiados indirectamente por meio de **empréstimos globais**, concedidos a bancos ou instituições financeiras de âmbito europeu, nacional ou regional.

MODO DE OPERAR

Sendo uma fonte complementar de financiamento, o BEI apenas financia uma parte dos custos de investimento (em regra, até 50%), complementando capitais próprios do mutuário e de outras fontes de financiamento.

O BEI promove o financiamento de programas de investimento, em articulação com os Fundos Estruturais e outros instrumentos financeiros comunitários. Os empréstimos podem ser concedidos conjuntamente com subvenções nacionais ou comunitárias, especialmente nas regiões de desenvolvimento regional.

CRITÉRIOS SEGUIDOS

O BEI avalia a coadunação do projecto com as políticas comunitárias, a sua viabilidade técnica e financeira e o seu interesse económico, além da observância das normas relativas ao ambiente e à adjudicação. São também estudadas atentamente a situação financeira do promotor, as perspectivas de *cash-flow* e as garantias prestadas.

PROCEDIMENTOS DE DECISÃO

Uma vez concluída a apreciação, o Conselho de Administração do BEI decide, sob proposta do Comité Executivo, da concessão do financiamento, tendo em conta os pareceres formulados pelo Estado-membro interessado e pela Comissão Europeia.

CARACTERÍSTICAS DOS EMPRÉSTIMOS

VENCIMENTO

O BEI concede empréstimos a médio e a longo prazo (este pode ser superior a 20 anos), dependendo o vencimento e a possibilidade de diferimento do reembolso, do tipo e da vida técnica do projecto. Quando se trate de projectos que apresentam grande interesse europeu e uma dimensão excepcional, o BEI pode, se necessário, adaptar as suas condições às características específicas do projecto (ver pág. 12).

DIVISAS

Os empréstimos são desembolsados numa ou mais divisas da União, em ecus, ou nas divisas de países terceiros que o Banco utiliza, consoante as disponibilidades deste e as preferências do mutuário.

TAXAS DE JURO

O *rating* de primeira ordem ("AAA") de que o Banco usufrui permite-lhe angariar fundos nas melhores condições do momento.

Dado que não prossegue fins lucrativos, o BEI empresta os fundos obtidos no mercado a uma taxa de juro que apenas inclui uma pequena margem para cobrir as despesas administrativas e que reflecte, portanto, a sua excelente posição nos mercados. Os empréstimos são desembolsados ao par.

As taxas (fixa, na maioria dos casos revisível, variável ou eventualmente convertível) podem ser definidas na data de assinatura do contrato ou aquando de cada desembolso (contrato a taxa aberta). Os critérios de fixação das taxas são idênticos para todos os países e sectores. O BEI não concede bonificações de juros, mas estas podem ser outorgadas por entidades terceiras.

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

A missão do Banco Europeu de Investimento (BEI), instituição financeira da Comunidade Europeia criada pelo Tratado de Roma, foi confirmada pelo Tratado da União Europeia. Os Estatutos do BEI constituem um protocolo anexo ao Tratado.

O BEI é uma instituição dotada de personalidade jurídica e de autonomia financeira no seio do sistema comunitário; os seus membros são os Estados que integram a União, os quais subscreveram conjuntamente o seu capital.

O BEI está vocacionado para apoiar a realização dos objectivos da União Europeia, financiando a longo prazo projectos concretos, em conformidade com as regras de uma gestão bancária rigorosa.

Como **instituição comunitária**, o BEI adapta constantemente a sua acção à evolução das

políticas comunitárias, contribuindo para a construção europeia, em particular, para a integração económica e o reforço da coesão económica e social.

Como **Banco**, o BEI trabalha em estreita colaboração com o sector bancário, tanto para obter os seus recursos no mercado de capitais, como para financiar projectos de investimento.

O BEI concede empréstimos a partir de recursos próprios, essencialmente constituídos pelos fundos que obtém no mercado de capitais, a que acrescem capitais próprios (capital realizado e reservas).

No exterior da União Europeia, o BEI concede financiamentos a cargo de recursos próprios e, sob mandato, a cargo de recursos orçamentais da União ou dos Estados-membros.

OBJECTIVOS

Na União Europeia, os projectos a financiar devem contribuir para um ou mais dos seguintes objectivos :

- desenvolvimento económico das regiões menos favorecidas;
- melhoria das infra-estruturas de interesse europeu no domínio dos transportes e das telecomunicações;
- protecção do ambiente e da qualidade de vida, ordenamento urbano e salvaguarda do património arquitectónico e natural;
- realização dos objectivos comunitários no domínio da energia;

- reforço da competitividade internacional da indústria e da sua integração a nível comunitário;

- apoio das actividades das pequenas e médias empresas.

No exterior da União, o BEI contribui para a política europeia de cooperação para o desenvolvimento, nos termos definidos nos diferentes acordos celebrados com cerca de 130 países terceiros da Europa Central e Oriental, da Bacia Mediterrânica, de África, das Caraíbas e do Pacífico e também da América Latina e da Ásia.

PROJECTOS ADMISSÍVEIS

O BEI financia projectos de entidades públicas e privadas em todos os sectores da economia, incluindo infra-estruturas nos domínios das comunicações, do ambiente e da energia, e projectos nos sectores da indústria, dos serviços e da agricultura.

Os projectos de grande dimensão (a partir de 25 milhões de ecus) são financiados por meio de **empréstimos individuais** concluídos directamente com o promotor, ou através de intermediários financeiros.

DEN EUROPÆISKE INVESTERINGSBANK
EUROPÄISCHE INVESTITIONSBANK
ΕΥΡΩΠΑΪΚΗ ΤΡΑΠΕΖΑ ΕΠΕΝΔΥΣΕΩΝ
EUROPEAN INVESTMENT BANK
BANCO EUROPEO DE INVERSIONES
BANQUE EUROPEENNE D'INVESTISSEMENT
BANCA EUROPEA PER GLI INVESTIMENTI
EUROPESE INVESTERINGSBANK
BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO
EUROOPAN INVESTOINTIPANKKI
EUROPEISKA INVESTERINGSBANKEN

